

A close-up photograph of several cotton bolls, showing the white, fluffy cotton fibers and the brown, dried husks. The background is a soft, out-of-focus field of similar cotton plants.

*Algodão:*

*o fio*

*da história*

*no Brasil*

*Um recorte do 20º aniversário da Abrapa*

*Catarina Guedes*



*Algodão:*  
**o fio**  
*da história*  
**no Brasil**

*Um recorte do 20º aniversário da Abrapa*

*Catarina Guedes*

## *Expediente*

Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - Abrapa  
CNPJ: 03.300.809/0001-27  
Setor de Indústrias Bernardo Sayão (SIBS)  
Quadra 1, Conjunto B, Lote 2, Edifício Abrapa, 1º andar  
CEP 71736-102 - Núcleo Bandeirante, Brasília-DF  
Presidente Biênio 2021/22: Júlio César Busato

## *Algodão: o fio da história no Brasil*

Autora: Catarina Guedes  
Coordenação: Silmara Salvati Ferraresi  
Produção Editorial: Fonte Editora - Ricardo Carvalho  
Coordenação Editorial: Susana de Souza  
Revisão: Paulo Viarti  
Edição e Projeto gráfico: Eduardo Nóbrega - Agencis Comunicação  
Produção Gráfica: Mídiograf - Gráfica e Editora  
Impressão: 2000 exemplares  
Fotos: Divulgação, internet com direitos abertos e arquivo Abrapa

Guedes, Catarina  
Associação Brasileira dos Produtores de Algodão  
Abrapa - Brasília - DF - 2022 - 316 páginas

Bibliografia  
ISBN 978-65-999250-0-9

1. História do Algodão - 2. ABRAPA  
3. Produção de Algodão - 4. Algodão no Brasil

*Copyright 2022 by Catarina Guedes*  
Todos os direitos são reservados à Abrapa -  
Associação Brasileira dos Produtores de Algodão



*Biênio 2021/2022*

### *Conselho de Administração*

Júlio César Busato – *Presidente*  
Alexandre Pedro Schenkel – *Vice-Presidente*  
Gustavo Viganó Piccoli – *Vice-Presidente*  
Celestino Zanella – *Vice-Presidente*  
Walter Yukio Horita – *1º secretário*  
Eduardo Silva Logemann – *2º Secretário*  
Carlos Alberto Moresco – *Tesoureiro*  
Aurélio Pavinato – *2º Tesoureiro*

### *Conselho Fiscal*

*Titulares*

Walter Schlatter – *1º Conselheiro*  
André Guilherme Sucolotti – *2º Conselheiro*  
Peter Derks – *3º Conselheiro*

*Suplentes*

Isabel da Cunha – *1º Suplente*  
Haroldo Rodrigues da Cunha – *2º Suplente*  
Luiz Carlos Bergamaschi – *3º Suplente*

### *Conselho Consultivo*

Sérgio De Marco  
Gilson Pinesso  
João Carlos Jacobsen Rodrigues  
Arlindo Moura  
Milton Garbúgio





Senhora colhendo  
algodão na Fazenda  
Salto Grande

## *Algodão: o fio da história no Brasil*

O algodão esteve muito presente no início de minha vida profissional, nos anos 1960, quando chefiava a área de crédito rural do Banco do Brasil, na cidade de Cajazeiras (PB). A maioria dos clientes era de agricultores que vinham de municípios próximos, tanto os paraibanos quanto os do Ceará e do Rio Grande do Norte. Praticamente, todos cultivavam o algodão arbóreo, fibra 32/34 mm, lá conhecido como Seridó.

Transferido para o Rio de Janeiro, em 1968, distanciei-me do contato íntimo com o algodão, mas permaneci lendo e ouvindo sobre a fibra durante a trajetória que me levaria a Brasília (1970) e a Londres (1985), ao governo federal e ao cargo de ministro da Fazenda. Esse acompanhamento não me fez perceber, todavia, a revolução que ocorria na cotonicultura nacional. A imagem que havia ficado era a de um país importador e a do desastre que a praga do bicudo tinha causado nos algodoados dos sertões nordestinos. Daí a surpresa agradável de ler este livro e a honra de prefaciá-lo.

Ao beneficiar-me da amplitude desta obra, habilitei-me a destacar o que me parecem constituir seus principais pontos. O objetivo foi o de convidar os leitores a uma viagem

fascinante pela história da cotonicultura no mundo e no Brasil. Em seu começo, o livro aborda as origens do algodão, assinalando suas raízes em povos primitivos da Ásia, da África e das Américas. Cristóvão Colombo constatou que a pluma figurava no ritual de boas-vindas dos nativos. Pedro Álvares Cabral encontrou artefatos têxteis na terra que descobriu, prova de que os índios fiavam e teciam o algodão. O Padre Manoel da Nóbrega percebeu, em 1549, que a pluma existia por estas plagas em quantidade tão representativa que justificava solicitar da metrópole o envio de profissionais para fiar e tecer o algodão.

Mesmo assim, o Brasil perdeu a oportunidade de industrializar-se já no século XVIII. A Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra nesses tempos, estruturou-se na fiação e tecelagem da fibra. Suas inovações tecnológicas poderiam ter chegado por aqui, impulsionando a atividade econômica, mas, infelizmente, fomos prejudicados. Em 1785, a instalação de fábricas têxteis foi proibida no país por D. Maria, então rainha de Portugal. A visão tacanha da metrópole – que visava a restringir a industrialização às terras europeias do país e a evitar a prosperida-

# Prefácio

---

de que poderia ameaçar o domínio português – bloqueou a existência dessa atividade nas colônias.

Para o leitor não familiarizado com aspectos tecnológicos da Revolução Industrial, incluindo a que ocorreu nos Estados Unidos no século XIX, o livro aponta as inovações relevantes que propiciaram a expansão da indústria têxtil. O inglês Richard Arkwright foi o pioneiro na organização da fábrica, cujo modelo continua presente na atualidade. A diferença era sua fonte de energia, a roda d'água. O americano Elli Whitney inventou o tear mecânico e o reverendo inglês Edmund Cartwright patenteou a máquina de descaroçar algodão. Essas duas inovações teriam enorme repercussão na eficiência e na expansão da indústria têxtil.

A comercialização mundial do algodão também passou por transformações. No século XVIII, Liverpool tornou-se o maior centro importador do produto para o Reino Unido, posição que havia pertencido a Londres. A fibra que chegava aos portos britânicos vinha em grande parte do Nordeste do Brasil. A cotonicultura nordestina garantiu que Campina Grande, na Paraíba, assumisse o papel de maior centro de comercialização mundial da fibra, depois de Liverpool. Não por acaso, o centro de pesquisa de algodão da Embrapa se localiza na cidade.

A Guerra Civil americana (1861-1865) e a consequente queda da produção algodoeira do país criaram a oportunidade de surgimento de um novo centro da cotonicultura nacional, agora com algodão de fibra curta. Fugindo da guerra, agricultores americanos migraram para o Brasil e trouxeram para São Paulo o *know-how* do cultivo e sementes de algodão herbáceo, propagando cultura no interior da então província paulista. A expansão da cultura e sua crescente participação na produção nacional foram parte da justificativa para a criação, em 1910, do Instituto Agrônomo de Campinas, que seria relevante na pesquisa da cotonicultura e na criação de variedades do tipo herbáceo.

O advento da Embrapa (1973) ampliou e melhorou o trabalho de pesquisa agropecuária, até então realizado pelo Ministério da Agricultura, o que beneficiou o algodão e promoveu gigantesco salto na sua produtividade. Nos meus tempos do Banco do Brasil, em Cajazeiras, os melhores cotonicultores colhiam até 300 kg por ha (ou 20 arrobas na medida local). Grande parte, pouco passava dos 200 kg/ha. Na safra 2020/2021, a média nacional alcançou 1.800 kg, o que assegurou ao Brasil a posição de produtor mundial mais eficiente.

Uma das partes mais interessantes do livro é a que narra o enorme avanço na produção algodoeira no estado de Mato Grosso. Como costuma acontecer em feitos como esse, a posição de vanguarda decorreu do espírito empreendedor e da capacidade de assumir riscos de um empresário, Olacyr de Moraes, antes conhecido como o rei da soja e com quem convivi nos tempos de ministro da Fazenda e especialmente após minha mudança para a cidade de São Paulo.

A insistência com que Olacyr acreditava na viabilidade do algodão em terras do Cerrado o levou a financiar experimentos com seus próprios recursos. Seu instinto empreendedor foi decisivo para transformar a região no maior centro produtor nacional, o que se deveu também à decisão da Embrapa de abraçar a pesquisa de algodão no Cerrado. O Mato Grosso, hoje responsável por 70% da área plantada, se tornou o maior produtor de algodão do Brasil.

As associações de produtores tiveram importância inequívoca na disseminação da cotonicultura no Centro-Oeste e em estados do Nordeste, com base nos casos bem-sucedidos do Mato Grosso. Foi o caso da AMPA – Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, criada por iniciativa de figuras de peso como o ex-ministro da Agricultura, Blairo Maggi. A partir da safra 1994/1995, a cultura se estendeu por Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Piauí e Tocantins.

A tecnologia exerceu função primordial nessa esplên-



dida realidade, contribuindo para aumentos expressivos de produtividade. Agora, com apenas um quinto da área cultivada, era possível produzir tanto quanto nas regiões menos eficientes. O Brasil passou da condição de segundo maior importador para a de segundo maior exportador da fibra, impondo-se pela qualidade da produção da pluma em quesitos fundamentais: qualidade da análise por HVI (High Volume Instrument), rastreabilidade, sustentabilidade e credibilidade (cumprimento habitual de contratos).

A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) foi peça-chave na formidável evolução da cotonicultura do Brasil. A ela coube assumir a função ousada e histórica na batalha diplomática para combater a competição desleal dos produtores americanos, que contavam com forte subsídio do governo. A associação topou o desafio de enfrentar a potência americana na Organização Mundial do Comércio (OMC), no que revelou coragem e competência. Mobilizou um exército de estrategistas, economistas, econometristas e advogados, além de um escritório de advocacia americano, para alcançar uma vitória retumbante.

Depois de uma batalha de oito anos (2002-2010), o governo americano foi condenado a pagar US\$ 805 milhões, que foram aplicados

na criação e operação do Instituto Brasileiro do Algodão - IBA, que viria a ter participação relevante em novas conquistas no campo tecnológico e na disseminação do conhecimento. Destacam-se a introdução do algodão geneticamente modificado e normas modernas para lidar com a liberação de sementes e defensivos. O combate eficaz à praga da helicoverpa teve muito a ver com esse trabalho.

A Abrapa é definitivamente um caso de sucesso. Estendeu sua atuação na área internacional. Relacionou-se com reconhecidas entidades, passando a participar de suas reuniões plenárias, das quais tem-se valido para transmitir informações aos produtores brasileiros de algodão. Foi pioneira na instalação de uma representação dos cotonicultores nacionais na Ásia.

A associação se articulou com organizações mundiais de prestígio para obter a certificação internacional da fibra brasileira, uma notável consequência da criação do Centro Brasileiro de Referência em Análise do Algodão (CBRA), cujo laboratório central é um dos mais completos do mundo. A certificação internacional foi concedida pelo renomado ICA Bremen, o parâmetro mundial em sua área. O CBRA se tornou membro do seletivo grupo de apenas onze laboratórios que ostentam a chancela do

ICA Bremen.

Acrescente-se a criação do Banco de Dados da Qualidade do algodão brasileiro, que reúne informações de laboratórios, produtores e tradings. O Banco, da Abrapa, está integrado aos seus demais sistemas, sob o Sistema Nacional de Dados do Algodão (Sinda). A ideia é o reconhecimento da pluma nacional, não apenas na condição de commodity, mas de um produto de alto valor, preferido e desejável pelo mercado. Ao mesmo tempo, o pilar da Orientação aos Laboratórios participantes promove a transferência de conhecimentos e tecnologias em conjunto com os centros de análise nos estados, pertencentes a empresas particulares, cooperativas ou associações estaduais de produtores.

No campo da promoção, a Abrapa estabeleceu em 2015 o Plano de Incentivo ao Uso do Algodão. O plano propicia visão sistêmica da cadeia produtiva e a identificação de eventuais deficiências. Seu objetivo é aumentar o consumo da fibra no mercado interno, e diminuir a perda de participação do produto diante dos concorrentes. Daí surgiu o Sou de Algodão, um movimento em prol de uma moda mais consciente, envolvendo pessoas do campo, tecelões, artesãos, fiadores, designers de moda, estilistas, varejistas, estudantes e consumidores.

# Prefácio

---

Já em 2013, o programa de Sustentabilidade da Abrapa, Algodão Brasileiro Responsável (ABR), começou a operar em benchmark com uma instituição internacional reconhecida, a Better Cotton Initiative (BCI). O programa ABR/BCI, que certifica a maioria das fazendas brasileiras, a partir de 2020, deu um novo passo, alcançando as Unidades de Beneficiamento de Algodão (UBA). Tornou-se possível o rastreamento auditável de toda a cadeia. Desse esforço nasceu, em 2021, o SouABR, um programa que associa a sustentabilidade com a expertise e a capilaridade do movimento Sou de Algodão. A sustentabilidade e a rastreabilidade estarão presentes em toda a cadeia produtiva têxtil, da lavoura até o consumidor final, com o reforço da tecnologia de blockchain. O SouABR foi o primeiro programa de rastreabilidade da indústria têxtil do Brasil com essa tecnologia, em larga escala. O processo envolve desde a propriedade de origem até o produto na loja.

O objetivo final desse conjunto de iniciativas é fazer do Brasil o maior exportador mundial de algodão, em 2030. A pesquisa científica será fator primordial desse arrojado projeto. Já fizemos coisa parecida no passado. A Embrapa e outras instituições de pesquisa agropecuária contribuíram para a invenção, no Brasil, da agricultura tropical de alta produtividade, da qual duvidavam especialistas e até cientistas. No caso do algodão, o país ostenta quase uma raridade: plantar 90% das áreas de lavoura praticamente sem irrigar.

Em dezembro de 2020, foi lançado o Cotton Brazil, que resultou do trabalho realizado entre a Abrapa, o Ministério das Relações Exteriores – por meio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) – e a Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea). Seu foco é a Ásia, que absorve mais de 80% da produção brasileira. Nossa presença deverá ser intensificada em nove países eleitos como prioritários: China, Bangladesh, Vietnã, Turquia, Paquistão, Indonésia, Índia, Tailândia e Coreia do Sul. Para tanto, a Abrapa

criou um escritório de representação em Singapura, tornando-se a primeira entidade privada de agronegócio brasileiro a se instalar na região.

Cabe registrar, por último, a organização e a liderança do Congresso Brasileiro do Algodão, o CBA, que se consolidou como evento de difusão de tecnologia e conhecimento desde que a Abrapa realizou sua primeira edição em Fortaleza (1997). O CBA representa também uma ação de marketing e relações públicas para o fortalecimento da imagem da fibra e dos elos da produção. É o principal acontecimento da cadeia produtiva do Brasil. Tive a honra de participar de um dos painéis do CBA em Salvador, em agosto deste ano. Fui agradavelmente surpreendido com a expressiva presença de 4.000 participantes de toda a cadeia produtiva, o que traduziu o forte interesse nos debates sobre as perspectivas da cotonicultura e dos cenários econômicos mundial e nacional.

Espero que este rápido sobrevoo sobre o conteúdo do livro estimule muitos a percorrer a integridade da obra, como eu fiz quase de um só fôlego. Fui atraído pela amplitude do texto e pela qualidade das informações que permitem entender e admirar o trabalho excepcional realizado pela Abrapa e pelas lideranças da cotonicultura brasileira. Sairemos familiarizados com uma das grandes revoluções da agricultura do Brasil. \_\_\_\_\_

São Paulo, dezembro de 2022.

Maílson da Nóbrega



# Linha do Tempo - Presidentes da Abrapa

---



*João Luiz  
Ribas Pessa*

*Abril de 1999 a  
março de 2002*

*Abril de 2002 a  
março de 2006*

*Jorge Maeda*



*Eduardo  
Logemann*

*Abril de 2006 a  
maio de 2006*

*Junho de 2006 a  
março de 2008*

*João Carlos  
Jacobsen Rodrigues*



*Haroldo Rodrigues  
da Cunha*

*Abril de 2008 a  
dezembro de 2010*

*Janeiro de 2011 a  
dezembro de 2012*

*Sérgio De Marco*





*Gilson Ferrúcio  
Pinesso*

*Janeiro de 2013 a  
dezembro de 2014*



*Arlindo de Azevedo  
Moura*

*Janeiro de 2017 a  
dezembro de 2018*



*Júlio César Busato*

*Janeiro de 2021 a  
dezembro de 2022*



*João Carlos  
Jacobsen Rodrigues*

*Janeiro de 2015 a  
dezembro de 2016*



*Milton Garbúgio*

*Janeiro de 2019 a  
dezembro de 2020*



*Alexandre  
Pedro Schenkel*

*Janeiro de 2023 a  
dezembro de 2024*

# Primeira Parte

Capítulo	Página
1 <i>Global, desde sempre</i>	24
2 <i>Das riquezas da terra</i>	28
3 <i>O mais longo reinado</i>	32
4 <i>A nudez encoberta</i>	36
5 <i>Nada de teares aqui</i>	38
6 <i>Uma revolução germinava</i>	42
7 <i>Engrenagem em evolução</i>	46
8 <i>A ascensão de Liverpool</i>	52
9 <i>A estreia do Maranhão</i>	54
10 <i>O mapa do “ouro branco”, da Revolução Industrial à Guerra de Independência dos Estados Unidos</i>	58
11 <i>...E o vento levou (temporariamente) nosso concorrente: a Guerra Civil Americana e a cotonicultura brasileira (1861-1865)</i>	62
12 <i>A pequenina mais que notável</i>	66
13 <i>Alagoas também fez história no algodão</i>	72
14 <i>E São Paulo entra em cena: o “primeiro surto” de sucesso</i>	78
15 <i>Santa Bárbara d’Oeste, o refúgio paulista dos Confederados</i>	82
16 <i>O despertar da academia para a fibra e a pressão por políticas públicas</i>	86
17 <i>Entre duas Grandes Guerras, o frio em São Paulo e o bicudo nos EUA</i>	92
18 <i>A longeva cotonicultura meridional, grandiosa enquanto durou...</i>	100
19 <i>Os anos 60 e 70</i>	106
20 <i>Os anos 80 e 90 e os “surto” que se abateram sobre a cotonicultura brasileira</i>	112
21 <i>A praga desembarcou de avião</i>	114
22 <i>O outro “surto”</i>	118
23 <i>Réquiem para um forte</i>	122
24 <i>Da roda d’água à internet das coisas, a indústria nacional se reinventa</i>	126

# Segunda Parte

Capítulo	Página
25 <i>O sonho</i>	136
26 <i>A proposta</i>	144
27 <i>Ampa: a célula original da representatividade</i>	148
28 <i>Espiral de crescimento</i>	150
29 <i>Nasce a Abrapa</i>	154
30 <i>Novos “planetas” na galáxia</i>	158
31 <i>Desafios crescentes</i>	160
32 <i>Ousar mudar</i>	164
33 <i>Longo caminho até o topo</i>	170
34 <i>Três letras poderosas: IBA - O Instituto Brasileiro do Algodão</i>	176
35 <i>Cooperação internacional</i>	180
36 <i>Produção x Opinião – A tecnologia que demorou duas décadas para chegar</i>	184
37 <i>O caso da lagarta helicoverpa</i>	190
38 <i>As Câmaras Setoriais do Mapa, fontes das políticas para o agro</i>	196
39 <i>A propósito das exportações</i>	202
40 <i>E veio a pandemia</i>	206
41 <i>A Abrapa e as instituições</i>	210
42 <i>Relacionamento com entidades internacionais</i>	212
43 <i>Os quatro compromissos</i>	216
43.1 <i>Rastreabilidade</i>	220
43.2 <i>Sustentabilidade</i>	228
43.3 <i>Qualidade</i>	238
43.4 <i>Promoção</i>	250
<i>Com a palavra, os presidentes</i>	280







# *Primeira Parte*

Uma história de valor, passada  
e tingida a ferro e fogo

Capítulo 1

# *Global, desde sempre*

*“Bate a enxada no chão  
Limpa o pé de algodão  
Pois, pra vencer a batalha,  
É preciso ser forte, robusto,  
valente ou nascer no sertão”*

Luiz Gonzaga e Zé Dantas (1953)

*“Early every morning, late at night,  
Just an honest old farmer, trying make my living right,  
I don’t want to rob, I don’t want to steal,  
They cut my cotton, that’s the way I feel.  
Been plowing so much, I got dirt here in my shoes,  
Guess I’ll just die, with the price of cotton blues”*

Allen Brothers (1930)

Que o algodão tenha surgido em diferentes partes do planeta, como Índia, México, Peru e Egito, é algo que não nos intriga tanto. Um dia, crê-se, todos os continentes da terra compuseram um só, a Pangeia, que começou a se fragmentar há cerca de 180 milhões de anos. Estranho é pensar que, praticamente ao mesmo tempo, em torno de 4.500 a.C., e talvez até dois mil anos antes disso, os humanos tenham domesticado o algodoeiro e dado a ele a mesma finalidade: ser base das suas vestimentas, missão que a planta desempenha até hoje, como principal matéria-prima têxtil no consumo global, com participação de mais de 50% ante outras, como os sintéticos, viscose, linho e lã.

É realmente incrível pensar que, não bastasse a provável sincronia, nossos ancestrais tivessem também desenvolvido basicamente o mesmo conceito para manejar o algodão: girar e tecer. E foram além, tingindo-o com pigmentos de que dispunham, como o índigo e a cochonilha, seja para atribuí-lo alguma funcionalidade, como concentrar ou dispersar o calor, ou torná-lo mais bonito, diferente, para mera contemplação artística ou ritos religiosos.



Pangeia

Descoberta das  
ferramentas

Inspirados por um instinto básico, que talvez possa ser explicado pelos genes, pelas leis do universo ou, quem sabe, por um *insight* sobrenatural, essas pessoas fizeram uma descoberta e desenvolveram técnicas semelhantes, na solidão de mundos desconectados, na Ásia, África e nas Américas. Numa faixa do globo terrestre situada entre 32-35 graus ao Sul e 37 graus ao Norte, propícia ao crescimento dessa planta que exige bem pouco da natureza, além de um clima quente, mas não necessariamente desértico.

Supõe-se que, ao mesmo tempo e em diferentes lugares, esses homens primitivos criaram ferramentas de natureza muito parecida, como pentes, laços, fusos e teares manuais, que, ainda hoje, num tempo de inovações tecnológicas surgindo em profusão vertiginosa, permanecem virtualmente os mesmos, na base da indústria têxtil. Puxar o fio dessa meada não é tarefa fácil e, com certeza, muitas pessoas ainda tentam costurar esse tecido, feito de mais perguntas do que respostas, e que vem desde a pré-história até a nossa história.

Para contar a história do algodão no Brasil, é preciso que se diga, primeiro, que ele sempre fez parte da história do país. Suas fibras preencheram e bor-

daram os contornos de alguns dos mais importantes momentos experimentados pela nossa já não tão jovem nação, tanto como um dos pilares da sua economia – em maior ou menor grau, conforme o período – quanto como pontos e nós na urdidura sociocultural brasileira.

Dizer que as histórias do Brasil e da fibra se mesclam é clichê, mas é verdadeiro. Contudo, nem de longe, suficiente. Isso porque o algodão já estava aqui muito antes de a história do país começar a ser contada em livros. Por muito, entendem-se milhões de anos na escala geológica.

Em seu livro *Origem, crescimento e progresso da cotonicultura do Brasil*, publicado pela Embrapa, em 1974, José de Alencar Nunes Moreira e Robério Ferreira dos Santos sugerem que certas ocorrências “selvagens e aselvajadas” de algodoeiro encontradas por aqui são de um tipo original, diferente do empregado pelos nativos indígenas, quando, em 22 de abril de 1500, milhares deles tomaram contato pela primeira vez com os europeus e suas naus.

Na falta de um deserto capaz de conservar as fibras pré-históricas para um estudo direto na fonte, esses algodões primitivos, ainda existentes à época da publicação da Embrapa, seriam evidências vivas das teorias de L.L. Phillips e P.A. Frixell. Segundo o primeiro, o Nordeste da América do Sul, provavelmente, foi o cenário para a formação dos “algodoeiros tetraploides do Novo Mundo”. E Frixell entende que a origem destes se deu no Pleistoceno, entre 2,588 milhões e 11,7 mil anos atrás. Atualmente, contudo, esses algodões, assim como o rim-de-boi – que existia aqui à época do descobrimento e foi cultivado até a última década do século XX, – também já viraram história. Salvo em raros jardins, no interior de Minas Gerais e de estados do Nordeste, para fins medicinais ou decorativos, eles restam para sempre apenas nos bancos de germoplasma, esperando, latentes, acordarem do seu sono de semente.

---

Capítulo 2

# *Das riquezas da terra*

O Novo Mundo, desnudado a partir dos grandes descobrimentos europeus no século XVI, revelou uma indústria refinada de algodão, surpreendente de tal maneira para os navegadores, que até confundiu Cristóvão Colombo. O navegador genovês, ao chegar à América e encontrar tanto algodão, pensou ter de fato alcançado as Índias, onde a tradição com o manejo da fibra gerou, talvez, os mais belos panos já feitos pela mão humana, descritos como “ventos tecidos”, uma arte aprimorada ao longo de milênios. Desde a América Central até a do Sul, a arte de cultivar, fiar e tecer o algodão e fazer com eles peças de vestuário já era exercida com requinte pelos maias, os astecas e os incas. Com maestria, mas sem tanto refinamento e variedade, também pelos povos originários do Brasil.

Em seu diário de bordo, Colombo descreve o primeiro encontro com os habitantes da nova terra descoberta, na quinta-feira, 11 de outubro de 1492, quando o algodão figurou entre os objetos ritualísticos de boas vindas dos nativos aos homens brancos.



Indígenas brasileiros

Desembarque de  
Cristóvão Colombo  
na América

---

*Logo viram-se cercados por vários habitantes da ilha. O que se segue são palavras textuais do Almirante, em seu livro sobre a primeira viagem e descobrimento dessas índias: “Eu – diz ele –, porque nos demonstraram grande amizade, pois percebi que eram pessoas que melhor se entregariam e converteriam à nossa fé pelo amor e não pela força, dei a algumas delas uns gorros coloridos e umas miçangas que puseram no pescoço, além de outras coisas de pouco valor, o que lhes causou grande prazer e ficaram tão nossos amigos que era uma maravilha. Depois vieram nadando até os barcos dos navios onde estávamos, trazendo papagaios e fio de algodão em novelos e lanças e muitas outras coisas, que trocamos por coisas que tínhamos conosco, como miçangas e guizos. Enfim, tudo aceitavam e davam do que tinham com a maior boa vontade. Mas me pareceu que era gente que não possuía praticamente nada. Andavam nus como a mãe lhes deu à luz; inclusive as mulheres, embora só tenha visto uma robusta rapariga.*

(Diário da descoberta da América - As quatro viagens e o testamento / L&PM Pocket)

A história escrita sobre a existência de algodão no Brasil começa no século XVI, com registros relevantes em pelo menos um dos três considerados únicos testemunhos históricos da chegada dos portugueses ao território descoberto, feitos por expedicionários de Pedro Álvares Cabral. O mais famoso desses documentos, a carta de Pero Vaz de Caminha, somente cita o nome da pluma, quando compara a grossura do adereço que um dos nativos trazia, perfurando o lábio inferior, à espessura de um fuso de algodão. Mas a planta aparece com ênfase, que sugere abundância da matéria-prima e seu uso cotidiano, na *Relação do Piloto Anônimo*, texto de autoria um tanto controversa, publicado primeiro na Itália, em 1507. Na narrativa do suposto piloto anônimo sobre a empreitada do capitão Pedro Álvares Cabral, ele nota a presença de artefatos têxteis no dia a dia dos índios.

---

*“No meio dessas casas, entre as colunas e a parede, eles dependuram redes de algodão – que podem acomodar um homem – e entre elas fazem uma fogueira. Uma única casa pode abrigar entre 40 e 50 leitos armados como teares”.*



Em outro trecho, cita a planta, dentre as riquezas da terra que chamam atenção, na falta de metais preciosos:

*“A terra é abundante em árvores de diferentes tipos e tem uma água excelente, além de inhames e algodão”.*

A história não registra ao certo quando os nativos chegaram e mesmo se foram os primeiros habitantes do Brasil. Há indícios de que, há cerca de 50 mil anos, provavelmente por via marítima, os humanos caçadores-coletores pioneiros aportaram por aqui. Os arqueólogos os classificam conforme o que encontram de vestígios de sua cultura e habilidades para o fabrico de instrumentos, por exemplo. Mas não se pode dizer com certeza que estes foram ancestrais dos índios brasileiros. Considera-se que houve quatro ciclos migratórios para a América; três deles, de populações mongóis, têm o mesmo DNA dos nossos povos indígenas.

Os índios brasileiros já plantavam, colhiam, fiavam, teciam e até tingiam o algodão e fabricavam com ele não apenas redes, mas outros artefatos para o seu uso, desde cordas para amarrar prisioneiros de guerra, estopins revestidos com cera para iluminar, pontas de lanças incendiárias para o ataque de tribos inimigas, além de suportes que as índias atavam ao corpo para carregar os bebês na lida diária. Algumas tribos faziam, inclusive, vestimentas. Essa familiaridade com os modos de fiar e tecer a fibra, em muitos dos grupos indígenas, sugere que o contato com o material já vinha de longo tempo.

Quando Cabral chegou ao Brasil, explica o pesquisador Eleusio Curvelo Freire, o algodão que os nativos fiavam e teciam era do tipo *Gossypium barbadense*, variedade brasiliensis. Um algodão arbóreo, de cultura

perene e fibra extralonga, originário da América do Sul, que nela era trabalhado pelos povos indígenas, especialmente os incas, do Peru e da Bolívia. Sua ocorrência também era verificada no Paraguai, Pantanal Mato-grossense e Amazônia brasileira. Um parente muito próximo dele, seis mil anos antes, já era utilizado no Egito.

Aqui vale uma pausa para diferenciar este algodão nativo, *Gossypium barbadense*, – em linhas muito gerais, pois lhe dedicaremos mais tempo adiante – daquele que, neste início da terceira década do milênio, vigorava no Cerrado do Brasil, o *Gossypium hirsutum*, natural da Guatemala e do Golfo do México. Este último é anual, herbáceo e possui fibra mais curta. Somados, esses dois grupos de algodão e um terceiro, subdividido em *G. herbaceum* e *G. arboreum*, originário da Índia e do Leste Asiático, compõem as três categorias de maior relevância comercial até hoje. Aproximadamente, noventa por cento das lavouras do globo são, atualmente, formadas por cultivares do *G. hirsutum*, que também é conhecido como “upland americano”.

Com os portugueses viriam, com o tempo, espécies de algodoeiros do oriente, que foram introduzidas na Bahia e, mais tarde, com os jesuítas, levadas para o Sul do país.



*Gossypium barbadense*

Capítulo 3

# *O mais longo reinado*

**Era no tempo do rei.** A frase inicial do clássico *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, entende como “o tempo do rei” o governo de Dom João VI em terras brasileiras, após este se mudar com a corte portuguesa para cá, em 1808. Mas o reinado do algodão desde o descobrimento do Brasil, em 1500, até a sua independência de Portugal, em 1822, perpassou o de todos os monarcas lusitanos, de aquém ou além-mar.

Em 1500, o rei era Dom Manuel, patrocinador da expedição de Cabral que, supostamente, deveria chegar às Índias, mas topou com o Brasil no meio do caminho. E Dom Manuel, que não viu por aqui nada que lhe interessasse em metais preciosos ou especiarias, cresceu os olhos para a madeira vermelha encontrada dois anos mais tarde, na viagem de Américo Vespúcio.

Por séculos, o primeiro produto brasileiro de exportação seguia para a Europa em toras, onde era moído e transformado em pó, que seria utilizado na indústria tintorial da França e da Itália. O lenho, de interior vermelho como vinho tinto, coloria as roupas de escarlate, a cor da monarquia. Embora já se possa ver daí o início de uma relação histórica entre o Brasil e a produção mundial de vestimentas, o algodão não foi parte disso naquele momento.

A fibra, desde os tempos manuelinos até o século XVII, teve seu cultivo incorporado à matriz de plantios de subsistência dos colonos, da mesma forma que os nativos brasileiros já faziam. Três décadas após a chegada dos portugueses ao Brasil, as lavouras de algodão avançavam na colônia para suprir a necessidade dos colonos. Mas, mesmo nesse sistema doméstico, rudimentar, a oferta de pluma era tão grande que não só superava o consumo interno como fazia dela alvo de um comércio que se dava à revelia da coroa portuguesa.

A apreensão, em 1531, de uma nau francesa chamada La Pèlerine, em Pernambuco, dá uma ideia de quão



Dom João VI

vultosa a produção nacional já era para os padrões de subsistência à época. A carga resgatada da embarcação incluía “300 quintais de algodão”, o mesmo que 18 toneladas, considerando que cada quintal equivale a quatro arrobas. Além de algodão, a nau levava peles, animais vivos, óleos medicinais, sementes da terra e pau-brasil.

Eduardo Bueno, em seu livro Pau-Brasil (2002), diz que a La Pèlerine viria a desempenhar um papel histórico na colonização do país. “Partira de Marselha, em dezembro de 1530, rumo ao litoral de Pernambuco, onde faria com os indígenas o costumeiro comércio de pau-brasil, algodão, papagaios e macacos”.

Foi justamente para coibir esse comércio, empreendido pelos franceses na surdina, que Dom João III, o monarca à época, decidiu dividir o Brasil em capitânicas hereditárias. A carga de algodão da La Pèlerine representava três mil dos 62.300 ducados do valor do montante das mercadorias capturadas.

Vale a pena conferir o inventário da carga que chegou a Lisboa, resgatada da embarcação, e comparar o valor dos seus tesouros:

---

*Cinco mil quintais de pau-brasil, valendo 40 mil ducados, oito ducados por quintal.*

---

*300 quintais de algodão, no valor de três mil ducados, dez ducados o quintal.*

---

*300 quintais de grãos do país, valendo 900 ducados, a três ducados o quintal.*

---

*600 papagaios, sabendo algumas palavras em francês, valendo 3.600 ducados, a seis ducados cada.*

---

*Três mil peles de onça e outros animais, no valor de nove mil ducados, a três ducados cada pele.*

---

*Três mil ducados de ouro e mil ducados de óleos medicinais.*

---

**TOTAL: 62.300 mil ducados.**



Dom João III dividiu o Brasil em capitãncias hereditárias

Capítulo 4

# *A nudez encoberta*

Já nos tempos dos jesuítas, que chegaram à colônia na esquadra de Thomé de Souza, em 1549, o algodão estava tão presente, e em quantidade de tal modo representativa, que o padre Manoel da Nóbrega pediu à metrópole que mandasse ao Brasil uma “remessa de tecelões capazes de fiar o algodão e tecê-lo porque havia muito nessas partes”. Também preocupado em vestir a nudez pagã dos índios e garantir tecidos para a vestimenta dos colonos, José de Anchieta relata em carta não haver problema para tanto, no que tangia à matéria-prima, porque, no Brasil, “há muito algodão”.

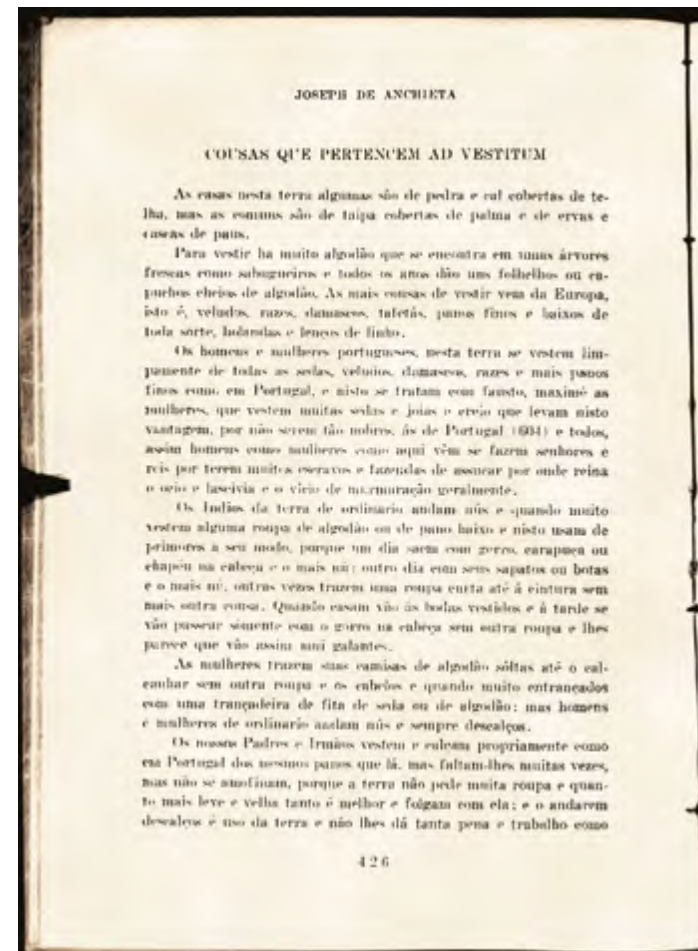
Se já vinha, cada vez mais, ganhando espaço nas primeiras décadas de colonização, o cultivo do algodoeiro generalizou-se a partir do século XVII. Nunes Moreira e Santos atribuem esse crescimento ao desenvolvimento de uma indústria rudimentar para suprir as necessidades locais, desde o fabrico de linhas de costura e bordado, até a roupa dos escravos, feitas de panos grosseiros.

A transformação da matéria-prima se dava no próprio local de cultivo, em torno das habitações. Ali se plantava, colhia, beneficiava, fiava e tecia os “panos de vestir”. A semente e a própria planta também passaram a ser incorporadas à alimentação animal, inaugurando um consórcio que perdurou ao longo dos séculos entre a pecuária e o algodoeiro, o binômio boi-algodão, e que foi essencial à interiorização do Brasil. Como as plantações eram muito pequenas e as produtividades, também, as lavouras se espalharam. E uma vez que a manufatura acompanhava essa expansão, os teares geraram demanda.

No século XVIII, essa indústria começa a preocupar a Coroa portuguesa, que temia que o desenvolvimento de fábricas e manufaturas desestimulasse a agricultura e a exploração das riquezas da terra, atraindo para as inovações a mão de obra que deveria estar empregada no cultivo agrícola e na extração de ouro e diamantes. —



Anúncio de roupas para escravos no Jornal da Tarde, em 1869



Sermões, do Padre Joseph de Anchieta S.J., publicado pela Editora Civilização Brasileira, 1933

Capítulo 5

*Nada de teares aqui*



Em 5 de janeiro de 1785, Dona Maria I, a monarca que, outrora conhecida como A Clemente, entrou para a história como Dona Maria, a Louca, publicou o famoso alvará que proibia qualquer fábrica ou indústria têxtil no Brasil que não fosse exclusivamente dedicada à produção de tecidos grosseiros para a confecção de roupas para os escravos e sacarias para as fazendas.

Abaixo, alguns trechos do documento. Eles dão a dimensão da importância que o plantio de algodão, a sua manufatura e o comércio vinham ganhando, graças às grandes transformações globais que culminaram na Revolução Industrial ou foram causadas por ela. Àquela época, já se poderia chamar essa produção de cotonicultura, uma atividade econômica que encadeia diversos elos:

*Eu, a rainha. Faço saber aos que este alvará virem que, sendo-me presente o grande número de fábricas e manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitâneas do Brasil, com grave prejuízo da cultura, da lavoura e da exploração das terras minerais daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente que quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços haverá que se possam empregar no descobrimento e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios que ainda se acha inculta e desconhecida: nem as sesmarias, que formam outra considerável parte dos mesmos domínios, poderão prosperar, nem florescer por falta do benefício da cultura, não obstante ser esta a essencialíssima condição com que foram dadas aos proprietários delas. E até nas mesmas terras minerais ficará cessando de todo, como já tem consideravelmente diminuído a extração do ouro e diamantes, tudo procedido da falta de braços, que devendo empregar-se nestes úteis e vantajosos trabalhos, ao contrário, os deixam e abandonam, ocupando-se em outros totalmente diferentes, como*



Dona Maria I, a Louca

*são os das referidas fábricas e manufaturas: e consistindo a verdadeira e sólida riqueza nos frutos e produções da terra, as quais somente se conseguem por meio de colonos e cultivadores, e não de artistas e fabricantes...*

*.... hei por bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas ou teares de galões, de tecidos ou de bordados de ouro e prata, de veludos, brilhantes, cetins, tafetás, ou de outra qualquer qualidade de seda, de belbutes, chitas, bombazinas, fustões ou de outra qualquer qualidade de fazenda de algodão ou de linho, branca ou de cores, e de panos, baetas, droguetes, saietas ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã, ou dos ditos tecidos, sejam fabricados de um só dos referidos gêneros, ou misturados, tecidos uns com os outros; excetuando tão somente aqueles dos ditos teares e manufaturas em que se tecem ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para o uso e vestuário dos negros, para enfardar, empacotar fazendas e para outros ministérios semelhantes; todas as mais sejam extintas e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil, debaixo da pena do perdimento, em tresdobro, do valor de cada uma das ditas manufaturas, ou teares, e das fazendas, que nelas ou neles houver....*

É importante “vestir a roupa” da rainha e entender o contexto que a levou a tomar tal atitude extrema, sob o prisma da metrópole, e perceber as consequências da medida, mais que arbitrária, no desenvolvimento da colônia. Interessava a Portugal garantir o mercado para os produtos industrializados em suas colônias, e coibir, da mesma forma, o contrabando de metais preciosos. As relações entre Portugal e Inglaterra, marcadas pela longa dependência lusitana do dinheiro e de favores britânicos, ajudam a pôr luz sobre o documento firmado pela rainha.

Desde muito antes do alvará, em 27 de dezembro de 1703, Portugal e Inglaterra firmaram o Tratado de Methuen, também chamado de Tratado dos Panos e Vinhos, que estabelecia, em linhas gerais, que os portugueses deveriam comprar da Inglaterra os produtos têxteis de lã (melhores e mais baratos que os tecidos portugueses), sem qualquer taxa alfandegária, e, em contrapartida, os britânicos haveriam de consumir, com uma taxa preferencial, os vinhos portugueses. O acordo foi terrível para a incipiente indústria têxtil portuguesa, que não pôde resistir à concorrência britânica com seus tecidos de melhor qualidade, e “condenou” Portugal ao cultivo agrário.

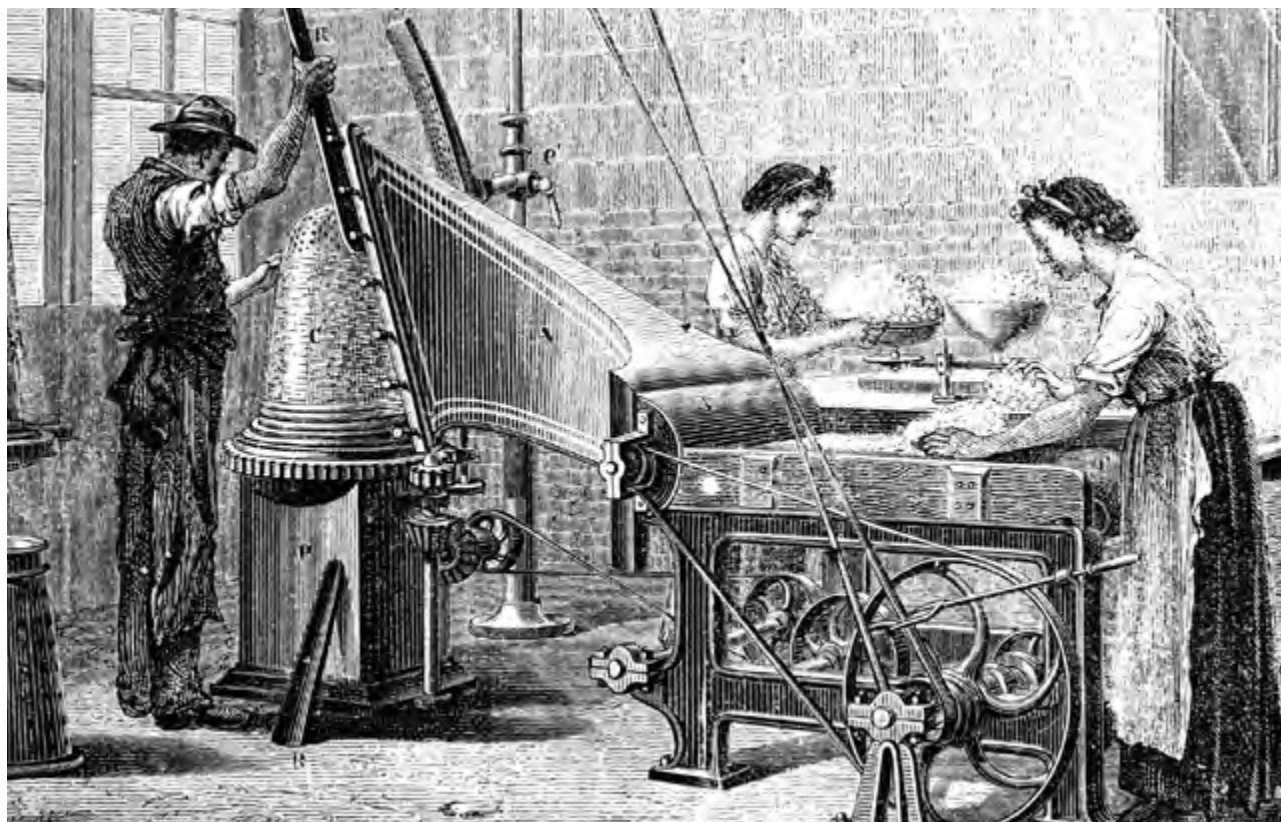
Em 1785, a manufatura de algodão no Brasil era pequena, mas não de

todo ruim. Além dos panos de vestir das roupas de escravos e sacarias das fazendas, o país produzia alguma coisa mais elaborada, e, nas tramas dos teares, mais que fios de algodão, ouro e prata eram tecidos e escapavam para o mercado europeu disfarçados de têxteis. Se Portugal comprava “fazendas” de melhor qualidade e mais baratas da Inglaterra, era preciso garantir um mercado para os produtos portugueses nas colônias da África e do Brasil.

Em 12 de junho de 1788, na então capital da colônia, Salvador, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, cumprindo as ordens do alvará, procedeu à destruição dos teares. Não havia muitos. Foram cinco pertencentes a

Jacob Munier, três de José Antônio Lisboa, três de Sebastião Marques, um de Miguel Xavier de Moraes e um de José Maria Xavier. A ordem foi cumprida sem pressa, e alguns teares não estavam sequer montados. Havia outras manufaturas no Brasil, e, como estas, basicamente, para produção de tecidos de qualidade inferior.

Os acordos assimétricos entre Portugal e Inglaterra transferiram para estas nações boa parte do ouro daqui, assim como as oportunidades de variar a vocação econômica brasileira. Este ouro lastrearia a Revolução Industrial inglesa e, segundo Eduardo Galeano, deixaria “buracos no Brasil, templos em Portugal e fábricas na Inglaterra”.



Gravura: Indústria de Algodão

Capítulo 6

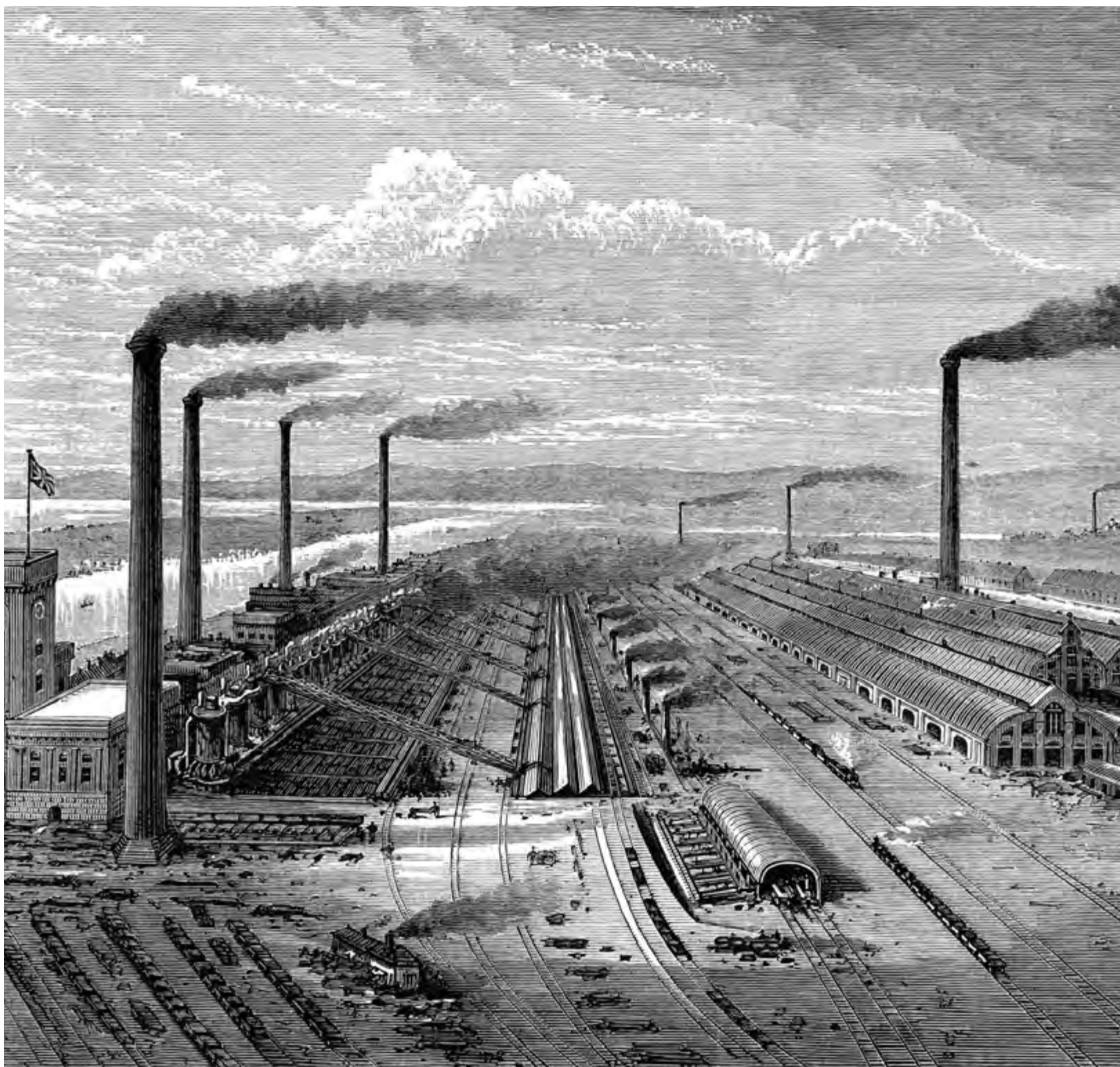
# *Uma revolução germinava*

É preciso sempre lembrar que a história é muito mais a trama de um tear do que a linha de um filatório. Por isso, muitas vezes, para contar a trajetória do algodão no Brasil, temos de voltar no tempo e cruzar o Atlântico, de ida e volta, diversas vezes.

Nos tempos do rei Dom Manuel, o eixo econômico do mundo começava a ser transferido da China e da Índia – países que, até o século XV, representavam quase metade da economia mundial – para a Europa, e, adiante, para todo o Ocidente, incluindo as colônias no Novo Mundo. O Mar Mediterrâneo, conhecido também como o Mar Oceano, tamanha a grandeza da sua importância, era então monopolizado por Gênova e Veneza, e começou rapidamente a perder, para o Atlântico, o posto de palco do comércio internacional. Portugal e Espanha foram pioneiros nessa mudança de protagonismo, mas outras nações emergiram, como Grã-Bretanha, França e Holanda, todas com portos atlânticos. E cada uma delas, em maior ou menor medida, motivou, interferiu, ou simplesmente tangenciou, a história do algodão no Brasil ao longo dos séculos.

Portugal e Espanha saíram na frente em suas incursões no Atlântico, a partir do século XV, mas uma série de fatores políticos e econômicos favoreceram a passagem dos holofotes para a Holanda e a Inglaterra. Segundo Maílson da Nóbrega (2016), a Holanda foi pioneira na criação de um sistema financeiro sofisticado no século XVII, incluindo operações de mercados futuros; já a Grã-Bretanha, palco da Revolução Industrial no século XVIII, se tornaria a maior potência econômica e militar do século XIX.

A partir daí, o Brasil será guindado a uma condição estratégica de importante supridor da matéria-prima que, nas lavouras e nas fábricas, foi a semente dessa revolução. Uma semente coberta de linter, afeita aos climas quentes, como os de certas colônias na África e na América. Mas, se o algodão abundava nas Américas e



Gravura: Revolução Industrial na Inglaterra

nas Índias, onde seu uso era tão antigo quanto cotidiano, na Europa, antes da Revolução Industrial, ele não possuía qualquer expressão. Em especial, na Inglaterra, cuja matriz das manufaturas têxteis era tradicionalmente a lã.

A resistência dos tecelões ingleses ao algodão era tamanha que a legislação nacional previa, inclusive, punições para quem fiasse, tecesse e comercializasse produtos feitos com ele. E aí de quem ousasse envolver um cadáver em panos de algodão: dez libras esterlinas teriam de sair do bolso do infrator.

Mas o algodão tinha vantagens que se sobrepuseram à tradição: oferta e logística, baseadas na disponibilidade, recém-descoberta, no Novo Mundo, e nas rotas inéditas aos países de longa experiência no uso da fibra, sobretudo na Ásia.

O comércio ultramarino que descortinou as Américas e costurou os continentes, num retorno mercantil à Pangeia original, acabou por romper as barreiras à nova matéria-prima, que, como já mencionamos, abundava nas Américas desde muito antes de Colombo, assim como na África e na Ásia. No Brasil, vimos também que, ainda no século XVI, seu cultivo vinha expandindo, e o algodão brasileiro já singrava os mares, fosse ocasionalmente exportado, em pequenas quantidades, ou contrabandeado.

No século XVII, as lavouras eram tantas em volta das casas que já produziam um volume considerável, e, no século XVIII, preocupavam a Coroa. Uma preocupação que se justificava pelo novo mercado da fibra, e a demanda insaciável da grande máquina devoradora de algodão que se tornara a Inglaterra, com a Revolução Industrial.

As plantações saíram do fundo dos quintais, onde eram só mais uma cultura de subsistência e suporte à pecuária, para ganhar feições comerciais. Nesta fase, a ctonicultura, entendida como tal, se alastrou por todo

o Brasil, de Norte a Sul, com destaque para os estados do Maranhão, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Minas Gerais e Bahia. Nascia, com a Revolução, uma *commodity* global.

No Brasil, a fibra experimentou, do final do século XVIII até o final do século XX, uma história de surtos de sucesso e decadência, ao sabor dos ventos do mercado mundial, favorecido pelos marcos históricos do moderno capitalismo, com a industrialização e as guerras, ou prejudicado pelos interesses vampirescos da metrópole e por sistemas tributários inadequados e penalizantes. —

Capítulo 7

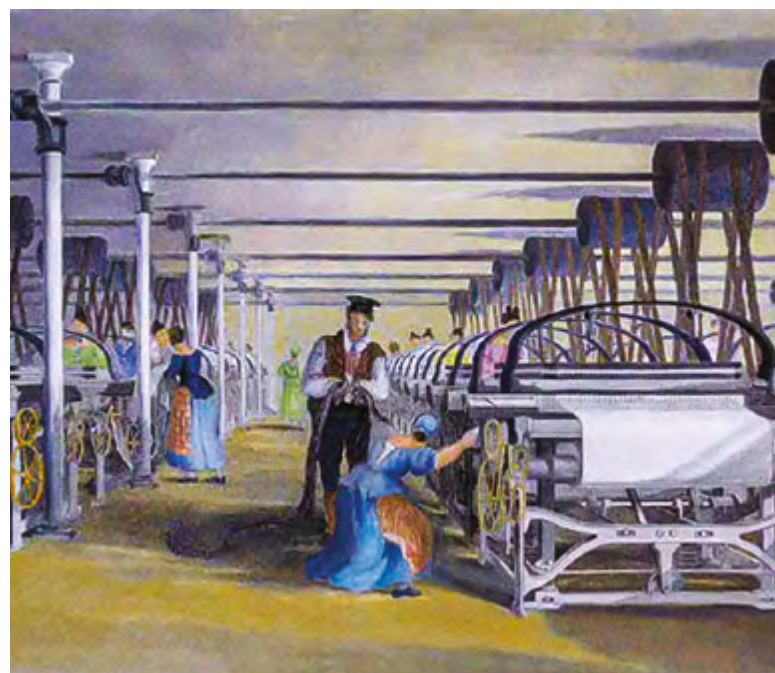
# *Engrenagem em evolução*



A história da produção de algodão e da indústria têxtil, no mundo e no Brasil, traz capítulos tristes e lamentáveis que preferiríamos deixar para sempre no passado, mas não podemos, pois estão impressos para sempre no tecido da memória: mãos escravas trabalhando nas lavouras das Américas para abastecer de matéria-prima as fábricas inglesas. Nestas últimas, mulheres e crianças parcamente remuneradas trabalhavam em turnos extenuantes e ambientes insalubres.

No Brasil, até o século XIX, a cotonicultura e a escravidão estiveram fortemente associadas. No campo, a prática da monocultura, típica do sistema de *plantation*, deixou um legado de empobrecimento dos solos e paisagens devastadas. Grandes extensões de lavouras eram necessárias para compensar a baixa produtividade, oriunda de pouca tecnologia e técnicas arcaicas. Essa realidade – exceto pela mão de obra escrava, claro – vigorou no país até tempos não tão longínquos. Somente a partir da adoção de um pensamento sustentável e de uma mudança profunda do modelo produtivo, inaugurada a partir da migração da atividade para o Centro-Oeste, no final do século XX, essa realidade se modificou, como veremos na segunda parte deste livro.

Contudo, se a Revolução Industrial teve um legado nefasto, seu caráter inventivo, tecnológico e disruptivo jamais poderá ser negado. Desde o século XVI, todo um ambiente favorável à revolução foi, gradativamente, configurado. As grandes navegações, a mudança do eixo econômico para a Europa, o acesso a novas culturas e novas matérias-primas, em especial ao algodão, foram o substrato para ideias geniais, que mudaram para sempre a história da humanidade e, ainda hoje, influenciam a nossa relação com o trabalho, com o tempo, com as cidades e com o consumo. A manufatura deu lugar à atividade fabril na Inglaterra, a partir de inventos que conferiram celeridade jamais vista ao ancestral ofício de fiar e tecer.



Revolução industrial, máquina têxtil



*Flying Shuttle, a Lançadeira Volante*

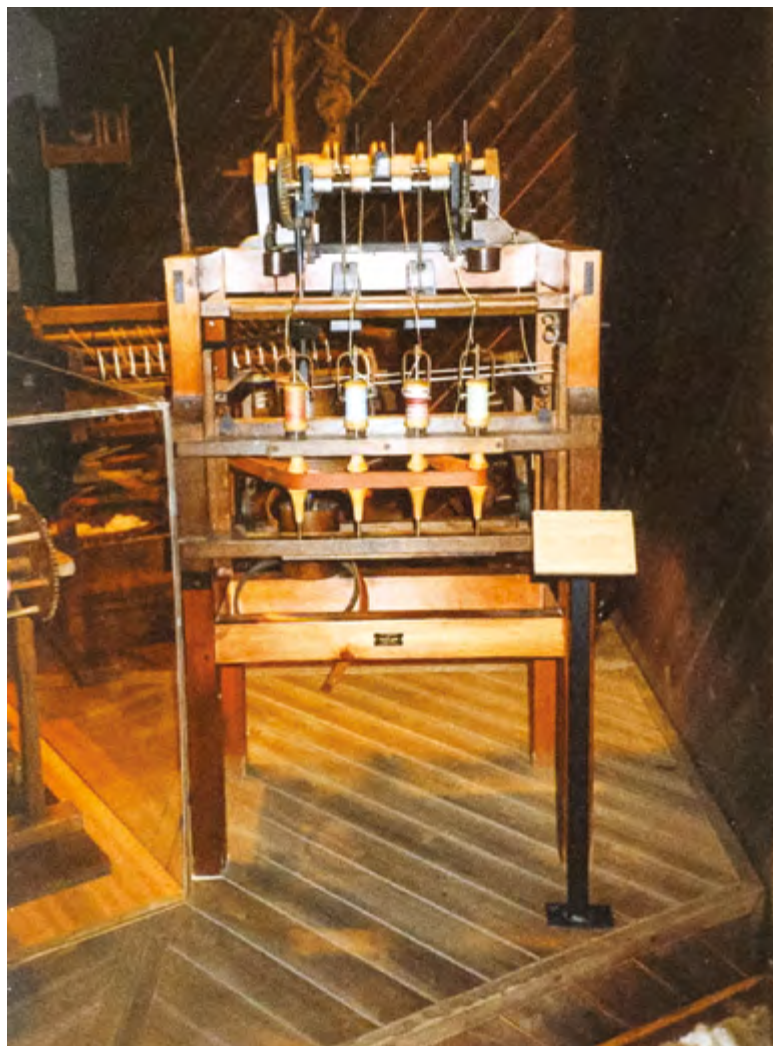
A velocidade com que surgiam as máquinas, e o impulso que elas davam em determinadas etapas da produção geravam descompassos entre os processos no campo e nas fábricas, requerendo, cada vez mais, novas ideias: a Revolução Industrial foi, antes de tudo, uma revolução têxtil.

Não existe uma data fixa para o seu início e nem se pode demarcar com certeza o seu final – como aconteceu com as grandes guerras – mas é possível traçar uma linha do tempo pontuada pelas grandes invenções na fiação, tecelagem e lavoura. A ordem destas três etapas citadas da cadeia produtiva não obedece ao fluxo normal do processo, mas foi talvez justamente isso que ajudou a acelerar a demanda por inventos para resolver os “bons problemas” criados a cada nova patente.

A sequência de invenções históricas a seguir diz respeito às inovações têxteis e agrícolas, desenvolvidas, principalmente, na Inglaterra. Contudo, é importantíssimo assinalar que, por volta de 1840, na Alemanha, descobriu-se a relação entre os elementos químicos nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K) e o crescimento e vigor das plantas. Sem um aumento de produtividade nas lavouras, nem mesmo a genialidade dos inventores de máquinas sustentaria uma revolução duradoura neste modelo.

Em 1733, John Kay criou a revolucionária *Flying Shuttle*, a Lançadeira Volante. Ela permitia que um único tecelão fizesse o serviço, em maior escala e largura de tecido mais ampla, onde antes eram necessários dois trabalhadores. Essa invenção acelerou significativamente a tecelagem, antes manual, reduzindo a mão de obra à metade. A partir daí, uma pessoa dava conta de quatro máquinas.

Acontece que o invento criou uma disparidade, uma vez que a tecelagem ficou rápida, mas não a fição.



Fiadeira Hidráulica

A invenção de Kay demandava pelo menos cinco fusos para cada tear.

Em 1738, o “problema” criado por John Kay parecia ter encontrado uma solução, quando Lewis Paul tirou a patente de uma máquina que ele, provavelmente, desenhcou e foi construída por John Wyatt. A novidade tinha dois conjuntos de rolos que rodavam em velocidades diferentes para puxar do algodão um fio cada vez mais fino.

Em 1741, esta mesma máquina, agora movida por burros, estava sendo utilizada em uma fábrica em Birmingham. Wyatt e Paul faliram, mas um certo Cave, que havia comprado cinco delas, as instalou em uma fábrica em Northampton. Diz-se que esta foi a primeira fição da história. Enquanto isso, a dupla de criadores da geringonça se empenhou para melhorar o invento, sem muito sucesso, mas o conceito foi aproveitado mais tarde por Richard Arkwright para projetar a sua fiadeira hidráulica.

Em 1764, James Hargreaves, tecelão de Oswaldtwistle, em Lancashire, criou o filatório, batizado por ele de Spinning Jenny, ao que se crê, inspirado numa roda de fiar que, ao ser tombada no chão, permaneceu rodando por um tempo. Não faltaram suposições para o nome de mulher dado à engenhoca, uma vez que nem a filha nem a mulher do inventor se chamavam Jenny, e a tal roda de fiar caída poderia muito bem ter sido o resultado de um provável acesso de fúria feminino. Mas a tese mais consistente sobre o nome é bem menos picante. Jenny nada mais seria que uma derivação de ‘engine’ (motor). Fofocas sobre as celebridades geniais à parte, Hargreaves bordou seu nome na história em ouro porque, depois de Jenny, cada tecelão pôde operar com vários fios ao mesmo tempo. O problema é que seus fios eram finos demais e se partiam na tecelagem, mais um desafio para os cérebros inventivos da época.

É em 1769 que Richard Arkwright muda definitiva-

mente o modelo de organização do trabalho fabril, que foi muito além do algodão para se tornar a base da maioria das indústrias até os dias de hoje. Sua máquina, a *Water Frame* (fiadeira hidráulica), inaugurou uma nova era. Ela consistia em quatro pares de rolos, cada um girando em velocidades sucessivamente mais altas, puxando o fio que era fisgado e torcido pelos fusos. Mas se a Jenny, de Hargreaves, fazia fios finos e frágeis, a *Water Frame* produzia fios tão resistentes que chegavam a ser grosseiros, por isso, se aplicavam melhor para fazer a urdidura dos tecidos e para a fabricação de panos mais rústicos.

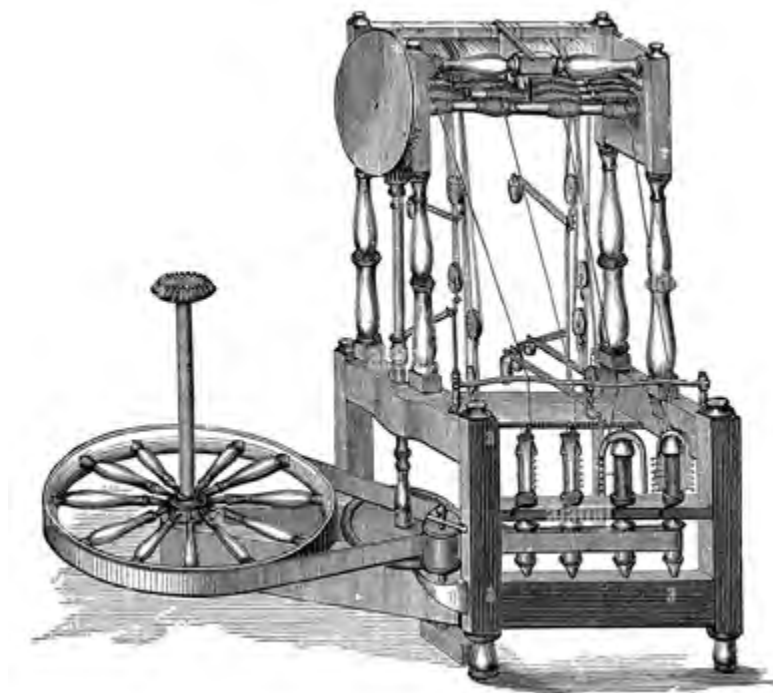
Em 1771, Arkwright montou sua fição em Cromford, pequena vila de Derbyshire, onde nasceu e vivia. Foi aí que ele instaurou o conceito de fábrica tal como o conhecemos ainda hoje. Antes dele, as manufaturas funcionavam enquanto houvesse luz do dia. Mas a fição de Arkwright era hidráulica, e como a roda d'água não podia parar, ele instituiu o regime de trabalho por turnos. Ao final de cada um deles, que somavam 24 horas, uma sirene tocava, indicando a hora da troca dos trabalhadores.

Com a sirene, também vieram as punições para os empregados retardatários. E o apito da fábrica passou a dar o tom, marcando o compasso da vida das pessoas que viviam nas cidades, que antes contavam as horas do dia ao som do sino da igreja. Pouco mais tarde, em 1775, Richard Arkwright patenteou a máquina de cardar movida a água. Escala, qualidade e preços baixos – mais ainda que os dos tecidos de lã – foram um grande passo para a popularização do algodão.

A cada novo invento, uma demanda por inovações surgia, fosse para suprir o desequilíbrio causado pelo anterior, ao acelerar uma das etapas produtivas, ou para aprimorar a tecnologia que o antecedeu. Samuel Crompton juntou o melhor de dois mundos, combinando a Spinning Jenny (filatório) com a *Water Frame* (fiadeira hidráulica), para criar uma única máquina, chamada “mula”. O nome sintetiza o caráter híbrido de sua invenção, que solucionou o problema das duas inspirações



Spinning Jenny



A Máquina de fiar foi inventada pelo inglês Richard Arkwright.

primeiras, ao produzir um fio ao mesmo tempo resistente e delicado.

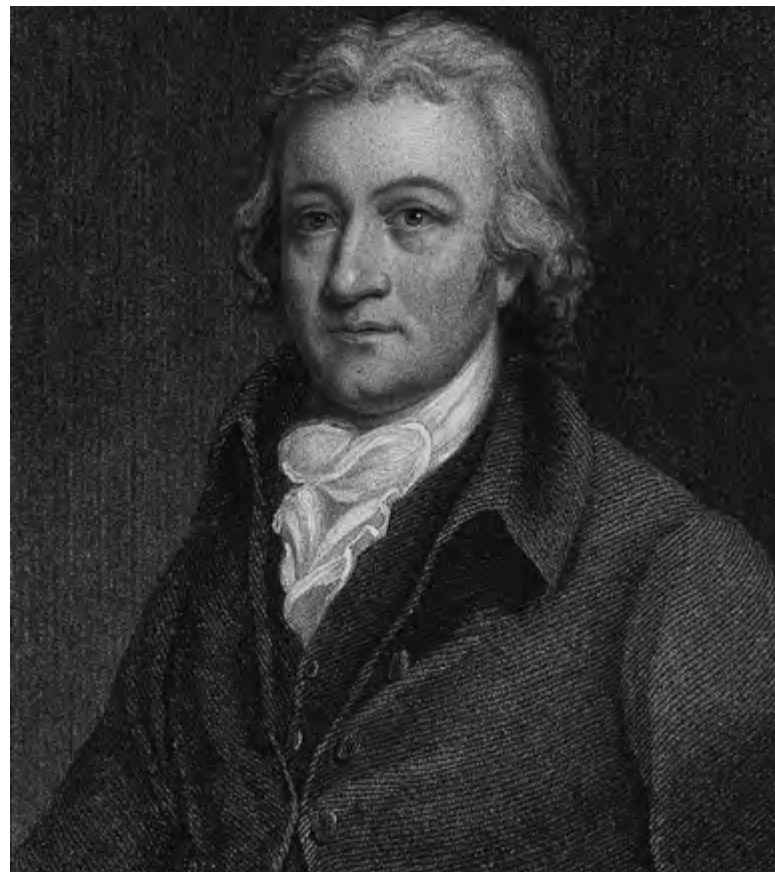
Ao passo que o tempo fluía, algumas patentes caíam e os inventos ganhavam popularidade. Isso incrementou as importações de algodão. Entre 1784 e 1785, elas cresceram cerca de 60%.

Em 1785, foi a vez da tecelagem ganhar um impulso tecnológico. Finalmente surgiu o tear mecânico, criado pelo reverendo Edmund Cartwright. Mas a máquina, que substituíria nada menos que 200 pessoas, só estaria definitivamente automatizada e apropriada para ser utilizada em larga escala cerca de quarenta anos depois. Claro que uma engenhosidade capaz de substituir duas centenas de pessoas no mesmo ofício encontrou resistência à época, pelos problemas sociais que ocasionou.

Até o processo de alvejar, que costumava durar meses, também teve de ser modificado para acompanhar a aceleração na fiação e tecelagem. Em 1785,

o químico escocês Claude Louis Berthollet experimentou com sucesso usar o cloro para isto. O processo foi aperfeiçoado e barateado por outros inventores, como James Watt e Charles Tennant, e o gargalo foi resolvido. Alvejar a fibra passou a demandar apenas alguns dias, ao invés de meses.

As inovações começaram na fábrica e não tardaram a chegar mais perto da lavoura. Em 1793, nos Estados Unidos, Eli Whitney criou a máquina de descaroçar algodão, separando a fibra da semente, no processo hoje chamado de beneficiamento. Ela multiplicou por cinquenta a velocidade dos aparelhos que a precederam e pôde atender à necessidade gerada pela criação de Edmund Cartwright, o tear mecânico.



Edmund Cartwright

Capítulo 8

# *A ascensão de Liverpool*



Gravura do Porto de Liverpool, Lancashire no século XVIII

A partir da segunda metade do século XVIII, na Inglaterra, Liverpool começa a ganhar expressão e a substituir Londres no comércio transatlântico de algodão, graças à sua posição geográfica, o que começou relativamente tarde. Por quase 200 anos, era por Londres que chegava o algodão do Oriente Médio. Londres praticava ainda um tipo peculiar de comércio de algodão, a reexportação continental para Holanda e França. Até o fim do século XVIII, a principal fonte de suprimento de algodão para a Europa eram as chamadas Índias Ocidentais, as ilhas caribenhas. Liverpool, por outro lado, havia sido um importante porto no vergonhoso comércio de escravos.

Mas a demanda por matéria-prima em Lancashire era maior do que poderiam oferecer os fornecedores tradicionais, o que levou os *merchants* a procurarem alternativas e a verem no Brasil uma resposta ao problema, já que a colônia portuguesa produzia um algodão de alta qualidade. Naquela época, a lei portuguesa estabelecia que toda a exportação de produtos da colônia fosse feita via Portugal, o que foi vantajoso para Liverpool, que já possuía uma história de comércio com Portugal,



National Portrait Gallery, Smithsonian Institution, Washington, DC, USA

Eli Whitney

que vinha desde os tempos Elisabetanos. Assim, a maioria do algodão brasileiro seguia para Liverpool, e não para Londres.

O livro “*The History of Cotton*”, publicado em 2016, pela *International Cotton Association*, a ICA, que um dia foi a *Liverpool Cotton Association*, traz alguns números que ilustram bem a relação entre as importações de algodão brasileiro e as duas cidades inglesas. Em 1792, as importações por Liverpool consistiram em 72.576 sacos de algodão, dos quais, 37.442, pouco mais de 51%, de Portugal, leia-se Brasil. Enquanto em Londres, os números eram de 55.525 sacos importados no total, sendo 7.611 de Portugal.

Londres e Liverpool haveriam de brigar pela liderança na importação de algodão por alguns anos, até que Liverpool sobe ao pódio, com o crescimento exponencial da produção de algodão nos Estados Unidos, a partir da invenção americana da máquina de descaroçar algodão, de Eli Whitney, em 1793. E de lá, do primeiro lugar, Liverpool não haveria de descer até a Segunda Guerra Mundial.

Capítulo 9

# *A estreia do Maranhão*





The Metropolitan Museum of Art, MMA-NYC, 1851

Washington cruzando o Delaware, durante a independência americana, em pintura de Emanuel Leutze

A expansão da cotonicultura e da manufatura no Brasil levava Dona Maria a publicar o seu famoso alvará, em 5 de janeiro de 1785, alegando que faltariam braços à agricultura e à mineração se as fábricas atraíssem para si a mão de obra local. O que diria a Rainha Louca ao ver in loco, os impactos das novas tecnologias que impulsionavam as fiações e tecelagens inglesas, avançando deste lado do Atlântico?

Desde a Revolução Industrial, o país passaria a ser um dos grandes provedores da indústria têxtil mundial. As lavouras deixaram os quintais para assumir um modelo mais “global”, definido pelo sistema de *plantation*, tal qual na América do Norte, que era basicamente caracterizado pela monocultura, latifúndios, foco em exportação e mão de obra escrava.

De acordo com o brasileiro Thales A. Z. Pereira, em seu artigo *The Rise of the Brazilian Cotton Trade during*

*the Industrial Revolution*, entre 1760 e 1808, o Brasil se beneficiou do crescimento da demanda britânica por uma nova variedade e comprimento de fibra que emergia com a Revolução Industrial. Segundo suas pesquisas, entre os anos de 1791 e 1801, o algodão brasileiro chegou a representar 40% das importações da matéria-prima em capulho em Liverpool, rivalizando com a oriunda das chamadas Índias Ocidentais (*West Indies*), que englobam as Antilhas e o arquipélago de Lucayan.

Contra a versão tradicional da literatura sobre a disputa entre o algodão brasileiro e o americano à época, que coloca os dois países como concorrentes diretos no suprimento da indústria inglesa, até que a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775/1783) consolidasse, pelas circunstâncias, o Brasil na liderança, Pereira contra-argumenta que, até a Guerra de Independência, os Estados Unidos não eram sequer um concorrente: o

algodão americano, do tipo *upland*, por natureza uma pluma de fibra curta, não servia à tecnologia então em vigor para produção de tecidos mais elaborados, como as musselinas e a chita. O G. barbadense; natural da América do Sul e abundante no Brasil, por sua vez, prestava-se perfeitamente à função. Suas fibras longas geravam fios mais finos, adequados ao desempenho da Water Frame e da “Mula”, que imperavam, especialmente, entre 1780 e 1790.

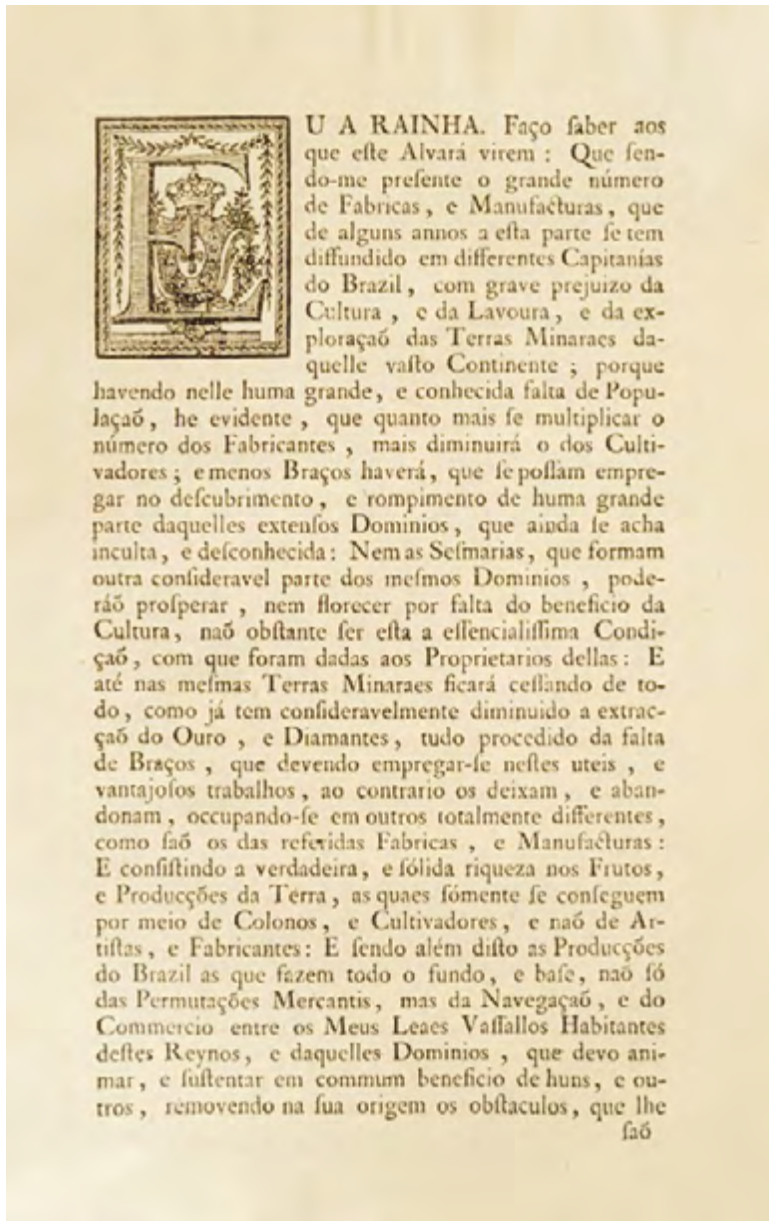
No auge da Revolução Industrial, os destaques na produção de algodão no Brasil eram, principalmente, os estados do Nordeste, com destaque para o Maranhão. Minas Gerais também integrava os estados produtores. Em quase todos eles, as lavouras trilhariam das faixas mais litorâneas, passando pelo Sertão, até chegar ao Agreste e à Caatinga.

Em alguns desses lugares, a fibra rivalizou com a tradicional cana-de-açúcar e, em Minas Gerais, antecedeu o café. A indústria também se estabelecia nacionalmente, equipada com os novos inventos para fiação e tecelagem e movida por novas fontes energéticas, como a hidráulica. Algumas delas, como a Valença Têxtil e a Cedro, ainda existem à época da publicação deste livro.

O Maranhão começou a produzir com fins de exportação em 1755, impulsionado pelas facilidades conseguidas pela Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão. O empreendimento lusitano foi criado pelo Marquês de Pombal, em 1682, em Lisboa, e detinha o monopólio da exploração e comércio entre esses dois estados e a metrópole, além do direito de importação e exploração de mão de obra africana escravizada, uma vez que, com a influência dos jesuítas e da sua Companhia de Jesus, tornou-se proibido escravizar os índios no Brasil.

De acordo com Nunes Moreira e Santos, “a lavoura algodoeira disseminou-se ao longo do litoral e pelos vales dos rios maranhenses, em especial do Itapecuru, que foi o grande rio da expansão algodoeira no estado”. A atividade avançou, indo além do litoral e dos cursos desses rios, para ganhar o Vale do Parnaíba e outros.

Em 1760, o Maranhão exportou algodão pela primeira vez: 9.765 qui-



Em 5 de janeiro de 1785, D. Maria I, rainha de Portugal, assinou o alvará que proibia o funcionamento de fábricas e manufaturas no Brasil

los, que deixaram São Luís com destino a Lisboa, e a carga foi dividida em três navios. As remessas se avolumaram até por volta de 1826-1830.

Sven Beckert, em seu *Empire of Cotton* (2014), conta que a primeira remessa de algodão brasileiro chegou ao Reino Unido em 1781, oriunda, principalmente, do Maranhão e de Pernambuco. Beckert relaciona o avanço da cotonicultura no Brasil, na segunda metade do século XVIII, à curva ascendente de importação de escravos, cujo emprego, entretanto, nunca foi tão relevante no algodão quanto o foi em outras atividades no país, como na cultura da cana-de-açúcar. “O desenvolvimento do algodão competia com o do açúcar por escravos. Mais tarde, os produtores de cana disputariam por terras, escravos e poder”, escreve.

José de Alencar Nunes Moreira e Robério Ferreira dos Santos (1994) relacionam a ascensão do Brasil ao topo do ranking mundial à Guerra de Independência americana, sendo o ano de início desta, o mesmo que assinala a primeira exportação maranhense. A partir de 1821, os Estados Unidos voltariam, segundo os estudiosos, com cada vez mais força, ao fornecimento da fibra.

Thales Zamberlan Pereira ressalta que não foi a guerra, mas, sim, a tecnologia e a melhoria na produ-

tividade que alçaram os Estados Unidos a uma posição até então inédita de liderança. A partir de 1830, segundo Pereira, o mundo passou a usar quase exclusivamente a fibra curta, tanto porque as máquinas evoluíram – podendo fazer tecidos mais finos com algodão de fibra curta –, quanto em razão da produtividade do próprio algodão (nas lavouras) que era maior.

Em entrevista para este livro, Zamberlan afirmou que, “até então, não existia grandes diferenças de produtividade entre os fornecedores. Somado a isso, o algodão brasileiro, mais afeito à costa, e, portanto, com uma oferta muito inelástica, também limitou o crescimento do país no período, o que só viria a reverter um pouco adiante, com a Guerra Civil Americana. Esta sim, altamente influenciadora sobre a posição brasileira”, afirmou.

A oferta de algodão para a Inglaterra não se restringia aos dois países, Estados Unidos e Brasil. Outros *players* se moviam no tabuleiro. Dentre eles, a Índia, que aumentou as exportações, ao passo que o Maranhão perdeu espaço na concorrência. Para piorar, entre os anos de 1831 e 1840, os preços do algodão caíram vertiginosamente, o que representou um tiro de misericórdia no ânimo do cotonicultor maranhense. Nesta época, a média de preços da pluma variou de 9,71 a 9,50 centavos de dólar por libra-peso. Em 1818, o algodão estava cotado a 34 centavos de dólar por libra-peso.

Com preços baixos e a influência dos levantes do período da Regência no Brasil, como a Balaiada, ocorrida no Maranhão (dez1838/ago1839), continuar produzindo nos mesmos moldes não compensava. Os escravos eram caros, e o custo de logística também. Além disso, a produtividade caía safra a safra por causa do uso ininterrupto do solo na monocultura. Em poucos anos, a cotonicultura maranhense, já estagnada, daria lugar ao cultivo da cana-de-açúcar, que teve início em 1848 naquele estado.



Gravura: Plantação de cana-de-açúcar

Capítulo 10

*O mapa do “ouro branco”,  
da Revolução Industrial à  
Guerra de Independência  
dos Estados Unidos*

Ao lado do Maranhão, Pernambuco foi a grande estrela cotonicultora do século XVIII, mesmo que, ainda hoje, a associação direta entre o estado e as culturas agrícolas de exportação seja a cana-de-açúcar. O que poucos sabem é que estes dois cultivos chegariam a rivalizar. A fibra já era plantada lá desde o século XVI, mas, assim como aconteceu no Maranhão, somente tomou fôlego de *commodity* a partir deste período virtuoso do século XVIII até por volta da terceira década do século XIX. Também em Pernambuco, o plantio começou no litoral, foi para o Agreste e chegou ao Sertão. No litoral – a Zona da Mata, onde também vigorava a cana-de-açúcar –, os famosos engenhos chegaram a ter aptidão para processar as duas culturas.

No Sertão, a atividade se estabeleceu e expandiu em associação com a pecuária, no binômio boi-algodão. Os números oficiais de exportação no estado só começam a ser registrados a partir de 1801, mas não são tão precisos, pois pelo porto do Recife saía algodão de outros estados, como as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas.

As exportações pernambucanas se deram mais ou menos na mesma época em que as maranhenses, e alcançaram o seu ápice em 1825, quando o estado remeteu quase mil e seiscentas toneladas de algodão para a Inglaterra. A partir daí foi só declínio e estagnação, até os anos 50 do século XIX, também em função das dificuldades de manter e ganhar mercado internacional,

Crédito: CEDOC da Fundação Romi



Senhor arando o solo com trator para plantio do algodão

com o retorno dos EUA ao páreo e os baixos preços da pluma.

O Ceará começou a plantar algodão para exportar em 1777, na região da Serra de Uruburetama, no Noroeste do estado. As lavouras avançaram nos distritos de Fortaleza e por outras serras, até chegar às várzeas do rio Jaguaribe. A primeira exportação de algodão cearense foi de pouco mais de mil toneladas, que saíram pela Bahia para o estrangeiro. Nesse período e até 1805, o Ceará era parte da Capitania do Governo Geral de Pernambuco, e, por conta disso, quase toda a sua produção partia para o destino pelo porto do Recife. A primeira exportação cearense direta com Lisboa aconteceu após a desanexação.

Também nesse estado, o contexto internacional de mercado, que prejudicou os embarques no Maranhão e em Pernambuco, definiu a derrocada da produção após 1822. Somaram-se a essas causas uma doença, o mofo-do-algodoeiro, também chamado de ferrugem, a Grande Seca de 1825 (assim mesmo, com letra maiúscula) e a agitação política no Brasil, após a Independência de Portugal, em 1822.

O Ceará era produtor de uma fibra de excelente qualidade, mas as rudezas do clima afetavam sobremaneira a estabilidade do fornecimento. O mofo foi superado, mas as secas frequentes prejudicaram a produção que, a partir de 1850, voltaria a crescer, rivalizando o algodão com outros produtos de exportação estadual, como couro, açúcar e animais vivos. Esse período de crescimento chegaria até os primeiros anos da década de 1860.

De acordo com Nunes Moreira e Santos, embora não se saiba exatamente quando começou o plantio comercial na Paraíba, existem evidências de que ele data do século XVIII e era plantado, inclusive, para exportação. Os embarques passaram a figurar em registros estatísticos somente a partir de 1815, quando começou a ser cobrado o “dízimo sobre a exportação de algodão”.

O algodão paraibano competia com a cana-de-açúcar no litoral, estendeu-se pelos terrenos do Agreste e ganhou a Caatinga, onde se estabeleceu em definitivo, da mesma maneira que ocorrera em outros estados, como Pernambuco. E foi no Agreste que ele se tornou um grande negócio, na primeira década do século XX, quando a Paraíba viraria sinônimo de algodão no país, e Campina Grande, o grande entreposto comercial de algodão do mundo, perdendo apenas para Liverpool, na Inglaterra.

Neste último quartel do século XVIII, contudo, a cultura integrou a matriz produtiva do estado com a pecuária. Essa fórmula já era comprovada na

garantia da sustentabilidade econômica para os produtores, nos momentos de preços baixos ou de secas extremas.

Com a indústria têxtil inglesa em evidência e a demanda de mercado e preços aquecida, o algodão ganhou o Brasil, seja como cultivo associado (pecuária) e/ou concorrente (cana-de-açúcar), ou mesmo substitutivo de atividades econômicas tradicionais, como o que aconteceu na província de Minas Gerais, na qual a pluma foi uma alternativa à decadente mineração, na última década do século XVIII. Em 1818, Minas produziu em torno de 1,3 mil toneladas de algodão e “1.243.343 varas de tecido” (Embrapa, 1994), o que denota a vocação têxtil do estado.

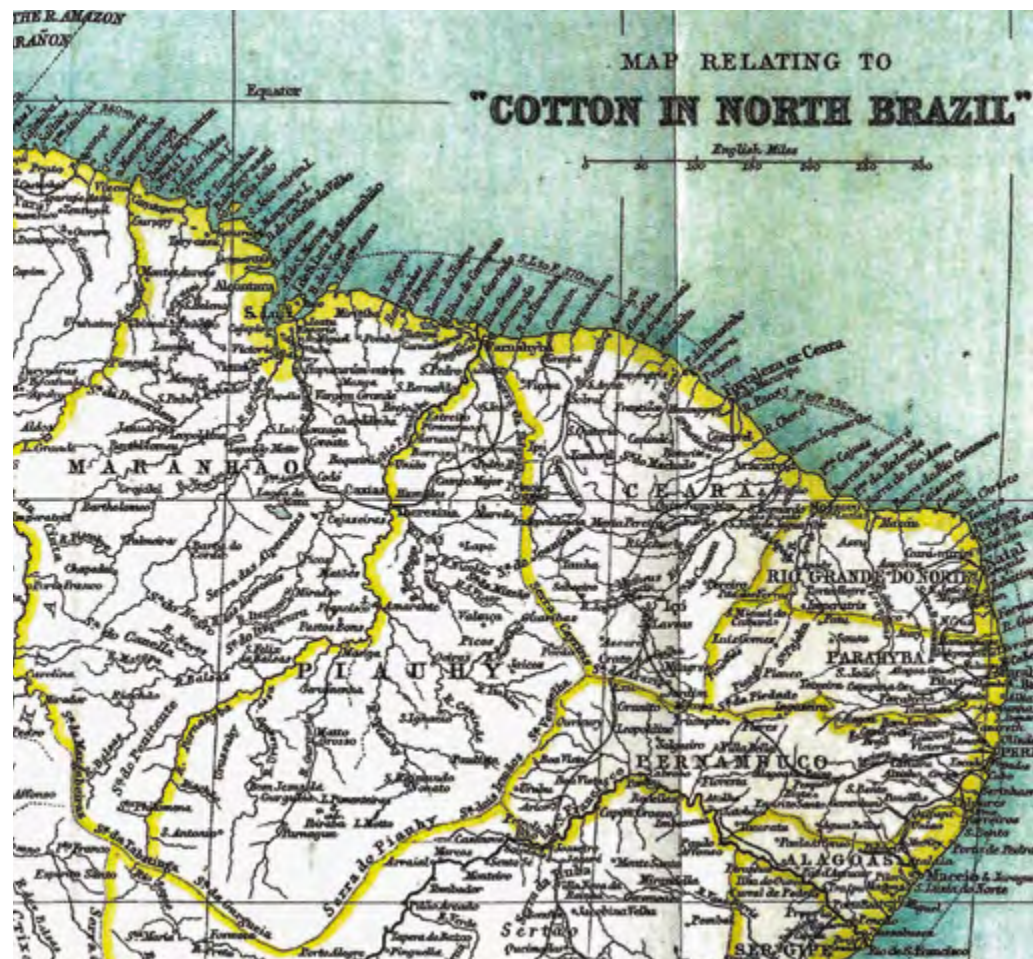
Contudo, em Minas, à semelhança do que ocorria de resto no Brasil, a cotonicultura oscilava de acordo com as oportunidades históricas do mercado internacional, aos soluços, e não como algo estabelecido e perene. Entre os anos de 1823 e 1829, a cotonicultura mineira se retraiu, resistindo ainda um pouco mais na região de Minas Nova. A partir daí, o algodão viria a ser substituído pelo café.

Enquanto isso, na Bahia, as lavouras algodoeiras chegavam a quase tocar as mineiras, espalhando-se pelos arredores da abastada Rio de Contas e por Vitória da Conquista, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Caetité, dentre outras localidades, especialmente na região Sudoeste do estado. De Caetité, que atualmente chama a atenção do mundo pelo que abriga em seu subsolo – ferro e urânio – saíam, àquela época, cerca de mil mulas carregadas de sacas de

algodão para a capital, Salvador.

A essa pujança, tal qual aconteceu com outros estados cotonicultores que surfaram na onda da Revolução Industrial, seguiu-se a decadência, a partir dos anos de 1830.

Os Estados Unidos, que, entre 1811 e 1815, exportavam, aproximadamente, 53% do algodão que produziam, passaram a embarcar mais de 70% entre 1831 e 1835. Com o relacionamento restaurado com sua antiga metrópole, os americanos comprometeram a competitividade do algodão brasileiro e desestimularam o plantio por aqui, pois a abundância do produto no mercado jogou os preços para baixo.



Mapa relatando o cultivo do algodão no Norte do Brasil

Capítulo 11

*...E o vento levou  
(temporariamente)  
nosso concorrente: a  
Guerra Civil Americana  
e a cotonicultura  
brasileira (1861-1865)*



É quase impossível pensar na Guerra Civil Americana sem deixar vir à mente a trilha sonora majestosa, as cores vivas, as nuances sanguíneas do pôr do sol que se confundem com o vermelho da terra de uma certa fazenda imaginária chamada Tara, no Sul dos Estados Unidos. A herdade fictícia é o palco metafórico de um dos mais sangrentos episódios da história americana. Em Tara, o branco das plantações de algodão contrasta com a pele negra dos escravos que colhem os capulhos com as mãos, e das negras mulheres a apertar os espartilhos e engalanar em vestidos de muitos babados – bem engomados pelas negras – senhorinhas alvas como leite, como a voluntariosa Scartlett O’Hara, personagem icônico de Vivien Leigh, no épico hollywoodiano de 1939 ...*E o Vento Levou*.

Neste filme, o algodão e a disputa fratricida entre os estados industriais do Norte dos Estados Unidos e os agrários, do Sul, são mais que pano de fundo: são personagens do romance, convertidos em celuloide, que, ainda hoje, encantam pela grandiosidade épica, mas que edulcoraram em Technicolor (foi o primeiro filme em cores da história do cinema) os horrores da escravidão.

Na Guerra de Secessão, o Brasil conseguiu uma ponta como figurante – importante, contudo, – quando “o vento levou” os Estados Unidos do mapa dos grandes supridores de algodão da indústria inglesa. Mas mesmo com os americanos fora de cena, nem de longe o Brasil deu conta de atender à demanda inglesa pela fibra, que chegou a ser superior a cinco milhões de fardos entre 1860 e 1870.

Nesse período, as exportações brasileiras de algodão aumentaram 400%, saindo de 12 mil toneladas (55 mil fardos) para 60 mil toneladas (275 mil fardos). Muito mais que o Brasil, outros fornecedores surgiram para ocupar o espaço deixado pelos Estados Unidos. A produção de algodão cresceu em torno de 70% na Índia e no Egito.



Cena do filme “E o Vento Levou”

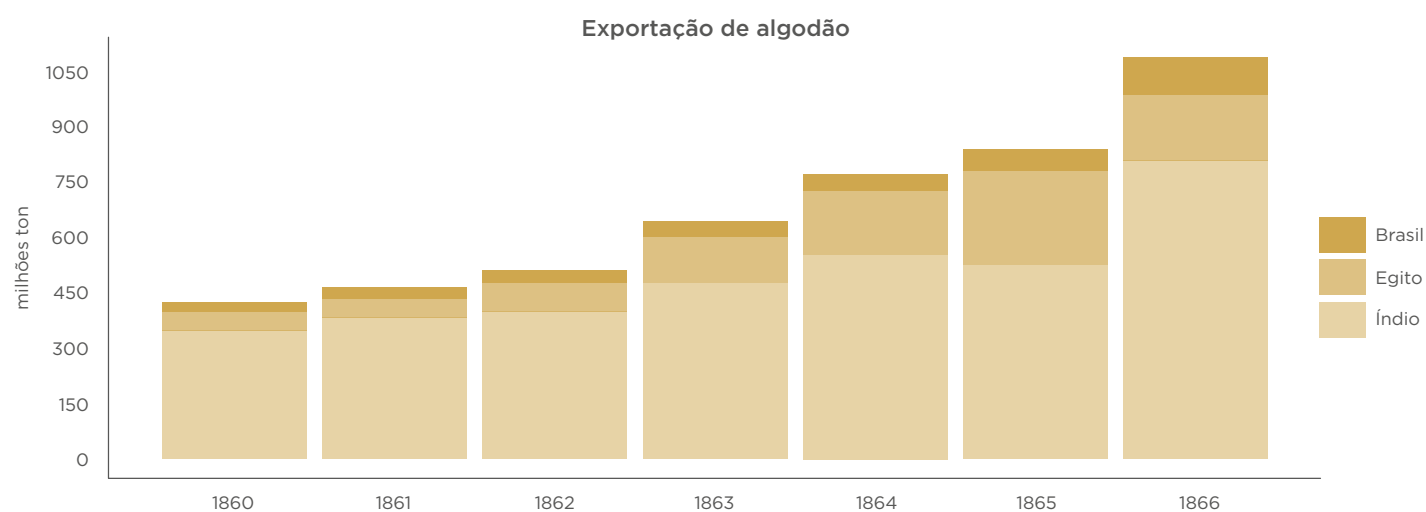
Norte e Sul dos Estados Unidos divergiam sobre o uso da mão de obra escravizada. Os primeiros intencionavam uma revolução industrial nos moldes da inglesa, que só faria sentido com trabalhadores assalariados, como na Inglaterra. Não por razões humanitárias, diga-se, mas mercadológicas: para formar mercado consumidor, também pelo fato de que, por mais que os escravos não recebessem salário, ainda custavam mais “caro” que um empregado para o industrial.

Além do preço pago na aquisição de um escravo africano, era preciso, ainda que parcamente, alimentá-lo e vesti-lo. E, a esta altura da Revolução Industrial, o maquinário fabril, e mesmo o utilizado na lavoura, vinha evoluindo e substituindo mão de obra. Os estados do Sul americano insistiam na manutenção da agricultura de *plantation* de algodão e tabaco. Com a secessão, o “racha”, os estados sulistas se intitularam “Estados Confederados da América”.

## Produção, consumo e preço do algodão entre 1860 e 1869

Ano	Produção EUA (fardos)	Exportação EUA (fardos)	Consumo Europeu (fardos)	Importação Europeu (fardos)	Média de preço (Nova York)	Média de preço (Liverpool)
1860	4.861.292	3.774.173	4.321.000	5.103.000	11,00	5,97
1861	3.849.469	3.127.568	3.041.000	3.036.000	13,01	8,50
1862	4.500.000	644.936	1.993.000	2.427.000	31,29	18,37
1863	1.600.000	10.898	2.146.000	2.436.000	67,21	22,46
1864	450.000	27.053	2.588.000	3.181.000	101,50	27,17
1865	300.000	24.787	3.055.000	3.415.000	83,38	19,11
1866	2.269.316	1.554.664	3.935.000	5.078.000	43,20	15,30
1867	2.097.254	1.557.054	4.147.000	5.239.000	31,59	10,98
1868	2.519.554	1.655.846	4.604.000	5.218.000	24,85	10,52
1869	2.366.467	1.465.880	4.503.000	5.086.000	29,01	12,12

Fonte: Departamento de Agricultura Americano (Divisão de Estatísticas)



Fonte: Departamento de Agricultura Americano (Divisão de Estatísticas)

Para os americanos, o custo dessa guerra foi de pelo menos 600 mil vidas, em quatro anos. Dentre todos os prejuízos, humanos e financeiros, um outro preço a ser pago foi a perda da hegemonia no mercado de algodão. Os portos do Sul dos Estados Unidos foram bloqueados pela frota dos estados do Norte e as comunicações entre as zonas produtoras e os centros comerciais europeus foram cortadas. Com a sua produção abalada e desorganizada pela guerra, assim como – asseguram diversos autores mais tradicionais – na época da independência daquele país de sua metrópole, os Estados Unidos perderam momentaneamente espaço.

O Brasil, outra vez, se agarrou à brecha aberta por uma crise externa para impulsionar suas exportações para a Inglaterra. Como das vezes anteriores, a um pico de sucesso corresponderia uma relativamente rápida perda de mercado, pois, a partir de 1870, os Estados Unidos não só recuperariam a posição de líder, como voltariam com ainda mais força, o que acarretou sérios problemas aos cotonicultores do Brasil. Sem um alicerce forte, a produção de algodão no Brasil foi gravemente afetada, a ponto de quase deixar de existir em alguns estados, antes importantes, como o Maranhão.

Enquanto durou a guerra e pelos cinco anos seguintes, o algodão cobriu de branco as paisagens do Nordeste brasileiro, e novas áreas se juntaram à produção, como São Paulo, que estreou em grandíssimo estilo, com uma variedade inédita no país, herbácea, o *upland* americano, além disso, canalizando para o seu grande porto, em Santos, os embarques da fibra.

O Maranhão, que chegou a ser o primeiro grande exportador de fibra do Brasil, estava já tão decadente à época da Guerra Civil americana que não conseguiu

aproveitar as oportunidades do ciclo, voltando suas lavouras comerciais à velha condição de roças domésticas. Em outras áreas tradicionais, como Pernambuco, nas quais, no ciclo anterior, a cotonicultura migrou do litoral para o Sertão e deste para o Agreste, o cultivo se expandiu mais uma vez para a chamada Zona da Mata, e a pluma voltou a dividir espaço nos engenhos com a cana-de-açúcar.

O Ceará apostou todas as fichas no algodão neste período, tanto que até cogitou substituir por ele a cana-de-açúcar. Fortaleza se transformou numa grande área de convergência de animais de carga, que chegavam do interior com os fardos. A partir de 1864 – portanto, depois do início da guerra–, as exportações cearenses deslancharam, no embalo dos preços convidativos da pluma, para perder fôlego a partir de 1871.

A Paraíba não demorou a entrar no jogo. O algodão chegou a representar 72% da pauta de exportações da província em 1864, superando até mesmo o açúcar. As duas culturas disputariam não apenas em importância nas vendas externas paraibanas, como também em área plantada.

As lavouras de algodão entraram com tudo nos vales dos rios Paraíba e Mamanguape, e, nos engenhos, cana-de-açúcar e capulhos eram beneficiados lado a lado. O porto de Mamanguape passou a embarcar boa parte do algodão paraibano. O resto do montante exportado seguia pelo Porto do Recife.

O Rio Grande do Norte seguiu o exemplo de outros estados produtores nordestinos nessa época, mesmo não tendo aproveitado, como os demais, as oportunidades da Revolução Industrial. —————

Capítulo 12

*A pequenina mais  
que notável*

Hoje, uma é conhecida como a terra dos Beatles, e a outra, a Capital do Forró. Mas, nas primeiras décadas do século XX, Liverpool e Campina Grande eram, respectivamente, o primeiro e o segundo maiores entrepostos comerciais de algodão do mundo, ainda que essa proporção pendesse muito mais para Liverpool que para Campina. Pouca gente, hoje, sabe dessa importância da Paraíba na geografia do comércio da fibra à época, mas o estado, e, em especial, a cidade de Campina Grande, viram o desenvolvimento chegar de trem, carregado de algodão.

O apogeu do algodão na então Vila Nova da Rainha começou, contudo, muito antes, por volta de 1860, e durou até em torno de 1940. Essa janela, de certa forma, coincide com o início da Guerra de Secessão e a decadência cafeeira, após a Crise de 1929, que culminou na ascensão da cotonicultura em São Paulo e no Paraná, e abarca também o período das duas Grandes Guerras, que também impactaram o fornecimento da fibra pelos Estados Unidos.

Toda a efervescência econômica, urbanística e cultural em Campina Grande, neste período, se deu em função do algodão, entretanto, a Princesa da Borborema, sequer era uma produtora. Havia lavouras, é fato, mas o algodão que plantavam era de fibra curta, o *upland*, introduzido no país pelos “confederados” que se exilaram no Brasil, e o Reino Unido, o grande consumidor à época, demandava a fibra longa, que, no Nordeste brasileiro provinha do algodão mocó, ou Seridó.

Emancipada de vila para cidade, em 1864, em Campina se desenvolveu um grande polo de beneficiamento e comercialização de algodão, justamente, quando os Estados Unidos deixaram de ser fornecedores da Inglaterra, por causa da Guerra de Secessão (1861 a 1865). Campina não tem mar, o que torna ainda mais curioso o fenômeno, e a linha de trem chegaria em 1907. Caminhões não se viam até por volta de 1930. A eletricidade só chegaria às casas em 1920.



The Beatles

Festa junina de Campina Grande:  
o maior São João do mundo

Comemoração do fardo de algodão número 50.000, pronto para ser exportado para Liverpool, na Inglaterra, pela firma “José de Brito e Cia”, de Campina Grande, em 1934



O algodão viajava no lombo de burro, vindo de outras regiões do estado, para ser prensado na cidade, como cantou Luís Gonzaga na canção Tropeiros da Borborema, de autoria de Raimundo Asfora e Rosil Cavalcante

---

*“São tropas de burros que vêm do Sertão, trazendo seus fardos de pele e algodão”.*

De acordo com o historiador Gervácio Batista, em depoimento para o caderno especial de homenagem aos 150 anos de Campina, produzido pelo Jornal da Paraíba, nas épocas de maior fluxo, chegavam à cidade em torno de dois mil animais, cada um levando oito arrobas de algodão, cerca de 120 quilos. Mas as condições precárias das estradas de barro somadas aos procedimentos de acondicionamento, também precários, comprometiam a qualidade do produto. Sem falar no que tomavam de espaço, por conta da falta de prensagem.

Ainda hoje, embora diáfana, a aura do algodão persiste em Campina, uma cidade que se destaca pela indústria dos mais diversos bens, pelo

grande número de universidades e pelos traços urbanísticos. No prédio da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), de arquitetura monumental, assinada por Cydno da Silveira, um belo painel de Athos Bulcão remota aos tempos do apogeu da fibra. Este painel, feito em quatro cores, algo que não se vê muito na obra do artista, homenageia a renda de bilro, metaforicamente, a primeira indústria têxtil do Brasil.

Em Campina, no Museu Digital do Sesi, o visitante pode viajar no tempo até a era de ouro do algodão na cidade, por meio de painéis interativos, filmes, fotografias, jogos e áudio-guias. E há também o Museu do Algodão, onde instrumentos de classificação, paisagem, prensa, dentre outros, contam a história do famoso Ouro Branco.



Museu do Algodão em Campina Grande, PB

Transporte em  
lombo de burros

A Embrapa Algodão está sediada lá, o que diz bastante sobre a importância da fibra para a cidade e o estado. No portão principal do prédio da empresa de pesquisa, pode-se ver um exemplar do Locomóvel, uma espécie de trator que gerava energia para as indústrias de Campina Grande, no início do século XX, testemunha metálica de um tempo em que o algodão não apenas demandava os investimentos em geração de energia, como era, ele mesmo a força motor do desenvolvimento.

Painel de azulejos,  
obra de Athos Bulcão,  
na sede da Federação  
das Indústrias do  
Estado da Paraíba, em  
Campina Grande







Acervo do Museu do Algodão, em Campina Grande, PB



Locomóvel, Embrapa Algodão



Embrapa Algodão, em Campina Grande

Capítulo 13

*Alagoas também fez  
história no algodão*



Senhores em uma plantação de algodão trabalhando no processo de secagem

A história do algodão em Alagoas quase sempre é relegada a um status secundário. Uma grande injustiça para um estado que carrega, do lado direito do brasão, em sua própria bandeira, um pé de algodão. À esquerda, está a cana-de-açúcar, cultura que remanesce em cores bem mais vibrantes na memória de quem vive lá ou pensa na força que por tanto tempo moveu a economia alagoana. Se aparecem juntos na flâmula não é por acaso. Algodão e cana-de-açúcar coexistiram por muito tempo, e, não raras vezes, em pé de igualdade, ou mesmo consorciados. A fibra determinou o desenvolvimento de diversos municípios, no Sertão, onde fica a cidade com o sugestivo nome de Ouro Branco, no Agreste e na Zona da Mata.

A Associação Comercial de Maceió é um exemplo disso. Foi criada por um algodoeiro, José Joaquim de Oliveira, em 7 de setembro de 1866, ainda sob a influência da Guerra Civil Americana e da Independência do Brasil, período de grande efervescência na cotonicultura brasileira. Um achado de 2011, esquecido por cerca de um século e meio no acervo da Associação, dá uma mostra da importância do algodão para o estado. As atas da fundação da entidade, assinadas por 46 produtores de fibra que almejavam o mercado externo, e que sonhavam tornar Alagoas um expoente nordestino no país, tal qual o eram Pernambuco e Bahia.

Ainda que o plano dos fundadores da Associação Comercial não tenha se concretizado, o algodão propor-

cionou um salto na indústria alagoana, entre os anos de 1930 e 1950, e antes disso, desde a virada do século 19 até a primeira metade do século 20, como afirmam os historiadores Douglas Apratto e Golbery Lessa em seu livro *O Ciclo do Algodão e as Vilas Operárias*, título da Edufal.

Segundo os historiadores, no século XIX, a produção de algodão foi equivalente à de cana-de-açúcar, em Alagoas. Entre 1933 e 1954, período de crise da indústria açucareira e de auge da indústria têxtil, a área plantada com algodão superou em muito a da cana. As duas atividades eram equivalentes em geração de riquezas, mas as fábricas têxteis empregavam o dobro de operários, a maior parte deles, mulheres, e seus custos eram muito mais altos que os das usinas, especialmente com os salários, que eram maiores nas têxteis. Estima-se que uma fábrica de tecidos valia duas usinas de açúcar. “A indústria de fiação e tecelagem não foi, portanto, um apêndice, algo menor e episódico, foi uma alternativa de desenvolvimento efetiva e mais progressista do que a indústria canavieira”, afirma Lessa, em entrevista ao jornal *Gazeta de Alagoas*.

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), citados pelos historiadores na reportagem da *Gazeta*, nas doze fábricas alagoanas existiam 10.514 operários têxteis, em 1950. Essa quantidade manteve-se estável até o início dos anos 1960, quando começou a diminuir. As vilas operárias chegaram a reunir cerca de 50 mil pessoas, numa época em que Alagoas tinha apenas um milhão de habitantes.



Seção de tecelagem da Companhia União Mercantil, em Alagoas



Fábrica têxtil em Alagoas nos anos 1930

## O genial e controverso Delmiro Gouveia

Entre o fim do século XIX e o início do XX, numa trajetória meteórica, um jovem empresário nascido no Ceará, em 1863, foi convertido em mito nos estados de Pernambuco e Recife. Delmiro Gouveia, comerciante e industrial, entrou para a história pelo caráter empreendedor, progressista e liberal, que, aliado a uma vida amorosa folhetinesca, e aos inúmeros desafetos que cultivou na política e no mercado, lhe rendeu escândalos, passagens pela cadeia e seu assassinato, em 1917, aos 54 anos.

De cobrador na Brazilian Street Railways Company, aos 15 anos, até inaugurar a fábrica da Pedra, no interior de Alagoas, a primeira indústria de linhas de costuras do Brasil, em 1914, foram quase quatro décadas de uma presença jamais despercebida, que ganhou ainda mais aura mítica, após sua morte violenta e prematura.

A fábrica de Delmiro, na Fazenda da Pedra, já nasceu moderna. Era o centro de um núcleo fabril dotado de uma muito bem projetada e estabelecida vila operária, comércio, escolas e equipamentos de lazer. Para que tudo isso pudesse existir, Gouveia inaugurou, um ano antes, uma usina hidrelétrica no Rio São Francisco, ao lado da Cachoeira de Paulo Afonso. Uma concessão do governo lastreada, dentre outras coisas, pelo discurso nacionalista do jovem empresário, defensor também do mérito individual e da ética do trabalho.

De acordo com a professora doutora Telma de Barros Correia (SAP-EESC-USP), as bases do seu discurso nacionalista foram construídas pelo industrial na década de 1910.



Delmiro Gouveia

---

*“Mobilizando uma argumentação em que procurava associar os interesses da indústria aos da nação e sentimentos nativistas e cívicos que se propagavam no país na década de 1910, Delmiro apelou para ideias nacionalistas e de soberania na promoção da fábrica da Pedra e no pleito de concessões e incentivos públicos”.*

Oteve, assim, junto ao governo de Alagoas, amplas concessões que incluíram o direito de posse de terras devolutas, a isenção de impostos para a fábrica, a permissão para captar energia elétrica da Cachoeira de Paulo Afonso e recursos para financiar a construção de cerca de 520 quilômetros de estradas, ligando Pedra a outras localidades.

Foi com os mesmos argumentos que Delmiro Gouveia brigou pelo mercado com a Machine Cotton, empresa britânica com origem na Escócia, fabricante da linha “Corrente”, que rivalizava com a “Estrela”, fabricada na Pedra. Geração de empregos e matéria-prima 100% nacional eram fatores que, segundo ele, os consumidores brasileiros deveriam levar em consideração ao decidir pelo seu produto em detrimento do rival. Sua fábrica gerava dois mil empregos para brasileiros, e, de acordo com o empresário, ajudava a equilibrar o mercado, uma vez que, se não fosse pela linha Estrela, o preço de um carretel custaria muito mais para os consumidores.

Diz-se que a fiação britânica ao ver a importância da brasileira, então, uma das maiores da América Latina, passou a registrar a marca Estrela em todos os países vizinhos ao Brasil, para dificultar a exportação da marca alagoana. Além disso, pressionou comerciantes para que não comprassem os produtos fabricados no Nordeste brasileiro.

Essa briga entre Delmiro e a Machine Cotton durou. Segundo Telma de Barros Correia, levou a Pedra a sucessivos prejuízos em relação às linhas de costura, que eram, parcialmente, compensados pelos lucros da produção de fios industriais. Em 1926, o Presidente Artur Bernardes assinou o decreto nº 17.383, elevando a taxa de importação sobre as linhas de coser. O decreto, no entanto, foi revogado dois anos depois pelo presidente Washington Luís, motivado, inclusive, por pressões do embaixador e de banqueiros ingleses, que qualificavam o Decreto como ato de hostilidade comercial.

---

*“Após haver tentado, sem sucesso, comprar Pedra a Delmiro, a Machine Cotton, em 1929 - 12 anos após a morte deste -, realizou seu intento de tirar a fábrica da Pedra da produção de linhas. Para tanto, a Machine Cotton adquiriu dos então proprietários de Pedra (os irmãos Menezes, também donos da Fábrica Têxtil de Camaragibe, em Pernambuco) as marcas registradas das linhas e os maquinismos específicos para sua*

*fabricação. Pelo acordo, Pedra permaneceria fabricando apenas fios industriais; seus proprietários não poderiam por dez anos participar direta ou indiretamente de negócios relativos à fabricação de linhas ou venda de fios para a fabricação por terceiros. À aquisição, seguiu-se a destruição das máquinas, aniquiladas a golpes de picareta e atiradas ao Rio São Francisco. A violência deste gesto e a agressividade da disputa de mercado por parte da fábrica escocesa deram subsídios para que Pedra fosse convertida em marco da luta contra o imperialismo. No mesmo sentido, procurou-se converter Delmiro Gouveia em mártir da causa nacionalista.*

Telma de Barros, artigo "A trajetória de um industrial no início do século XX".

O final digno de uma ópera, com direito a assassinato misterioso, aquisição da fábrica pela rival, destruição do símbolo do império que construiu, inspirou obras históricas e de ficção sobre Delmiro Gouveia. A pá de cal no sonho de Delmiro Gouveia também foi a da indústria do Nordeste como um todo, que viu seu desenvolvimento ser abortado à época, com consequências que persistem até hoje.

Quanto à Machine Cotton, no Brasil, ela é a Coats Corrente, ou apenas Coats. Fundada por volta de 1750, ela é uma das maiores fabricantes de linhas de costura do mundo, e a única, ou das poucas, com atuação global. —

Capítulo 14

*E São Paulo entra  
em cena: o “primeiro  
surto” de sucesso*





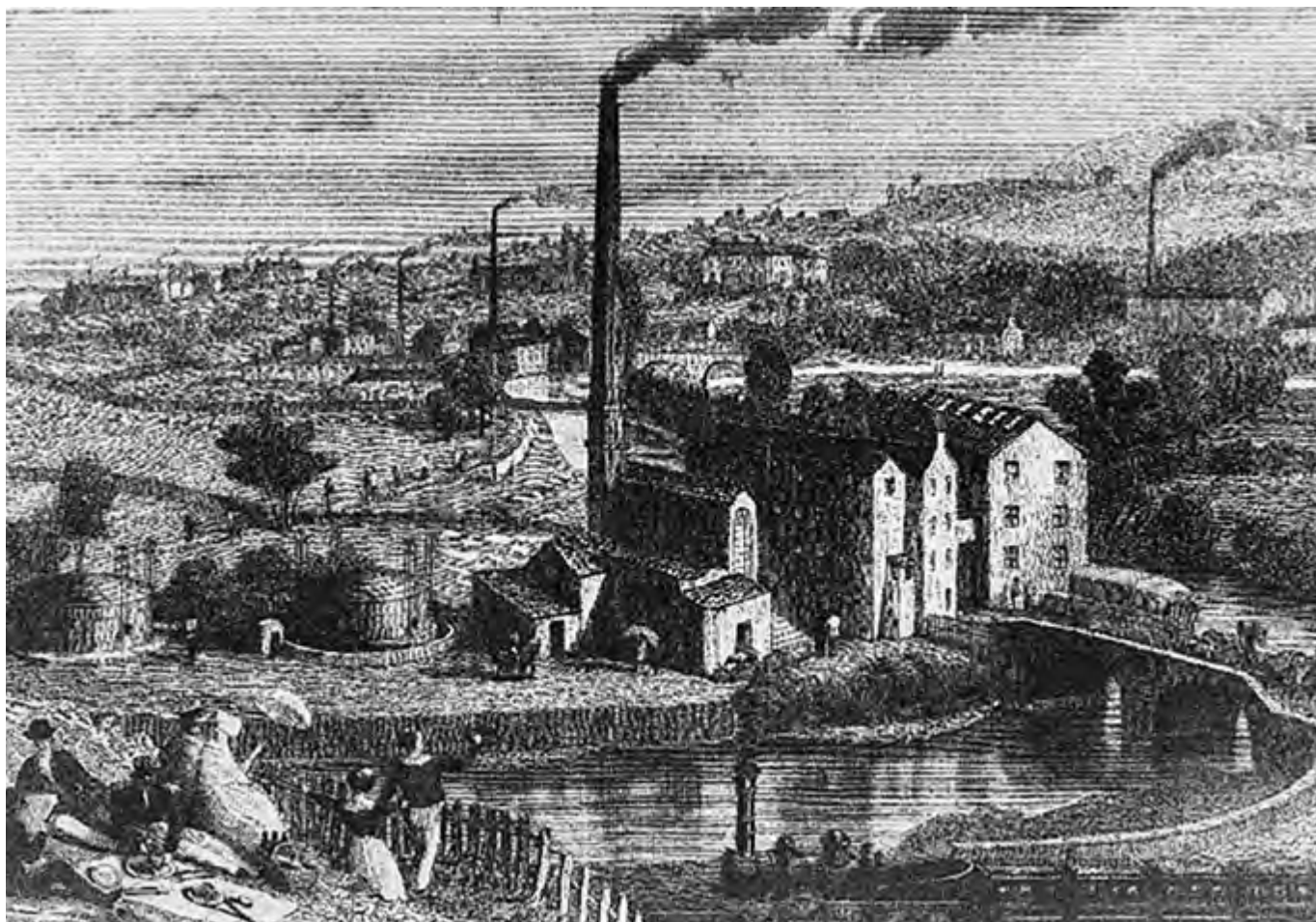
Fábrica da  
Coats Corrente  
em São Paulo

Em 1857, uma associação de compradores de algodão – mas com nome de fornecedores – foi criada na Inglaterra com o propósito de difundir a cultura da fibra em todos os continentes. Era a *Manchester Cotton Supply Association*, uma iniciativa dos industriais ingleses, que queriam ver assegurado o suprimento, em caso de alguma interrupção decorrente de um conflito.

A grande ameaça que pairava no ar era o impasse quanto à utilização da mão de obra escrava em seu fornecedor maior, os Estados Unidos, como só ia acontecer, poucos anos mais tarde, quando irrompeu a Guerra Civil, dividindo o país. Na promoção da fibra mundo afora, até concursos de qualidade a associação criava, além de em-

prender diversos esforços na prospecção de novos fornecedores e no incentivo ao cultivo do algodão. Àquela época, a indústria já estava bem desenvolvida e o *upland* liderava no suprimento aos teares ingleses, quando a guerra estourou, cessando o suprimento oriundo da América.

A *Manchester Cotton Supply Association* intensificou seus trabalhos, primeiro, em busca do algodão indiano; depois, do egípcio, até que decidiram investir na fibra brasileira. Acontece que, até então, quem branqueava as paisagens nacionais, especialmente as nordestinas, era o algodão de fibra longa, o mocó, ou seridó. Uma cultura arbórea, perene, e, por tudo isso, mais refratária às mudanças rápidas que a indústria têxtil oitocentista



Gravura de uma  
fábrica de algodão  
em Manchester (1850)

precisava na matéria-prima, os fios, até mesmo a melhoria na sua fonte primária. Esta necessitava ser mais produtiva, para dar conta da demanda, o que só se conseguiria com boas sementes e técnicas mais adequadas.

Foi assim que São Paulo, estado brasileiro, até então sem qualquer relevância na produção de algodão, entrou em cena. Seria o primeiro passo para uma futura hegemonia que o estado haveria de assumir, assim como o Paraná, a partir dos anos de 1930. A este ímpeto inicial, a professora Alice Canabrava chamou de “surto” de expansão.

O primeiro, de dois, seria meteórico; duraria apenas oito anos, e teria como molas propulsoras tanto a conjuntura de mercado – o déficit global da matéria-prima –, como também o fato de que os próprios americanos, desterrados pela Guerra Civil, trariam para o Brasil o *know-how* que fez deles líderes para o desenvolvimento do algodão em terras paulistas.

*“Desta forma, fazendeiros mais progressistas e imigrantes americanos fugidos à devastação que a Guerra de Secessão tinha causado nos algodoads – e à economia – do Sul dos Estados Unidos, tentaram introduzir novos métodos... obtendo como prêmio rendimentos muito maiores... Assim, de maneira breve, mas vigorosa, o algodão paulista marcou sua primeira presença na economia nacional”.*

(ALBUQUERQUE, 1982)

Duraria menos de uma década o primeiro dos dois ciclos de expansão da cotonicultura em São Paulo. A história começa em 1861 (o exato início da Guerra de Secessão), em rota ascendente. Mas tão logo os Estados Unidos voltaram ao jogo, a incipiente atividade, conhecida, segundo Canabrava, como a “lavoura do pobre”, retornou à sua normalidade de roça.

As explicações para a queda da atividade algodoeira em São Paulo, depois da súbita escalada, segundo Alice Canabrava, são várias, de ordem técnica e econômica. Dentre elas, o empirismo, na produção, no beneficiamento e até no enfardamento da pluma.

Para fora da porteira, quando da volta dos Estados Unidos ao suprimento, depois da guerra, a economia paulista não pôde sustentar a cotonicultura nas condições de mercado desfavoráveis. Os agricultores aproveitaram uma boa maré para plantar algodão, mas não possuíam tradição. Os problemas maiores estavam na base: precariedade técnica e dificuldade de acesso à semente. A falta de políticas estruturantes – que se tornariam o alicerce do sucesso da cotonicultura meridional (São Paulo e Paraná), no século seguinte – também não contribuiu para que a atividade prosperasse, nesse primeiro momento. \_\_\_\_\_



Gravura de um descaroador de algodão, 1800

Capítulo 15

*Santa Bárbara d'Oeste,  
o refúgio paulista  
dos Confederados*

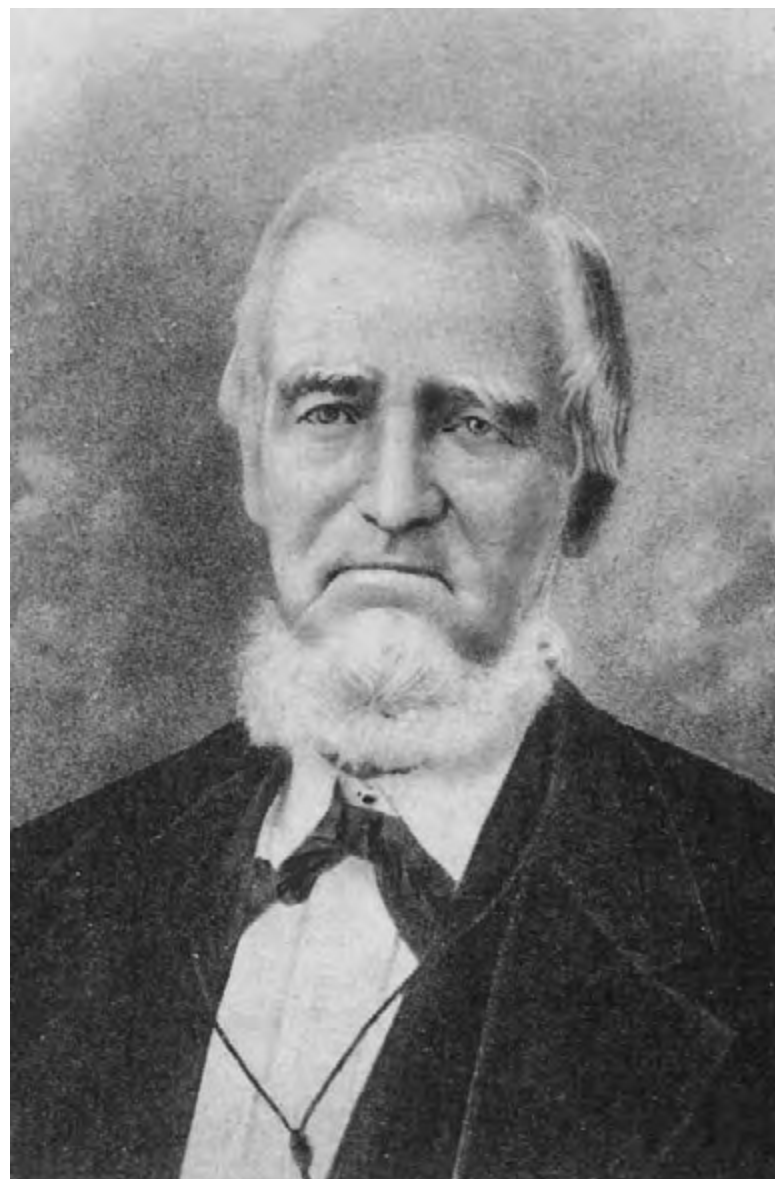
Foram justamente os americanos, pouco depois da Guerra de Secessão, que propagaram por aqui a novidade: o algodão *upland*, ainda hoje, o mais utilizado no mundo. Trata-se de uma variedade herbácea anual, o que significa tanto que as lavouras são destruídas e replantadas após cada safra quanto que seu plantio pode migrar de uma região para outra com mais facilidade que uma lavoura perene. O ciclo da nova variedade favoreceria também a tomada mais rápida de decisões de plantio e a incorporação tecnológica, o que era muito complicado, no caso do tradicional mocó.

Esses americanos vieram em grande número, mas em “levas”. Segundo Eduardo Bueno, eram em torno de 10 mil e 20 mil pessoas, migrantes dos Estados Unidos para o Brasil, com a benção do imperador Dom Pedro II, grande entusiasta do algodão. Em comum, todos tinham o fato de serem sulistas, conhecedores da fibra e escravistas.

No comando da onda migratória, um certo coronel William Hutchinson Norris. Nascido na Georgia, no Sul dos Estados Unidos, advogado e senador pelo estado do Alabama, ele ganhou sua patente na Guerra Mexicano-Americana (1846 – 1848). Já os filhos, Robert, Frank, Reece e Clay Norris, lutaram na Guerra Civil.

Norris aportou no Rio de Janeiro, aos 65 anos, em setembro de 1864, junto com o filho Robert. De lá, seguiu para São Paulo e foi à procura de terras para plantar algodão. Primeiro, ofereceram a eles um terreno no bairro do Brás, na capital paulista, mas como o lugar era pantanoso, não aceitaram. Depois de outras recusas, seguiram numa viagem de 15 dias, em um carro de boi, para Santa Bárbara d’Oeste, na região de Campinas, onde compraram a fazenda Machadinho, e deram início ao plantio.

Bem-sucedidos, já na primeira safra, pai e filho escreveram para a família, encorajando a vinda dos parentes e amigos, o que se confirmou em 1867. O número de americanos cresceu entre 1866 e 1868, e a colônia virou a Vila dos Americanos, ou Vila Americana, hoje, o



William Hutchinson Norris

Festa Confederada,  
realizada em Santa  
Bárbara d'Oeste e  
Americana (SP)



município de Americana. Diz-se que Norris, desde o início, ministrava cursos práticos de agricultura para os fazendeiros locais, que queriam aprender novas técnicas, e, principalmente, cultivar o algodão.

O curioso é que o coronel veio para produzir a fibra, mas ganhou dinheiro mesmo foi com a produção de arados, um implemento que, até a sua chegada, não existia no Brasil, e causou alvoroço por aqui. Seus alunos pagavam pelas lições e ainda cultivavam as lavouras do americano, para assimilar as técnicas. O fato de Norris desviar o foco do cultivo do algodão diz bastante sobre o momento. O “surto”, de que falava Alice Canabrava, que não resistiria à volta dos Estados Unidos ao fornecimento de pluma para o mercado, após o fim da guerra.

A tradição dos pioneiros se mantém viva em Santa Bárbara d'Oeste e Americana, graças à Fraternidade Descendência Americana, que mantém o Cemitério do Campo. Fundado em 1868, jazem lá as primeiras famílias, em sua maioria, protestantes, que não poderiam ser enterradas no cemitério católico. Na mesma área, fica o obelisco com o nome dos integrantes das famílias. Todos os anos, a Fraternidade realiza a Festa Confederada, evento que faz parte do calendário oficial do estado de São Paulo. As duas cidades confirmaram sua vocação têxtil, sendo ainda hoje sede de importantes indústrias do ramo.

---



Imigrantes  
confederados  
americanos

Capítulo 16

*O despertar da academia  
para a fibra e a pressão  
por políticas públicas*





Senhor em uma plantação de algodão da fazenda Santo Grande

Surpreendentemente, um novo fôlego viria, no final do século XIX, do mercado interno, e seguiria assim durante as duas primeiras décadas do século XX, sendo o intervalo compreendido entre 1900 e 1915 conhecido como “A idade de ouro”, quando o país experimentou a sua própria “revolução industrial”. Em seu livro *A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC*, Sergio Rodrigues Costa e Miguel Garcia Bueno dão a dimensão desta revolução quando relatam que, um pouco adiante, no ano de 1919, havia no Brasil 202 fábricas de tecido de algodão, dentre as quais, 49 em São Paulo, 43 em Minas Gerais, 17 no Rio de Janeiro e 13 na Bahia. É possível ver nesses números uma clara influência da Primeira Guerra Mundial, que reduziu a importação de

tecidos no Brasil, catalisando a indústria têxtil nacional.

Bem antes disso, a partir de 1910, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) começou as primeiras pesquisas sobre o cultivo do algodão. Uma das mais importantes publicações da época foi elaborada por Gustavo D’Utra, então diretor da instituição. Em 1916, aconteceu no Rio de Janeiro a Conferência do Algodão, patrocinada pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), e a academia voltou os olhos para a promissora atividade. Afinal, quase todo o conteúdo apresentado no evento foi trazido de fora. Faltava uma literatura científica nacional sobre a fibra. A Conferência foi de tal vulto que o presidente da República, Wenceslau Braz, presidiu a reunião de abertura dos trabalhos. Apesar disso, o poder

público foi duramente criticado pela falta de atenção para com a cotonicultura.

A Conferência do Algodão aconteceu em plena Primeira Guerra Mundial, que sinalizava para o reaquecimento das exportações de algodão, não apenas para a fabricação de tecidos, mas também para o suprimento de línter, insumo importante para a indústria da guerra, pois é base da composição da pólvora.

A indústria nacional, neste período, já se concentrava no Centro-Sul. Quem a abastecia era o algodão do Nordeste, mas este havia enfrentado uma crise, que ficou internacionalmente conhecida no segmento como A Grande Seca (*The Big Drought*), que arrasou a agricultura nordestina, sobretudo a cotonicultura.

Vivendo de surtos de prosperidade, impulsionados em sua maioria por circunstâncias externas, a cotonicultura brasileira precisava ser encarada pelos governos e comunidade científica como, de fato, uma atividade econômica capaz de se sustentar mesmo quando os ventos do mercado soprassem em direção contrária aos seus interesses. Apesar do ânimo que a Guerra de Secessão trouxe no século anterior, e das novidades no cultivo da fibra, com a nova variedade, e mesmo com a introdução de novas técnicas e implementos, a decadência e a estagnação se estabeleceram. E com elas sobrevieram a obsolescência da técnica e da tecnologia em todos os níveis da produção: desde o preparo do solo, o cultivo, o beneficiamento, o enfardamento e o transporte da fibra, e, no mercado interno, até a sua comercialização.

Um dos tópicos mais abordados na Conferência do Algodão foi a falta de qualidade nas sementes, especialmente no Nordeste, onde a mistura e a hibridização comprometeram seriamente os materiais disponíveis. Era tão grave a questão que, em muitas lavouras do Nordeste, o agricultor plantava numa mesma área o “rim de boi”, também conhecido como “Inteiro”, com variedades herbáceas e arbóreas. Os conferencistas sugeriram que caberia ao estado proibir a cultura de diferentes tipos de algodão em cada município, ou, pelo menos, em cada propriedade. Também cobraram do poder público a intervenção do Ministério da Agricultura nas importações de sementes, regulamentando o comércio dos materiais.

Distribuição de sementes de qualidade por parte do governo, vendidas a preços módicos, era outra demanda, assim como a criação de estações experimentais de produção de sementes de variedades puras, com demonstração dos resultados alcançados. Foi um vislumbre de progresso

científico que só veio a se confirmar a partir de 1920.

O beneficiamento do algodão era crítico. Boa parte das máquinas ainda era a vapor e, outro tanto, movida por tração animal. Quase nada, por energia elétrica. O que poderia ser um avanço, a substituição dos cilindros pelos descaroçadores com serras, virou um problema para o algodão do Nordeste, que ainda era, majoritariamente, o mocó, caracterizado pela fibra longa. Quando beneficiado numa dessas máquinas de serra, o algodão nordestino perdia em torno de 50% da qualidade, pois as serras cortavam as fibras. Sugeriram no evento que se usasse, para os algodões de fibra longa, as máquinas tipo Macarthy, de rolo.

As arcaicas prensas de madeira eram as mais utilizadas para o enfardamento de algodão no Brasil, e não havia grandes critérios relativos ao tamanho, uniformidade ou peso dos fardos. Para piorar, estes eram amarrados com cipó, o que influenciava no peso. Não bastasse o beneficiamento e o enfardamento precários, o algodão seguia em lombo de burro até o seu destino, ao sabor das intempéries e da sujeira do caminho, nos seus muitos dias de viagem. Na pesagem e comercialização, o cotonicultor também saía perdendo, pela falta de padrão das balanças e pela ação dos atravessadores.

Embora a Conferência do Algodão não tenha culminado em ações efetivas para a cotonicultura de imediato, ela representou um passo importante para o setor – totalmente desorganizado e claudicante –, que parou por uns dias para esboçar um caminho a seguir. Seu caráter abrangente, tanto nos tópicos temáticos, quanto de ordem geográfica nacional, também vale destaque, como uma iniciativa primeira de refletir acerca da cotonicultura, como atividade econômica, que, como tal, já existia, com seus altos e baixos, há mais de cem anos no país.



Jornal A Época, do Rio de Janeiro, noticia a Conferência do Algodão em 1916

Capítulo 17

*Entre duas Grandes  
Guerras, o frio em São  
Paulo e o bicudo nos EUA*

Até o final do século XX, antes da migração da cotonicultura brasileira para o Centro Oeste do país, sempre houve uma estreita relação entre a produção de algodão no Brasil, sua posição de *player* no mercado internacional, e os grandes conflitos históricos globais. Foi o caso da guerra de Independência dos Estados Unidos – ainda que teorias mais modernas relativizem a influência desta na produção brasileira de fibra –, e da Guerra Civil Americana. Por isso, não é de se admirar que as duas Grandes Guerras também tenham influenciado os rumos da cotonicultura por aqui.



Primeira Guerra Mundial



Porto de Santos na década de 1920

A Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) afetou o mercado antes mesmo de ser oficialmente declarada, em 28 de julho de 1914. A incerteza acerca do que estava por vir, após o assassinato, um mês antes, do arquiduque Franz Ferdinand, herdeiro do trono do império Austro-Húngaro, gerou uma correria desenfreada e filas nas portas dos bancos; quem tinha dinheiro queria trocá-lo por ouro. Os juros dispararam em questão de poucos dias e bolsas de valores fecharam ao redor do mundo.

O mercado de algodão, claro, não escaparia ileso à iminência da guerra. A Liverpool Cotton Association – que mais tarde viraria a International Cotton Association (ICA) – divulgou uma circular em 31 de

julho na qual dizia que “os contratos celebrados por cidadãos de um estado beligerante, antes da eclosão das hostilidades entre seus respectivos estados, não se tornarão ilegais com o início de uma guerra, mas os direitos decorrentes deles e o direito de ação para fazê-lo cumprir estarão suspensos até que a guerra termine. Sendo esta a lei, os diretores sugerem que é aconselhável que todos os membros, em seus próprios interesses e de seus clientes, tomem medidas imediatas para obter autorização para a liquidação de todos os contratos de seus clientes, imediatamente, no caso de a Grã-Bretanha entrar em guerra com o país onde o cliente está domiciliado”.

Em 3 de agosto, a Liverpool Cotton Association publicou uma resolução na qual informava que, até novo aviso, todas as negociações, as licitações e as liquidações para contratos futuros estariam suspensas, e, “até que acordos para salvar os interesses de todos os envolvidos possam ser feitos, nenhum comércio de algodão à vista será permitido”. A entidade nomeou um comitê especial para cuidar de todos os detalhes. Quando a Primeira Guerra Mundial estourou, o algodão era vendido na fazenda por 10,6 centavos de dólar por libra-peso. Em novembro deste mesmo ano, estava cotado a 6,6 centavos.

A guerra também afetou os embarques e o trânsito dos navios de algodão no Atlântico. A Alemanha determinou que seus submarinos afundassem qualquer navio que entrasse em águas em zona de guerra, carregassem eles civis ou não. Isso implicou em perdas de cargas e afetou terrivelmente a indústria inglesa. Os ataques submarinos compromete-

ram a logística e as importações tiveram de ser priorizadas, uma vez que o suprimento de comida era mais estratégico que o de algodão.

No Brasil, a guerra reaqueceu as exportações da pluma, diminuiu a importação de tecidos, e, por conseguinte, impulsionou a indústria nacional, que agora passava a demandar mais algodão. Os preços voltaram a subir, após um longo período de baixa, que se arrastava desde o final do século XIX. A razão para isso era a própria indústria bélica, que demandava tecidos, para, entre outros fins, a confecção de uniformes, e linter, para a fabricação da pólvora.

Os impactos positivos da Primeira Guerra Mundial para o algodão brasileiro foram mais bem absorvidos pela cotonicultura paulista, onde, desde a Guerra de Secessão, predominava o algodão de fibra curta. A produção do Nordeste já vinha definindo, e ainda era, predominantemente, marcada pelo algodão de fibra longa, destinado, principalmente, ao suprimento do mercado interno. Mas não se pode dizer que só o *upland* se beneficiou; o mocó também teve seus momentos de glória.

## O dia em que São Paulo congelou

A Primeira Guerra Mundial acontecia, quando, em 25 de junho 1918, um grande revés climático, quase apocalíptico, ocorreu em São Paulo, e entrou para a história com o nome de A Grande Geadada. Na capital, a temperatura chegou a bater três graus negativos, com formação de gelo de três centímetros, na várzea do Tietê, e de um centímetro, no bairro de Perdizes. Mas os efeitos foram bem além de fazer os paulistanos tirarem os casacos do guarda-roupas. O jornal O Estado de S. Paulo, de 26 de julho de 1918, reportava que, no interior, a geada destruiu lavouras de café, de cana-de-açúcar,

Isso porque, com as importações de tecidos interrompidas, a indústria têxtil brasileira teve de aumentar a produção para dar conta da demanda, enquanto a Europa convulsionava.

O Brasil, que de 1911 a 1913 importou 11,7 mil toneladas de tecidos, passou a importar 3,8 mil toneladas, entre 1914 e 1916. As 40,6 mil toneladas, por ano, que o país fabricava no pré-guerra, viraram 50,4 mil toneladas anuais, entre 1914 e 1916. Neste período, São Paulo já detinha a maior quantidade de fusos no Brasil e sua produção ganhava tal força que se suspeitava até de que, antes mesmo da decadência do café, o estado já tivesse, por um tempo, experimentado a liderança na produção de algodão no país, entre os anos de 1917 e 1925.

A geografia dos embarques também mudou. Entre 1910 e 1919, os portos nordestinos remetiam cerca de 90% do algodão produzido no Brasil, enquanto, por Santos, saíam em torno de 5%. A situação começou a mudar a partir de 1919, e, em 1920, a participação santista passaria a 20% do total exportado.

25 de junho 1918

ELEMENTOS	7 h.	11 h.	15 h.	MÉDIA	OBSERVAÇÕES
temperatura máxima (sombra)	27.0	26.0	22.0	25.0	Geadada
temperatura mínima (sombra)	12.5	12.0	11.5	12.0	
temperatura máxima à 5 m.	6.5	6.0	5.0	5.5	
temperatura mínima à 5 m.	10.5	9.5	8.5	9.5	
pressão barométrica	760.0	760.0	760.0	760.0	
humidade relativa	80	75	60	72	
direção do vento	NE	NE	NE	NE	
força do vento	1.0	1.0	1.0	1.0	
direção da nuvem	-	-	-	-	
altura da nuvem	1.0	1.0	1.0	1.0	
visibilidade	0.5	0.5	0.5	0.5	
estado do céu	100	100	100	100	
estado do mar	100	100	100	100	
estado da terra	100	100	100	100	
estado do ar	100	100	100	100	
estado da água	100	100	100	100	
estado do gelo	100	100	100	100	
estado da neve	100	100	100	100	
estado do fogo	100	100	100	100	
estado do vento	100	100	100	100	
estado da luz	100	100	100	100	
estado da sombra	100	100	100	100	

	7 h.	11 h.	15 h.	19 h.
nebulosidade	0	0	0	0
atenuação	0	0	0	0
direção do vento	NE	NE	NE	NE
força do vento	1.0	1.0	1.0	1.0
estado do céu	100	100	100	100

Observações simultâneas à 0 h. 0 m. 0 s.

Barômetro		Termômetro		Humid.	Veloc.
Leitura	Tempo	Leitura	Tempo	relativa	dirigida
760.0	100	10.0	100	72	100

Nebulosidade		Vento		Tempo
Quantidade	Força	Tempo	Força	de observação
0	0	1.0	1.0	100

Tempo na hora da observação		Tempo nas 24 horas anteriores	
100	100	100	100

de algodão e de mamona. Em Jundiá, dos 6,8 milhões de pés de café existentes nas lavouras da cidade, 2,5 milhões foram “torrados” pela geada.

---

*“Segundo o testemunho de pessoas insuspeitas, que temos ouvido, reina o verdadeiro pânico entre os lavradores, sem exclusão da maior parte dos grandes lavradores de café, cujas condições de prosperidade não lhes puderam evitar um considerável abalo, tão grande foi o desastre”, registrou o Estado em 29 de junho.*

A geada arrasou o café, que, mais tarde, a reboque da crise de 1929, levaria o golpe de misericórdia. O que foi um infortúnio para os cafeicultores, contudo, pavimentou a estrada do algodão no estado de São Paulo, que ganhou fôlego e empreendeu o salto que conduziria a cotonicultura paulista a uma posição hegemônica pelas próximas seis décadas.

Werner Plaas  
dirigindo em meio  
a uma plantação de  
algodão na Fazenda  
Salto Grande





## Nas lavouras dos EUA, um pesadelo de dez bilhões de dólares

Se as guerras dos séculos XIX e as duas Grandes Guerras Mundiais, por bem ou mal traçadas linhas, favoreceram o algodão do Brasil, não se pode dizer o mesmo quanto ao americano, que, na verdade, estava perdendo em outra batalha, bem longe dos *fronts* na I Guerra. Seu inimigo era insignificamente pequeno, em termos de tamanho, mas terrivelmente destruidor, quando em bando: o *Anthonomus grandis* Boheman, o famigerado bicudo-do-algodoeiro.

A praga migrou do México para o Texas, em 1892, mas a infestação para valer se deu por volta dos anos 20 do século passado. Os americanos levaram 60 anos (e 10 bilhões de dólares), para dar um jeito na peste. O que, pelo visto, foi efetivo, embora, entre pesquisadores brasileiros, à boca miúda, se diga que algumas das práticas de combate, sobretudo as relativas à pulverização aérea de inseticidas, não seriam admissíveis hoje, naqueles mesmos moldes e proporções.

Por aqui, o besouro infernal só chegaria mais de um século depois. Por causa do bicudo, a produção dos Estados Unidos caiu cerca de 60%, do total que o país detinha no início do século, para 40%, antes da Primeira Guerra Mundial. Sua participação no mercado global também despencou, passando de uma média de 70% para 43%, entre 1935 e 1939.

O bicudo é uma peste, todo mundo sabe, mas não respondeu sozinho pelos problemas no fornecimento de algodão americano. Faltava gente para trabalhar nas lavouras, tanto porque a política de *América para os americanos* reduziu significativamente a entrada de imigrantes no país, inclusive do México, para trabalhar nas lavouras, quanto pelo fato de que, segundo Nunes



*Anthonomus grandis* Boheman, o famigerado bicudo-do-algodoeiro

Moreira e Santos, estava ocorrendo uma migração dos negros – historicamente, a mão de obra algodoeira nos EUA desde a Guerra de Secessão – para a região Leste dos Estados Unidos.

Só em 1923, foram mais de 100 mil pessoas deixando o estado do Mississippi. Com menos “braços na lavoura” (como dizia a excêntrica rainha portuguesa, do famoso alvará), mais caro se tinha de pagar pelos salários. Se antes a remuneração era por volta de 75 centavos de dólar por 100 libras de algodão colhido, em 1923, o salário era de mais de dois dólares, para a mesma função.

Enquanto isso, o Brasil, assim como Índia, Egito e Peru, crescia em produção, área plantada e fornecimento. Ainda assim, os americanos não perderam a liderança.

## Área de plantações de algodão no mundo - 1909/1944 (mil acres)

	Média 1909/13	Média 1914/18	Média 1920/24	Média 1925/29	Média 1930/34	Média 1935/39	Média 1940/44
Estados Unidos	34.152	34.616	33.900	42.600	34.658	27.788	22.072
Índia	22.492	22.071	22.405	25.814	23.258	24.204	19.270
União Soviética	--	--	511	2.017	4.885	5.087	--
China e Manchuria	--	--	5.461	5.563	6.451	7.087	--
<b>Brasil</b>	<b>504</b>	<b>584</b>	<b>1.436</b>	<b>1.492</b>	<b>2.446</b>	<b>5.562</b>	<b>5.812</b>
Egito	1.743	1,576	1.748	1.828	1.734	1.821	1.163
Peru	163	136	274	304	428	428	356
Total			65.735	79.618	73.860	71.928	
Total (Mundo)			68.390	84.410	79.407	81.148	
<b>Porcentagem de países listados no total mundial</b>			<b>96</b>	<b>94</b>	<b>93</b>	<b>89</b>	

Fonte: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Departamento de Economia)

## Estoques mundiais de algodão comercial, produção, consumo e preços nos Estados Unidos (milhões de fardos)

Período (média de 9 meses)	Estoque	Produção	Fornecimento total	Consumo	Diferença entre consumo e produção	Preço médio de 7/8° de centavos por libra
1905/09 média	--	18.2	--	18.5	-0.3	11.79
1910/14 média	--	29.3	--	20.6	-0.7	12.02
1915/19 média	--	18.8	--	19.7	-0.9	25.56
1920/24 média	10.3	19.5	29.8	20.0	-0.5	22.99
1925/29 média	10.5	26.0	36.5	25.2	-0.8	17.65
1930/34 média	15.9	24.9	40.8	24.2	-0.7	9.16
1935/39 média	17.3	29.7	47.0	28.5	-1.2	10.30
1940/44 média	22.2	25.1	47.3	24.0	-1.1	17.62
1945/46	26.5	20.3	46.8	23.5	-3.2	24.38
1946/47	23.1	21.0	44.1	26.0	-5.0	33.33
1947/48	17.9	24.4	42.3			32.09(m)

Fonte: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Departamento de Economia)

Produção Mundial de Algodão - (mil fardos - incluindo os não comerciais)

Período (média de 9 meses)	Estados Unidos	Índia	União Soviética	China	Brasil	Egito	Total
1909/13 média	13033	3583	763	--	<b>282</b>	1453	--
1914/18 média	12424	3591	955	2159 (média)	<b>312</b>	1136	20577
1920/13 média	10980	4121	161	2406	<b>547</b>	1281	19496
1925/29 média	15268	4666	1022	2552	<b>504</b>	1587	25599
1930/34 média	13343	3929	1764	2730	<b>772</b>	1480	24013
1935/39 média	13149	5373	3430	2855	<b>1956</b>	1833	28656
1940/44 média	11957	4469	--	--	<b>2170</b>	1243	24959
1945/46	9015	3530	1700	1820	<b>1350</b>	1082	18497
1946/47	8640	3417	2200	1925	<b>1300</b>	1252	18734
1947/48	11508	3300	2935	2150	<b>2000</b>	1252	23155

Fonte: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Departamento de Economia)

Crédito: CEDOC da Fundação Romi



Senhor próximo à máquina de prensagem do algodão em fardos



Tropas na  
II Guerra  
Mundial

## *Pluma e estopins*

Na II Guerra Mundial, que começou em 1º de setembro de 1939 e perdurou até 2 de setembro de 1945, os estoques globais aumentaram por conta das suspensões no comércio com fibra e a área plantada diminuiu. Afinal, naquele período crítico, priorizar a produção de comida era mandatório, e se alguma carga tivesse de ter preferência no transporte marítimo, dificilmente, seria de algodão, em detrimento dos alimentos.

No decorrer da guerra, contudo, a demanda global pela pluma cresceu mais que a produção. Os preços subiram e os estoques encolheram. Faltava mão de obra para trabalhar na lavoura, pois parte dela havia sido canalizada para os fronts de guerra, e outra parcela considerável havia migrado para a indústria, em busca de melhores salários. A escassez também era de alimentos e matéria-prima, e, em alguns países, o maquinário têxtil foi destruído, o que reduziu o consumo, elevando os estoques a níveis jamais vistos. No Brasil, a oferta se manteve alta, embora oscilante no período: era de um milhão de toneladas de algodão em capulho no primeiro ano do conflito, caindo para 746 mil toneladas ao final, com pico de 1,2 milhão em 1941.

Em 1948, o *International Bank for Reconstruction and Development*, entidade criada em 1944, para facilitar a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial, considerava que o Brasil tinha potencial para ser um grande produtor, com o desenvolvimento do seu sistema de transporte. Entre os outros países que poderiam ser supridores relevantes, a populosa Índia precisava priorizar a produção de alimentos, o que comprometia sua capacidade de aumentar a área de algodão.

A China tinha terra e mão de obra que lhe permitiriam uma expansão considerável, mas possuía parca estrutura logística, algo difícil até de imaginar nos dias de hoje. No Egito, o problema maior era a falta de áreas irrigadas. A instituição já alertava para a necessidade de se aplicar mais fertilizantes para um eventual aumento de produção.

Com o fim da II Guerra, a demanda volta a crescer, muito mais do que as lavouras, àquele momento, poderiam dar conta. Os estoques, que estavam nas alturas, tiveram de ser consumidos até os níveis mínimos, para suprir as necessidades da indústria. Mas os gargalos à produção de algodão, que durante a guerra comprometeram a oferta da fibra, ainda estavam lá: garantir alimentos para a população continuava sendo a prioridade, e a relação de preços entre comida e algodão pendia em favor da primeira, ainda que a pluma estivesse valorizada por conta dos baixos estoques.

Um bom exemplo disso é que a demanda por carvão de algodão e seus derivados cresceu consideravelmente em relação à pluma, em comparação ao período pré-guerra, graças à grande procura por esse insumo, tanto para a alimentação humana, quanto animal. A média de preços do óleo de algodão e da fibra têxtil era, respectivamente, 69% e 100% maior nos meses de julho de 1915 e 1918 do que nos cinco anos do período pré-guerra.

Os tempos do algodão reinando soberano nos teares também estavam ficando para trás. Um concorrente artificial, o rayon (ou raiom), começou a ganhar força no período. A fibra derivada da celulose tem características bem parecidas com o algodão e foi desenvolvida em meados da década de 1880, quando era chamada de “seda artificial”. Esse nome rayon só surgiu em 1924, e atualmente é um “genérico” para todos os derivados da celulose, como o modal, o tencel e o lyocell. Uma das vantagens que o rayon levava sobre o algodão, além dos preços mais baixos, era o fato de que, nos negócios com ele, o que se considerava era a “fibra limpa”, ou seja, sem as perdas embutidas nos fardos de algodão, com impurezas, por exemplo. Em 1941, a produção de rayon alcançou o seu topo no período da guerra, chegando ao equivalente a 6,7 milhões de fardos de algodão.



De algodão, casaco acolchoado de um soldado

Capítulo 18

*A longeva cotonicultura  
meridional, grandiosa  
enquanto durou...*

A estreita relação da história do algodão brasileiro nos tempos do Brasil Colônia, com a era de pujança do Maranhão e, depois, da Paraíba, e a aptidão da planta aos climas quentes do Sertão e do Cerrado, por vezes, trapaceiam nossa memória, fazendo-nos associar mais sua produção ao Nordeste, onde tudo começou. É fato que o algodão está cultural, social e economicamente arraigado à região, com a associação entre a pluma e a pecuária resistindo ao longo de séculos.

Até hoje, nestas primeiras décadas do século XXI, o Nordeste não apenas é um grande produtor da fibra, tendo a Bahia como o segundo maior estado brasileiro em grandeza na cotonicultura, como produz com qualidade e sustentabilidade, em moldes bem diversos dos adotados, desde 1500 até o fim do século XX.

O que não se pode esquecer é que entre os períodos das primeiras exportações maranhenses e o do Brasil que embarcou quase três milhões de toneladas de pluma, na safra 2019/2020, São Paulo e Paraná reinaram hegemônicos por sessenta anos, desde, mais ou menos, 1935 até 1995. Não que os dois estados tenham sido os únicos a produzir a pluma.

A cotonicultura setentrional – do Nordeste e Norte do país – jamais deixou de existir. Contudo, foi suplantada em volume, e, sobretudo, tecnologia, pela meridional, mas mantiveram até mesmo uma relação de complementaridade na cotonicultura brasileira. No final, ambas foram abaladas pela ocorrência simultânea de dois grandes “surto”: o de importações de pluma e o do bicudo-do-algodoeiro.

São Paulo começou a plantar algodão, expressivamente, à época da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, com a chegada ao estado de imigrantes do Sul daquele país, e a introdução do *upland* americano, uma inovação que alguns autores atribuem à *Manchester Cotton Supply Association* e outros aos próprios “confederados” que aportaram por aqui.

Durante oito anos, a partir de 1861, a cotonicultura paulista alcançou um sucesso tão repentino quanto meteórico no fornecimento da pluma para logo enfrentar a decadência e a estagnação até os anos de 1930. Foi neste momento que, novamente, emergiu. Desta vez, de forma duradoura, como atividade econômica alternativa à cafeicultura, que havia entrado em crise após 1929.

O impacto da entrada de São Paulo e do Paraná na produção brasileira foi impressionante.



Colheita de café nas fazendas de São Paulo

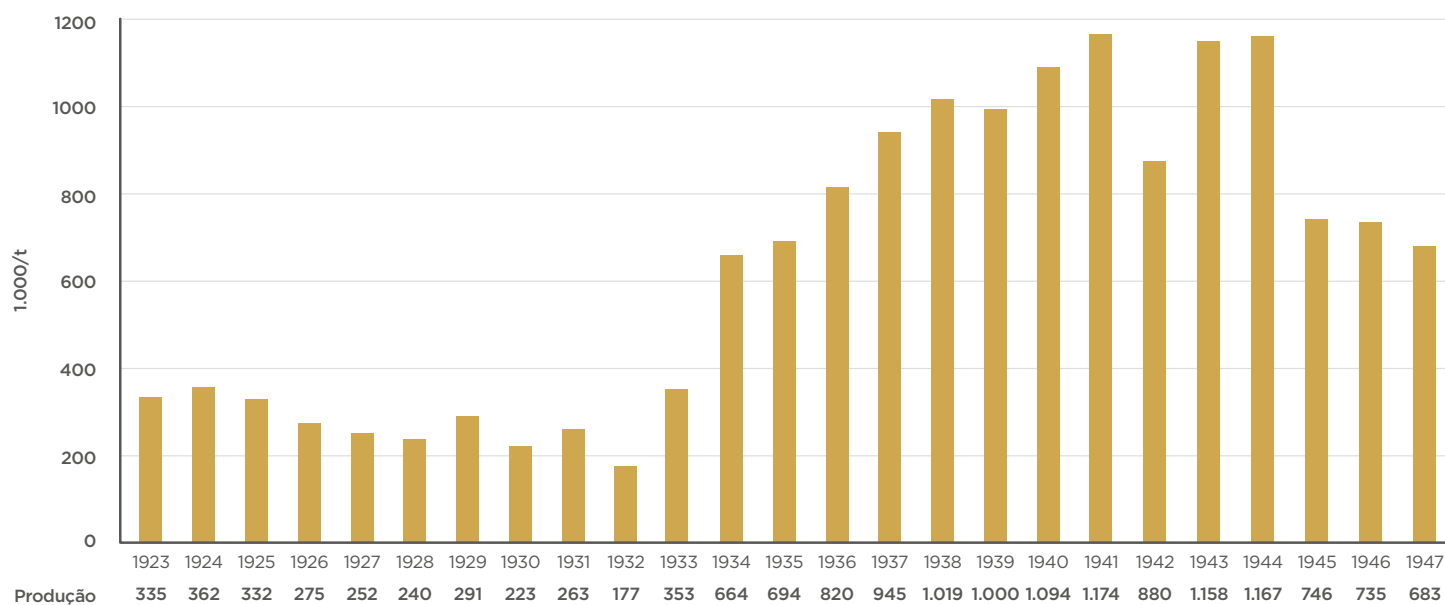
Em 1900, o país produziu 140 mil toneladas de algodão em capulho, leia-se fibra longa, do tipo Seridó, supridas exclusivamente pelo Nordeste. No início da I Guerra chegou a 240 mil toneladas e, em 1924, alcançou o pico de 362 mil toneladas, bem na fase em que o bicudo-do-algodoeiro devorava com mais apetite as lavouras americanas. Daí para a frente, foi só contraste, que fica ainda mais evidente no gráfico.

Entre os anos de 1932 e 1933, o país simplesmente dobrou a produção, saindo de 177 mil toneladas para 355 mil toneladas. Entre 1939 e 1944, auge da II Guerra Mundial, saltou para 1,2 milhão de toneladas de algodão em capulho.

Do início do século XX até 1934, o mercado têxtil interno, que desde a Proclamação da República, já vinha em franca expansão, dava conta de tudo que as lavouras de algodão brasileiras produziam. Àquela época, de acordo com José Sidnei Gonçalves e Soraia de Fátima Ramos, a indústria têxtil algodoeira respondia por 60% do capital empregado no setor industrial do país.

O algodão paulista, entretanto, embora de um tipo mais moderno, mal atendia à exigência técnica da indústria no próprio estado, de tão misturado que era. Para piorar, os Estados Unidos começaram a impor padrões de qualidade ao mercado, tipificando a fibra, e estandardizando as casas

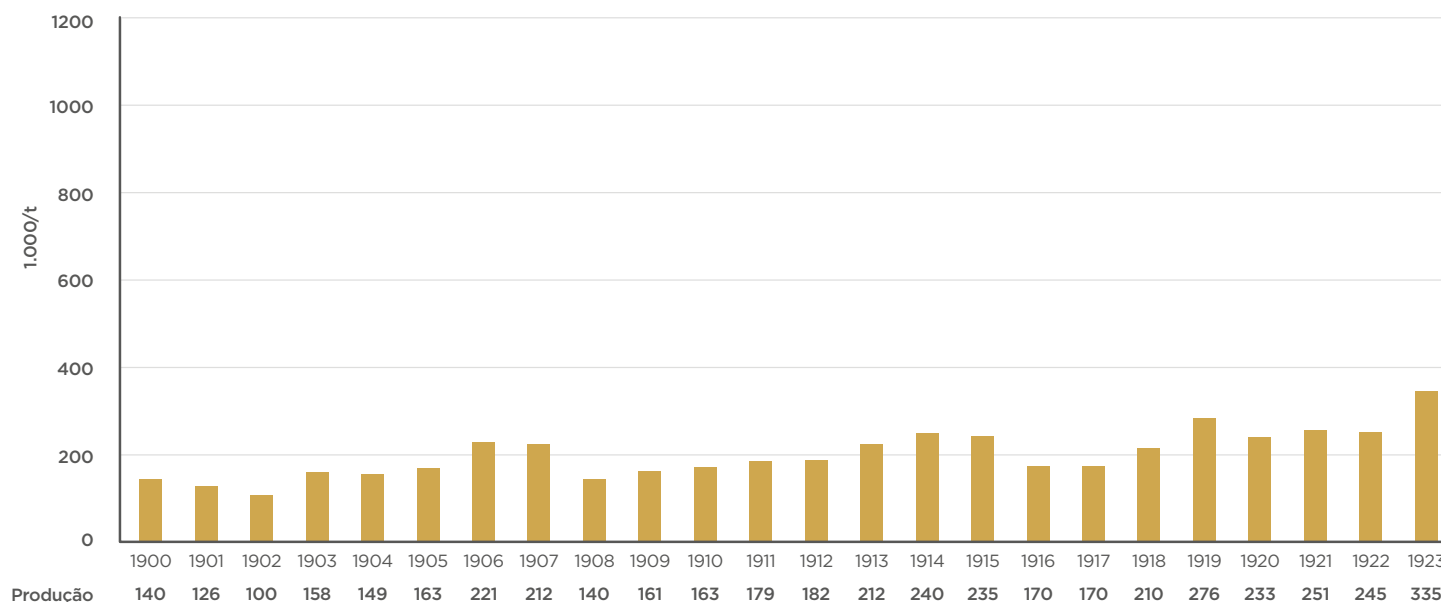
Evolução da produção brasileira de algodão em caroço, 1923-1947



Fonte: Haddad (1978)



Evolução da produção brasileira de algodão em caroço, 1900-1923



Fonte: Haddad (1978)

exportadoras, que antes se baseavam na classificação de Liverpool e Le Havre. Os cotonicultores meridionais acusavam tal prática americana de protecionista.

O Instituto Agrônomo de Campinas já vinha conduzindo pesquisas desde 1910 e introduziu no país novas variedades, mas até o final dos anos 20, a evolução na técnica e na qualidade foi irrisória. Segundo Raimundo Martins Cruz, cientista a quem se atribui a organização da revolução tecnológica em São Paulo, citado no artigo de Gonçalves e Ramos, por volta de 1924, quando ele iniciou os trabalhos no Instituto Agrônomo, “a situação da lavoura era desalentadora”. Ele falava que as dez variedades de algodão plantadas em São Paulo estavam totalmente hibridizadas, de tal forma, que as únicas diferenças que havia entre elas eram os nomes.

A partir dos anos de 1930, com a entrada de São Paulo e do Paraná no fornecimento, o país voltou a exportar. O algodão do Nordeste abastecia a indústria têxtil nacional, ainda não adaptada ao *upland*, e o Sul e

Sudeste supriam o mercado externo.

Se veio para preencher o vácuo da cafeicultura, o algodão fez isso em parâmetros bem diferentes. Em lugar dos latifúndios, pequenas propriedades, resultado do retalhamento em lotes menores das grandes propriedades cafeicultoras. Um processo que foi altamente influenciado por duas grandes imobiliárias. Em São Paulo, sobretudo na região de Ribeirão Preto, a Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (CAIC), e, no Paraná, a Companhia de Terras do Norte do Paraná (Cianorte).

Tamanho incremento à produção brasileira, em rápida escalada como ocorreu, não se sustentaria sem aprimoramento do próprio algodoeiro, o investimento da iniciativa privada, e, principalmente, sem vontade política. Todos esses fatores terminaram por favorecer o desenvolvimento regional da atividade no Sul e no Sudeste.

Para melhorar os algodões plantados, uma das primeiras iniciativas foi importar variedades americanas de qualidade. A diferença se notou logo no início.



Instituto  
Agrônomo de  
Campinas (SP)

Antes disso, na época em que a baixa qualidade ameaçava jogar o algodão paulista na vala comum, com o algodão indiano, os dados de classificação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo apontavam que 43% do algodão do estado tinha comprimento de fibra variando de 22 a 24 milímetros, e 11%, de 24 a 26 milímetros. Quando as novas variedades foram introduzidas, pelo Instituto Agrônomo, o algodão com fibra de comprimento entre 28 e 31 milímetros tornou-se preponderante.

Os governos, o sistema bancário e as companhias colonizadoras foram cruciais ao sucesso da empreitada. Era preciso dar ao estado uma nova vocação econômica agrícola que compensasse ou ajudasse a compensar a grande retração do café, após 1929.

Com oferta de terras a preços baixos e crédito parcelado em 20 anos, com juros de 7% ao ano, a cotonicultura meridional ganhou uma feição completamente diferente da cafeicultura que a precedeu. Em São Paulo, o tamanho dos lotes era, em média, de 62,40 hectares, resultado do fatiamento total ou parcial de antigas fazendas de café. As pequenas propriedades eram, contudo, grandes empregadoras de mão de obra, que muitas vezes era compartilhada com a cafeicultura, e constituíam um importante público para os interesses de empresas ferroviárias como a Companhia de Paulista de Estradas de Ferro, que tinha como acionista a Família Silva Prado, ligada à CAIC.

A ação governamental também garantiu o acesso do cotonicultor paulista às sementes de qualidade e à assistência técnica. O IAC, que já havia bem antes co-

meçado os seus ensaios, quando o momento chegou, dispunha das sementes de qualidade e também de estudos acerca do uso de fertilizantes, práticas culturais e controle de insetos. Tudo isso, algum tempo depois, seria refletido no Norte do Paraná. Estabeleceu-se, nas duas regiões, uma atividade que em muito divergia da antecessora. Se o café era o reino da aristocracia, do algodão meridional surgiu uma classe média rural forte, dinâmica e incorporadora de tecnologia.

Também a posição hegemônica na produção de algodão, que pelos séculos havia sido ocupada pelo Nordeste, não tardaria a mudar. Em 1940, São Paulo e Paraná suplantavam a região Nordeste do Brasil em fornecimento de pluma, e, em 1970, a diferença se exacerbava, quando a região setentrional produzia apenas 75 mil toneladas.



Companhia de Terras do norte do Paraná

Capítulo 19

# *Os anos 60 e 70*

O que pode representar melhor o fim dos anos 60 e início dos 70 no Brasil?

### *“Não sei. Leia na minha camisa”*

Caetano Veloso.

### *“A velha calça desbotada, ou coisa assim...”*

Roberto Carlos.

Talvez aquela camiseta *tie-dye* que, em pleno século XXI, voltou à moda, mas que, por décadas, você tentou esquecer que não apenas usou, como tingiu a sua, com cordão e pigmento, num tempo em que “customizar” não era sequer um conceito. Ou, quem sabe, o clamor *hippie* por liberdade, por ruptura de padrões, apropriado e capitalizado pela indústria têxtil, com o imortal *jingle*:

---

*“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada que você pode usar do jeito que quiser. Não usa quem não quer”*

À parte o contexto da contracultura, da rebeldia, da perda da inocência com o fim dos “anos dourados”, no Brasil, e do “sonho americano”, nos Estados Unidos, dos protestos contra a Guerra do Vietnã, da tensão da Guerra Fria, e o medo da “bomba” ... para além da Sociedade Alternativa, da intensificação da luta pelos direitos para mulheres, negros e homossexuais, e de mais um sem-fim de símbolos que a calça jeans desbotada e a camiseta – com ou sem frases de protesto – carregavam, estava a indústria. Pujante e protegida pelo governo, ainda seguidor da cartilha nacional-desenvolvimentista, que regia a economia nacional desde os tempos de Juscelino Kubitschek.



Propaganda do governo sobre o milagre econômico.

A receita da economia fechada, mais indústria fortalecida, mais substituição às importações, mais ação empresarial do estado continuaria dando o tom até mesmo depois do período conhecido como Milagre Econômico entre os anos de 1969 e 1973. Não que isso representasse um grande pecado, segundo nos explica Mailson da Nobrega, em entrevista para este livro.

A ideia de proteger importações, segundo o economista, esteve presente no mundo em todas as tentativas de industrialização, a partir do século XIX. Mas, no Brasil, afirma, isso criou uma teia de interesses no mercado nacional favoráveis ao protecionismo.

---

*O Japão também protegeu sua indústria, depois da restauração da Dinastia Meiji, em 1868. Mas, nos anos seguintes, os japoneses mandaram delegações para Europa e Estados Unidos para aprender e imitar os procedimentos e instituições, e, quando surgiram as condições para entrar nessa fase, o Japão deflagrou uma corrida de privatização massiva entre 1880 e 1890. Coisa semelhante aconteceu no Reino Unido, depois da II Guerra Mundial, quando os trabalhistas chegaram ao poder, com a ideia de empresas estratégicas, e estatizaram o Banco da Inglaterra, em 1948. Logo em seguida, foram estatizando aviação, ferrovia, telecomunicações, minas e etc. Menos de três décadas depois, tudo estava privatizado, porque a ideia estatista não tinha ambiente para se enraizar em sociedades como a japonesa, a europeia, e, menos ainda, na britânica, que tinha valores e percepções do setor privado diferentes.*

---

*Aqui no Brasil, teve-se o enraizamento das empresas estatais que corresponde a uma cultura que desconfia do lucro, do setor privado, e zela pela soberania nacional. Imagina, privatizar a Petrobras? A Petrobras é uma empresa estratégica! Mas nota-se, aí, até uma distorção do entendimento do que seja estratégico. Estratégico é a educação, são as instituições, a democracia, e não a Petrobras. A Petrobras pode ter sido estratégica para suprir uma falha de mercado nos anos 50 como foram as empresas belgas estatais do século XIX. Passado esse período tem que dar lugar ao setor privado, onde todos ganham.*

Para Mailson, a estratégia de substituição de importações que o Brasil adotou, em si, não foi uma estratégia errada.

---

*Foi a que todos adotaram. Só que ela frutificou em outro ambiente, ou seja, no ambiente de acomodação, falta de competição, lobby para preservação de privilégios e há aqui todo um histórico de associação de classes, líderes da indústria, que criam um ambiente de terror à ideia de abertura da economia, criando restrições de natureza política e institucional.*

Neste contexto, nos anos de 1970, no afã de proteger a agroindústria, no caso, a têxtil nacional, o governo penalizou a produção agrícola, subjugando-a aos elos industriais da cadeia produtiva. Isso, somado aos preços não atrativos do algodão, culminou numa redução da oferta de pluma no Brasil.

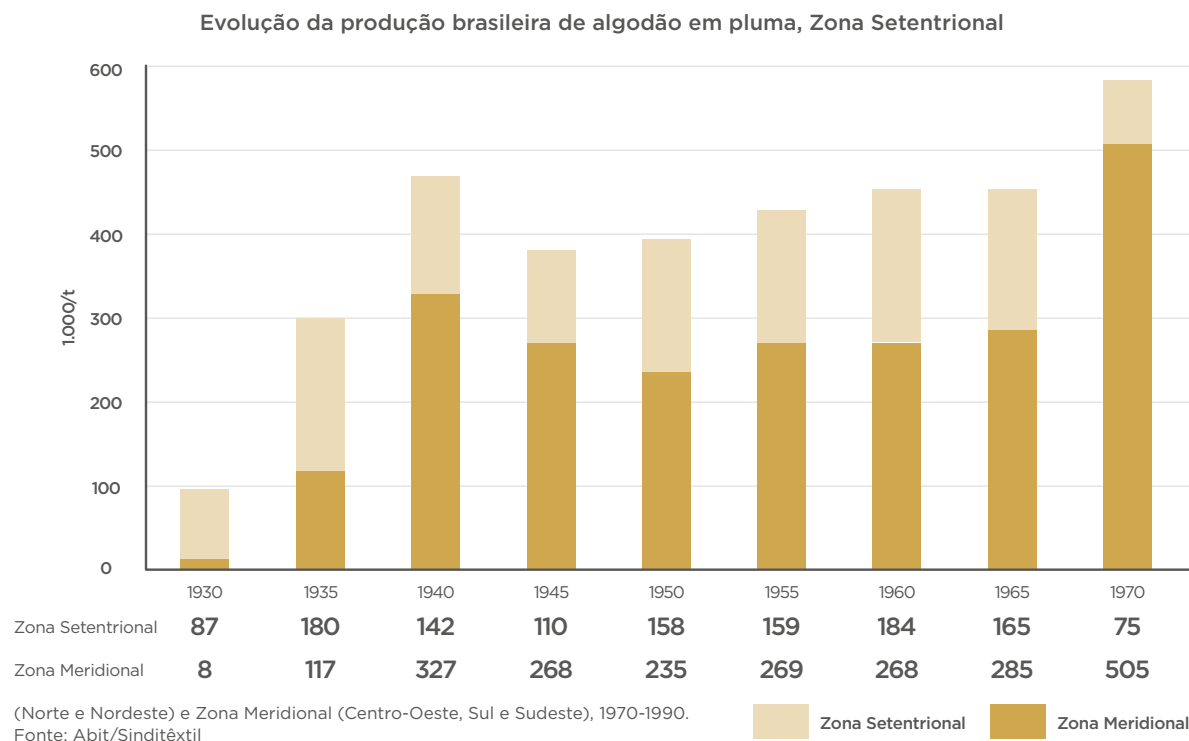
Em 1975, a cotonicultura setentrional voltaria a se recuperar, colhendo cerca de 170 mil toneladas, enquanto a meridional retrairia um pouco em relação a 1970, com 362 mil toneladas.

Restrições à exportação de algodão para garantir o suprimento interno, incidência de uma série de novos tributos sobre o algodão exportado, como Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), Programa de Integração Social (PIS) e Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social, sem o benefício do mesmo prêmio fiscal concedido à indústria na exportação de suas peças, eram alguns dos obstáculos à cotonicultura, que se somavam ao câmbio desfavorável às exportações, com o cruzeiro valorizado.



Mailson da Nóbrega

Assim, o desenvolvimento da indústria nacional, desde a chamada “Revolução Industrial Brasileira”, no início do século XX, que impulsionou a cotonicultura nacional e a sustentou – mesmo quando a conjuntura externa não foi favorável às exportações, por conta do protecionismo interno – viria a se transformar num gargalo à produção da matéria-prima, até o fim dos anos de 1980. Em 1979, as exportações de algodão eram tribuadas com um imposto de 30%, que levava embora a vantagem que poderia trazer a maxidesvalorização da moeda, também de 30%, ocorrida naquele mesmo ano.

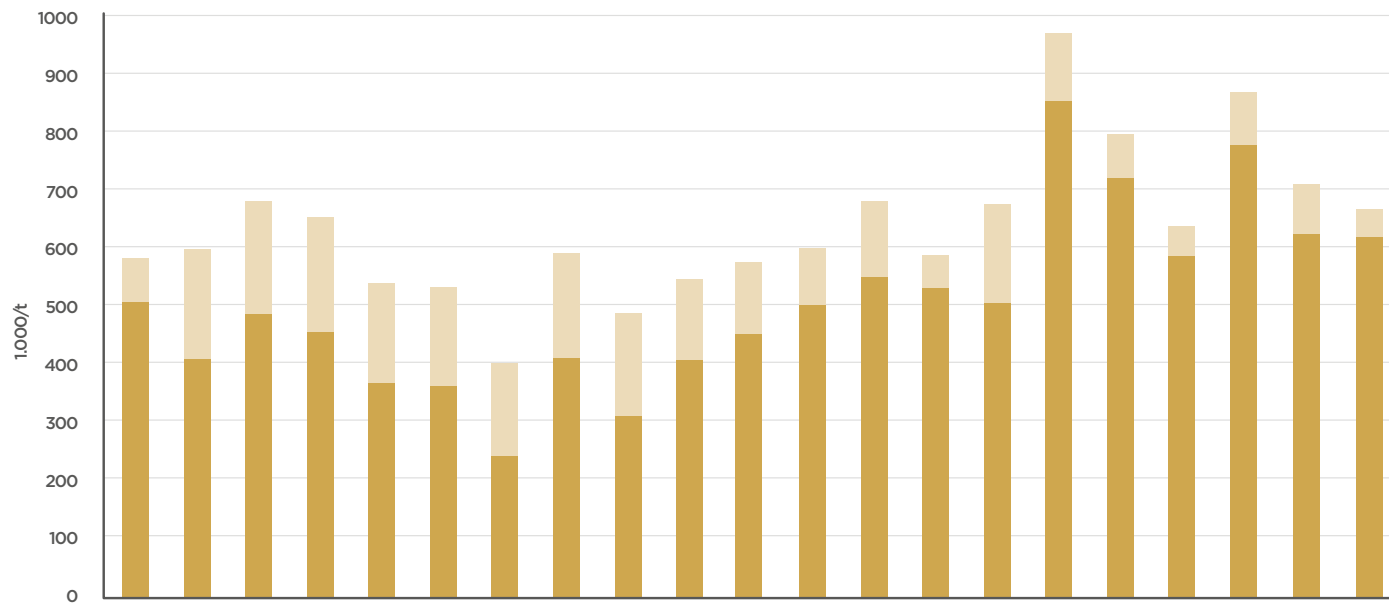


Mas, para não dizer que não se falou de flores, mesmo com as medidas de proteção à indústria, a instabilidade econômica e, sobretudo, política, desde os anos 60 (entre 1961 e 1964, o Brasil teve três presidentes e seis ministros da Fazenda), o país experimentou um momento de crescimento acelerado, que também contribuiu para aprimorar a base técnica da produção agrícola, transformando este elo, também, a seu modo, em uma indústria, implantando o conceito de cadeia produtiva no país. Foi uma época de elevado consumo das famílias, com os reflexos disso sentidos em todas as etapas da cadeia, o que amenizou, em parte, os efeitos da economia fechada sobre a produção da *commodity*.

Um pouco mais adiante, em 1973, seria criada a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), semente da revolução agrícola brasileira, base da pesquisa e tecnologia que criou um modelo único de agricultura tropical e conduziu o país à liderança global na produção de alimentos. A Embrapa foi essencial ao desenvolvimento da nova cotonicultura brasileira que surgiu no final dos anos de 1990, com a migração da atividade para o Cerrado, como será abordado na segunda parte deste livro.



Evolução da produção brasileira de algodão em pluma, Zona Setentrional



Norte-Nordeste

75 186 191 195 167 170 160 180 181 139 122 94 131 55 169 115 71 44 86 85 45

Centro-Sul

505 409 489 456 368 362 240 410 308 405 450 500 549 531 505 853 722 589 778 624 621

(Norte e Nordeste) e Zona Meridional (Centro-Oeste, Sul e Sudeste), 1970-1990.

Fonte: Abit/Sinditêxtil

Zona Setentrional Zona Meridional



Ato de instalação da Embrapa, em 26 de abril de 1973. Em pé, José Irineu Cabral, primeiro diretor-presidente da Embrapa

Capítulo 20

*Os anos 80 e 90 e  
os “surto” que se  
abateram sobre a  
cotonicultura brasileira*

Constituinte, constituição, cruzado, carestia, congelamento, fiscais do Sarney, planos econômicos, *besame mucho*, FMI, confisco, o vinho Liebfraumilch, aquele da garrafa azul (confesse, você se lembra dele), real. Parece que foi ontem, mas duraram uma eternidade as duas últimas décadas do século XX.

As palavras salpicadas no início deste capítulo são túnel do tempo e pano de fundo metafórico da difícil fase que a cotonicultura brasileira vivia à época. Não obstante, foi um período de mudanças e transições importantes. Na política, com a redemocratização, a partir de 1985, e, na economia, com a abertura comercial do país, em 1990.

A cotonicultura nacional respirava a duras penas, perdendo espaço na concorrência para o algodão de outros países, em um contexto de redução do crescimento da economia nacional, de inflação galopante, de planos econômicos heterodoxos, forte intervenção do Estado, aumento da dívida externa e da instabilidade, sendo a abertura do país às importações o tiro de misericórdia

que acertou precisamente a indústria nacional, e, com ela, a produção da sua principal matéria-prima.

Em meio a tantos “surto” contrários à produção de pluma no Brasil, veio o bicudo-do-algodoeiro. Este, somado ao surto de importações, quase poria fim a uma longa trajetória do país no cultivo e comercialização da pluma. Também não ajudaram em nada as práticas arcaicas seculares, como a monocultura e a grade aradora, que ainda vigoravam, sobretudo no Nordeste, terminando por exaurir o solo em diversas áreas produtivas.

Este livro poderia acabar aqui, se não fosse aquele “quase”, pois estava em gestação uma nova história que começa com o desenvolvimento da pesquisa e tecnologia agrícola brasileira e os ensaios promissores iniciados no estado do Mato Grosso, a partir de 1995. Estes fatores, somados à organização e fortalecimento dos agricultores, impulsionaram a grande guinada que elevou o Brasil da posição de segundo maior importador mundial, nos anos 90, para o segundo maior exportador, em 2020, numa escalada sustentável, ao infinito e além.



Senhores em  
plantação de  
algodão

Capítulo 21

*A praga desembarcou  
de avião*

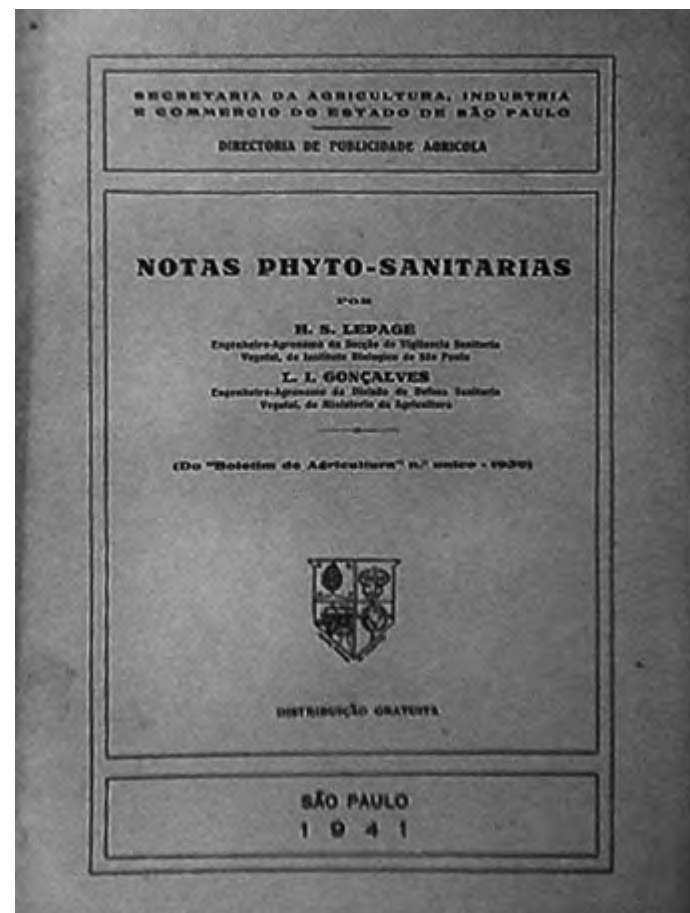
Mais do que o fim de um século, estas duas décadas representaram o epílogo da antiga cotonicultura brasileira, que vinha de muito antes da história do próprio Brasil. Mas foi exatamente nos anos noventa que a semente de um “segundo volume” desta história foi plantada, não como uma edição “revista e atualizada” da anterior, mas como uma nova saga. Antes, contudo, voltemos ao apagar das luzes.

A cotonicultura meridional mantinha-se na liderança da produção de algodão no país, entre 1980 e 1983. O Norte/Nordeste, desde 1971, vinha produzindo por volta de 150 mil toneladas ao ano. A partir de 83, o desastre: ínfimas 55 mil toneladas. Enquanto isso, o Sul e o Sudeste seguiriam em escalada até 1990. O que aconteceu foi que, no meio do caminho naquela década, tinha um besouro; uma praga importada para a qual ainda não havia armas e que, contudo, demorou um século para migrar dos Estados Unidos até aqui. Mas chegou, em fevereiro de 1983, de avião.

Não se pode dizer que o bicudo-do-algodoeiro pegou o país de surpresa. Anúncios não faltaram a essa tragédia. Já em 1939, portanto, logo na primeira década de ascensão da cotonicultura meridional, os engenheiros agrônomos H.S. Lepage, da Seção de Vigilância Sanitária Vegetal do Instituto Biológico de São Paulo, e L.I. Gonçalves, da Divisão de Vigilância Sanitária do Ministério da Agricultura, publicaram uma “apostila técnica” no boletim Notas Phyto-Sanitárias, de São Paulo, intitulada “O Boll Weevil” (*Anthonomus grandis* Boheman).

O então pesquisador, que em 2018 se tornaria presidente da Embrapa, Sebastião Barbosa, também alertou para o perigo de uma infestação, anos antes de isso acontecer, em 1977 e em 1981.

Em conversa para este livro, Sebastião Barbosa explicou que escreveu os artigos tendo como base alguns fatores que constituíam uma fonte de preocupação. Principalmente, o incremento do comércio do Brasil com os Estados Unidos, utilizando o aeroporto de Viracopos, em Campinas. “Desavisadamente, o aeroporto oferecia as áreas que não estavam sendo utilizadas para os produtores de algodão. Na época, eu expus minha preocupação. Se o bicudo, nos Estados Unidos, atraído pelo amarelo das lonas que envolvem as mercadorias, pegasse carona na carga e chegasse ao Brasil,



Boletim Notas  
Phyto-Sanitárias



Sebastião Barbosa

não tardaria a encontrar um plantio de algodão”, disse. Até porque, segundo ele, diversas lavouras de Campinas estavam, justamente, em torno do aeroporto, o que, a seu ver, já era um erro.

A outra vertente considerada como um risco, por Sebastião Barbosa, foi a abertura da rodovia Perimetral Norte, que ligava o Brasil à Venezuela, país no qual o bicudo já havia se instalado. O inseto também estava na Colômbia, e, claro, na América Central, seu berço, já que surgiu, provavelmente, no México. “Então, imaginei que seria pela Perimetral, porque a Floresta Amazônica era uma barreira ecológica quase intransponível, que, uma vez aberta a rodovia, seria naturalmente vencida”, afirmou. Apesar dos avisos, nada foi feito antes do advento do bicudo por aqui, e bem devagar se andou depois.

Quem deu por conta da presença do besouro no Brasil foi o professor Octávio Nacano, da Esalq-USP. Ele coletou alguns exemplares na região de Campinas e os enviou ao Museu Britânico. Recebeu a resposta que temia: *Anthonomus grandis* Boheman. Em março do mesmo ano, o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão (CNPA) da Embrapa designou uma equipe de entomologistas para ir a Campinas para avaliar o problema e recomendar as possíveis soluções. O próprio Sebastião Barbosa foi um dos integrantes, e, com ele, embarcaram Raimundo Braga Sobrinho, Maurice J. Lukefahr e Oscar G. Bengoléa.

Já existia, à época, o protocolo americano de combate à praga, um programa estratégico, com o manejo integrado de técnicas e inseticidas. Sem inimigos naturais no Brasil, e sem invernos rigorosos para quebrar seu ciclo reprodutivo, o bicudo encontraria terreno mais que fértil para se espalhar pelo país. A recomendação da equipe da Embrapa passava por medidas básicas, uma delas, bem drástica: dois anos sem plantar algodão no país. Além disso, erradicação dos restos culturais, quarentena, armadilhamento com feromônios, implantação de cultivos-armadilha e uso restrito de inseticidas.

Suspender o plantio por dois anos, por mais radical que parecesse, era, na opinião dos técnicos da Embrapa, ainda mais viável que esperar que o protocolo fosse totalmente cumprido, principalmente, a parte do aumento do número de pulverizações. Naquela época, o Brasil plantava mais de três

milhões de hectares de lavouras da fibra, metade disso, na região Nordeste, onde o algodão era uma cultura perene, o mocó, algodão de fibra longa cujas plantações permaneciam as mesmas para as próximas safras, colheita após colheita. Portanto, o plano de erradicar os algodoeiros por dois anos, por questões fitossanitárias, nem passaria pela cabeça dos produtores nordestinos.

Da mesma forma, na zona setentrional, aumentar o custo com inseticidas era pouco provável. A publicação da Embrapa *O bicudo-do-algodoeiro no Brasil*, de 1986, editada pelos mesmos entomologistas expedicionários, dentre os quais, Sebastião Barbosa, foi veemente em afirmar que, passados mais de dois anos, nada foi feito. “Por uma série de razões, principalmente, de ordem política, as medidas sugeridas não foram adotadas”, escreveram.

A preocupação com o que poderia acontecer à produção nordestina não era por acaso. O perfil da atividade na região ainda era arcaico. A produtividade média das lavouras era de 300 quilos de algodão por hectares. Só a título de comparação, na safra 2019/2020, a produtividade média do Brasil foi de 1,8 mil quilos de pluma. Um rendimento tão baixo era totalmente incompatível com pulverizações semanais, ao longo de meses.

Antes do bicudo, contudo, graças à adoção do Manejo Integrado de Pragas, o Brasil já estava conseguindo reduzir o número de aplicações durante a safra, de 20 para apenas cinco, o que contribuiu não apenas para melhorar a rentabilidade do produtor, como para reduzir o impacto ambiental e social. Isso contribuiu também para que se amenizassem as críticas à atividade, tachada de ser a que mais consumia defensivos químicos, o que era, e continua sendo, verdade. Não por vontade do agricultor, que adoraria gastar menos com defensivos – a despesa mais alta da sua planilha – e sim por conta do grande número de pragas e doenças que atacam o algodão, dentre as quais, o bicudo, que é uma praga exótica, e para o qual (ainda) não existe uma va-

riedade transgênica com resistência ao inseto.

“A preços atuais de 50 mil cruzeiros por hectare, passaremos a 120 mil cruzeiros, apenas na parte relativa ao controle de pragas, sem computar os custos sociais da utilização maciça de inseticidas”, advertiram os técnicos.

O bicudo-do-algodoeiro correu solto pelo Brasil. De Campinas e arredores, partiu para outras regiões de São Paulo e, provavelmente, viajou para Paraíba e Pernambuco, a bordo das cargas de caroço de algodão que seguiam para serem plantadas no Nordeste. Em março de 1985, o bicudo já estava em, pelo menos, 350 mil hectares de lavouras, em São Paulo, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

O besouro, além de voraz, é veloz. Sua capacidade de dispersão, calculada nos Estados Unidos à época, era de 300 quilômetros ao ano. Tamanha velocidade deixou em pânico os entomologistas brasileiros, que temiam não apenas pelos cotonicultores nacionais, como pelos vizinhos, da América do Sul. Até então, só havia registros da praga na Venezuela e na Colômbia.

Apesar do aumento do custo dos defensivos, os produtores de Campinas e Paraná puderam atender ao protocolo preconizado pelos entomologistas, e a produção cresceu mesmo depois de 1983. Os do Nordeste, ao contrário, sucumbiram.



Bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*)

Capítulo 22

## *O outro “surto”*



Não falta quem diga, mesmo entre grandes conhecedores da cotonicultura do Brasil, que foi o bicudo que quase erradicou a atividade no país. É uma sentença reducionista, e basta analisar os números da produção após 1983 para ver que a cotonicultura meridional, após a chegada da praga, no mesmo ano, praticamente, só cresceu, exceto na safra imediatamente depois do advento do bicudo. Em 1983, São Paulo e Paraná produziam 531 mil toneladas de pluma, passando para 505 mil toneladas em 1984, impressionantes 853 mil toneladas em 1985, e se manteve acima das 600 mil toneladas até o final da década.

Não se pode dizer o mesmo da produção do Nordeste. Em 83, a zona setentrional colhia 55 mil toneladas de pluma. Mais que dobrou a produção em 1984, chegando a 169 mil toneladas, e 115 mil toneladas, em 1985, mas terminou a década com apenas 45 mil toneladas de pluma, numa clara evidência do impacto da praga.

Não se trata de um desagravo ao bicudo-do-algodoeiro, mas de compartilhar essa culpa com fatores de ordem econômica do Brasil, já mencionados anteriormente, como o protecionismo à indústria nacional com a consequente penalização da agricultura, e, sobretudo a partir dos anos de 1980, o crescimento da inflação, este responsável pelo segundo “surto” a alvejar a cotonicultura brasileira. O surto de importações de algodão. Junte-se a ele a abertura de mercado iniciada no governo Sarney e intensificada no governo Collor.

“Quem acabou com o algodão no Brasil foi a inflação!”, sentencia Francisco Gadelha. De uma família tradicional de beneficiadores de pluma na Paraíba, e, à época da conversa para este livro, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, Gadelha evoca as lembranças de apogeu e decadência do algodão nacional.

O gabarito das provas da segunda fase do Vestibular Integrado



Collor exige de Sarney medidas para evitar caos da hiperinflação

O Presidente eleito Fernando Collor advertiu, ontem, que o Presidente José Sarney tem de tomar providências e drásticas medidas para conter a inflação, para evitar o caos da hiperinflação. Enquanto aguarda uma previsão de 7% para este mês, Collor manifestou preocupação com a previsão do Governo, mas o plano que evoluirá a inflação a 7% ao mês, em um dia. Ele também advertiu aos líderes do efetivo do PDS que assumam sua total responsabilidade ao assumir o compromisso de reduzir o crescimento da inflação para 7% ao mês, em um dia. Ele também advertiu aos líderes do efetivo do PDS que assumam sua total responsabilidade ao assumir o compromisso de reduzir o crescimento da inflação para 7% ao mês, em um dia.



Magri será Ministro do Trabalho e Previdência

O Presidente eleito Fernando Collor anunciou, ontem, a nomeação do Presidente do Conselho Superior do Trabalho, Magri, para o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Segundo Collor, Magri assumirá a pasta com a missão de promover um extraordinário crescimento econômico, mediante a Central Única das Trabalhadoras (CUT). Collor também anunciou a nomeação de Magri para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, e a nomeação de Magri para o Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Nova lei determina multa de 200 mil BTN's para oligopólios

O Presidente José Sarney assinou ontem a Lei nº 3.041, que estabelece multa de 200 mil BTN's para oligopólios. A lei também estabelece multa de 200 mil BTN's para oligopólios.

Justiça não libera o uso do metanol no Rio de Janeiro

A Polícia poderá vir a aplicar a multa de 200 mil BTN's para oligopólios. A lei também estabelece multa de 200 mil BTN's para oligopólios.



Soldados PM dão ajuda a cambistas do carnaval

Douglas é o campeão novo lutará de novo com Tyson

Os soldados da Polícia Militar (PM) estão ajudando cambistas durante o carnaval. Douglas é o novo campeão e lutará de novo com Tyson.

1941 + 1990 Isabel Ribeiro

Uma edição especial comemorativa do aniversário de 50 anos de Isabel Ribeiro. A edição contém artigos e fotos sobre a vida e obra da escritora.

Hiperinflação assusta no começo dos anos 90, noticiada na capa do O Globo

---

*“A prática de venda de algodão era de 90 dias. Mas a inflação girava em torno de 30%, então já não se podia mais vender algodão desse jeito, porque se você fosse descontar a duplicata, você descobria que ficava devendo ao banco. As pessoas começaram a vender com oito dias. Foi então que surgiu a possibilidade de comprar algodão do Paraguai, por exemplo. Veio muito algodão da Rússia e do Paquistão, porque eles dolarizavam o algodão e vendiam a 365 dias. O dólar não acompanhava a nossa inflação. Era muito melhor comprar algodão no exterior do que no Brasil”.*

Francisco Gadelha.

Maílson da Nóbrega, também paraibano, cuja carreira começou no Banco do Brasil, no município de Cajazeiras, conhecedor de cátedra da realidade dos cotonicultores e beneficiadores nordestinos, e com “lugar de fala” de quem foi ministro da Fazenda, justamente entre 1988 e 1990, confirma, pelo menos em parte, a afirmação de seu Gadelha.

---

*“Gadelha tem uma certa razão, porque a inflação aumentou as ineficiências. Os produtores menos organizados pagaram os preços mais altos. Quem pagou mais alto com a inflação foi o pobre. No setor produtivo, foi a agricultura. E, na agricultura, os segmentos menos avançados tecnologicamente, onde estava o produtor de algodão no Nordeste, que tinha, no máximo, um contador para fazer a contabilidade da empresa, mas não tinha diretor financeiro para analisar mercados futuros e essas coisas”.*

Maílson da Nóbrega



José Gadelha

O presidente da FIEP exibe, com orgulho, uma miniatura de fardo de algodão com uma medalha com a foto dos seus pais, José de Paiva Gadelha e Míriam Benevides Gadelha, afixado nele. Uma homenagem concedida pelo Governo do Paraguai ao casal. O motivo era justamente o grande volume que José Gadelha importava.

A abertura do mercado brasileiro às importações foi menos abrupta do que guarda a memória. Segundo Mailson da Nobrega, ela foi muito cuidadosa, e embora se associe este fato histórico a Fernando Collor de Mello, ela começou antes, no governo de José Sarney.

Em artigo para o jornal *Folha de S. Paulo*, em 1999, o ministro relembra que, na passagem do governo Sarney para o Collor, havia apenas 500 itens na lista brasileira de produtos com importação suspensa, de um total de 3.000.

“A partir de 1985, a Comissão de Política Aduaneira acelerou os estudos para identificar as distorções nas tarifas. Em 1988, após longas discussões com representantes da indústria, do comércio e da agricultura, operou-se a primeira revisão tarifária, que eliminou

redundâncias e regimes especiais. Uma segunda rodada aconteceu em 1989. O protecionismo brasileiro era enorme. Em 1988, a média das tarifas caiu para 56%. Antes, havia algumas de 105%. Com o IOF, a tarifa efetiva de bens de capital atingia 70%. Entre 1987 e 1989, reduziram-se restrições às importações, incluindo a dispensa das guias e de autorizações especiais”, escreveu.

Na entrevista para este livro, o ex-ministro afirmou que o governo Collor criou um programa para chegar a uma tarifa de 12%, num período de quatro anos. Nesse período, houve uma série de segmentos que não aguentaram a competição, a exemplo da indústria têxtil de Americana, que, praticamente, desapareceu. “Eles não foram capazes de competir. E como a abertura incluiu matérias-primas, isso reduziu o conjunto de importações e tarifas para a importação de algodão, o que contribuiu para acelerar a derrocada da produção de algodão menos eficiente”.

E é sobre um algodão (muito) “mais eficiente” que este livro fala, na segunda parte. —————

Capítulo 23

*Réquiem para um forte*

Nascer no Seridó é sina. Vingar, no Seridó, exige vontade, coragem, resiliência, e, acima de tudo, capacidade de adaptação. Este pedaço de Sertão que abrange os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba é dos mais secos do país. Sobre a origem do seu nome, pairam dúvidas tão díspares quanto similares. Para o historiador e folclorista Luís da Câmara Cascudo, Seridó deriva de *ce-ri-toh*, na língua dos nativos Tapuia, e quer dizer “pouca folhagem e pouca sombra”. Mas há quem diga que a palavra vem do hebraico, *serid*, e quer dizer “sobrevivente”, “o que escapou”, ou ainda, “refúgio de Deus”.

Qualquer que seja a definição, o fato é que, deste lugar de pouca folhagem e pouca sombra, um sobrevivente ganhou o mundo e fez a fama do país, pois da sua rusticidade e das muitas hibridizações que sofreu, surgiu um algodão de fibra longa, fina e muito resistente, que conquistou a indústria internacional com o nome do seu nascedouro, Seridó, mas que, aqui, no Brasil, também era conhecido como mocó.

O nome mocó tem origem controversa, como o relatam Embrapa e CNPA no artigo *Algodoeiro mocó: uma lavoura ameaçada de extinção*, de 1989, assinado pelos pesquisadores José de Alencar Nunes Moreira, Eleusio Curvelo Freire, Robério Ferreira dos Santos e Miguel Barreiro Neto. Segundo o texto, mocó pode ter derivado de makô, como eram conhecidas as sementes de um algodão da Suíça, introduzido por aqui, entre os anos de 1886 e 1896.

Há ainda uma teoria que diz que, sim, o nome é uma corruptela de Makô, mas esta se deve a uma variedade egípcia, levada ao Seridó do Rio Grande do Norte, também no século XIX. Por fim, uma explicação mais, digamos, escatológica. Mocó pode fazer referência à semelhança entre as



Mapa do Seridó, região interestadual localizada no sertão da Região Nordeste do Brasil, que abrange vários municípios dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba.



*Gossypium  
Hirsutum L. r.  
marie galante  
Hutch*

fezes de um animal comum no Seridó, chamado mocó, ou até mesmo com a base da cauda do bicho. Sobre o que, entretanto, ninguém diverge, é quanto ao nome científico da planta: *Gossypium Hirsutum L. r. marie galante Hutch*... Ok! Vamos chamá-lo de mocó.

A origem do mocó é tão misteriosa quanto a do nome da planta. Segundo o artigo da Embrapa, o mocó é o resultado de muitas hibridizações, e essa mistura toda torna quase impossível sua descrição genômica. Alguns dizem que é resultado da introdução de diversos tipos de algodão no Seridó, ao longo de muitos anos. Mas existe uma hipótese que os pesquisadores acreditam ser mais provável, a de que o mocó é nativo do Seridó, e que foi registrado pela primeira vez por volta de 1860, pelo capitão Francisco Raimundo, que afirmou tê-lo visto “nas trincheiras de serrote de um certo “Olho d’Água da Siriema”, em Acari, no Rio Grande do Norte.

A partir daí, este algodão selvagem foi mudando, do algodoeiro indígena para o mocó cultivado, e o homem seridoense teve papel importante em sua evolução, selecionando, empiricamente, as características que desejavam, desde a natural resistência à seca até aquelas requeridas pela indústria têxtil inglesa. Segundo contam os pesquisadores no texto, e Dr. Eleusio, em longa entrevista telefônica, o próprio capitão Francisco Raimundo misturava o chamado “mocozinho” com outro algodão conhecido como “verdão” e multiplicava as plantas mais interessantes. Assim confirmou, aos autores, o próprio neto de Francisco, Clideno de Brito.

Em 1989, o mocó, que já havia sido estrela das exportações brasileiras de algodão, corria risco de desaparecer do mapa nacional, alertavam os pesquisadores. É que este algodão, que tanto teve de se adaptar para resistir às rudezas do clima, já não dava conta dos novos tempos, com as mudanças na economia nacional, na indústria mundial, e, sobretudo, no modelo de parceria que sempre caracterizaram o seu cultivo, que envolvia,

em geral, um pecuarista e os trabalhadores meeiros.

Outro agravante era a produtividade do mocó em relação aos algodões anuais.

Ele podia produzir uma das fibras de melhor qualidade em todo o mundo, mas produzia menos, e não se adequava mais às grandes escalas exigidas nestes tempos velozes. Poderia até se tornar um algodão de nicho, como o do Egito, ou do Peru, mas foi ferido de morte com a chegada do bicudo-do-algodoeiro, que exigia novos protocolos fitossanitários, e tornavam inviável uma cultura arbórea, de ciclo longo, dando exclusividade de plantio às lavouras herbáceas, que precisam ser plantadas e destruídas ano a ano, para não configurarem ambiente propício ao besouro.

As muitas recomendações dos pesquisadores brasileiros, no final dos anos de 1990, não foram suficientes para salvar o mocó. Mas suas sementes, como microchips, que encapsulam miríades de informações, dentre elas, a sua própria história e futuro, repousam em bancos de germoplasma, sonhando um dia voltar a germinar.



Campo branco

Capítulo 24

*Da roda d'água à  
internet das coisas,  
a indústria nacional  
se reinventa*



Fiar, tecer, transformar. A indústria de algodão parece ter nascido com a própria planta, como se uma não fizesse sentido sem a outra. Por isto, em cada linha deste livro, a transformação da matéria-prima e o mercado que ela representa estão de tal forma entrelaçados, que dedicar-lhes um capítulo especial seria pura redundância, mas é justo desenrolar, ainda que brevemente, este novelo, para entender aonde chegamos, na terceira década do século XXI.

A indústria do algodão no Brasil já estava nos dedos ágeis dos nativos descaroçando o rim-de-boi, nos teares rudimentares que teceram panos e redes, e se instalaram nas casas, a poucos passos da lavoura. No ouro e na prata tecidos, com o algodão, e evadindo-se silenciosamente para o além-mar, nos teares desmantelados por ordem da Rainha Louca, nos panos grosseiros que cobriam a nudez e as chagas dos escravos, na Revolução bretã da qual participamos como fornecedores e consumidores, empreendendo a nossa própria, tempos depois. Também estava na coragem de pioneiros que, há quase duzentos anos, ousaram e prosperaram no Brasil, inaugurando empresas duradouras. Algumas das quais até hoje existem, num país onde muitas morrem ainda no nascedouro.

Em 1844, o Brasil finalmente se livrou dos efeitos do Tratado de 1810, um daqueles acordos para lá de assimétricos entre Portugal e Inglaterra, como o já mencionado Tratado de Methuen – ou dos Panos e Vinhos.

O Tratado de 1810 criava condições alfandegárias altamente favoráveis à Inglaterra, que podia exportar seus produtos para o Brasil, mediante tarifa de 15%, enquanto Portugal pagava 16% e os demais países, 24%. O acesso aos produtos ingleses, de melhor qualidade e menor custo que os portugueses, tornava proibitiva a industrialização brasileira. Com a independência, os outros países exigiram tratamento igualitário, e a arrecadação brasileira caiu consideravelmente.



John Methuen (1650-1706)



Ministro Manuel Alves Branco

O tratado vigorou por 30 anos e se alongou por outros quatro. Seu término, portanto, coincide com a criação da tarifa Alves Branco, que estabelecia que cerca de três mil artigos importados passariam a ser taxados entre 20% e 60%, sendo as alíquotas mais altas para as mercadorias estrangeiras que poderiam ser fabricadas no país. Os itens muito utilizados na época, e que eram necessários ao consumo interno, pagariam 20%. Era a chance de o Brasil iniciar, ainda que tardiamente, a sua industrialização.

Foi exatamente em 1844 que surgiu, na cidade de Valença, na Bahia, a fábrica Todos os Santos, a primeira grande tecelagem do Brasil, que, depois, em 1887, viria a se tornar a Valença Têxtil. Menos de dez anos depois de criada, a Valença já era a maior indústria de tecidos do Império e dava conta de quase um terço da produção brasileira. Foi a primeira têxtil do país a ser movida por energia elétrica. Tal era sua importância, que o próprio Dom Pedro II visitaria as suas instalações, em 1860. Em seu site, a Valença diz se orgulhar de jamais ter utilizado mão de obra escrava em suas operações. Hoje, a companhia caminha para os 200 anos, em plena atividade.

As têxteis foram as primeiras indústrias robustas na história do Brasil e colecionam algumas das empresas mais longevas do país. Neste

quesito, além da Valença, chama atenção a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira.

Fundada em 1872, foi a primeira companhia com capital aberto privado do Brasil. Em 140 anos, jamais interrompeu seus trabalhos. Atualmente, gera três mil empregos e afirma em seu website ter capacidade de produzir 168 milhões de metros quadrados de tecido ao ano. Foi criada pelos irmãos Bernardo, Caetano e Antônio Cândido Mascarenhas, em 1865, ano em que termina a Guerra Civil Americana e se encerra um grande surto de prosperidade da cotonicultura brasileira. O algodão do Brasil perdeu

espaço, quando os Estados Unidos voltaram à cena. Era preciso dar destino à matéria-prima encalhada, coisa que, nem “a todo vapor”, as fábricas nacionais eram capazes de dar conta.

Bernardo Mascarenhas viu, então, uma possibilidade de negócio. Trocou Minas Gerais por São Paulo e empregou-se na tecelagem São Luiz para ver como funcionava uma indústria têxtil. Pouco depois, viajou aos Estados Unidos, conheceu as tecelagens americanas e voltou com toneladas de equipamentos. Foram necessários 200 carros de bois no transporte da parafernália até Juiz de Fora. Lá, fundou a Fábrica do Cedro, na cidade mineira de Tabuleiro Grande. O negócio prosperou, num Brasil agrário e onde os escravos ainda eram força de trabalho.

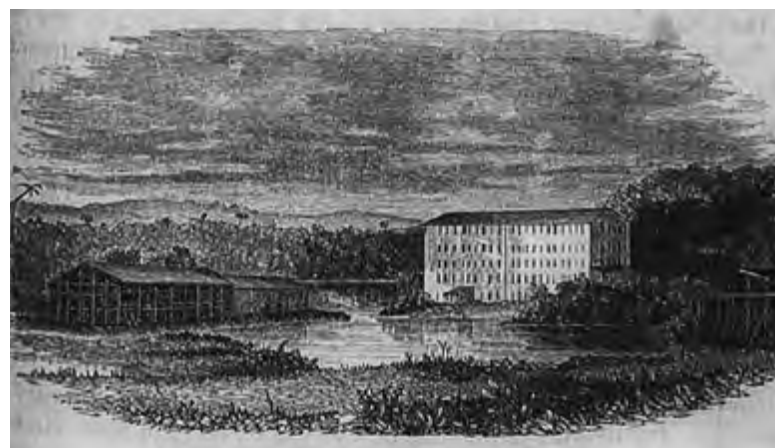
Também em 1872 foi criada a Companhia Brazil Industrial, na Fazenda dos Macacos, em Vassouras, no Rio de Janeiro. Segundo Eduardo Bueno, foi “a primeira megafábrica do Brasil”. Ele escreve que o prédio onde funcionava possuía três andares, nos quais se distribuía, dentre outras máquinas, 400 teares ingleses e 24 mil fusos. A Brazil Industrial foi a maior do Brasil até 1880.

A Santanense, ainda existente em 2022, é uma das indústrias têxteis recordistas em longevidade no Brasil. Ela nasceu em Minas Gerais, em 1891, e foi uma das primeiras mil empresas brasileiras. Dos 32 teares iniciais, no final do século XIX, a Santanense construiu uma história de liderança. Hoje, sua produção é de, aproximadamente, 60 milhões de metros lineares de tecidos, fabricados em três unidades industriais, localizadas em Montes Claros, Pará de Minas e Itaúna, todas em Minas Gerais, com sede administrativa em Belo Horizonte. O algodão é a principal matéria-prima da indústria. Está presente em dois terços dos 4,5 milhões de metros lineares que a Santanense fabrica mensalmente.

A indústria têxtil nacional guarda histórias e personagens memoráveis, que demandariam um livro



Fábrica da Cedro, inaugurada em 1872, às margens do Córrego Cedro



Fábrica Todos os Santos, meados da década de 1850



Luiz Tarquínio

exclusivo em sua homenagem. Já falamos de Delmiro Gouveia, em Alagoas, tão genial quanto controverso, e não poderíamos seguir sem destacar outro industrial nordestino, Luiz Tarquínio, que, em 1891, decidiu empreender no ramo têxtil, criando a Companhia Empório Industrial do Norte, no bairro da Boa Viagem, na Cidade Baixa, em Salvador. De origem muito humilde, autodidata, Tarquínio não apenas prosperou em seu intuito, com uma indústria de grandes dimensões, como criou uma vila operária, com 258 casas, sem precedentes no Brasil, e assegurou benefícios aos seus empregados, antes de qualquer legislação trabalhista por aqui. Sua fábrica, contudo, não resistiu à passagem dos anos.

Mais de cem anos depois de inaugurada a Valença, o Brasil experimentaria outros momentos de grandes movimentos na indústria têxtil, especialmente à época do chamado Milagre Econômico, que se deu entre meados dos anos de 1960 e 1970. A regra era clara: substituir importações. Esta percepção de que o desenvolvimento seria resultado de uma economia fechada, protegida, vinha se consolidando desde a segunda metade dos anos de 1950.

---

*“As duas Grandes Guerras, apesar da tragédia humana, trouxeram oportunidades para o Brasil, que deu um grande salto de industrialização. Crescemos entre 7% e 8% ao ano e a população se urbanizou. As pessoas saíam do campo para trabalhar na indústria, na época em que foi criado o Serviço Nacional da Indústria, o Senai, porque havia muito despreparo da mão de obra”, relata o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, Abit, Fernando Pimentel.*

Segundo ele, a indústria nacional escalou, até que vieram os solavancos, com a primeira Crise do Petróleo, em 1973. “Nós superamos. Veio a segunda Crise do Petróleo, em 1979, com uma brutal explosão das taxas de juros, por parte dos Estados Unidos, que quebrou meio mundo, e a chamada Crise da Dívida Externa. A partir daí, foi a Década Perdida”, rememora Pimentel, referindo-se à sucessão de problemas econômicos na América

Latina, iniciados com a moratória da dívida externa pelo México em 1982.

Preços altos, inflação galopante e descrédito aumentaram as ineficiências na indústria. “Entramos num processo de crescimento inflacionário que custou a ser debelado, o que só ocorreu em 1994, com o Plano Real. Eu me lembro de, em 1986, estar numa grande feira, quando surgiu o rumor de que um plano econômico estava a caminho, e aconteceu o Plano Cruzado. Uma onda patriótica tomou conta do Brasil, e a popularidade do presidente José Sarney foi lá para cima. Vieram os ‘fiscais do Sarney’, fechando supermercados, mas os ajustes estruturais não foram feitos. Ato contínuo, lançaram o Cruzado II, que foi um desastre”, diz.

Em 1987, foi a vez de o Brasil decretar a moratória. “Viramos um pária, e a indústria, especialmente a têxtil, sofreu com isto. Uma série de bens de capital que as fábricas utilizavam eram importados, e não se conseguia, muitas vezes, trazê-los, por absoluta escassez de divisas. Você pagava as prestações das dívidas contraídas para a compra de máquinas e equipamentos e depois recebia

a cartinha do fornecedor dizendo que não haviam sido pagas. Na verdade, pagou-se ao governo, e o câmbio era centralizado. O Banco Central escalonava estes pagamentos. Você pagava sua dívida na moeda nacional, ao seu banco, e esse dinheiro não era transformado em dólar, ou outra moeda, como a libra, para pagar o seu credor porque o Brasil tinha outras prioridades, como petróleo, trigo e outros bens mais essenciais, para o país não entrar em colapso”, explica.

O algodão sempre foi a principal matéria-prima individual das têxteis brasileiras, mas nos anos de 1980 e 1990 não possuía a escala e a constância no fornecimento que passou a ter, a partir dos anos 2000, com a migração da cotonicultura para o Centro-Oeste. A chegada do bicudo-do-algodoeiro e o processo inflacionário comprometeram o fornecimento da fibra, e o Brasil se transformou no segundo maior importador do mundo. A indústria nacional amargou a abertura do mercado, no governo Collor, no início dos anos de 1990. Ainda assim, processava volumes de algodão acima de 700 mil toneladas. A título de comparação, em 2020, o consumo nacional da fibra ficou em 690 mil toneladas.



Companhia Brazil Industrial, em Vassouras - RJ



Fábrica da Santanense, em Minas Gerais

Mesmo o Brasil produzindo quase três milhões de toneladas de algodão e sendo o segundo maior exportador mundial do produto, a indústria nacional rivaliza com a China o posto de maior cliente do algodão nacional. Em 2021, a China importou daqui 721 mil toneladas de algodão, enquanto o Vietnã, nosso segundo maior comparador, ficou com 409 mil e o Paquistão, o terceiro, com 281 mil toneladas.

De acordo com a Abit, a concorrência dos fios artificiais e sintéticos se torna mais aguçada a cada ano, o que se justifica pelo incremento tecnológico e a melhoria da qualidade e de algumas características que possuem. Para a indústria, a capacidade de serem processados com maior estabilidade, em máquinas de alta rotação, e o preço são fatores importantes. Para o consumidor, a facilidade no trato das peças, que dispensam o ferro de passar, as questões de “caimento”, as possibilidades estéticas, e, mais uma vez, o quanto se paga por elas, influenciam a escolha.

Fernando Pimentel acredita que o algodão tem vantagens de conforto e sustentabilidade sobre as concorrentes, mas vê margem para a agregação de valor ao próprio tecido, tornando-o mais funcional. Vê ainda a chegada da manufatura 3D e a indústria 4.0 como demandadoras da evolução na matéria-prima. A curto prazo, acredita que será preciso performance no tear. “Nos anos de 1970, um tear de denim rodava a 150 rpms. Atualmente, a quase mil”, exemplifica. Na época da internet das coisas, de máquinas que se falam e tornam quase obsoleta a mão de obra humana, as necessidades, certamente, serão outras.

A fábrica de tecidos de algodão da Companhia Têxtil Brazil Industrial foi estabelecida, inicialmente, em 1870, em Paracambi (RJ)



*A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) foi fundada em 21 de fevereiro de 1957, inicialmente nomeada Associação Paulista da Indústria Têxtil. Ela representa a força produtiva de 24,6 mil empresas instaladas por todo o território nacional, que empregam mais de 1,3 milhão de trabalhadores e geram, juntas, um faturamento anual de R\$ 161,4 bilhões, segundo dados de 2020.*

*A Abit mantém uma estrutura física e intelectual para dar suporte e orientação aos seus associados. Todas as atividades realizadas pela equipe de colaboradores e consultores visam a apoiar o desenvolvimento sustentável das empresas do setor, bem como defender seus interesses junto aos órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais.*

*Sua sede está instalada em um imponente casarão de linhas neoclássicas, estilo francês, na última quadra da rua Marquês de Itu, em São Paulo, que hoje é patrimônio histórico da cidade. (Fonte: site Abit)*



Sede da Abit  
(São Paulo)





An aerial photograph of a field with a winding path, overlaid on a background of horizontal yellow lines. The path is a light-colored, gravelly or sandy strip that curves from the bottom left towards the top right. The field is divided into sections of different shades of brown and tan, suggesting different crops or stages of growth. The yellow lines are thin and evenly spaced, creating a textured, grid-like effect on the right side of the image.

# *Segunda Parte*

Porque tudo começa  
de um sonho...

Capítulo 25

# *O sonho*

*“Não há consolo mais refinado na velhice do que a sensação de ter concentrado toda a força de nossa juventude em obras que jamais envelhecerão”*

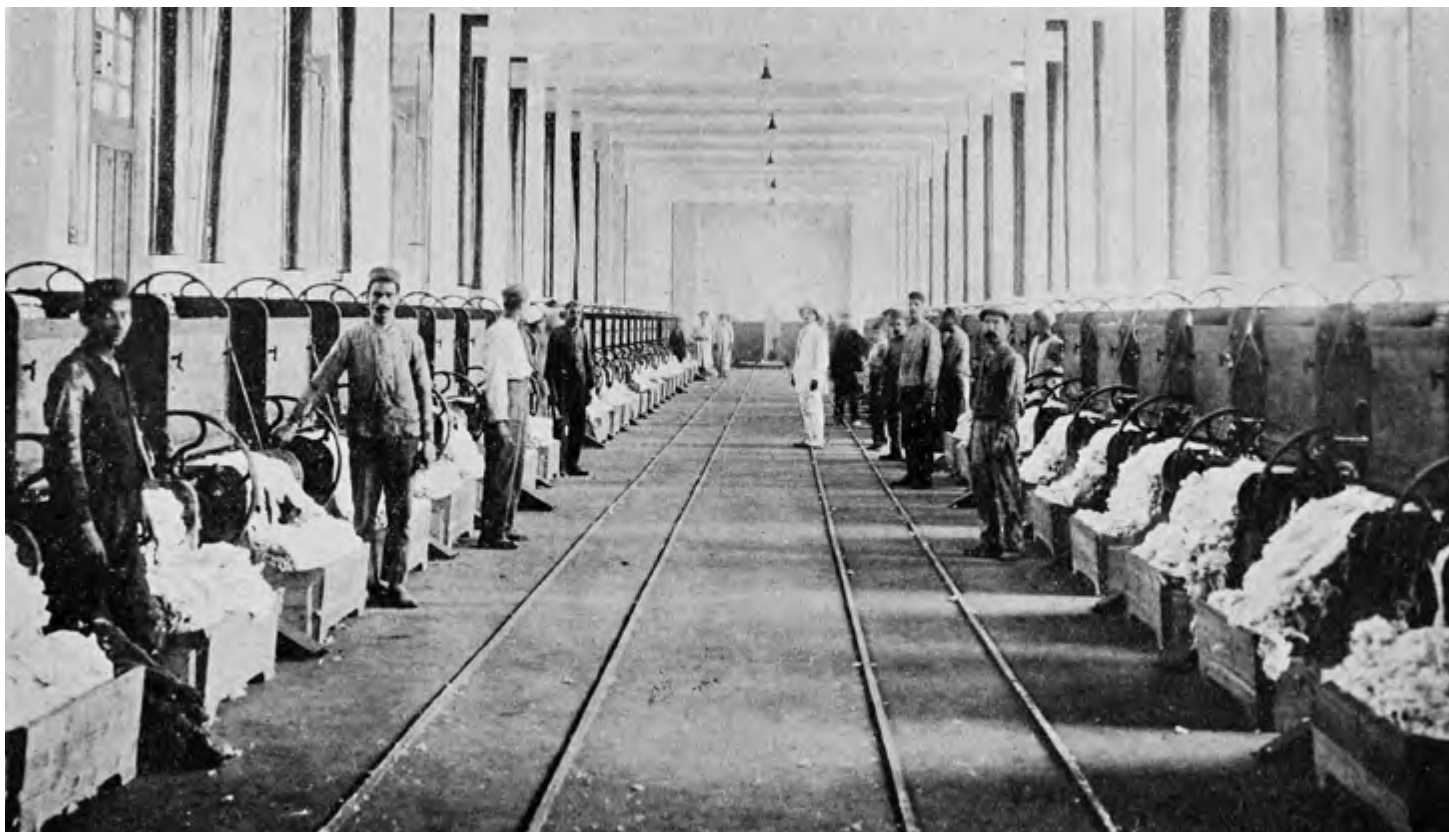
Schopenhauer (1851)

Algodão é uma planta “braba”. Sombra e água fresca não são com ele. Aprendeu a sobreviver ao sol inclemente, perdendo as folhas quando preciso, e lançando raízes até as profundezas da terra em busca de água. Quanto mais o sol castiga, quando os frutos já se abriram, mais resplandecente é o seu branco. Por isso, não podia ser de um engenheiro agrônomo a ideia de levá-lo para o Mato Grosso, estado de altitude elevada e altos índices pluviométricos. A ideia de tornar o algodão uma alternativa econômica no Cerrado foi de um grande empresário, Olacyr de Moraes, imortalizado como o *Rei da Soja*, mas que mudou para sempre a história da pluma no Brasil. O novo capítulo desta história, que testemunhamos nos dias de hoje, contamos, a partir de agora, na segunda parte deste livro.

É preciso deixar claro que a relação entre o algodão e os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul vem desde tempos imemoriais. Muito, muito antes dos primeiros europeus, os espanhóis, alcançarem estas plagas. Isto porque o nosso algodão primeiro, o *Gossypium barbadense*, é originário da América do Sul e se espalhou pelos territórios incaicos do Peru e da Bolívia, pelo Pantanal mato-grossense e Amazônia brasileira. Contudo, até a última década do século XX, nestas áreas, do lado nacional, a cotonicultura jamais havia sido uma vocação econômica relevante, pois as condições naturais são propícias ao aparecimento de doenças causa-



Primeiro embarque de algodão do estado de Mato Grosso, realizado por José Vicente de Medeiros, em 24 de janeiro de 1936

Crédito: livro *Brazilian Cotton*, de Arno S. Pearse

Produção de algodão no Egito

das por fungos, e, à época, não havia tecnologias apropriadas para driblar estes problemas.

Antes de Olacyr de Moraes, então, o maior produtor individual de soja do mundo, o algodão prosperou e decaiu em duas zonas distintas do país. Desde o Descobrimento, no século XVI, no Nordeste brasileiro, a chamada zona setentrional, e, a partir do final da década de 1920, na região Sudeste, especificamente, nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, que compunham a zona meridional.

Para a primeira região, a pesquisa e a tecnologia eram supridas majoritariamente pela Embrapa Algodão, enquanto o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) cuidava da segunda. Portanto, Mato Grosso estava fora das duas circunscrições. Por uma razão muito simples: não se pensava em produzir algodão em tais proporções naquele estado. Não faltaram tentativas. Em 1933, o pioneiro Liberato Barrozo levou os primeiros 1,2 mil quilos de sementes melhoradas de algodão herbáceo e fomentou a cultura entre pequenos agricultores. Nos anos de 1970, o próprio Olacyr de

Moraes já havia empreendido experimentos com a cultura em sua fazenda Itamarati, em Ponta Porã, mas sem sucesso, conforme narra a jornalista Martha Baptista em seu livro *Algodão: os pioneiros que transformaram Mato Grosso em um grande produtor*.

Foi a Embrapa, contudo, quem abraçou a empreitada que deu início à fase moderna da cotonicultura em Mato Grosso, e, conseqüentemente, no Cerrado do Brasil. Mais por força das circunstâncias do que da geografia.

No ano de 1988, Olacyr de Moraes procurava alternativas de cultivo para a sua Fazenda Itamarati Norte, situada em Campo Novo do Parecis. Avaliava feijão, milho, cana-de-açúcar, girassol e algodão. Assim, mandou vir de Israel um lote de 11 mil quilos de sementes, compradas a US\$11 o quilo, para experimentar em suas terras. Estas sementes deveriam passar por quarentena na própria fazenda, uma vez que não passaram na origem, e a Embrapa designou uma equipe de pesquisadores para ir até lá e avaliar o risco fitossanitário.

Dentre as variedades, estavam Éden, Pima S-5, Acala SJ-2, Acala 1517 e dois híbridos H10 e H182, que foram plantados em fevereiro de 1989, com expectativa de produtividade, por parte do investidor, de seis mil quilos de algodão em capulho por hectare. Para tocar o projeto, posteriormente, Olacyr angariou a parceria do amigo Ignácio Mammana Neto, veterano no beneficiamento e comercialização de algodão, e que já ocupara os cargos de presidente da antiga Companhia de Financiamento da Produção (CFP), atual Conab, e de presidente da Cooperativa de Goioerê, no Paraná. Mammana Neto e Takayuki Maeda, cada um a seu tempo, influenciaram Olacyr a plantar algodão.

A missão da Embrapa era formada por um melhorista, Eleusio Curvelo Freire, um fitopatologista, Emídio Ferreira Lima, e um entomologista, Raimundo Braga Sobrinho. Pragas e doenças eles não encontraram, mas

deram de cara com um projeto arrojado e de alto risco, para muito além do aspecto fitossanitário. *“O que me impressionou foi a ideia dele, muito inovadora e corajosa. O problema foi que, da maneira como estava sendo implementada, dificilmente daria certo. Pelo menos, não com a produtividade que eles imaginavam”*, pondera Eleusio Freire.

Os problemas que a equipe via eram por conta, principalmente, do espaçamento entre as plantas e pelo fato de que aquelas variedades eram específicas para os climas árido e semiárido, sem falar da época de plantio, adubação, controle de ervas daninhas e até dos próprios solos escolhidos para a implantação das lavouras, que não eram os mais apropriados. Para que as sementes e o próprio projeto vigerassem em Mato Grosso era necessário um trabalho de melhoramento para a adaptação dessas variedades às condições de clima e solo locais.

“Quanto tempo leva um trabalho como esse?” perguntaram os agrônomos da Itamarati Norte, Alberto Nomura e Tochio Hirooka. Eleusio Curvelo respondeu que em torno de três anos. A partir daí, uma parceria foi proposta para um trabalho conjunto, firmada em convênio entre a Embrapa e o Grupo Itamarati, que teve início oficial em 1990. Mais de 600 variedades diferentes foram introduzidas, da coleção da Embrapa, para aumentar as chances de sucesso na experiência.

A parceria entre a Embrapa Algodão e o Grupo Itamarati tinha como objetivo desenvolver variedades de algodão para o Cerrado brasileiro, com prazo de cinco anos e recursos anuais da ordem de 20 mil dólares. Os trabalhos eram coordenados por Eleusio Freire, com o auxílio do também melhorista da Embrapa Algodão, Francisco José Correia de Farias. Pelo convênio, foram avaliadas cultivares do banco de germoplasma da Embrapa, IAC, Epamig, além de materiais do Egito, Estados Unidos, Israel e Sudão.

## A pergunta de dez milhões de dólares

Os investimentos de Olacyr de Moraes na introdução do algodão no Cerrado foram muito além da compra dos insumos e plantio. Até uma algoeira ele adquiriu e montou na época, e quando, três anos depois, viu um surto de ramulose devastar as lavouras, lançou duas perguntas em uma: *perdi meus dez milhões de dólares e o sonho de plantar algodão no Cerrado virou um pesadelo?* Os pesquisadores da Embrapa sentiram o sangue esfriar nas veias.



Olacyr de Moraes

---

*“O Sr. Olacyr havia se encontrado comigo em um restaurante e perguntou se a minha parte de pesquisa era ‘aquela perto do aeroporto’. Eu havia escolhido uma quadra ali, porque era mais fácil de vigiar. A fazenda era muito grande e, para não me perder, tomava como referência a torre de comunicação, perto da pista”, lembra Dr. Eleusio, sobre a base de 200 hectares que estava aos seus cuidados.*

---

*“Falei para o Sr. Olacyr que, sim, era a minha base. Ele disse que não. Que aquilo não era uma base, mas um ‘hospital’ – na verdade, ele usou outro termo – tamanha era a lista de doenças que havia por lá”, conta Freire, agora, com um sorriso, mas, no dia, o melhorista sentiu a garganta apertar diante das perguntas do magnata da soja.*

## A “ilha” da esperança

Sem poder dar a resposta no ato, Eleusio chamou o técnico Daniel Pinheiro, que trabalhava em Campo Verde. Precisariam rodar as 200 linhas diferentes de algodão ao raiar do dia seguinte e o mais rápido possível, de camionete e a pé, para ver se achavam alguma coisa “que prestasse”. Na Itamarati, em 1993, havia 1,2 mil tipos de algodão diferentes plantados.

A imagem com a qual se depararam era desoladora: nada que indicasse um fio tênue de esperança, até que, no final daquela tarde, deram com uma ilha branquinha, que se destacava de todo o restante. Não poderia ser verdade! No mínimo, era uma “fuga”, pensaram. Este campinho de algodão ficava em meio a uma área de 150 hectares de milho.

---

*“Vi mais ou menos qual era a posição. O milho ainda não havia sido colhido. Mandeí Daniel ‘meter’ a camionete e sair derrubando aquela lavoura até chegar no local. Saímos olhando e derrubando. Quando chegamos, estava tudo branquinho, do mesmo jeito que havíamos visto lá atrás. Não era sorte ou acaso, era alguma coisa da genética do material. Falei para Daniel rodar com a camionete no campinho, e acabar com o milho, para a gente não errar mais. Pedi que ele fizesse o mesmo caminho e arrumasse uma roçadeira porque eu iria chamar o Sr. Olacyr para olhar a área no dia seguinte”.*

Mas, na noite daquele dia, o pesquisador antecipou ao empresário que, certamente, ele não havia perdido os dez milhões de dólares, e o sonho não havia acabado. Seu sonho fincara raízes num campinho branco, escondido no milharal.



Eleusio Curvelo Freire

## A “pedra” fundamental

No dia seguinte à descoberta da parcelinha salvadora, Olacyr de Moraes chamou a diretoria do Grupo Itamarati, a família e a quem mais interessasse, para testemunhar a descoberta. Convencido de um futuro promissor para seu investimento, determinou:

“Você vai colher este algodão, capulho por capulho, e eu vou colocar no pivô. Vamos plantar, uma a uma, estas sementes para multiplicar o material o mais rápido possível. Preciso salvar o investimento”.

O plantio, irrigado, se deu em maio, na entressafra. Nem mesmo chegou a ocupar toda a área de cobertura do pivô. Este primeiro campinho gerou 175 sacos de sementes, o que daria para plantar em torno de 300 hectares. Deste total, Olacyr determinou que fossem dados 75 sacos para o amigo Mammana. A partir daí, conta Eleusio Freire, o algodão passou



Ensaio de cultivares  
ITA-90, 1999





Dia de Campo na Fazenda Itamarati Norte - Campo Novo dos Parecis, 1995

a crescer em dois polos em Mato Grosso, o Itiquira 54, com Inácio Mammana Netto, e o Itamarati Norte, com Olacyr de Moraes.

Assim, a ITA 90 foi de expectativa a realidade, como pedra fundamental de uma nova era para o algodão brasileiro. Pedra, aliás, que trazia no nome, como bem observou Olacyr de Moraes. Embora o material tivesse sido identificado em 1993, ele foi selecionado em 1990, e batizado no Ministério da Agricultura como de CNPA ITA 90, uma abreviação de Centro Nacional de Pesquisa de Algodão Itamarati 1990, numa referência à fazenda onde o experimento prosperou e ao ano da iniciativa. Olacyr quis saber em detalhes a razão do nome, e embora gostasse da homenagem, questionou. “De qualquer forma, o nome está errado, porque Ita, em tupi-guarani quer dizer pedra”. Seu Olacyr sabia das coisas, talvez só não adivinhasse o potencial profético de sua descoberta.

O grande mérito da ITA 90 foi produzir muito algodão num ano em que as demais variedades testadas não produziram nada. “Quando fizemos os testes de qualidade de fibra e rendimento de pluma, concluímos que, enquanto o rendimento dos algodões brasileiros

dava entre 35% e 36%, a Ita 90 rendia 38,5%, com resistência e comprimento muito superiores aos concorrentes nacionais.

Em 1990 e 1991, foram importadas dos Estados Unidos e Austrália 15 variedades de algodão de fibra média. Na safra 1990/1991, Mato Grosso plantou 14.180 hectares de algodão.

---

*A ITA 90 começou a ser plantada em larga escala a partir da safra 1994/1995 e vigorou por cerca de dez anos, como a estrela do Cerrado, fazendo com que, em 2000, o estado se tornasse o primeiro produtor de algodão nacional.*

A tecnologia passou a ser difundida em eventos, inclusive internacionais, e a cadeia produtiva começou a apostar na região como destino dos seus investimentos. Foi então que o Brasil pôde novamente conquistar um patamar que parecia ter ficado inalcançável, o de autossuficiente na produção de algodão.

---

Capítulo 26

# *A proposta*

Nada pode ser mais transitório que o reinado de uma tecnologia. Afinal, já nascem para ser superadas, e é bom que seja assim. A Ita 90 desafiou os céticos e elevou a cotonicultura brasileira a um novo patamar, salvando a atividade da extinção no país. Mas ela tinha suas fragilidades, e expressou a maior delas em meados da década de 1990: a resistência ao pulgão (*Aphis gossypii*), que, dentre outros problemas para a fibra, causa a *doença azul*. A safra 1994/1995 foi catastrófica nos dois polos produtivos de Mato Grosso. O problema foi ficando grande demais para ser contornado apenas por iniciativa dos produtores, individualmente.

Era preciso investir de verdade, se quisessem que a atividade fosse viável e perdurasse. Usar a expertise de uma instituição que, desde 1993, fazia história na pesquisa para a introdução, adaptação e sustentabilidade da soja no Cerrado brasileiro foi a solução encontrada. Assim, a Fundação Mato Grosso assumiu o protagonismo na condução da cotonicultura mato-grossense e, consequentemente, brasileira.

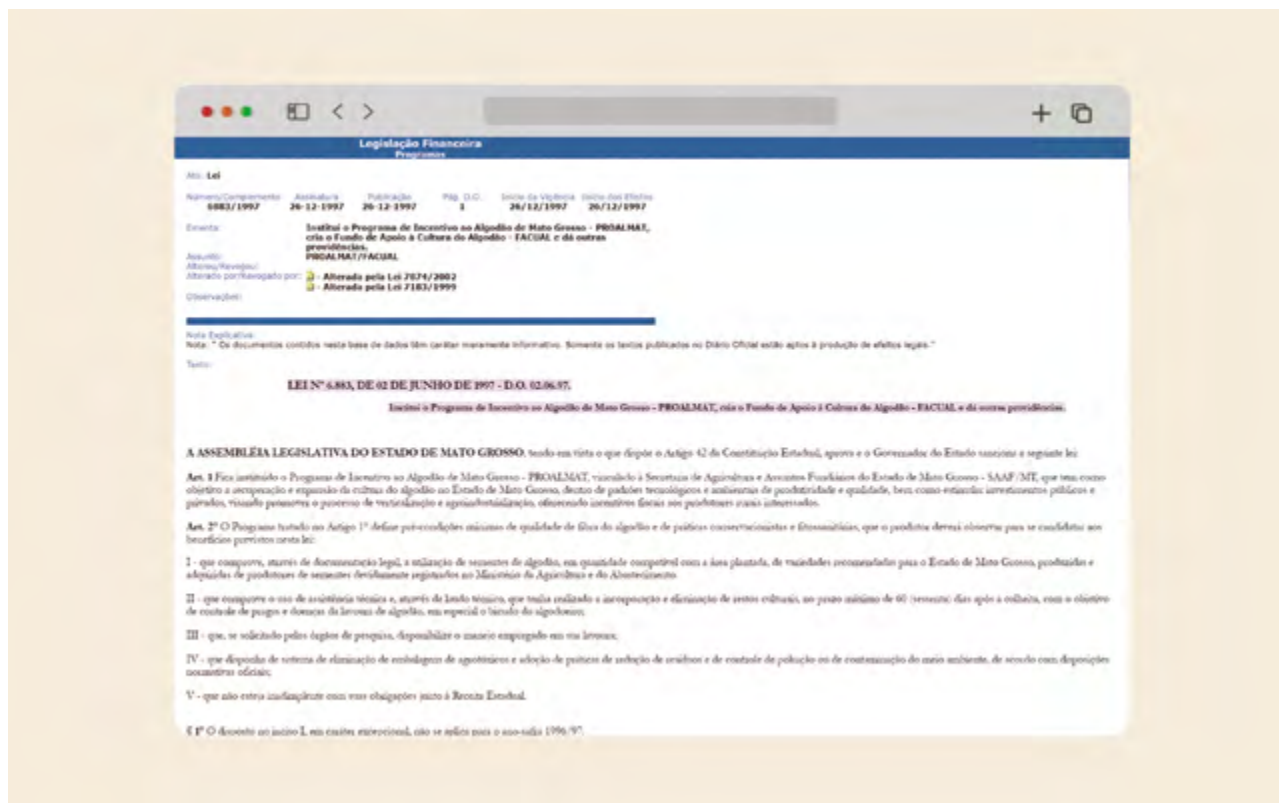


Pulgão (*Aphis gossypii*)

---

*“Os produtores de Itiquira, na diretoria da Fundação MT, liderados por Gilberto Goellner, Blairo Maggi, Adilton Sachetti, Eraí Maggi e Benjamin Zandonadi procuraram o Sr. Olacyr para fazer uma proposta”, conta Eleusio Freire.*

Grande articulador, Blairo perguntou a Olacyr de Moraes o quanto havia sido investido no projeto com a Embrapa. O pioneiro do algodão até então era o único financiador, numa época em que ainda não havia qualquer fonte de recursos dedicada ao desenvolvimento da cotonicultura. Olacyr deu os números do convênio: 20 mil dólares ao ano, por cinco anos, e a Fundação Mato Grosso assumiu a empreitada, por 100 mil dólares.



Lei Nº 6.883, de 02 de junho de 1997, Diário Oficial-MT

## O fundo que catalisou a escalada

Mas não bastava comprar o problema para solucioná-lo. Era preciso encontrar meios de investir, com volume e constância, na pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para o algodão do Cerrado, e isso era caro demais para ser bancado só pelos cotonicultores. Em seu livro, *Algodão: os pioneiros que transformaram Mato Grosso em um grande produtor*, a jornalista Martha Baptista conta a história da criação de um instrumento legal que foi a alavanca que Mato Grosso precisava para transformar radicalmente sua cotonicultura. Trata-se da lei nº 6.883, de 2 de junho de 1997, publicada no Diário Oficial de Mato Grosso, instituindo o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (Proalmat) e ao Fundo de Apoio à Cultura do Algodão (Facual).

Assinada pelo então governador Dante de Oliveira, a lei concede incentivo fiscal de 75% do ICMS incidente sobre a venda da pluma fora do estado. Os cotonicultores teriam de cumprir uma série de requisitos para se habilitar ao programa e, se aprovados, deveriam depositar 15% deste benefício em um fundo, o Facual, que seria aplicado em pesquisa científica, mecanismos para o incremento da área plantada com algodão, fitossanidade e outras ações voltadas ao fortalecimento da fibra e à atração de investidores.

Uma ideia assim, para ser implantada, depende de muitas mãos. Contudo, a fagulha original que pôs para funcionar este motor – e depois serviu de modelo para quase todos os estados produtores do país, na contemporaneidade – veio do caráter inventivo e estrategista de Cloves Vettorato, cujo longo currículo em iniciativas que foram muito favoráveis ao estado trazia também a função de diretor de Assuntos Corporativos e Relações Governamentais da Fundação Mato Grosso. Martha Baptista conta que Vettorato acreditava que, tanto o bônus da cotonicultura, por ser uma atividade que gerava em torno de quatro postos de trabalho para cada um que a soja proporcionava, quanto o ônus deveriam ser compartilhados.

Cloves Vettorato delineou a ideia, desenvolveu seu arcabouço argumentativo e, junto aos cotonicultores, apresentou o projeto a Dante de Oliveira e sua equipe. A ideia vingou e culminou na gigantesca produção de algodão de Mato Grosso.

Com o Facual, partir da safra 1996/1997, os investimentos em pesquisa e transferência de tecnologia cresceram exponencialmente e especialistas de outros estados convergiram para Mato Grosso, como Walter Jorge do Santos, que adaptou à região o Manejo Integrado de Pragas e Doenças, tendo um papel crucial no desenvolvimento da nova atividade por lá.



Cloves Vettorato

Capítulo 27

*Ampa: a célula original  
da representatividade*



Blairo Maggi



A criação do Facual gerou novas demandas, pois ele seria administrado por um conselho próprio, composto por representantes da Secretaria de Agricultura do estado de Mato Grosso, dos produtores, das indústrias e das unidades de pesquisa que trabalhavam com algodão. Mas os cotonicultores ainda não possuíam representatividade, pela falta de uma instituição que os agrupasse e defendesse os seus interesses. Para corrigir esta lacuna, nasceu, em 16 de setembro de 1997, a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, a Ampa, tendo Blairo Maggi como presidente e Vettorato como diretor executivo. A associação, em pouco tempo, transferiu sua sede

social de Rondonópolis para Cuiabá, e Vettorato, falecido em 2008, deixou seu nome gravado para sempre na história dessa instituição, que, em homenagem, batizou o edifício onde atualmente está sediada com o seu nome.

O efeito da união e organização do setor, assim como a instituição de uma ferramenta eficaz de estímulo à cotonicultura no estado, repercutiu rapidamente. Logo após a criação da Ampa, na safra 1998/1999, Mato Grosso assumiu a liderança na produção brasileira de algodão, posto de onde jamais saiu, desde então. Atualmente (2022), o estado representa mais de 70% da área plantada com algodão no Brasil. \_\_\_\_\_

Capítulo 28

# *Espiral de crescimento*





Colheita de algodão no Brasil

O sucesso das iniciativas em cotonicultura em Mato Grosso inspirou outros produtores rurais do Cerrado a fazer o mesmo. Pouco a pouco, os pioneiros em estados como Goiás – que chegou a ser o maior produtor nacional na safra 1996/1997 – Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Piauí e Tocantins foram dedicando áreas à cultura da fibra. Com novos estados entrando na produção, e a cotonicultura brasileira ganhando corpo, os produtores, cada vez mais numerosos, começaram a se aglutinar nos estados, formando uma pequena galáxia em expansão. Como toda galáxia, aquela precisava de um centro para organizar a órbita dos planetas.

Na safra 1999/2000, o algodão espalhava-se em cerca de 824 mil hectares do território nacional. No período, o país produziu 700 mil toneladas da pluma. Vinte anos antes, no ciclo 1989/1990, a área plantada com a fibra era de quatro milhões de hectares, enquanto a produção era de 557,40 mil toneladas de pluma, segundo a Conab.

Como, em uma área cinco vezes menor, em 1999, o Brasil produzia muito mais pluma? A resposta, definitivamente, estava na tecnologia, nas práticas adotadas e na profissionalização dos produtores, que fizeram toda a diferença na produtividade média das lavouras. O índice que era de 226,13 quilos de pluma por hectare, em 1979/1980, mais que dobrou em 1999/2000, chegando a 582,53 quilos de pluma por hectare.

Vinte anos mais tarde, na safra 2019/2020, a área plantada com algodão chegou a 1,66 milhão de hectares, com produção de pluma de três milhões de toneladas, e produtividade de 1.802 quilos de pluma por hectare. Da produção brasileira de algodão, em torno de 750 mil toneladas ficam no mercado interno, e o restante é completamente exportado. De segundo maior importador mundial nos anos de 1990, o Brasil se tornou o segundo maior exportador de algodão, atrás apenas – e por enquanto – dos Estados Unidos. Nesta mesma safra, 2019/2020, o país bateu recorde de exportação de pluma, embarcando dois milhões de toneladas ao mercado externo.



Clube da Fibra, 2018

## Organizar era preciso

Nem os cotonicultores mais otimistas, em 1999, poderiam antever a magnitude que a produção de algodão brasileira alcançaria, nas duas primeiras décadas do século XXI. Mas é certo que eles sabiam que o futuro reservaria grandes coisas para o renascente cultivo da fibra. Para isso, era preciso se fazer reconhecer, ouvir e respeitar, num contexto em que o descrédito ainda ecoava sobre uma atividade que, até então, sempre resistira aos solavancos, à mercê dos movimentos do mercado, e que quase sucumbiu a um inseto.

Embora estivessem ainda oficialmente desagregados, em 1999, os cotonicultores conviviam em muitas oportunidades, tanto sociais quanto em eventos de transferência de tecnologia, como é o caso dos dias de campo. Atenta à evolução da atividade, a indústria de insumos também promovia encontros, para divulgar produtos e cativar o novo e crescente mercado. Foi num destes momentos que germinou a ideia de organizar os produtores em uma associação.



Clube da Fibra, 2005

A FMC Agrícola, empresa de proteção de cultivos, já promovia, há várias safras, o Clube da Soja, um evento técnico e social no qual reunia produtores, em especial, os líderes entre seus pares. Atenta ao desenvolvimento da cotonicultura no Cerrado, criou uma versão para o algodão, chamada Clube da Fibra, que existe até os dias de hoje, e acontece uma vez por ano. A importância que a produção de algodão vinha tomando era tal, que, só em 1998, a multinacional promoveu duas edições do evento, a primeira em Brasília e a segunda em Foz do Iguaçu. Foi na de Brasília que surgiram as primeiras conversas e a decisão de criar uma entidade nacional de representação dos cotonicultores.



Clube da Fibra, 2008



Clube da Fibra, 2011



Clube da Fibra, 2019



Clube da Fibra, 2017

Em torno de 60 produtores estavam presentes na edição do Clube da Fibra de Brasília, naquele ano. Dentre eles, Jorge Maeda, João Luiz Ribas Pessa, Eraí Maggi, Tadashi Mine, Claudio Marin, o corretor Alexandre Lins, dentre outros. A FMC não apenas criou o pano de fundo para que isto acontecesse, mas estimulou e acompanhou de perto os desdobramentos, provendo, inclusive, o corpo jurídico para a ocasião.

Capítulo 29

# *Nasce a Abrapa*



Membros da primeira diretoria da Abrapa

A ideia que surgiu no Clube da Fibra se materializou com a criação da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), em 7 de abril de 1999, na Capital Federal. A Abrapa nascia para dar voz e representatividade aos protagonistas da nova cotonicultura do país, com setenta e dois membros fundadores. Seu desafio era garantir e incrementar a rentabilidade do setor com a organização dos seus agentes, e, assim, buscar a sustentabilidade estratégica, atuando política, social e economicamente, junto aos setores público e privado.

O primeiro produtor a assumir o comando da entidade foi João Luiz Ribas Pessa, de Mato Grosso. “Foi um desafio muito grande criar a Abrapa. Foi, também, mandatório. Além de Mato Grosso, os estados Goiás, Minas e Paraná plantavam algodão, mas não tinham representação formal, ao passo que já havia a Ampa, e o

Andrew McDonald havia fundado a Abralg (Associação Brasileira do Algodão), mas tudo era muito centrado em Mato Grosso. Chegávamos no Ministério da Agricultura e nos perguntavam: “e a opinião dos outros estados?”, relembra Pessa.

Segundo ele, criar a Abrapa não era suficiente ainda. Era preciso que os outros estados produtores também se organizassem em associações ligadas à nacional. “Até então, outras entidades representativas de elos da cadeia têxtil se sentiam confortáveis para dizer como e o que os produtores deveriam fazer. Com a Abrapa, dissemos: ‘agora nós falamos por nós mesmos’”.

Pelo incentivo à criação da entidade, a FMC acabou se tornando uma espécie de “madrinha” da Abrapa. Foi da companhia o primeiro layout criado para a logomarca da Abrapa, estampado em um *banner*, e entregue ao novo presidente no dia da fundação.



João Luiz Ribas Pessa

Os cotonicultores definiram nove objetivos principais para a entidade em sua ata de fundação:

- a) *Apresentar, promover, manter, expandir e defender os interesses dos produtores de algodão filiados.*
- b) *Reivindicar junto às autoridades para o rápido andamento e a solução de tudo o quanto diga respeito aos interesses da classe, notadamente, o que se relacione com o algodão.*
- c) *Promover a adoção de regras, normas e sistemas que possam beneficiar e aperfeiçoar os métodos de trabalho e de produtividade, os processos tecnológicos e a comercialização do algodão.*
- d) *Criar, organizar e manter todos os serviços que possam ser úteis aos associados, prestando-lhes assistência e apoio.*
- e) *Colaborar com as autoridades para a regulamentação da produção, da importância e do comércio do algodão, sugerindo medidas e providências necessárias, incluindo as iniciativas legislativas a respeito.*
- f) *Captar e programar incentivos nacionais e internacionais e linhas especiais de crédito destinadas à classe de produtores de algodão.*
- g) *Promover o intercâmbio social, cultural e científico com entidades nacionais e internacionais que atuem no setor de algodão, podendo filiar-se às associações congêneres no país e no exterior.*
- h) *Colaborar com os órgãos públicos e entidades que atuem no meio rural para o desenvolvimento da agricultura nacional.*
- i) *Criar, manter, organizar e gerir sistemas de serviços cooperativos para seus associados, tais como grupos ou clubes de seguros, aquisições de insumos, análises de algodão, cadastramento de clientes, pesquisa de mercado e outros, destinados à categoria que representa, visando minimizar os custos destes serviços.*



Ata de fundação da Abrapa, 1999

# Linha do tempo

## Identidade Abrapa



1999-2008

2009



ABRAPA

2010-2011

2012-*atual*



Capítulo 30

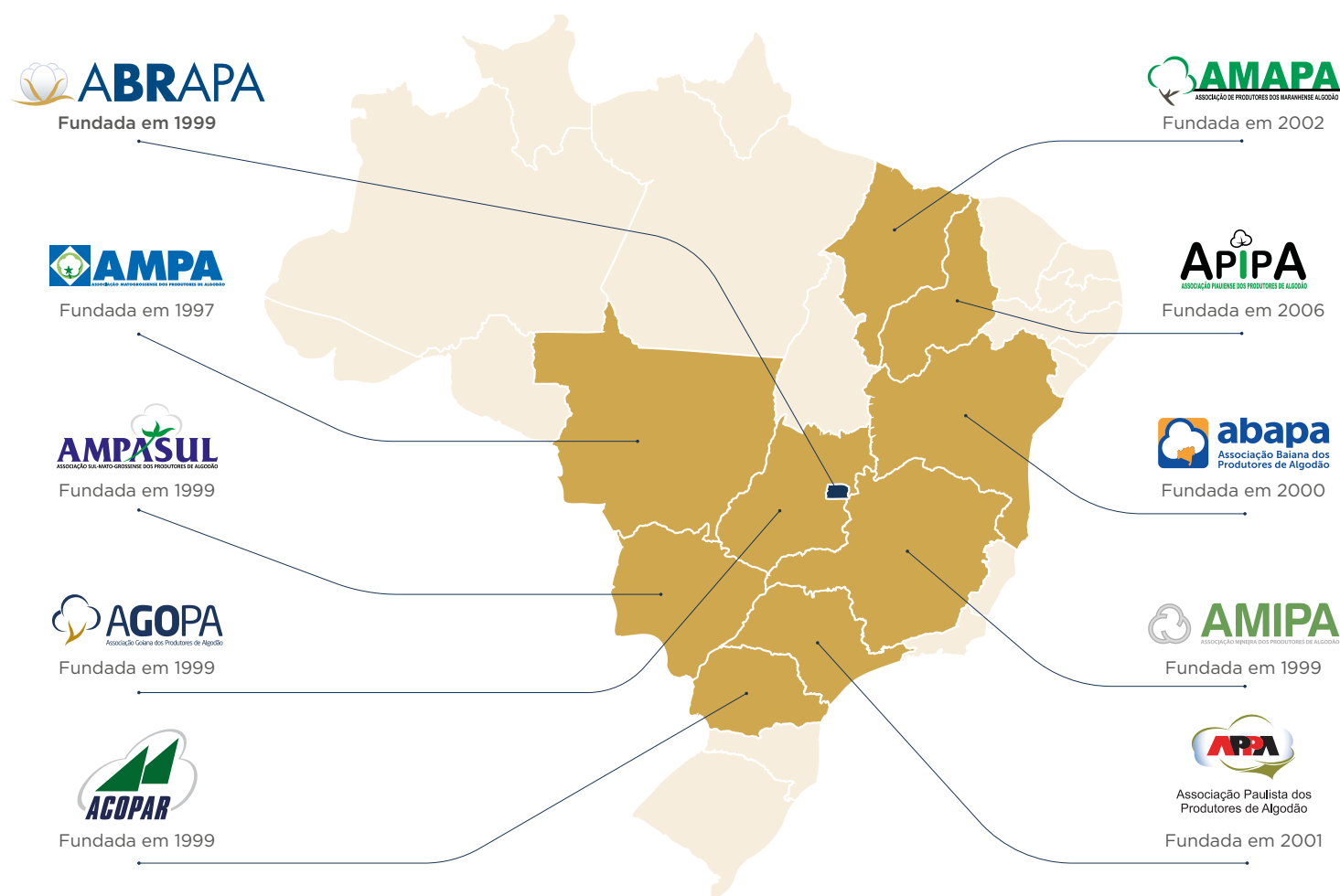
*Novos “planetas”  
na galáxia*



As associações estaduais são a interface entre a Abrapa e os cotonicultores, mediando o fluxo de informações nas duas direções. Elas acompanham o dia a dia do produtor, o desenvolvimento do ciclo agrícola e as demandas locais, gerando informações que possibilitam a visão panorâmica do setor e a construção das diretrizes para o seu desenvolvimento. São elas que conduzem regionalmente a implementação dos programas da Abrapa, relativos ao compromisso dos produtores com a qualidade, a rastreabilidade, a sustentabilidade e a promoção do algodão do Brasil. Cabe

às associações o papel fundamental de representação de seus associados nas esferas público-administrativas municipais e estaduais, apresentando suas demandas, assim como as conquistas.

A proximidade com o produtor confere à estadual a função estratégica de ser um agente mobilizador. Sem a participação efetiva e a argumentação com conhecimento de causa da realidade regional das associações de cada estado, seria impossível conseguir a imensa adesão dos cotonicultores às grandes causas do setor. Atualmente, nove associações orbitam nesta “galáxia”.



Capítulo 31

# *Desafíos crescentes*

Se a cotonicultura, a partir da criação da Abrapa, cresceu e evoluiu, o mesmo aconteceu com os desafios a serem enfrentados, que foram ficando muito mais complexos. Foi preciso criar os alicerces para que a produção pudesse acontecer em bases sólidas, sustentáveis, superando os surtos de prosperidade e decadência que marcaram a história da fibra no Brasil. Trabalhar as questões legais e logísticas foi fundamental para o desenvolvimento da atividade. Pioneiro no plantio de algodão na Bahia, e presidente da Abrapa em dois mandatos, em 2006/2008 e 2015/2016, João Carlos Jacobsen observa o quanto o nível das demandas evoluiu.

---

*“Lembro que lá no início a gente precisou argumentar – e provar – para o Ministério da Agricultura que o armazenamento da pluma a céu aberto era viável e muito mais seguro do que depositar o produto em armazéns, como ocorre com as outras commodities”, recorda Jacobsen.*

A questão era que, em operações de empréstimo agrícola, como o EGF (Empréstimo do Governo Federal) e o AGF (Aquisição do Governo Federal), o produto entra ou pode entrar fisicamente na transação com o governo. Por isso, a armazenagem era uma preocupação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Banco do Brasil (BB).

Houve anos, especialmente, entre 2005 e 2009, diz Jacobsen, em que cultivar algodão deixou de ser vantajoso, pois os preços pagos pela pluma não cobriam nem os custos de produção. A representatividade da Abrapa foi decisiva, atuando junto ao Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abasteci-



Etiqueta SAI,  
programa  
lançado em  
2004

mento (Mapa) e da Conab, para o acesso dos cotonicultores aos instrumentos de compensação previstos na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Dentre eles, o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) e o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP).

Ambos, Pepro e PEP, são subvenções econômicas lançadas sempre que o preço de mercado de um produto está abaixo do mínimo estabelecido pelo Governo Federal, ou do valor de referência, para assegurar a renda de quem o produz. O acesso aos leilões de Pepro e PEP, naquele período, foi a diferença entre continuar e desistir, para muitos cotonicultores brasileiros.

“A Abrapa se inspirou no modelo adotado para o arroz e o adaptou para o algodão. Foi uma medida muito inteligente na qual, em lugar do Governo adquirir a produção, ele arcava com a diferença entre o valor de mercado e o preço mínimo. Como eram leilões, quanto maior a oferta, menor era o desembolso governamental”, explica. Jacobsen também destaca a união dos estados produtores, por meio de suas estaduais, para conseguir os recursos necessários à associação, para desenvolver e tocar os programas fundamentais, para alavancar a cotonicultura brasileira aos patamares atuais.



Matéria publicada, em 2014, sobre Pepro

*“Alguns estados tinham condições de injetar mais recursos e outros, menos, mas a união do grupo era fantástica. Eu diria até que era ímpar, e isso nos norteou quando, a partir de 2002, encaramos um desafio que viria a modificar radicalmente o curso da cotonicultura brasileira”, afirma o ex-presidente, dando spoiler do que vem a seguir.*

Outro ponto, demandado pelo então recém (re)conquistado mercado internacional, era a rastreabilidade. Este compromisso da Abrapa, que envolve sistemas de última geração, começou a ser esboçado pouco depois da criação da entidade, quando o Brasil voltou a exportar algodão, após muitas safras como importador.

No mesmo ano em que embarcou 800 mil toneladas de pluma, por intermédio de uma trade suíça, para o mercado internacional, o termo rastreabilidade virou

palavra de ordem na associação, que daria início a uma série de resoluções neste sentido, como a adoção do padrão internacional de classificação da pluma. Em 2004, entraria em vigor o premiado Sistema Abrapa de Identificação (SAI), que será detalhado adiante.

Acontece, porém, que os desafios que a Abrapa enfrentava, desde a fundação, não chegaram linear ou isoladamente. Menos ainda, em ordem crescente de complexidade, ao estilo “Deus dá o frio conforme o cobertor”. Era tudo ao mesmo tempo: pequenas e gigantes batalhas, para garantir a tão falada rentabilidade do produtor, e, num ato de coragem – ou ousadia extrema – para promover um ambiente global de competitividade mais justo. E foi justamente este o desafio que representou o “antes e depois” do algodão brasileiro e da própria associação.



Matéria publicada, em 2007, sobre Pepro

Capítulo 32

# *Ousar mudar*

A diferença entre instrumentos de financiamento público à agricultura e de Garantia de Preço Mínimo, como o Pepro e o PEP, e os subsídios à produção é grande e nada sutil. Os primeiros são voltados a compensações pontuais, em tempos de preços tão baixos que, por vezes, sequer superam os custos de produção. São parte de uma política pública orientada não apenas à rentabilidade do produtor rural, mas de toda a cadeia produtiva, que emprega milhares de pessoas em seus mais diversos elos. Pessoas que dependem, necessariamente, da permanência deste agricultor em seu ofício.

Outra coisa bem diversa são os subsídios continuados, aplicados por determinados países. Estes criam um ambiente de mercado desleal, anticoncorrencial, portanto, contrário às regras estabelecidas no seu foro maior, a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulamenta o mercado internacional.

Ao contrário da subvenção econômica, à qual se recorre nos momentos de crise, os subsídios geram riquezas para os mais ricos e pobreza para os mais pobres e desestimulam o aprimoramento da produção, pois, qualquer que seja a conjuntura, seus beneficiários lucram. Sendo assim, de que vale se esforçar para melhorar a produtividade, meta primeira de um agricultor consciente, se colhendo bem ou mal, ou até mesmo não colhendo, a receita estará garantida? No Brasil, onde não existe sequer um programa de seguro agrícola que se adeque às demandas da cotonicultura, a melhor relação entre produção e área plantada é diretamente proporcional à rentabilidade do produtor rural.

Em 1998, os preços do algodão despencaram para US\$ 0,29 por libra-peso, quando a média histórica se encontrava na casa dos US\$ 0,72. Apesar disso, a produção americana cresceu 20%, o que é um paradoxo, uma vez que a demanda e os preços são determinantes para a decisão do quanto plantar impacta, portanto, no quanto se colhe. Agrava a situação o fato de que altas produ-  
ti-



Livro “A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC”

vidades na cotonicultura não são uma marca do país em questão.

O que justificou este crescimento foi o auxílio do governo americano aos seus cotonicultores, que permitiu, também, que a participação do algodão dos Estados Unidos no mercado mundial passasse de 17% na safra 1998/1999 para quase 40% em 2002/2003. Não há como competir em bases justas por um mercado, quando as vantagens de um concorrente se dão em tal condição de desigualdade.

Sendo os Estados Unidos, no início dos anos 2000, o terceiro maior produtor mundial e o primeiro maior exportador, os subsídios aos agricultores americanos geravam uma desigualdade gritante aos países concorrentes. Mas quem ousaria contestar o gigante? Um país que, poucos anos antes, era um grande importador de algodão, que sequer era considerado um *player* de verdade no grande tabuleiro do comércio global? Sim, alguém precisava mudar o rumo daquela história, e a ousadia para tanto coube ao Brasil.

O livro *A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC*, de Sergio Rodrigues Costa

e Miguel Garcia Bueno, conta em detalhes os primeiros passos da batalha inusitada, empreendida pelo Governo Federal e os cotonicultores brasileiros contra os subsídios americanos, no âmbito da OMC. O caso ficou conhecido como o Contencioso do Algodão e resultou numa vitória retumbante do Brasil, que se converteu em grande desenvolvimento para a cotonicultura nacional e tem sido um valioso apoio aos pequenos países produtores do Mercosul, Haiti e África Subsaariana, que, desde 2012, se beneficiam de parte dos recursos e assistência técnica decorrentes deste *case* de sucesso global.

Costa e Bueno narram que, em 2001, os subsídios representaram 130% do valor da safra nos Estados Unidos. Os números do USDA, apresentados no livro, revelam que os subsídios americanos atingiram a marca de 12,5 bilhões de dólares, entre agosto de 1999 e julho de 2003. No mesmo perío-



do, o valor da produção americana foi de 13,9 bilhões de dólares, o que significa que os subsídios corresponderam a 89,5% do total. Calcula-se que, sem o auxílio do governo, a produção americana cairia 29%, as exportações diminuiriam 41% e os preços internacionais subiriam 12,5%.

Esta situação desleal de concorrência já incomodava os cotonicultores brasileiros há muito tempo. Tanto que, em 1992, bem antes da criação da Abrapa, dois pioneiros na fibra, o Grupo Itamarati e o Grupo Maeda, moveram uma ação contra o governo americano, sem sucesso. “Tomamos a iniciativa sem o devido amparo profissional”, pondera Jorge Maeda, que viria a ser presidente da Abrapa entre maio de 2002 e março de 2006. A ação rendeu a Maeda uma saia-justa diplomática, em território americano.

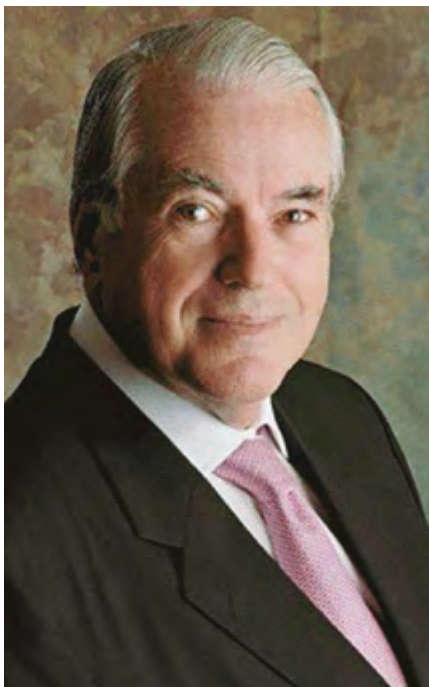
---

*“Naquela mesma época, eu estive em uma reunião em Washington, com meu amigo e então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Paulo Tarso Flecha de Lima. Era um almoço em que estavam presentes representantes do Departamento de Agricultura deles, tradings e cooperativas americanas. Eu estava me servindo, quando alguém tocou meu ombro e disse que eu não era bem-vindo ali, pois havia movido uma ação contra eles. Naquele almoço, eles discutiriam justamente uma ação contra a Maeda e a Itamarati, e a pessoa responsável por isto estava à mesa”, lembra Maeda.*

Jorge Maeda diz ter sido aquele um dos momentos mais desconcertantes da sua vida. Estava claro que dois soldados solitários não poderiam ir à guerra. Era preciso um exército dos melhores estrategistas, economistas, econometristas e advogados. Parte deles, contratados no território do oponente. E isto só uma instituição representativa arrojada, organizada e unida, tendo o governo na linha de frente do campo de batalha, poderia proporcionar.



Jorge Maeda



Marcus Vinícius Pratini de Moraes

## O chamado

Foi do governo que partiu a proposta de encarar o desafio. O ano era 2002, e o economista Marcus Vinícius Pratini de Moraes ocupava o posto de ministro da Agricultura no governo Fernando Henrique Cardoso. Um dia, ele telefonou para o mesmo Maeda que fora destrutado nos Estados Unidos – e, então, era o presidente da Abrapa –, para convidá-lo a empreender um grande feito. Pratini falou que havia evidências contundentes de que os EUA praticavam subsídios que causavam distorções no mercado internacional. “Vocês, por meio da Abrapa, precisam entrar com uma ação na OMC contra esta situação”, sentenciou o ministro.

Maeda, que já havia sentido na pele – com um hostil cutucão no ombro – o que significava se meter a valente com os americanos, retrucou: “esta é uma briga de país contra país. Mas é claro que estaremos juntos na retaguarda”. Pratini de Moraes acatou o argumento, mas ressaltou que, para uma ação daquela monta, seria preciso que o setor também investisse recursos. Os custos estimados eram de 270 mil dólares, um valor que foi ultrapassado, em muito, no decorrer da contenda.

A Abrapa tinha pouco mais de dois anos de criada, e os recursos eram escassos até para tocar os programas básicos e o próprio funcionamento da entidade. Mas não faltavam vontade e criatividade para “passar o chapéu” entre produtores, associações e empresas ligadas ao agro. Chegaram mesmo a promover rifas, para levantar o dinheiro.

Contrataram um escritório de advocacia suíço-americano, o Sidley Austin Brown & Wood LLP, dentre mais de 30 avaliados na concorrência. Este escritório, com sede em Genebra e em Washington, já havia defendido, dentre muitos outros, a Embraer, empresa brasileira, num contencioso

contra a canadense Bombardier. À frente dele, em Genebra, estava o advogado Scott Andersen, com dupla cidadania, americana e suíça, e expert em representar empresas e instituições em painéis na OMC. Nos Estados Unidos, David Palmeter, com um longo currículo em contenciosos em comércio internacional e arbitragem na OMC.

Foi uma longa batalha, que durou de 2002 até 2010, quando a vitória se materializou, com o “Acordo-Quadro para uma Solução Mutuamente Acordada para o Contencioso do Algodão na Organização Mundial do Comércio (WT/DS267)”, celebrado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, que suspendeu o processo de retaliação comercial que o Brasil imporia aos EUA, após autorização legal e definitiva, concedida pela OMC. Este acordo totalizou a quantia de 805 milhões de dólares, pago em cerca de 40 prestações, e depositados num fundo de apoio à cultura do algodão no Brasil, cuja administração demandou a criação de uma nova entidade, o Instituto Brasileiro do Algodão, o IBA, em junho de 2010. —————



Scott Andersen



David Palmeter

Capítulo 33

# *Longo caminho até o topo*

O Contencioso do Algodão na OMC teve vários capítulos e diversos impasses, com a desobediência do país contestado às determinações da própria OMC, por meio do seu Órgão de Solução de Conflitos (OSC), que determinou que os EUA removessem os efeitos nocivos de certos subsídios ou os retirasse em seis meses, e que tornassem medidas compatíveis com o Acordo sobre Agricultura. Foi preciso encontrar soluções para pressionar o país contestado a respeitar, em última instância, se não o Brasil, a própria OMC.

Diante da desobediência do oponente, o Brasil justificou e requereu à OMC o direito de retaliar os Estados Unidos em 2,5 bilhões de dólares. Não somente em produtos americanos que entrassem em território brasileiro, como também sobre a propriedade intelectual de muitos deles, inclusive remédios, filmes e músicas. Aí a coisa complicou, porque esta era, definitivamente, uma área que os americanos não gostariam de ver abalada. Eles chegaram a propor o pagamento de 30 milhões de dólares, muito aquém do requerido, e alegaram que já haviam promovido mudanças em seus programas. A proposta não foi aceita.

Em 2009, a OMC autorizou o Brasil a retaliar os Estados Unidos sobre serviços e propriedade intelectual – a chamada Retaliação Cruzada – num total de 830 milhões de dólares. Contudo, embora se tratasse de uma iniciativa do Governo, custeada também pelos cotonicultores, e relativa aos prejuízos causados pela política americana de subsídios aos seus agricultores, o prêmio não, necessariamente, retornaria para o algodão brasileiro. O que os cotonicultores nacionais de fato queriam não era uma indenização, mas que os Estados Unidos jogassem conforme as regras, eliminando os subsídios. Retaliação e indenização eram consideradas ferramentas de pressão, em último caso.

Muitos fatores foram levados em consideração do lado brasileiro. Os Estados Unidos são um parceiro



Andrew Macdonald foi depoente a favor da posição brasileira no painel da OMC

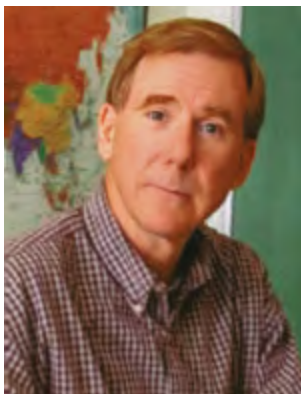


O diplomata Roberto Azevedo foi destaque no contencioso do algodão

comercial muito importante para o Brasil, e o momento que os americanos atravessavam era particularmente sensível. Em 2008, teve início a grande crise que levou o país a uma das maiores recessões econômicas desde a Crise de 1929, e que foi marcada pela quebra do banco de investimentos Lehman Brothers. O escândalo expôs a famosa “bolha” no mercado imobiliário de lá e repercutiu em quase todo o mundo. Em janeiro de 2009, Barack Obama assumiria o seu primeiro mandato no comando daquela nação, e uma contenda diplomática de grandes proporções não era exatamente os votos de boas-vindas ao novo presidente, que o Brasil gostaria de dar. Além de tudo, o contencioso colocava em xeque a própria

autoridade da OMC, que estava sendo desconsiderada pela maior potência econômica do planeta.

Os vai e vens desta disputa envolveram viagens internacionais e o trabalho de algumas das mentes mais brilhantes no Brasil e no exterior. Dentre estes últimos, o economista Daniel Sumner, professor da Universidade da Califórnia em Davis (UC Davis), contratado para defender o Brasil e que foi acusado pelos americanos de traição. Nestas viagens, estão as empreendidas a Genebra, já na gestão de Haroldo Cunha na presidência da Abrapa, de 2008 a 2010, para reuniões com o embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo.



Dan Sumner

## A solução

O ponto final do contencioso do algodão se deu a partir do momento em que os Estados Unidos preferiram indenizar e alterar suas políticas de auxílio aos cotonicultores em lugar de sofrer a retaliação, que fora autorizada pela OMC e incidiria sobre uma vasta lista de produtos e serviços americanos exportados ao Brasil. Na véspera do dia em que o governo brasileiro daria início às elevação das tarifas, uma equipe de representantes

dos Estados Unidos veio ao Brasil discutir uma solução alternativa, apresentando propostas satisfatórias, na visão do Governo Federal.

As deliberações decorrentes desta visita estão descritas no Relatório de Gestão da Abrapa para 2008/2010:

*As propostas foram o cancelamento das garantias de crédito à exportação não utilizadas, que poderão voltar a ser concedidas em condições menos generosas e que são normalmente estendidas não só ao algodão, mas a outras commodities, como soja milho e arroz, por exemplo; quanto às mudanças nos subsídios contracíclicos contidos na Farm Bill, por dependerem da aprovação do Congresso dos Estados Unidos e somente poderem ocorrer em 2012, foi negociada a proposta do valor de US\$147,3 milhões por ano, que seria destinado a um fundo de apoio à cultura do algodão no Brasil, e outras propostas que facilitariam o acesso da carne brasileira ao gigantesco mercado norte-americano.*



Abrapa reúne-se com a delegação permanente junto à OMC, 2009



Abrapa conversa com a Camex sobre as estratégias para adoção da retaliação cruzada, 2009



Abrapa reitera junto ao MRE o compromisso do governo de busca de compensação para o setor, 2009

Haroldo Cunha ressalta que todo o trabalho que resultou na vitória da Abrapa na OMC demandou o estabelecimento de laços fortes de interação com o Poder Público e com outros setores da economia e da sociedade. Laços que se mantêm e que são importantes para a atuação da entidade e o consequente desenvolvimento do setor. “Fortalecemos nossa presença junto às instituições da cadeia produtiva do algodão e trabalhamos em sintonia. Estreitamos nosso relacionamento com o Governo Federal, em especial, com o MAPA, a Conab, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Indústria e Comércio Exterior e Serviços, além do Congresso Nacional e da Frente Parlamentar da Agropecuária”, relata.

Também tiveram grande destaque os trabalhos do então diretor executivo da Abrapa, Hélio Tollini, do consultor Andrew Macdonald, falecido pouco antes da conclusão deste livro, dos produtores e ex-presidentes da Abrapa, João Luiz Ribas Pessa e Gilsson Pinesso, de Pedro de Camargo Neto, que foi secretário de Produção e Comercialização do MAPA, Ministério da Agricultura (2003/2006), de Roberto Rodrigues, que deu seguimento aos trabalhos iniciados na gestão de Pratini, do ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan (2003/2007) e de Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores (2003/2010).

Não menos essencial foi a atuação do também ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, que estava à frente do caso quando, finalmente, chegou-se ao acordo.



Acordo assinado em 2014, em Washington D.C., por representantes de Brasil e Estados Unidos, que repassou US\$ 300 milhões para o IBA



Igualmente importantes foram as atuações do deputado federal Adilton Sachetti, do senador Gilberto Goelner e do produtor Eraí Maggi. Merece ainda destaque, Christopher Barry Ward, neozelandês e produtor de Mato Grosso, que foi convocado, com Macdonald, para depor na OMC em favor do Brasil, dentre muitos outros, que, com maior ou menor evidência, contribuíram para mudar a história da cotonicultura no país.



Christopher Barry Ward, em frente à sede da OMC, em Genebra

### Cronologia de uma disputa

Outubro de 2002	O Brasil contesta os subsídios concedidos pelos EUA.
Março de 2003	A OMC abre o processo contra os EUA a pedidos do Brasil.
Setembro de 2004	A OMC divulga relatório final e dá vitória ao Brasil. Os EUA apelam da decisão.
Março de 2005	O órgão de apelação da OMC mantém vitória brasileira. Os EUA ignoram a decisão.
Setembro de 2006 a Junho de 2008	Em meio a procedimentos burocráticos e apelações, os EUA seguem sem cumprir a decisão da OMC.
Agosto de 2008	O Brasil pede à OMC autorização para retaliar os EUA.
Agosto de 2009	Sai a autorização para a retaliação cruzada no valor de US\$ 830 milhões.
Março de 2010	O governo federal divulga lista de retaliação, com 102 bens. O prazo para que a medida entre em vigor é abril.
Abril de 2010	Os EUA apresentam contraproposta ao Brasil, oferecendo um fundo anual de US\$ 147 milhões para investimento na cotonicultura brasileira.
Abril de 2010	O Brasil aceita a proposta dos EUA e adia por dois anos a retaliação ao país. Brasileiros decidem esperar para que os EUA cumpram o que prometeram antes de tomar a medida mais drástica.
Mai de 2010	O Brasil oficializa o acordo com os EUA. A retaliação é adiada e, em troca, os EUA garantem mudanças em sua política de subsídios, além do financiamento de pesquisas para a cotonicultura brasileira.
Outubro de 2014	Brasil e EUA assinam acordo que repassou ao IBA US\$ 300 milhões para serem aplicados em projetos da cotonicultura brasileira

Capítulo 34

*Três letras poderosas:  
IBA - Instituto  
Brasileiro do Algodão*

A vitória estava dada. Os termos, estabelecidos, e havia uma vultosa soma em dinheiro a ser convertida em favor da cotonicultura brasileira. Um montante milionário que precisava ser administrado com rigor e transparência e usado com inteligência para que os ganhos desta vitória se multiplicassem e repercutissem ao longo dos anos. Foi assim que surgiu o Instituto Brasileiro do Algodão, o IBA, uma entidade sem fins lucrativos, com sede em Brasília, no mesmo edifício onde se encontra a Abrapa. Ele nasceu com a missão de apoiar as associações de produtores – tanto a nacional quanto as estaduais – no desenvolvimento e gestão de projetos de fortalecimento do algodão nacional, por meio de boas práticas de gestão e governança.



O conselho gestor do IBA realiza sua primeira reunião, 2010

De 2010 a 2020, o Instituto Brasileiro do Algodão aprovou mais de 300 projetos em diversas frentes, como fitossanidade, adoção de novas tecnologias, gestão dos recursos naturais, compra de bens de capital, capacitação profissional, fomento ao uso do algodão, melhoria da classificação da fibra, serviços de extensão rural e promoção do algodão brasileiro no mercado doméstico e externo, dentre outros. A única frente de investimento não permitida, com estes recursos, pelo acordo, é o financiamento de pesquisa científica, em razão de um impedimento da legislação norte-americana.



Projeto de Validação e Transferência de Tecnologias de Produção para o estado de Goiás - Safra 2022/23 - Agopa



Projeto Fitossanitário para a Cultura do Algodão no Paraná, para os Anos de 2020 a 2023 - Acopar

Ainda que, mesmo olhados em termos absolutos, mais de três centenas de projetos financiados sejam uma quantidade bem relevante, o efeito destas iniciativas é enormemente maior e, por vezes, difícil de mensurar. O que se pode dizer é que o IBA representou um salto quântico para a cotonicultura brasileira, e deu à Abrapa as condições de transformar ideias em planos e planos em ações, e, assim, aproveitar ao máximo o potencial do Brasil, não apenas de ser um grande produtor, mas uma origem de excelência em qualidade, reconhecida no mercado, acreditada e respeitada. Com a Abrapa dando as direções, as associações alinhadas no mesmo diapasão, a vitória na OMC e a constituição do IBA, o Brasil decolou da condição de segundo maior importador mundial de algodão, que ocupou nos anos de 1980 e 1990, para a de segundo maior exportador da pluma, reconhecido internacionalmente pela qualidade de sua fibra e pela sustentabilidade de seu modelo de produção.



Boas Práticas de Combate e Monitoramento do Bicudo para Sustentabilidade e Expansão da Cotonicultura, no Cerrado do Maranhão – Safras 21/2022, 22/2023 e 23/2024 - Amapa



Projeto Social o Algodão Transformando Vidas no Sul do Estado do Piauí - Fase II - Apipa



Implantação de Unidade de Beneficiamento de Algodão - Ampa



Construção dos Centros de Treinamento e Difusão Tecnológica - Ampa

Capítulo 35

# *Cooperação internacional*



Estande da ABC no 13º Congresso Brasileiro do Algodão, 2022

Como já mencionado, não apenas o algodão brasileiro se beneficia dos recursos provenientes do “acordo-quadro”, como muitos países em desenvolvimento, que podem ter na cotonicultura uma alternativa de geração de renda para os agricultores e suas famílias. Isso é feito por meio do Projeto Mais Algodão, resultante de um termo de cooperação para o fortalecimento da cotonicultura nos países do Mercosul, Haiti e África Subsaariana, firmado em 2012. Esta parceria envolve, além dos demais países signatários do bloco, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (MRE/ABC), o IBA e o Escritório da FAO para a América Latina e Caribe.

O Mais Algodão tem uma agenda de eventos presenciais e virtuais de transferência de tecnologias. São colóquios vários, com temas como sustentabilidade, qualidade, rastreabilidade, e muitos outros, nos quais a Abrapa apresenta o seu modelo de gestão e desenvolvimento de projetos. De acordo com Marcio Portocarrero, diretor-executivo da Abrapa à época da elaboração deste livro, o Mais Algodão nasceu para incentivar a retomada da produção de algodão nos países da América do Sul e África





+Algodão Bolívia

Subsaariana, levando em conta a necessidade de reagrupar os produtores de algodão tradicionais dessas regiões e organizar a toda a cadeia produtiva para viabilizar esta atividade que gera empregos e impostos para os países.

*“O grande resultado que se enxerga ao longo do tempo de evolução do projeto é que alguns países tomaram consciência da diferença que faz a organização do setor, da necessidade de se reagrupar numa conjunção de política pública, associativismo e cooperativismo, trazendo de volta essa tão importante e tradicional cultura”, afirma. Portocarrero dá como exemplo o Peru, com seu famoso algodão Pima, considerado único no mundo. “A produção do Pima peruano estava praticamente abandonada. O modelo deles, até então, de produzir isoladamente, colher à mão e fazer este produto chegar às indústrias, inviabilizava a atividade*

*pelas famílias de agricultores peruanos. O grande apoio que a Abrapa sempre deu foi pelo fortalecimento da cadeia, inclusive, no sentido de dispensar a figura do intermediário e agregar tecnologia, rompendo barreiras para que o produto chegue ao mercado com preço remunerador para o produtor”, detalha.*



+Algodão Peru



Não é difícil imaginar que alguém possa estar se perguntando por que, afinal, o Brasil se preocuparia em desenvolver países cotonicultores, com o risco de fermentar a concorrência. Marcio Portocarrero explica que esta não é a ideia. “Não estamos patrocinando grandes produtores, mas agricultores familiares que poderão ter de volta uma renda que foi importante para eles no passado. O que esperamos é que a consciência que estamos ajudando a formar com o projeto se perpetue após a sua conclusão, em 2024”, pondera.



+Algodão Colômbia



+Algodão Equador



+Algodão Paraguai

Capítulo 36

*Produção x Opinião:  
A tecnologia que demorou  
duas décadas para chegar*

Hoje, quase ninguém pensa neles e, menos ainda, olha no rótulo dos alimentos em busca do símbolo que traz um “T” sobre um triângulo amarelo. Mas no início dos anos 2000, bem longe das prateleiras, os transgênicos estavam por toda a parte nas discussões. Nas casas legislativas, no campo, na cidade, no almoço de domingo, na sala de aula. A desinformação era proporcional ao quanto de opinião que cada brasileiro trazia a respeito do tema.

Os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) já eram uma realidade em outros países, como os Estados Unidos, e, lentamente, chegavam por aqui. A primeira soja geneticamente modificada foi aprovada em 1998, com resistência ao herbicida glifosato. O algodão, presente nas lavouras americanas desde 1996, só estaria acessível aos cotonicultores brasileiros dez anos – e muita celeuma – depois.

A manipulação de espécies na agricultura e na pecuária é tão antiga quanto a própria atividade agrícola. Nós, *Homo sapiens*, fazemos isso há pelo menos dez mil anos, selecionando as melhores características em vegetais e animais, misturando-as e multiplicando os resultados destas intervenções na criação, que não causam qualquer espanto. Ninguém questiona o fato de uma mula ser um cruzamento de dois animais de espécies diferentes. Mas quando o conhecimento humano alcançou um nível tal que a manipulação começou a se dar no DNA, vieram as dúvidas e a rejeição.

Segundo a Embrapa, a transgenia “nada mais é do que uma evolução do melhoramento convencional e do melhoramento genético, pois permite a transferência de características de interesse agrônomo entre diferentes espécies. Isso significa que esta tecnologia permite isolar genes de micro-organismos, por exemplo, e transferi-los para plantas para torná-las mais nutritivas ou mais resistentes a doenças, entre inúmeras outras aplicações”.



Lavoura de algodão convencional X algodão BT

O algodão encontrava o seu caminho no Cerrado brasileiro, com a adaptação do cultivo ao bioma e os constantes investimentos em melhoramento genético. Com isso e a gradativa profissionalização dos cotonicultores, já organizados pela Abrapa, o Brasil não apenas conseguiu suprir a demanda da indústria nacional, como, desde 2001, já embarcava pluma para o mercado externo. Mas, como um recém-chegado, de volta ao jogo, o país enfrentava a defasagem tecnológica, sequela de mais de uma década de estagnação, pela falta de acesso às tecnologias geneticamente modificadas.

Em 2006, segundo um estudo da Embrapa, conduzido pelo pesquisador Edison Piva, a área plantada com algodão transgênico no mundo era de 12 milhões de hectares. Mais de 10 milhões de agricultores estavam envolvidos em seu cultivo, em 22 países. Os maiores produtores de algodão Bt eram a China e a Índia, e a atividade estava nas mãos de famílias produtoras. Uma das vantagens pelas quais os agricultores mais ansiavam, com um possível uso dos transgênicos nas lavouras, era a redução do número de aplicações de defensivos agrícolas. Isso representaria menos gastos com pesticidas.

O algodão Bollgard, da primeira geração, representou cerca de cinco aplicações a menos com químicos, e o Bollgard II RRFlex, doze. Além de economia, a biotecnologia significa menos impactos na natureza, com o controle preciso e efetivo contra insetos, sobretudo, do complexo de lagartas.

A Austrália, já em 1996, disponibilizava a tecnologia Ingard para o algodão. Em 2000, introduziu o RR, e, em 2003, o Bollgard II. Os Estados Unidos já utilizavam a primeira geração do Bollgard desde 1996; o RR, em 1997, o Bollgard II, em 2003, e o RRFlex, em 2005. “No Brasil, a primeira variedade geneticamente modificada só chegaria ao mercado em 2005, com o Bollgard, que havia sido lançado em 1997. Um atraso tecnológico de dez anos”, afirmou à época João Carlos Jacobsen. E, ainda assim, com toda a defasagem, era muito a ser comemorado, porque os cotonicultores travaram verdadeiras batalhas para contar com as novas ferramentas.

## Construindo o alicerce

Foram muitas etapas até o primeiro algodão OGM chegar às lavouras. A mais importante, relativa a todas as culturas, foi a construção de um marco legal que abarcasse a nova realidade. Geraldo Berger, diretor de assuntos regulatórios da Bayer para América Latina, acompanhou de perto estes processos. Segundo ele, a aprovação das biotecnologias no Brasil requereu o estabelecimento de quatro leis fundamentais: a Lei de Proteção de Cultivares, a Lei de Propriedade Intelectual, a Lei de Biossegurança e a Lei de Sementes. E quem conhece os trâmites no país pode imaginar o quão complexo isso foi. Este marco legal vai além dos alimentos e plantas em geral, e abrange outros produtos, como as vacinas, por exemplo.

Tudo era novo, fosse para a opinião pública ou para os produtores. Para estes, a questão dos *royalties* era uma novidade, e encontrar a razoabilidade entre os seus interesses e o das companhias desenvolvedoras da tecnologia demandou muita argumentação. Além disso, havia os impasses quanto às sementes salvas. Enquanto a liberação se arrastava no Brasil, os transgênicos atravessaram as fronteiras e foram plantados, à revelia da lei, sob alegações mais ou menos justificáveis, por alguns produtores. E, se foram plantados, deveriam ser colhidos, e este foi um outro grande imbróglio. Afinal, o problema não eram os transgênicos, mas a legislação em descompasso com a ciência.

Na safra 2004/2005, o dólar estava cotado a R\$ 3,20 no momento da compra dos insumos, mas o algodão era vendido com o dólar a R\$ 2,40. Na safra seguinte, o cotonicultor comprou os insumos tendo o dólar a R\$ 2,40, mas a produção foi comercializada com a moeda americana a R\$ 2,20. Neste cenário, contar com os transgêni-

cos era a possibilidade de gastar menos com defensivos e, provavelmente, aumentar a produtividade, o que resultaria em um pouco mais de dinheiro no bolso.

A Lei de Biossegurança foi sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2005. Contudo, ele vetou um artigo que estabelecia um quórum reduzido da Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio) para liberações comerciais. A proposta era que as aprovações fossem por maioria simples, e o veto do presidente deixava o quórum em dois terços, o que tornava praticamente impossível qualquer liberação.

A Abrapa preparou notas técnicas para embasar deputados e senadores, argumentando, entre outras coisas, a perda de competitividade do algodão brasileiro no mercado internacional e a segurança dos transgênicos, já amplamente utilizados no mundo àquela época. A CTNBio era formada por 27 membros. Pela Medida Provisória, os 18 votos favoráveis à aprovação seriam reduzidos para 14, a maioria simples.

João Carlos Jacobsen, Sergio De Marco e Gilberto Goellner reuniram-se em Brasília com representantes das associações estaduais: da Bahia, Sérgio Pitt, Lauro Lusa e João Antônio Franciosi; de Mato Grosso do Sul, Sebastião Almeida e Adão Hoffman; de Mato Grosso, Álvaro Salles, Paulo Aguiar e Éderson Dalmolin. Eles trabalharam no embasamento de lideranças parlamentares na Câmara dos Deputados para que a MP 327 fosse votada, acatando o relatório do deputado Paulo Pimenta, que acabou contemplando duas emendas subscritas pela deputada Kátia Abreu: uma propondo a mudança no quórum e a outra autorizando o beneficiamento e a comercialização do algodão transgênico que foi colhido em 2006, com resistência ao herbicida glifosato.

A MP foi aprovada em 20 de dezembro de 2006 com 247 votos a favor, 103 contra e duas abstenções. Seguiu para o Senado Federal, onde também foi aprovada em 27 de fevereiro de 2007.

## Voz ao povo

A novidade do tema, contudo, exigia mais do que burocracia, afinal, a sociedade tinha dúvidas, e ela era o consumidor final. Os transgênicos estavam estigmatizados e seria importante colocar frente a frente e dar voz a representantes da ciência, das empresas desenvolvedoras, dos produtores e, claro, da sociedade civil organizada. O foro para isso foram as audiências públicas, como a que aconteceu no Congresso Nacional, em 2006, para tratar da liberação do algodão OGM.

---

*“Foi algo impressionante tanto pela quantidade de pessoas que a audiência mobilizou, quanto pela diversidade. Tivemos um grande apoio dos cotonicultores, o que foi muito importante, pois a empresa defender o seu produto é uma coisa, mas era o cotonicultor que tinha a legitimidade. Eles se manifestaram, demonstrando que a biotecnologia era necessária. Não somente os grandes produtores, mas os pequenos”, relata Berger.*



Audiência  
pública Algodão  
Geneticamente  
Modificado, auditório  
Petrônio, 2007

Ele conta que uma comitiva de agricultores familiares que cultivavam algodão em Catuti, no Norte de Minas Gerais, lotou vários ônibus e seguiu para Brasília. “A biotecnologia transformou aquela região, tornando a cultura viável e eficiente”, diz.

## Os problemas deles e os nossos

Entre a aprovação do Bollgard e a chegada ao mercado, o processo foi relativamente rápido. A Monsanto, hoje Bayer, tinha uma parceria com a Delta Pine para o desenvolvimento das variedades e a produção das sementes para o mercado. Este algodão otimizou o uso dos químicos nas lavouras e estava apto a controlar uma boa parte das lagartas presentes da cultura no Brasil, mas não todas, como se veria, anos depois, em 2013, quando a lagarta helicoverpa apareceu por aqui.

Berger explica que a primeira geração do OGM ainda era o espelho da utilizada nos Estados Unidos, onde as condições e as pragas eram outras. “Os ajustes e adequações de uma tecnologia para o algodão sempre levam um tempo considerável porque se trata de uma planta de ciclo longo. Aqui, a gente tem problemas como a “doença azul” que os americanos não têm. As primeiras variedades OGM não tinham o desempenho esperado, mas foram um avanço”, considera. Decorridas quase duas décadas, desde a aprovação da primeira biotecnologia para o algodão, o Brasil tem centenas de variedades disponíveis e a biossegurança delas já não é mais questionada.



Agricultores de Catuti durante a audiência pública Algodão Geneticamente Modificado, 2007

---

*“Formou-se aqui uma grande gama de pesquisadores, de instituições públicas e privadas, que entendem de biologia molecular, melhoramento e biotecnologia. Crescemos em desenvolvimento científico e em experiência, e as normas se modernizaram. Temos um arcabouço normativo muito mais eficiente. Em resumo, aprendemos”, finaliza Geraldo Berger.*

Capítulo 37

*O caso da lagarta  
helicoverpa*



Ninguém conhece de fato quem tenha feito a experiência, mas lá pelo final de 2012, no Oeste da Bahia, todo mundo sabia de alguém, que conhecia alguém, que viu “com os próprios olhos” aquela lagarta misteriosa comer até copo plástico. Se comia plástico, era outra coisa, mas o fato é que a criatura era uma máquina devoradora. Fosse soja, algodão, milho, café, feijão, abóbora e mais um sem-fim de cultivos, ela dava conta de tudo. E o que é pior, não havia defensivo no mercado bom o suficiente para combatê-la. Até ser identificada, em março de 2013, pela Embrapa, como a *Helicoverpa armigera*, uma praga quarentenária, então inexistente nas Américas, não faltaram tentativas frustradas contra o inseto.

A chegada da helicoverpa ao Brasil, sem qualquer plano de contingência prévio, pegou produtores, pesquisadores e governos de surpresa, e o seu combate e controle demandou muita argumentação, medidas emergenciais e a criação do arcabouço legal para que as soluções mais eficazes e conhecidas para o problema pudessem ser utilizadas no país. Foi uma guerra, empreendida entre os anos de 2013 e 2019, e vencida graças ao trabalho de muitas mãos. Só na Bahia, marco zero da sua propagação, causou prejuízos da ordem de 1,4 bilhão de reais.

Como ela aportou por aqui ninguém sabe ao certo. Embora houvesse, até dentro dos órgãos governamentais, quem arriscasse dizer que fora introduzida criminosamente em nossas lavouras, a hipótese mais provável é que, como muitas outras pragas e doenças exóticas, tenha pegado carona acidentalmente em alguma carga, ou mesmo na bagagem, roupas ou sapatos de alguém, e, num descuido da defesa fitossanitária, nas nossas grandiosas fronteiras, desembarcou neste paraíso tropical, cheio de plantações, e sem qualquer inimigo natural.

Para a sorte do agro brasileiro e azar da helicoverpa,



*Helicoverpa armigera*

havia por aqui pelo menos três pessoas que não só conheciam a praga de perto, como já haviam encampado batalhas contra ela, sabendo, exatamente, o que usar: Gilson Pinesso, ex-presidente da Abrapa e da Ampa e produtor de Mato Grosso; Celito Breda, consultor baiano; e Jonas Guerra, já falecido, experiente consultor em algodão no Paraná e em Mato Grosso.

A experiência dos três contra a helicoverpa se deu anos antes, do outro lado do Atlântico, no Sudão, país africano onde Pinesso trabalhou por cinco anos, tendo o suporte de Breda e Guerra em parte deles. Foi lá que conheceram o benzoato de emamectina, comprovadamente eficaz contra o inseto, que era o terror dos cotonicultores sudaneses. Já haviam, inclusive, importado o produto da China para aquele país, por meio de uma empresa brasileira que foi fundamental para a solução do problema no Brasil, a Companhia das Cooperativas Agrí-



Em pé, da esquerda para a direita: Ezelino Carvalho, Fabiano Genezini, Luciano Biancini, Celso Omoto, Antônio Grespan, Odair Aguiar, dois pesquisadores/produtores da Austrália, e Paulo Eduardo Degrande. Agachados, da esquerda para a direita: Pedro Brugnera, Orestes Mandela, Cezar Busatto, Celito Breda, Celito Missio e Luiz Kasuya

colas do Brasil, a CCAB. Isso, dois anos antes do advento da praga na Bahia. O problema era que aquele princípio ativo não tinha registro no país, e mais escasso que o produto era o tempo, que parecia correr muito mais lentamente que o apetite da lagarta.

*“Tínhamos uma lei de 1939 que falava de uma situação de emergência para pragas quarentenárias. Acreditem, desde então, a legislação não havia se modernizado”, lembra Jones Yasuda, que, à época, era o CEO da CCAB.*

Segundo ele, foi preciso buscar mecanismos legislativos para importar as ferramentas disponíveis, o que demandava, antes de tudo, sensibilização dos governos Federal, Estaduais e Municipais, e, então, a publicação de uma sucessão de decretos, portarias e instruções normativas que proporcionassem a entrada e o uso desses produtos.

Paralelamente ao benzoato, uma outra solução se mostrou promissora, desta vez, na Austrália. Não se tratava de um químico, mas de um vírus, o HzNPV, que, com o benzoato de emamectina, formou o combo que contribuiu decisivamente para o combate e controle da lagarta helicoverpa armigera no Brasil. Mais uma vez, seria preciso o registro para uso. “Naquela época, Júlio Busato era o presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) e o Celestino Zanella estava à frente da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa). Eles promoveram uma viagem de *benchmark* com produtores e técnicos até a Austrália para ver como se enfrentava a helicoverpa por lá”, diz Yasuda. Dentre muitos técnicos, consultores e pesquisadores renomados, integrava a missão o entomologista Paulo Eduardo Degrande, que foi muito atuante em toda essa situação.

## Contra o relógio

O sistema de liberação de produtos químicos e biológicos do Brasil é considerado um dos mais complexos e lentos do mundo, uma situação que está sendo revista. À época, e até hoje, o processo envolve três instâncias: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (Mapa), o Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e o Ministério do Meio Ambiente, via Ibama. No melhor dos mundos, aprovar um novo princípio ativo demandaria em torno de seis anos, e um bioinsumo, como o vírus, pelo menos dois. Esse era um tempo do qual os agricultores não dispunham, pois a lagarta tinha fome e já se espalhava por outros estados, como Piauí e Goiás.

“Era uma ameaça para o Brasil inteiro, e não apenas para a Bahia, e para os grandes produtores de grãos do Oeste. A agricultura familiar também estava em risco. A Bahia é o estado que tem o maior número de agricultores de pequeno porte do país. Se o problema se espalhasse, seria uma catástrofe, lembra o deputado Eduardo Salles, que era secretário Estadual da Agricultura, quando tudo aconteceu.



Seminário Brasileiro sobre Helicoverpa, junho de 2013



Seminário Brasileiro sobre Helicoverpa, 2013

*“A presidente era Dilma Rousseff e o governador da Bahia era Jaques Wagner. Quando Busato e Zanella vieram conversar comigo, expondo a situação, imediatamente acionamos a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), e fomos ao Governo Federal, graças à intermediação do governador, explicar que a única maneira de trazer as ferramentas capazes de debelar a lagarta seria a Emergência Fitossanitária. A Bahia já era o segundo maior produtor de algodão brasileiro. O risco econômico era enorme”, rememora.*

*“O contra-ataque à lagarta ocorreu de forma articulada entre a associação baiana, no plano Estadual, e a Abrapa, no Federal. A associação nacional trabalhou fortemente no Mapa e junto à Presidência da República para a publicação do decreto de emergência sanitária”, ressalta Gilson Pinesso.*

Armando Sá Nascimento Filho era o coordenador regional da Adab e, em artigo assinado com Suely Xavier de Brito Silva, descreve a longa construção do arcabouço legal para que o acesso às tecnologias de controle à lagarta se tornasse possível. O Mapa publicou a Portaria Ministerial nº42, de 5 de março de 2013, declarando a emergência fitossanitária para a helicoverpa. Ela visava a um plano de supressão da praga e a adoção de medidas emergenciais naquela safra. Foi criado um Grupo de Gerenciamento Situacional para as safras de 2012/2013 a 2014/2015, que reunia o Mapa, as Agências de Defesa estaduais, a Aprosoja Brasil, a Abrapa e o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa).

Em 3 de abril de 2013 saiu a Instrução Normativa (IN) nº 13, autorizando a importação e a aplicação, em caráter emergencial, dos princípios ativos já registrados em outros países. Contudo, seu uso estaria submetido à instância estadual do serviço de defesa agropecuária. Logo após, o Mapa editou a IN nº 8, de 5 de abril de 2013, definindo os processos de importação. Em 18 de abril do mesmo ano, saiu a IN nº12, com as medidas de defesa fitossanitária a serem adotadas, que incluíam o uso de cultivares resistentes às pragas, determinação das épocas de plantio e de vazio sanitário e uso de agentes de controle biológicos, dentre outras.

Em 14 de março de 2013, chegou ao Brasil a primeira remessa de benzoato de emamectina, importado pela CCAB. Mas,



Lagarta *Helicoverpa Armigera* ataca a maçã do algodão

como lembra Armando Nascimento Sá no artigo, seu uso foi embargado pelo Ministério Público da Bahia. A argumentação do MP tinha como base o uso do produto na safra 1994/1995 sobre outra praga, que não a helioverpa. Para solucionar o problema, o Mapa publicou o Decreto nº8.133 de 28 de outubro de 2013, dispondo sobre a declaração do estado de emergência fitossanitária, definindo o Ministério como a instância competente, tanto para declarar a situação emergencial, quanto para indicar as diretrizes de manejo e prevenção, estabelecer o prazo de vigência e prorrogá-lo, e solicitar a preferência na avaliação de agrotóxicos e afins, necessários à situação. O caso foi judicializado, e, a partir de então, a novela se alongou até 26 de setembro de 2014, quando o uso do benzoato, naquelas condições especiais, foi liberado.

De acordo com Jones Yasuda, da importação do produto até o descarte das embalagens, cada processo envolvia um plano detalhado, fiscalizado pelas agências estaduais de defesa. “A CCAB foi a primeira empresa a obter o registro de forma emergencial do vírus e a autorização emergencial temporária do Benzoato de Emamectina. A companhia estudou os meios de importação da molécula, com base na emergência fitossanitária e nas autorizações concedidas. A CCAB também foi a primeira empresa a ter o Plano de Segurança aprovado pelos estados da Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Piauí e Maranhão. “O fato de ser uma empresa da qual os próprios produtores rurais são os acionistas deu à CCAB a agilidade e a motivação para enfrentar, com as entidades, as ações judiciais para colocar o produto à disposição dos agricultores. Não havia interesses comerciais em jogo”, afirma Yasuda.

Gilson Pinesso e Celito Breda também mencionam que havia produtos liberados no mercado, mas que eram ineficazes para combater a helioverpa e foi preciso estratégia para evitar que erros de avaliação por parte do governo atrasassem ainda mais o resultado.

---

*“Seria um tiro totalmente fora de contexto. De uma lista de 30 produtos que a Embrapa poderia apresentar, já havíamos testado todos, sem sucesso. Então, a solução era clara. O benzoato era a opção que não apenas era comprovadamente eficaz, como também era a mais barata”, afirma Breda.*

A helioverpa trouxe prejuízos, mas também grandes aprendizagens decorrentes dos muitos desafios que impôs. Um, sobre o qual todos os entrevistados concordam, é que ela impulsionou o uso das biotecnologias no Brasil. Tanto os bioinsumos, a exemplo do vírus e, mais tarde, a vespinha *trichogramma*, quanto as tecnologias OGM, que, a partir de 2013, ganharam ainda mais espaço no Brasil. “O Manejo Integrado de Pragas e Doenças agregou novas ferramentas, e isso é essencial para a sustentabilidade, e para o aumento da vida longa das moléculas em uso no mercado”, diz Celito Breda. O outro ensinamento deste caso de sucesso não é exatamente uma novidade. Como em diversas situações já contadas aqui, sem a união, provavelmente, o fim desta história seria outro.

---

Capítulo 38

*As Câmaras Setoriais  
do Mapa, fontes das  
políticas para o agro*



Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, 2017

Estar presente nos principais foros de representação setorial, estabelecendo relações sólidas e transparentes, seja no Congresso ou no próprio Governo Federal, possibilitou à Abrapa argumentar e contribuir para a tomada de decisões para fortalecer o algodão brasileiro. Dentre estas instituições, as câmaras Setoriais e Técnicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) influenciaram em alguns dos principais marcos históricos do setor, a partir de 2006. Das seis instituídas à época, pelo então ministro Roberto Rodrigues, duas têm estreita relação com a cotonicultura, a primeira, logicamente, é a Câmara Setorial do Algodão e Derivados (CSAD).

“Atualmente, ela é considerada uma das mais atuantes da casa, mesmo pelos representantes dos outros setores”, diz o ex-presidente da Abrapa, Sergio De Marco, que não esconde o orgulho pelo qual o foro se tornou para a cotonicultura brasileira. Ele foi o primei-

ro presidente da CSAD e também teve o mandato mais longo nesta instância. Foram dez anos, moderando as demandas de setores que, embora muito alinhados, nem sempre jogam no mesmo time. “É um trabalho de ‘diplomacia’, afinal, além dos produtores, ali estão os compradores – a indústria –, os exportadores, o governo, dentre outros”, diz.

A Câmara é o espaço democrático da cadeia produtiva da pluma, no qual todos têm direito a voz, ainda que, muitos deles, no dia a dia, estão em lados opostos do balcão. Nas quatro reuniões anuais, os dados dos segmentos específicos são apresentados, o que inclui as informações sobre a safra em cada estado produtor, além da oferta e a demanda pela pluma no mercado interno e no exterior. “Estes encontros são sempre muito dinâmicos e nos permitem traçar o panorama atual do algodão no Brasil e no mundo”, explica De Marco.



Reunião da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, 2014

Nos últimos biênios, desde a saída de De Marco, a presidência da Câmara tem sido ocupada pelo presidente da Abrapa, mas isso não é uma regra, tanto que, quando foi instituída, Sérgio De Marco ainda não estava no comando da associação nacional. “O Jorge Maeda estava viajando, e o ministro Roberto Rodrigues me convidou para ocupar a cadeira de presidente, por decisão dele. Eu estava na linha de sucessão da Abrapa, mas só viria a ser o presidente muito depois, em 2011”, afirma.

A Câmara Setorial do Algodão e Derivados foi criada em uma época muito difícil para a *commodity*. O algodão enfrentava o duplo desafio, já contado neste livro, de re-

sistir ao achatamento dos preços no mercado internacional e à queda do dólar, e isso numa época em que a moeda americana valia menos de três reais.

---

*“Batalhamos muito para alavancar o Programa de Garantia de Preço Mínimo do algodão e modelar para o setor, dois instrumentos que já existiam à época para o comércio e a indústria, que são o Prêmio pelo Escoamento do Produto (PEP) e o Prêmio de Equalização pago ao Produtor (Pepto). Nós defendíamos que, sem esse apoio emergencial, os cotonicultores, dificilmente, conseguiriam continuar em atividade, e a cotonicultura brasileira, mais uma vez, estaria em risco de sucumbir”, lembra.*

Como acontece na cotonicultura, o nível de complexidade dos desafios da Câmara é progressivo. A título de exemplo, a modernização do sistema de registros de defensivos químicos no Brasil, um tema altamente sensível e que mobiliza a opinião pública e os ânimos de setores diversos da



sociedade, que, na maioria das vezes, não detêm conhecimento técnico-científico acerca do tema. Eis porque o Projeto de Lei 6299/2002 que – até a fase final de redação deste livro, havia sido enviado ao Senado Federal para votação – ganhou a alcunha de “Pacote do Veneno”.

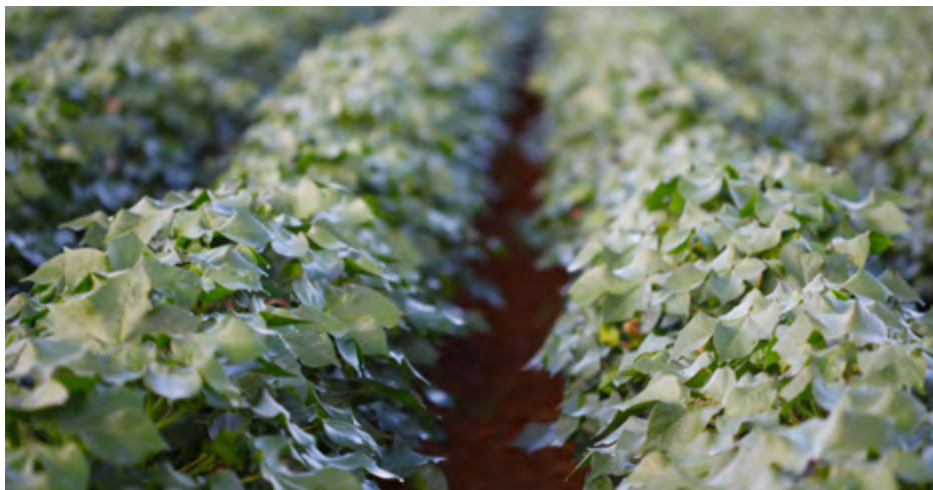
Embora esteja na ordem do dia da Câmara do Algodão, é na Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA) que o tema é estudado e debatido a fundo. A CTIA foi criada antes mesmo da CSAD, em 2004. Antes, como uma Câmara Setorial, mas, pela transversalidade dos assuntos de que trata, tornou-se temática, por decisão unânime, em 2006. Fazem parte dela, em torno de 30 entidades de representação de classe, dentre empresas privadas e o governo. O algodão é uma das cadeias pro-

dutivas presentes e já teve dois presidentes da Abrapa em seu comando, Júlio Busato e Arlindo Moura.

A CTIA trabalhou na construção de um lastro argumentativo para defender a expansão do leque de moléculas disponíveis para o manejo fitossanitário no mercado brasileiro, com a modernização da legislação. Os dados levantados apontam que o Brasil não é, nem de longe, o país que mais consumia pesticidas no mundo, e estava atrás de outros (a maioria, europeus), como Holanda, Bélgica, França e Inglaterra, e mesmo o Japão, que é o segundo maior consumidor. Além disso, o Brasil é o país que tem a melhor relação entre químicos utilizados na lavoura e quilos de alimentos produzidos.

## **FALSO - Brasil, o maior consumidor de agrotóxicos do mundo**

Consumo relativo de defensivos no mundo (kg i.a/ha)



Fonte: Wageningen University: US - EPA

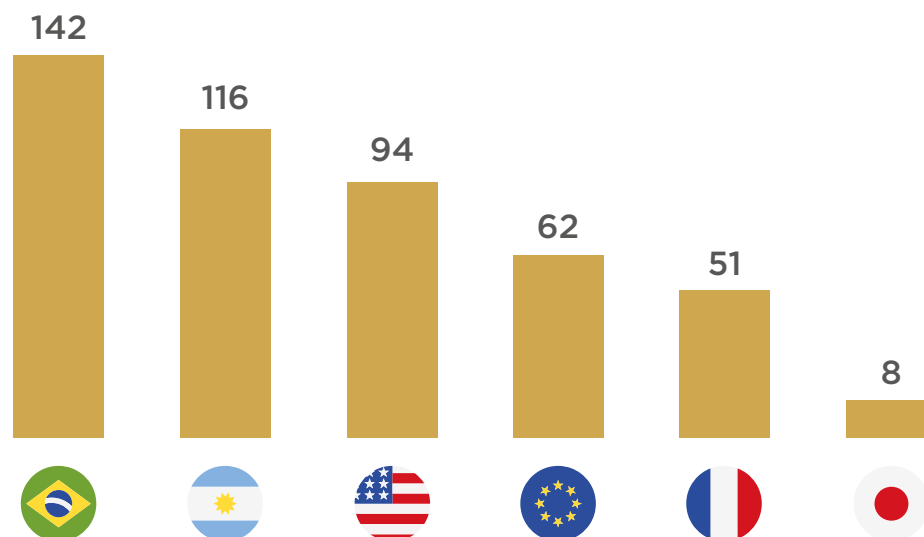
País	Consumo
1. Holanda	20,8
2. Japão	17,5
3. Bélgica	12,0
4. França	6,0
5. Inglaterra	5,8
<b>6. Brasil</b>	<b>4,2</b>
7. Iugoslávia	4,0
8. Alemanha	4,0
9. Estados Unidos	3,4
10. Dinamarca	2,6

Assuntos tributários também figuram muito nas reuniões da CTIA, que debateu, por exemplo, a manutenção do chamado Convênio 100, que concede redução de 60% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos insumos agropecuários. A ameaça de extinção deste benefício fiscal representava um risco aos custos do produtor, e, no fim do dia, para o consumidor final.

Outro ponto central de discussão das câmaras, sobretudo por volta de 2020, foi a consolidação de novas rotas marítimas para a Ásia. “O crescimento vertiginoso da produção brasileira de algodão a partir de 2016 gerou um excedente de fibra de cerca de três vezes a demanda da indústria nacional. E ele precisa ser totalmente exportado, já que a vida útil de um fardo de algodão e os riscos de armazenagem não nos permitem fazer estoque. Mas a capacidade de escoamento da safra por rodovias e portos não acompanhou esse crescimento e ameaçava penalizar o produtor justamente pela sua competência. Por esta razão, a logística tem sido uma prioridade para a Abrapa e essa discussão foi aprofundada na CTIA”, lembra Júlio Busato.

### Eficiência na produção agrícola

kg produzido x US\$ investido em defensivos



O Brasil é um dos países mais eficientes no uso de defensivos agrícolas. O gráfico mostra que o país produz mais quilos de alimentos/produto agrícola para cada dólar investido em defensivos.

Fonte: FAO e Kleffmann

Pensando em criar alternativas de embarque, ao já saturado porto de Santos, a CTIA colocou a lupa sobre os portos nordestinos, e alguns embarques experimentais foram realizados pelo porto de Salvador, na safra 2016/2017. Além de Salvador, o porto de Pecém, no Ceará, estava estudando a criação de uma nova rota para a China e a Indonésia. “A CTIA trabalhou para tornar essa possibilidade uma realidade”, disse Busato, à época de seu mandato de presidente no foro. “As tradings envolvidas nas exportações experimentais ficaram muito contentes com os resultados, e o Ministério da Agricultura fez um excelente trabalho agilizando os processos”, lembra o presidente da Abrapa, Júlio César Busato.

Mas a criação e a manutenção de novas rotas envolvem muito mais que a vontade dos produtores. E leva tempo. Embora os embarques experimentais tenham sido bem-sucedidos, eles ainda não têm impacto relevante no todo a ser embarcado. \_\_\_\_\_

*“O fato é que, quando o Brasil precisou embarcar mais de dois milhões de toneladas de pluma, foi a revisão e o aprimoramento dos processos em cada instância envolvida que permitiu que as exportações ocorressem sem intercorrências, provando que somos, sim, capazes de escoar a nossa produção de algodão”, acrescenta Miguel Faus, presidente da Anea.*



Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA), 2020

Capítulo 39

*A propósito das  
exportações*



Canal do Porto de Santos, São Paulo

Criar e manter rotas constantes é um grande desafio, mas o fato é que mesmo quando foi necessário escoar 2,4 milhões de toneladas de pluma, o Brasil encontrou o seu caminho. E isso, apenas melhorando processos, como conta Miguel Faus, presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea).

Todos os elos da cadeia produtiva do algodão temiam que chegasse o dia em que a competência do Brasil nos campos esbarrasse nos problemas que se acreditavam ser crônicos no setor de logística, mas não foi bem assim.

“Lembro quando exportamos as primeiras 500 mil toneladas, no início dos anos de 2000. Logo, estávamos embarcando 700 mil, e, em 2011, alcançamos a marca de um milhão de toneladas de pluma, deixando o país para encontrar o seu destino, principalmente, na Ásia. Naquela época, éramos fornecedores de segundo semestre. O algodão brasileiro começa a ser colhido em junho, e no mercado, nesta época, praticamente não há algodão de outra origem. A Austrália já acabou a safra

dela e os Estados Unidos ainda não começaram”, contextualiza Faus.

Com o crescimento da produção brasileira, segundo ele, passou-se a exportar algodão o ano inteiro e isso foi um grande desafio. A prova de fogo veio no ciclo 2019/2020. Dos campos, saíram três milhões de toneladas, aproximadamente. A indústria nacional absorveu em torno de 700 milhões e o restante precisava singrar os mares.

“A questão é que muita gente gosta de falar mal do país, mas não existe certificado que diga que a nossa logística para o algodão é ruim. O porto de Santos é muito grande, e é por lá que chega a maior parte dos produtos que o país importa. Logo, ele tem contêineres vazios disponíveis. O dono do contêiner é sempre o armador, dono do navio, e o que ele quer é mandar de volta esses contêineres cheios para a China. A carga de algodão é atrativa para a companhia de navegação”, detalha Faus.

Naquela safra, as companhias de navegação, acompanhando com antecedência a previsão de colheita de



Docas Porto  
de Santos,  
São Paulo

algodão no Brasil, trataram de se organizar, num trabalho que envolveu, também, o diálogo com a Abrapa e a Anea. “Essas empresas colocaram navios extra-loaders, que são embarcações adicionais que entram em cena nestes momentos de pico. Outra coisa importante foi que Santos tem um tipo de operação cross docking, que acelera o fluxo de mercadorias, dispensando a armazenagem. O navio chega, descarrega e, no mesmo terminal, já tem as empilhadeiras estufando os contêineres. O algodão não fica armazenado esperando o navio. É uma operação *just in time* (sob demanda). Para isso, estas empresas investiram em equipamentos e capacitação de pessoas, e a eficiência dos terminais retro portuários aumentou”, conta.

Para se ter uma ideia do sucesso dessa operação orquestrada, em novembro e dezembro de 2020, a soma das exportações de pluma foi superior a 700 mil toneladas. “Um ano inteiro de consumo da indústria nacional”, comemora Miguel Faus.

Exportar *commodities* como minério de ferro e soja é uma coisa. Exportar algodão é algo que requer um tanto de pré-requisitos, que só muito tempo e trabalho poderiam assegurar. \_\_\_\_\_

*“O Brasil é um player que tem qualidade de pluma e de resultados de análise de HVI, rastreabilidade, sustentabilidade e que cumpre os seus contratos. Por isso, produz muito e vem ganhando cada vez mais mercados”, pontua.*



Miguel Faus

Capítulo 40

*E veio a pandemia*



Foram três meses de total incerteza. Os comércios do mundo fechando e muitos portos, também. Havia notícias de navios em quarentena, e nenhum sinal no horizonte sobre quando – e como – o problema iria acabar. A Covid-19 teve como marco zero a China, o principal mercado do algodão brasileiro. As *tradings* ficaram especialmente preocupadas.

*“A ameaça de default era grande. Alguns compradores não honraram seus contratos, porque o algodão havia sido comprado, antes da pandemia, na faixa dos 0,80 centavos por libra-peso, e, com o problema, caiu a US\$0,50. As tradings tiveram de absorver estas quebras, mas o produtor entregou o que vendeu”, afirma Faus.*

Entregar o que vende, por sinal, tornou-se uma característica forte, que aumentou a confiabilidade do coticultor nacional. “São muito raros os casos em que isso não acontece, e, em geral, por um problema de quebra de safra, e não por má-fé. A necessidade de arbitragem no comércio de algodão no Brasil é cada vez menor”, diz.

O alongamento da pandemia por mais de dois anos trouxe alguns problemas de atraso, por falta de contêineres, a partir de 2021. Uma vez que os comércios fecharam em boa parte do mundo, as importações brasileiras desses produtos, vindos, principalmente, da China, caíram. O plantio de algodão acompanhou a demanda retraída do mercado, e a área plantada foi um pouco menor que a da safra pré-pandemia, o que, de certa forma, segundo Miguel Faus, ajudou a operação logística, que contaria com a escassez dos contêineres e não demandaria os extra-loaders.



Notícias publicadas na mídia a respeito da pandemia e o impacto provocado na cotonicultura brasileira

## O campo também sofreu

A pandemia, claro, afetou todos os setores, desde a indústria e as exportações até as lavouras, não só no que tange à área que seria plantada em 2021/2022, que retrairia pelo fechamento dos mercados no globo, mas no decorrer da safra em si. A preocupação com a saúde dos produtores e das suas famílias, e, obviamente, dos trabalhadores, nos escritórios e nas plantações.

A Abrapa e as associadas tomaram uma série de providências neste sentido, com materiais exclusivos sobre o tema e campanhas de esclarecimento. “Trabalhar remotamente nas áreas administrativas e burocráticas não era um grande problema, mas o que fazer quando você precisa plantar, colher, manejar pragas e doenças? Tivemos que ser extremamente rigorosos e, ainda assim, o número de abstenções nas fazendas por conta da doença foi grande. Perdemos muita gente querida no período, inclusive produtores”, lembra Júlio Busato, dizendo que foi preciso, assim como nos demais setores da sociedade, mudar hábitos.



Cuidados com a saúde do trabalhador, Fazenda Chaparral

*“Em certas áreas da produção, como as usinas de beneficiamento, o trabalho já se dava mais ou menos no padrão que seria implantado após a pandemia, com uso de máscaras e EPIs, em um ambiente onde transitam poucas pessoas. Mas desde os refeitórios até os alojamentos, muitos procedimentos tiveram de ser adaptados”, afirma.*



Reuniões acontecem com medidas de distanciamento



Setor adota medidas para monitoramento e combate à Covid-19

Algo de que o produtor se orgulha é das iniciativas das associações estaduais no combate ao coronavírus, até na linha de frente, nas comunidades. “Equipamos hospitais com respiradores e outros aparelhos essenciais que estavam em falta no momento mais crítico da pandemia, fizemos doações de máscaras e materiais hospitalares. Só como exemplo, na Bahia, a associação estadual, a Abapa, até montou um laboratório de testagem para a doença, para agilizar os resultados. É a consciência do nosso dever e a sensação de que fazemos parte de um todo que não nos deixam alheios e inertes em momentos como esse”, diz Júlio Busato.

Capítulo 41

# *A Abrapa e as instituições*



Reunião do IPA, 2016



Enquanto ganhava porte até para alcançar as dimensões que hoje impressionam todo o mundo, a cotonicultura brasileira, representada pela Abrapa, precisou deixar o escritório e bater às portas de instituições e foros diversos. Já falamos do Governo e de suas muitas entidades, como as Câmaras Setoriais e Temáticas do Mapa. Outra delas foi o Instituto Pensar Agro (IPA) e a sua matriz, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). A associação foi desde a criação do IPA, em 2011, uma grande colaboradora, dentre as muitas que firmaram o acordo de cooperação técnica para a criação do instituto, nascido para defender os interesses da agricultura e prestar assessoria técnica junto à FPA.

O IPA trabalha para garantir o respaldo técnico e em ações específicas que tramitam no Congresso Nacional, além de promover a interlocução com os poderes

Judiciário e Executivo. Atualmente, é composto por 40 entidades do setor produtivo agropecuário, que são responsáveis por levantar agendas de debates e questões relacionadas ao setor, funcionando como canal interlocutor entre as entidades produtoras rurais e os parlamentares que estão envolvidos na causa. O instituto representa as cadeias produtivas da agropecuária brasileira junto às três esferas do poder (Legislativo, Executivo e Judiciário) e divulga informações do setor com transparência e alcance social para que o processo seja compreendido pela sociedade.

A Abrapa não apenas tem contribuído para tornar efetivo o trabalho do IPA como tem exercido protagonismo em questões cruciais, cujo alcance, ao propor e implementar soluções que impactem positivamente na cotonicultura, beneficia todo o agro do Brasil. \_\_\_\_\_

Capítulo 42

*Relacionamento com  
entidades internacionais*



Sala de negociações da Abrapa, durante a ICA, Liverpool, 2013

O respaldo internacional da cotonicultura brasileira tem sido construído com o endosso das mais importantes instituições globais relacionadas à fibra. É o caso da *International Textile Manufacturers Federation*, ITMF, fórum da indústria mundial dedicado à difusão de conhecimentos, que promove anualmente uma das mais concorridas conferências do algodão, à qual a Abrapa procura sempre comparecer para se informar sobre as tendências em novas tecnologias, as demandas e os pontos de melhoria para o pleno atendimento do mercado.

Da mesma forma, a Abrapa estabelece relações com o *International Cotton Advisory Committee*, o ICAC, entidade que gera as informações sobre a produção de algodão no mundo, majoritariamente utilizadas pela Abrapa em suas projeções e estratégias. Todos os anos, o ICAC promove reuniões plenárias em diferentes países, com participação dos grandes *players* do algodão, em que o Brasil está representado, uma vez que o Comitê é uma associação de governos de países produtores, consumidores e negociadores da pluma, e a Abrapa é um dos membros.





Participação na plenária do ICAC, Colômbia, 2013

O ICAC está diretamente ligado ao programa Standard Brasil HVI (SBRHVI), do qual falaremos em detalhes mais adiante, pois assina o Manual de Padronização e Classificação por HVI, adotado pela Abrapa como referência. O programa também demandou o estreitamento de relações com a *International Cotton Association* (ICA), a mais antiga associação do algodão, que, com o *Faserinstitut Bremen*, o *Bremen Fibre Institute* (Fibre) e o *Bremer Baumwollbörse* (BBB), mantém o Centro Global de Testagem e Pesquisa do Algodão (ICA Bremen). Este último, chancela o processo de certificação internacional para o Centro Brasileiro de Referência em Análise de Algodão (CBRA). A ICA também promove anualmente um dos eventos mais importantes da cotonicultura global, o ICA Trade Event e o ICA Trade Dinner, no qual a Abrapa marca presença desde os primeiros anos da sua existência.





Com a *Better Cotton Initiative* (BCI), entidade suíça referência em licenciamento de pluma sustentável, a Abrapa foi além, formando com ela um acordo de *benchmark* para o seu programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR). Atualmente, ABR e BCI têm um único protocolo, e o avanço do Brasil na produção de algodão em bases sustentáveis faz dele o maior fornecedor mundial de fibra reconhecida pela BCI, com 30% do montante global. Alcançar essa marca tem sido um diferencial competitivo num mercado que é cada vez mais demandante de produtos reconhecidamente elaborados com matérias primas condizentes com os princípios de justiça e responsabilidade social, ambiental e econômica. \_\_\_\_\_



Clima de parceria na reunião entre Abrapa e BCI, que dá início efetivo ao projeto de benchmarking, Genebra, 2013

Capítulo 43

# *Os quatro compromissos*

*“Caminante, no hay camino: se hace camino al andar”*

Antonio Machado

Ninguém ensinou como fazer; não havia manual. A Abrapa abriu seu caminho ao caminhar, como dizem os versos do poeta andaluz. Para trás, a estrada era tortuosa. Para a frente, uma promessa, com indícios promissores de ser longa, mas ainda precisava ser pavimentada. A necessidade, o ritmo acelerado imposto por um mundo em franco processo de globalização, e a própria vitória contra os subsídios americanos obrigaram a entidade a amadurecer e a estabelecer suas metas e as estratégias para alcançá-las. Foi preciso definir prioridades e valores, que deveriam prevalecer à passagem dos anos, não como palavras que as empresas emolduram e penduram na parede, mas um Norte. Um

“guia” simples e claro, cujas linhas-mestras estivessem entronizadas de tal forma, que permeassem todas as iniciativas da associação, em todos os níveis de complexidade ou hierarquia, e, claro, chegassem também às associadas e ao cotonicultor.

Já nos primeiros anos foram definidos quatro pilares, batizados de “compromissos”:

1. *Qualidade*
2. *Rastreabilidade*
3. *Sustentabilidade*
4. *Promoção*



Eles foram evoluindo e se tornando mais complexos com o tempo e, para cada um, a Abrapa traçou metas e desenvolveu programas, que dão origem a novos, conforme os objetivos são alcançados e de acordo com as necessidades impostas pela conjuntura do momento. Todas as ações nos quatro compromissos da Abrapa se tornam ainda mais efetivas por serem parte de algo maior, de uma estratégia, na qual se cruzam e complementam, potencializando o seu alcance e resultados.



Etiquetas SAI  
prontas para  
serem aplicadas  
em fardos de  
algodão

Não haveria como promover o algodão, dentro ou fora do Brasil, sem que o mercado possa conhecer sua origem e os passos que ele deixa, desde a lavoura até a indústria, quiçá, até o guarda-roupas. Atender à demanda mundial por sustentabilidade, também passa pela rastreabilidade. Para promover o algodão, é preciso que ele tenha qualidade e isso se atesta não somente pelos órgãos do sentido – da visão e do tato – como, principalmente, por meio de instrumentos altamente sensíveis, capaz de estabelecer e mensurar valores intrínsecos à pluma, quantificados apenas por instrumentos chamados HVI (*high volume instrument*). Estes instrumentos precisam ser acreditados no mercado, calibrados e confiáveis, cujos laudos gerenciados em sistemas seguros e inteligentes, para evitar controvérsias entre quem vende e quem compra o produto. E tudo isso precisa também ser rastreável.

Assim, a Abrapa estruturou os seus compromissos da base ao topo, e o primeiro a ser implantado foi a Rastreabilidade, com Sistema Abrapa de Identificação, o SAI, integrado com o Sistema Nacional de Dados do Algodão, Sinda.



SISTEMA NACIONAL DE DADOS DO ALGODÃO

**Inclusão de Unidade Produtiva - AMPA**

**DADOS GERAIS**

NOME DA UNIDADE PRODUTIVA: \_\_\_\_\_ ASSOCIAÇÃO: AMPA STATUS: ATIVO

F-ABC: \_\_\_\_\_ BENEFICIÁRIO: \_\_\_\_\_

**DADOS DE LOCALIZAÇÃO**

UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_

LATITUDE (GR): \_\_\_\_\_ LONGITUDE (GR): \_\_\_\_\_

D: \_\_\_\_\_ M: \_\_\_\_\_ S: \_\_\_\_\_ D: \_\_\_\_\_ M: \_\_\_\_\_ S: \_\_\_\_\_

**DADOS DO REGISTRO/GRUPO DE PRODUTORES**

TIPO: \_\_\_\_\_ GRUPO (RASTREABILIDADE): \_\_\_\_\_ NOME DO PRODUTOR/GRUPO (RASTREABILIDADE): \_\_\_\_\_

**DADOS DE ÁREA**

ÁREA DE ALOCAÇÃO (ha): \_\_\_\_\_ ÁREA PRODUTIVA (ha): \_\_\_\_\_ ÁREA TOTAL (ha): \_\_\_\_\_

**Algodoeiras**

CULTIVAR: \_\_\_\_\_ ESPÉCIE: \_\_\_\_\_

**Matrículas**

Adicionar Matrícula

MATRÍCULA	TIPO	UF	MUNICÍPIO	CULTIVAR	ÁREA TOTAL (ha)

Tela de cadastro de unidade produtiva no Sinda

Capítulo 43.1

# *Rastreabilidade*

Cada fardo de algodão produzido no Brasil conta a sua própria história: de onde veio, onde foi beneficiado, quais os seus índices de qualidade, se é ou não certificado nacional e internacionalmente pelos programas de sustentabilidade, se é integrante do sistema que atesta a confiabilidade da sua análise instrumental... As possibilidades não param por aí, pois dia a dia, a Abrapa expande horizontes, permitindo – por enquanto, como experiência-piloto – que não só dados numéricos e códigos sejam visualizados, como humanizando estes dados, com rostos e narrativas, para atender à demanda do consumidor na ponta da cadeia, que quer saber quem produz (e como) a matéria-prima das suas roupas. Além de fornecer a informação ao consumidor sobre aquele fardo, estes dados também dão ferramentas à Abrapa para avaliar a evolução das safras no Brasil, produzindo séries estatísticas que ajudam na tomada de decisões, no embasamento de políticas públicas para a fibra, dentre outras análises.

As discussões iniciais para a elaboração de um sistema de rastreabilidade dos fardos de algodão brasileiro começaram anos antes, mas foi em 2004 que a associação lançou o Sistema Abrapa de Identificação (SAI). A versão inicial foi inspirada no tradicional modelo americano e trazia tão somente o número do fardo e a identificação da algodoeira onde ele havia sido beneficiado. Os cotonicultores brasileiros àquela época já haviam adotado o padrão de classificação internacional, sem a qual o SAI, tal como é hoje, não faria sentido.

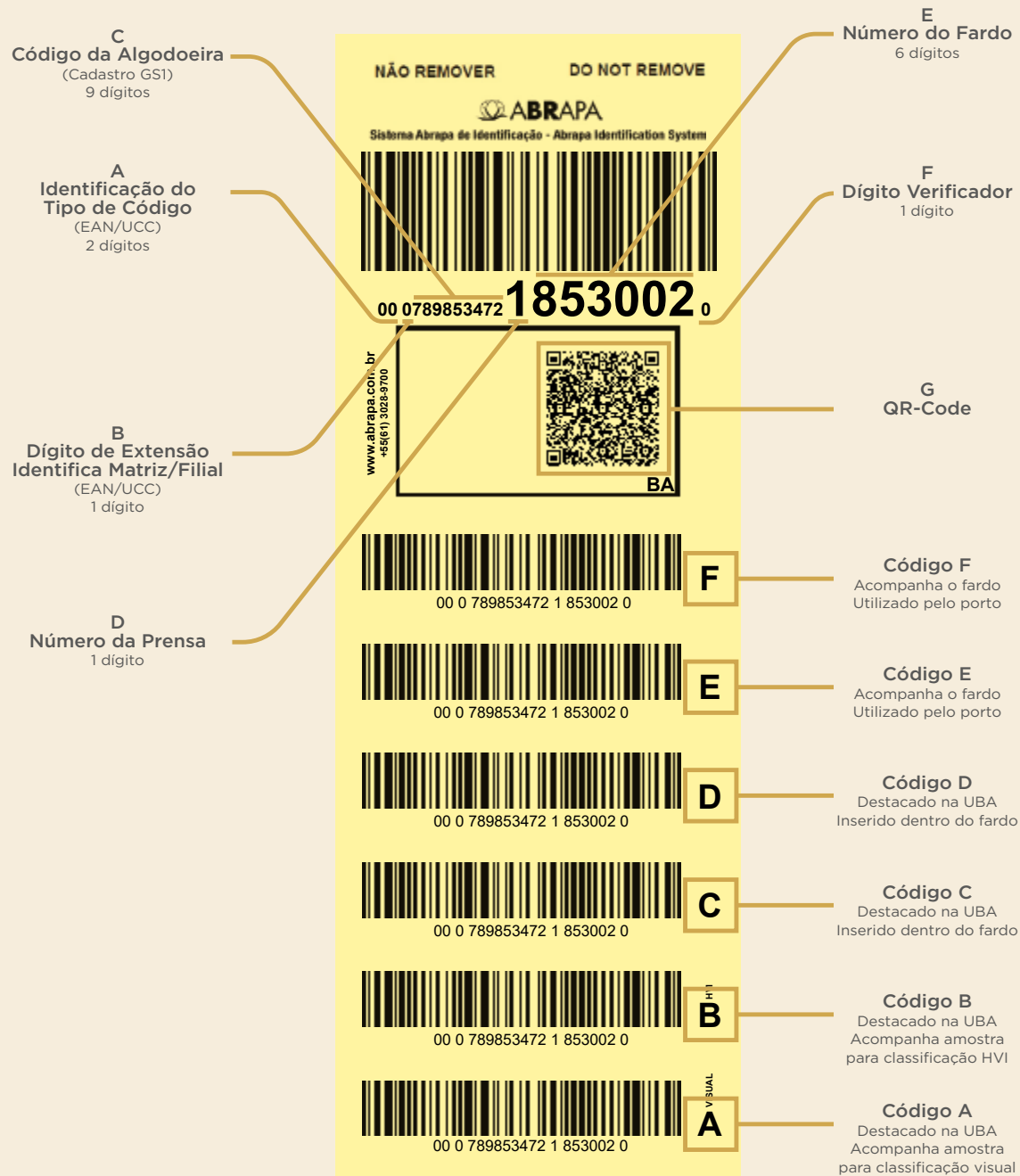
É interessante observar que não apenas no Brasil como em qualquer outro país produtor, o local onde o algodão foi cultivado e a unidade de beneficiamento da pluma não necessariamente coincidem. Portanto, garantir que não haja equívoco quanto à procedência de cada uma dessas etapas é indispensável, assim como no restante do trajeto que o fardo percorrerá até chegar ao seu destino. O SAI faz isso por meio de uma etiqueta



Leitura do QR-Code em uma etiqueta SAI

# Você conhece a etiqueta SAI?

Ela possui 20 dígitos





especial, impressa sob regras rígidas e gráficas específicas. Esta etiqueta traz, atualmente, uma série numérica de 20 algarismos, inclusive, dígitos verificadores.

De acordo com Silmara Ferraresi, que, dentre várias frentes, cuida dos sistemas estratégicos da Abrapa, existe uma lógica na composição dos números que formam o código de barras das etiquetas. Ela explica que cada etiqueta tem pedaços destacáveis, e, em cada um deles, o mesmo código de barras. As frações picotáveis da etiqueta trazem uma letra correspondente.

No picote inicial, usado pela usina, o destaque indica o que vai para a classificação Visual e a amostra correspondente sai com o destaque alojado dentro dela, e o que vai para o laboratório de HVI. A identificação comprova que as amostras saíram daquele fardo, e que, portanto, elas são a sua “menor identidade”, mantendo todas as suas características como produto. A classificação visual e a instrumental são cruciais, pois determinam a qualidade daquele algodão. No final da sequência de destaques, há aqueles que acompanham o fardo, no embarque do produto para o exterior.

“Apesar do algodão ser tratado como commodity, ele é analisado fardo a fardo. Por isso, a etiqueta é tão importante. Como o produtor não pode levar o fardo para o laboratório, ele leva a amostra, e esta tem que ir com mesmo código de barras do fardo de onde ela se originou, porque esta será a correlação que o produtor usará quando montar os lotes para fazer a entrega para o seu cliente final”, explica Silmara.

De 2004 até 2011, o modelo americano continuava sendo a referência do SAI, mas, desde então, a Abrapa entendeu que precisava aprimorar e fez uma parceria com a GS1 no Brasil, organização oficial responsável por fornecer códigos de barras (EAN/UPC) no mundo. Dentre os inúmeros clientes da GS1, estão diversas marcas do varejo tradicional e online.

O código dos fardos brasileiros de algodão tem 20

dígitos. Os dois primeiros são 00. Depois, vem o número que identifica se uma algodoeira é matriz ou filial. A regra é: se uma algodoeira é matriz, foi a primeira a ser cadastrada para aquele código GS1, pelo produtor, e o número equivalente será zero. Caso ele vá incorporando novas algodoeiras, ligadas àquele GS1, o número vai elevando de 1 até 9. Um único GS1 pode agregar até dez algodoeiras.

---

*A sequência do GS1 que identifica a algodoeira tem 9 números, que, somados ao dígito de extensão, totalizam 10 e criam o que seria uma espécie de CPF, que torna cada algodoeira única.*

Na sequência, na série, vem a identificação da prensa. Cada uma delas é identificada com um número na algodoeira. Se uma algodoeira tem só uma prensa, ela será número 1; se tem duas, a segunda virá com o número 2, sucessivamente, até o limite de 9 prensas.

“Depois disso, a numeração de composição hoje para o fardo é de até seis dígitos. Então, numa mesma prensa, geramos pedidos até 999.999. Quando essa prensa atingiu esse limite, ela volta à etiqueta 1. Apesar disto, é improvável que coincida de haver a mesma etiqueta, para a mesma prensa e para a mesma algodoeira, por conta do dígito verificador. Para uma prensa ter pedidos que alcancem 999.999 etiquetas, levaria muitas safras”, pondera.

Segundo Silmara, desde 2004, apenas poucas prensas atingiram esta marca, na safra 2020/2021. “São 17 safras, e um fardo não sobrevive tanto. A vida útil deles é de, no máximo, duas safras. Então, a possibilidade de termos, no mercado, dois fardos de uma mesma algodoeira e de uma mesma prensa, com o mesmo número, é praticamente inexistente. Este aprimoramento com a GS1 veio para trazer mais transparência e profissionalismo”, conclui.

## *Novas informações agregadas*

Uma das mais importantes evoluções do SAI foi no quanto de informação que ele passou a conter, e não há limite para que isto possa ser expandido. Em 2012, quando foi criado o programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR), o SAI passou a trabalhar, também, com dados de identificação da unidade produtiva certificada pelo programa de sustentabilidade da Abrapa e/ou licenciada pela BCI, safra a safra.

Em 2016, foi a vez de incorporar ao sistema o programa Standard Brasil HVI. Os dados da qualidade daquele fardo passaram a ser informados na etiqueta, com os laboratórios de classificação do programa integrados ao Centro Brasileiro de Referência em Análise de Algodão (CBRA), em Brasília. Em 2021, todo produtor que aderiu ao programa ABR passou a aderir, automaticamente, ao SBRHVI. Este foi o grande “pulo do gato” para o algodão brasileiro, porque todo o produtor que assegurava a sustentabilidade do seu produto também se comprometia a entregar rastreabilidade completa, com transparência de qualidade.

A rastreabilidade em portal, fardo a fardo, ficou constituída: todos os dados do fardo e da algodoeira que o beneficiou, como já se fazia em 2004; todos os dados do produtor e da unidade produtiva, também com endereço, certificação ABR, licenciamento BCI, os dados do laboratório e as informações de classificação do algodão apuradas no HVI. Todos os endereços, seja da fazenda, da usina de beneficiamento e do laboratório de análise de fibras são referenciados, e, portanto, precisos e checáveis. “A Abrapa já se prepara para fornecer, também, os dados da certificação ABR-UBA”, adianta Silmara.

## *Segurança*

Um sistema tão completo também precisa ser seguro, com duplo log e dupla certificação para acesso, mapeamento de usuários e permissões específicas sobre o que e como estes usuários podem ver.



## Mobile

Como o conceito é o de aprimoramento constante, a Abrapa já está trabalhando, atualmente, na evolução dos sistemas em rastreabilidade, construindo uma versão para celulares. “Vamos permitir a rastreabilidade não apenas fardo a fardo, mas por lote. O cliente poderá entrar no sistema e informar que fardos ele comprou, via arquivo.txt, assim como poderá pedir para o produtor ou trading com quem ele comercializou que libere toda a rastreabilidade daquele lote. Pelo mesmo sistema, eles poderão liberar a rastreabilidade dos fardos em questão, para visualização pelo cliente. Isso é inédito no mercado”, diz Silmara.

## Cadeia rastreada

A rastreabilidade oferecida pelo SAI – na qual se incorporam os programas de sustentabilidade e qualidade, dentre outros que ainda estão por vir –, por sua riqueza em informações e transparência, é considerada das mais completas, em relação ao que é oferecido pelos concorrentes do algodão brasileiro. A Abrapa possui, atualmente, nove sistemas proprietários independentes. Isto porque, de uma safra para outra, as regras de certificação mudam, assim como os critérios e questionamentos que são feitos.

## De ponta a ponta

Se rastrear um fardo da lavoura até o porto já é algo a ser celebrado, as metas de Abrapa para a rastreabilidade do algodão ficaram ainda mais ousadas: mapear o caminho do produto por todos os elos à jusante da lavoura, chegando até o guarda-roupas do consumidor final. O primeiro passo nesta direção foi dado em 2021, no mercado interno, em um projeto-piloto desenvolvido pela associação, por meio do movimento Sou de Algodão, em parceria com a varejista de roupas masculina carioca Reserva e com a maior loja de departamentos, genuinamente nacional, a Renner.



Tag do programa SouABR utilizada em peças da Reserva



**Reserva** 

Moda masculina, a partir de  
7 de outubro de 2021

 **RENNER**

Moda feminina, a partir de  
20 de maio de 2022

**YOUCOM**

Moda feminina, a partir de  
julho de 2022

A iniciativa foi batizada de SouABR, pela qual o cliente das lojas pôde ter acesso às informações sobre a origem da matéria-prima com certificação socioambiental ABR/BCI e seu processo de produção. As parcerias com as duas varejistas envolvem o desenvolvimento de coleções especiais SouABR. A da Reserva chegou ao mercado em 2021, e a Renner lançou a sua coleção rastreada em maio de 2022, para o segmento feminino. A partir de janeiro de 2023, outras marcas estarão aptas a participar.

O SouABR é a primeira ação de rastreabilidade por *blockchain* da indústria têxtil nacional para demonstrar o comprometimento dos produtores, indústria e varejo com a sustentabilidade social, ambiental e econômica do algodão. Isso é feito pela leitura do QR Code presente na etiqueta da peça, por meio do qual o consumidor, literalmente, pode ver a fazenda onde o algodão foi cultivado, com um perfil sobre o grupo produtor, imagens das famílias e colaboradores dessas fazendas, a fiação

que o transformou em fio, a tecelagem ou a malharia que desenvolveu o tecido ou a malha e a confecção que cortou e costurou a peça. Todas as peças rastreáveis do programa SouABR usam, no mínimo, 70% de algodão em sua composição, sendo que 100% dessa fibra natural presente no produto tem certificação.

O cotonicultor e presidente da Abrapa na gestão 2021/2022, Júlio Busato, considera que os investimentos em sustentabilidade e qualidade, respaldados pela rastreabilidade, resultam em imagem forte para a pluma nacional e credibilidade. “Isso, aliado ao profissionalismo do produtor e à tecnologia embarcada em todos os processos produtivos, explica o espaço que o Brasil vem ganhando em tão pouco tempo no mercado externo, tornando-se o segundo maior exportador mundial. Sermos o maior fornecedor de algodão produzido de maneira responsável, em parceria com a BCI, nos torna uma origem muito desejável”, diz. \_\_\_\_\_

Capítulo 43.2

# *Sustentabilidade*



Plantio de algodão direto na palha



Quem chegou até aqui na leitura deste livro constatou que a cotonicultura brasileira teve diversas fases e migrou por muitas regiões até chegar ao Cerrado, no finalzinho da década de 1990, quando o país inverte a curva descendente da produção, para escalar, baseado em um novo modelo, no qual o volume não é uma meta que termina em si. Outros objetivos se impõem, como a longevidade da atividade como negócio, a eficiência na produção – refletida nos seus altos índices de produtividade – o uso racional dos recursos ambientais, humanos e financeiros, a boa remuneração do cotonicultor e a geração de renda e bem-estar no local onde a produção se desenvolve.

Todas essas premissas se resumem em um só conceito, o da sustentabilidade, pelo qual os empreendimentos feitos para durar são aqueles que, no uso dos recursos, satisfazem as necessidades do presente sem comprometer

ter as gerações futuras. A absorção do conceito de sustentabilidade representou a diferença entre a extinção da cotonicultura no Brasil e a elevação do país ao grupo dos grandes *players* mundiais na produção da *commodity*. Algo que só foi possível graças à adoção de boas práticas agrônômicas, à incorporação de tecnologias e ao aprimoramento dos processos de produção e gestão.

Para tanto, a diversidade foi adotada como estratégia agrônômica, refletida em uma matriz produtiva na qual o algodão vem em consórcio com outras culturas, em especial, a soja e o milho. Isto possibilita a alternância entre elas, com o uso da técnica da rotação de cultura, que preserva o solo, otimiza o uso dos insumos agrícolas, como fertilizantes, e traz outras vantagens econômicas, como o balanceamento do plantio de acordo com as condições de preço de mercado e o custo de produção de cada um dos cultivos.

A alternância entre os cultivos também quebra o ciclo de pragas e doenças do algodoeiro, que põem em risco as lavouras e aumentam o custo de produção. A este sistema, agregam-se outras boas práticas, como o plantio direto na palha, largamente difundido na produção do algodão no Cerrado. O plantio direto consiste em deixar a palhada resultante da colheita da safra anterior no solo, para criar uma cobertura de matéria orgânica e evitar que a terra precise ser revolvida com o arado, por exemplo. Isso preserva o solo e a microfauna que habita nele, evitando a exaustão da terra. O Brasil é líder mundial na adoção do plantio direto.

Neste modelo de matriz produtiva, o algodão também ajuda a manter o patrimônio natural do Cerrado, ao ocupar, assim como as outras lavouras, áreas de antigas pastagens, e incorporar tecnologias avançadas em cultivares, máquinas e insumos para tornar mais eficiente a relação entre a produção e o uso dos recursos naturais. Assim, menos aberturas de novas áreas são necessárias para o avanço agrícola.

As condições climáticas do Cerrado favoreceram o plantio do algodão em regime de sequeiro, sem irrigação artificial. Na safra 2021/2022, apenas 8% das lavouras de algodão do país foram irrigadas, e, ainda assim, o algodão brasileiro se destaca pelo excelente desempenho nas plantações. Quando considerada a produção de sequeiro, o Brasil é o campeão mundial de produtividade no algodão.

Nas fazendas produtoras de algodão no Cerrado, a preservação da mata nativa excede os 20% determinados por lei nas chamadas Reservas Legais (RL), e a conservação das Áreas de Preservação Permanente (APP), como topos de morro, veredas e matas ciliares, é rigorosamente cumprida. Sem observar os aspectos legais, o Brasil não teria como ser o quarto maior produtor de algodão mundial nem o segundo maior exportador.

Para além das condições naturais, que, potencializadas por boas práticas agrônômicas, propiciam a produtividade e a produção com menos impactos à natureza e às pessoas, a cotonicultu-



Lavoura de algodão com área de reserva legal ao fundo



ra brasileira abraçou a causa da sustentabilidade: desenvolveu e vem aprimorando um dos mais completos programas voltados à produção responsável de fibra do mundo, o programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR).

O ABR ganhou este nome em 2012, mas sua história começa muito antes, em 2005, com a criação do Instituto Algodão Social (IAS), no estado de Mato Grosso. O instituto foi criado pela Ampa para promover a observância às leis trabalhistas e ambientais, a preservação dos direitos humanos e a excelência nas relações empregatícias e de responsabilidade social. O foco eram os resultados para a empresa e seus colaboradores, mas a associação mato-grossense já aventava uma possível

melhoria nos diferenciais competitivos da pluma no mercado externo, uma vez que fosse produzida com preocupação com a natureza, as pessoas e o desenvolvimento econômico.

A experiência bem-sucedida do IAS inspirou a Abrapa a criar algo semelhante, que pudesse ser difundido nos demais estados produtores. As primeiras discussões foram aprofundadas no ano seguinte, numa reunião anual do Clube da Fibra, onde os líderes do setor produtivo estavam reunidos. Mais um ano adiante, em Brasília, a Abrapa já debatia perspectivas futuras para a entrada, no Brasil, da *Better Cotton Initiative* (BCI). Esta ONG suíça é referência global em licenciamento de fibra produzida sob parâmetros responsáveis. Os participantes

## Sustentabilidade (desde 2005)





do tradicional evento da FMC Agrícola conheceram o conceito e os princípios globais da *Better Cotton*, e puderam ter uma ideia dos caminhos que o país teria de trilhar se estivesse disposto a encampar esta bandeira.

Em 2009, todos os estudos e debates que sucederam àquela discussão inicial culminaram na criação do Programa Socioambiental da Produção de Algodão (Psoal). Em 2010, a BCI aportou no Brasil e angariou a parceria da Abrapa e das estaduais. Na safra de 2010/2011, a parceria virou resultado: o Brasil colheu os primeiros fardos de algodão licenciados pela organização institucional. A experiência foi desenvolvida em quatro áreas-piloto, mobilizando para isto 11 cotonicultores de grande porte, na Bahia, Mato Grosso e Goiás, e 38 pequenos produtores da região de Catuti, no Norte de Minas Gerais.

Em 2012, o IAS e o Psoal unificaram os protocolos, dando origem ao ABR, um dos mais completos programas voltados à sustentabilidade do algodão em todo o mundo, o Algodão Brasileiro Responsável (ABR). Um ano mais, e ABR e BCI começariam a trabalhar em operação referenciada, um *benchmark*, que elevaria o Brasil à condição de origem com maior participação no montante de algodão licenciado pela BCI dentre seus 23 países de atuação. Na safra 2019/2020, dos 6,2 milhões de toneladas licenciados pela BCI, 2,3 milhões de toneladas saíram de lavouras brasileiras, de acordo com os dados mais recentes, lançados pela BCI à época da finalização deste livro. Na safra 2021/2022, 84% da produção nacional de algodão foi certificada pelos dois programas.

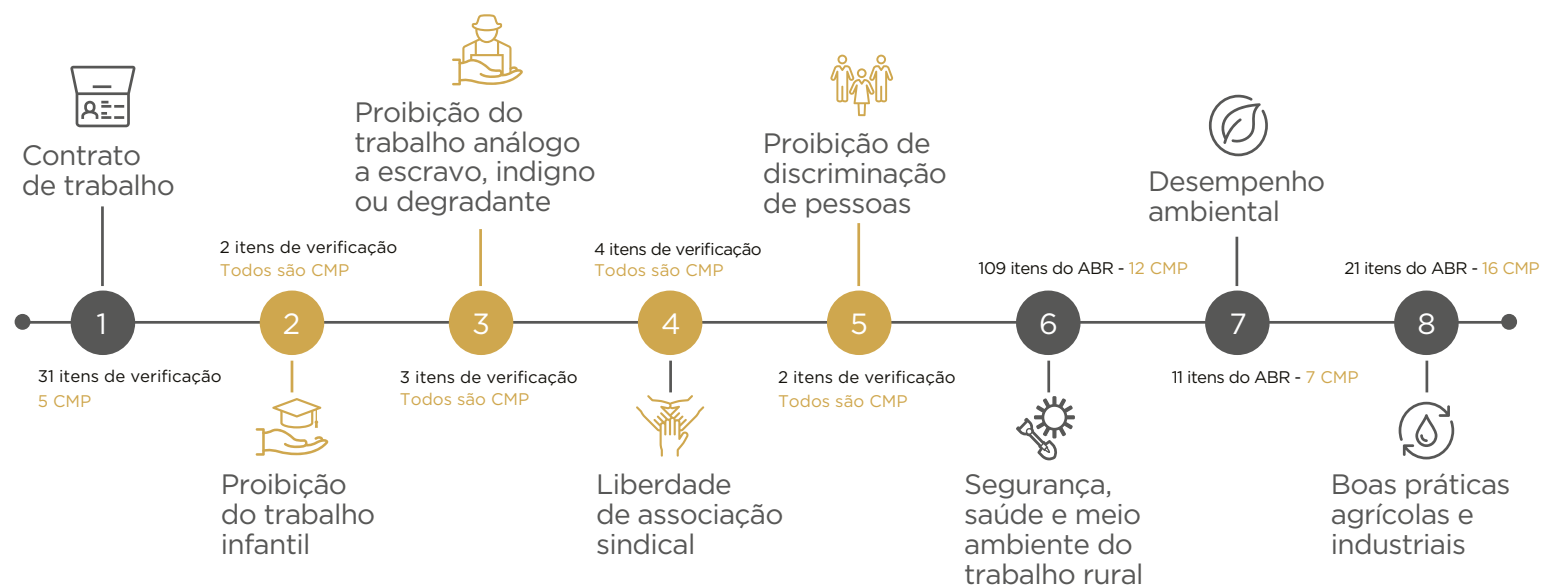
Palestra da BCI para pequenos produtores, Catuti-MG, 2011



O *benchmarking* ABR/BCI é coordenado nacionalmente pela Abrapa e é implantado e executado pelas associações estaduais. A certificação é o resultado de três etapas principais, sendo a primeira um diagnóstico da unidade produtiva, seguido por uma correção de possíveis não conformidades e, por último, a auditoria, propriamente dita. Todas estas etapas são amparadas por normas de conduta imersas nos oito critérios – que listaremos à frente – que, em conjunto, consolidam os pilares do programa na prática da produção de algodão sustentável: social, ambiental e econômico.

A adesão, tanto ao ABR quanto ao BCI, é voluntária, e, ao fazê-la, o cotonicultor se compromete a cumprir um rígido protocolo de boas práticas agrícolas nas suas fazendas, que contempla 183 itens, na fase de verificação para diagnóstico que antecede a certificação, e os mesmos 183 para a finalização do processo, que culmina com a expedição do certificado e a consequente emissão dos selos que serão fixados nos fardos. O produtor que aderir ao ABR pode, automaticamente, optar por ser, também, licenciado pela BCI. Já o contrário não é possível, uma vez que a BCI estabelece apenas 51 Critérios Mínimos de Produção obrigatórios.

### Confira os 8 critérios para a certificação ABR



\*\*CMP Critérios Mínimos de Produção.



Os critérios 2, 3, 4 e 5 são de conformidade obrigatória total



**183** é o total de itens de certificação exigido no protocolo do ABR  
**51** é a quantidade de CMP (Critérios Mínimos de Produção)

Esses requisitos abarcam desde os aspectos gerenciais dos empreendimentos agrícolas até o cumprimento da legislação brasileira ambiental e trabalhista, que é considerada das mais avançadas do mundo. Incluem, ainda, a observância das normas de segurança do trabalho, a proibição da utilização de mão de obra infantil e de trabalho forçado ou análogo a escravo, além da proteção ao meio ambiente, com aplicação de boas técnicas agrônômicas na produção da *commodity*.

O programa está lastreado nos três pilares da sustentabilidade:

### *Pilar Social*

*Centrado na saúde, segurança e bem-estar do trabalhador.*

### *Pilar Ambiental*

*Alicerçado no desempenho ambiental e nas boas práticas agrícolas. Promove a relação saudável entre o homem e a natureza, com foco na exploração correta dos recursos naturais.*

### *Pilar Econômico*

*O algodão sustentável é também aquele que remunera o cotonicultor, motivando-o a continuar na atividade. O programa ABR parte da premissa de que boas práticas ambientais e sociais contribuem para a consolidação e a prosperidade do negócio.*

## Pilares de sustentabilidade do programa ABR

### 1 Pilar Social



- Mão de obra legalizada;
- Trabalho justo e alinhado com as normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Saúde e segurança do trabalho.

### 2 Pilar Ambiental



- Preservação dos recursos naturais;
- Correta destinação de resíduos;
- Utilização sustentável da energia e da água;
- Boas práticas agrícolas e industriais.

### 3 Pilar Econômico



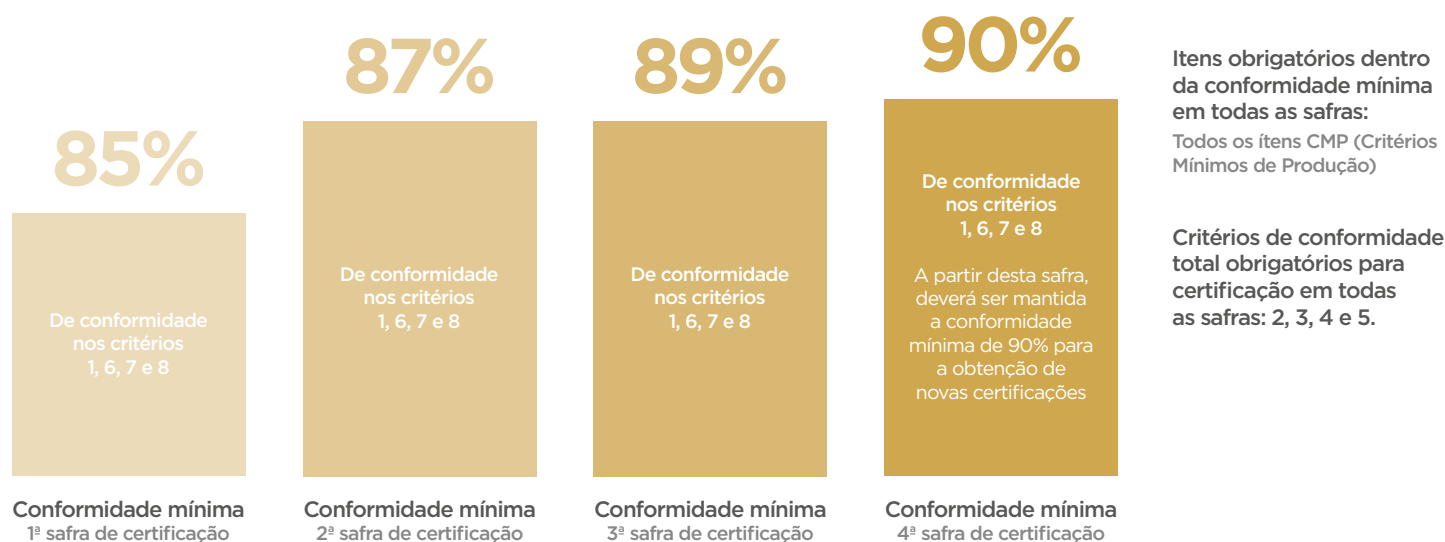
- Gestão sustentável do processo agrícola e de beneficiamento;
- Desempenho e eficiência operacional;
- Retorno financeiro.

## Sustentabilidade em progressão

O ABR, assim como a BCI, tem como fundamento o incremento progressivo das boas práticas, de modo que, a cada novo ciclo, a meta a ser cumprida para permanecer nos programas fica um pouco mais alta.

Na primeira safra, o atendimento aos critérios estabelecidos será de 85%; na segunda safra, de 87%; na terceira, de 89%, e, a partir da quarta safra, ele terá de cumprir, no mínimo, 90% das exigências, se quiser receber a certificação e o licenciamento. Este fundamento do programa auxilia na melhoria contínua dos processos internos das unidades produtivas participantes, refletindo num desempenho crescente a cada safra.

### Compromisso com a melhoria contínua



As unidades produtivas participantes do programa precisam evoluir a cada safra, até alcançarem um patamar mínimo de **90% de conformidade** (na quarta safra de adesão).

## Resultados auditados

O processo é operacionalizado nas fazendas por meio das associações estaduais e envolve visitas para diagnóstico e verificação em campo. A certificação é feita por auditorias externas, ou de terceira parte, de credibilidade internacional, com altos índices de idoneidade no cenário brasileiro e no exterior. Essas empresas recebem treinamentos em protocolo de normas de conduta, uma vez que estas são elaboradas e constantemente atualizadas pelos membros do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade. Dentre as que atuam ou já atuaram nos programas, estão ABNT, Genesis Certificações, SGS e Bureau Veritas.

### Certificadoras licenciadas pela Abrapa Safrá 2021/22



- ✓ **Renovação acontece todos os anos**
- ✓ **Obrigatório ser reconhecida internacionalmente**
- ✓ **Auditorias individualizadas e anuais por fazenda e por usina de beneficiamento**

## Rompendo padrões

Para Milton Garbugio, que foi presidente da Abrapa no biênio 2019/2020, em diversos aspectos, inclusive no da sustentabilidade, a cotonicultura brasileira tem obtido grande sucesso pela sua capacidade de inovar. \_\_\_\_\_

*“Nós rompemos com modelos arcaicos para estabelecer novos paradigmas. Entendemos que não havia como seguir uma rota diferente dos que vieram antes de nós, desde os tempos da Colônia, se não mudássemos, antes de tudo, o nosso modo de pensar. E a sustentabilidade fez parte deste novo capítulo da produção de algodão no Brasil antes mesmo deste conceito ser massificado. A gente queria que a atividade continuasse com nossos filhos, netos e bisnetos, e tivemos que encontrar soluções para isso, tanto nas lavouras, quanto no escritório. O resultado é que, além de produtivos, temos o algodão que o mundo quer: fibra de qualidade, cultivada com responsabilidade”, pondera.*



Milton Garbugio, presidente da Abrapa, Biênio 2019/20

Capítulo 43.3

# *Qualidade*





Representantes de laboratórios, Abrapa, e Anea se reúnem para discutir padrões de classificação, 2010



Por sua natureza de matéria-prima e pelo fato de ser negociado em bolsa, com um preço de referência global, o algodão é uma *commodity*. Mas, não como o minério de ferro, ou mesmo a soja e o milho que, basicamente, não têm diferenciação significativa enquanto produtos: são o que são, e paga-se por isto. Mil fardos de algodão, num contêiner de navio, também não têm entre si muita distinção, e, mesmo se abríamos alguns desses fardos, um leigo não veria grandes diferenças. Mas o mercado de algodão não tem nada de leigo. É cada vez mais exigente. Busca – e paga mais –, também, pelo que é “invisível aos olhos”, e características intrínsecas da fibra aferidas por aparelhos de precisão, conhecidos como instrumentos de alto volume do tipo HVI (*High Volume Instrument*).

São nos laudos emitidos por essas máquinas ultrasensíveis que se baseiam as negociações com a pluma, e a também parte da decisão de valorá-la, para mais ou para menos, sobre o preço da Bolsa de Nova Iorque. Só

por aí, dá para ter uma dimensão da importância do perfeito funcionamento destes equipamentos, e, mais que disso, da confiança que o mercado tributa ou não nos resultados que eles apresentam.

As análises instrumentais por HVI já vinham sendo feitas no Brasil desde 2002, mas faltavam padrões nos processos e, conseqüentemente, harmonia nos resultados. Em 2009, esse grau de confiança do mercado nos laudos expedidos pelos laboratórios brasileiros não andava nada bem, e a Abrapa recebeu esta sinalização direto da fonte, os *traders* e industriais presentes ao tradicional jantar da *International Cotton Association (ICA)*.

O *feedback* virou dever de casa, e uma série de reuniões neste sentido ocorreu já em 2010. A cotonicultura brasileira tinha um problema e precisava trabalhar para resolvê-lo de forma colegiada, com o apoio não apenas dos laboratórios brasileiros de classificação de fibra, como dos produtores, usinas de beneficiamento e *tradings*.

Em 2011, a Abrapa convocou os laboratórios para falar sobre o projeto de qualidade que estava sendo desenhado, estreitando parcerias para as futuras etapas de implementação. Naquele mesmo ano, franqueou a estes laboratórios uma consultoria técnica especializada para que cada um deles pudesse avaliar seus próprios processos operacionais e infraestrutura. Concluída essa fase de consultoria, eles receberam pareceres técnicos com o Manual para Padronização da Classificação Instrumental, desenvolvido conjuntamente pelo *International Cotton Advisory Committee* (ICAC) e pela *International Textile Manufacturers Federation* (ITMF).



Manual para a Padronização da Classificação Instrumental do Algodão

Desenvolver a estratégia para este programa de padronização levou tempo. Em 2012, diversas reuniões foram realizadas, congregando o conselho dos laboratórios e do então recém-criado Grupo de Trabalho da Qualidade (GT de Qualidade). O objetivo dos encontros era traçar as iniciativas necessárias à estruturação do projeto. Já naquele momento, entendia-se que seria necessário implantar um laboratório central de referência para produzir contraprovas para parte das amostras analisadas pelos laboratórios, assim como criar um Banco de Dados da Qualidade, para que o mercado pudesse obter informações sobre as características do algodão brasileiro. Por

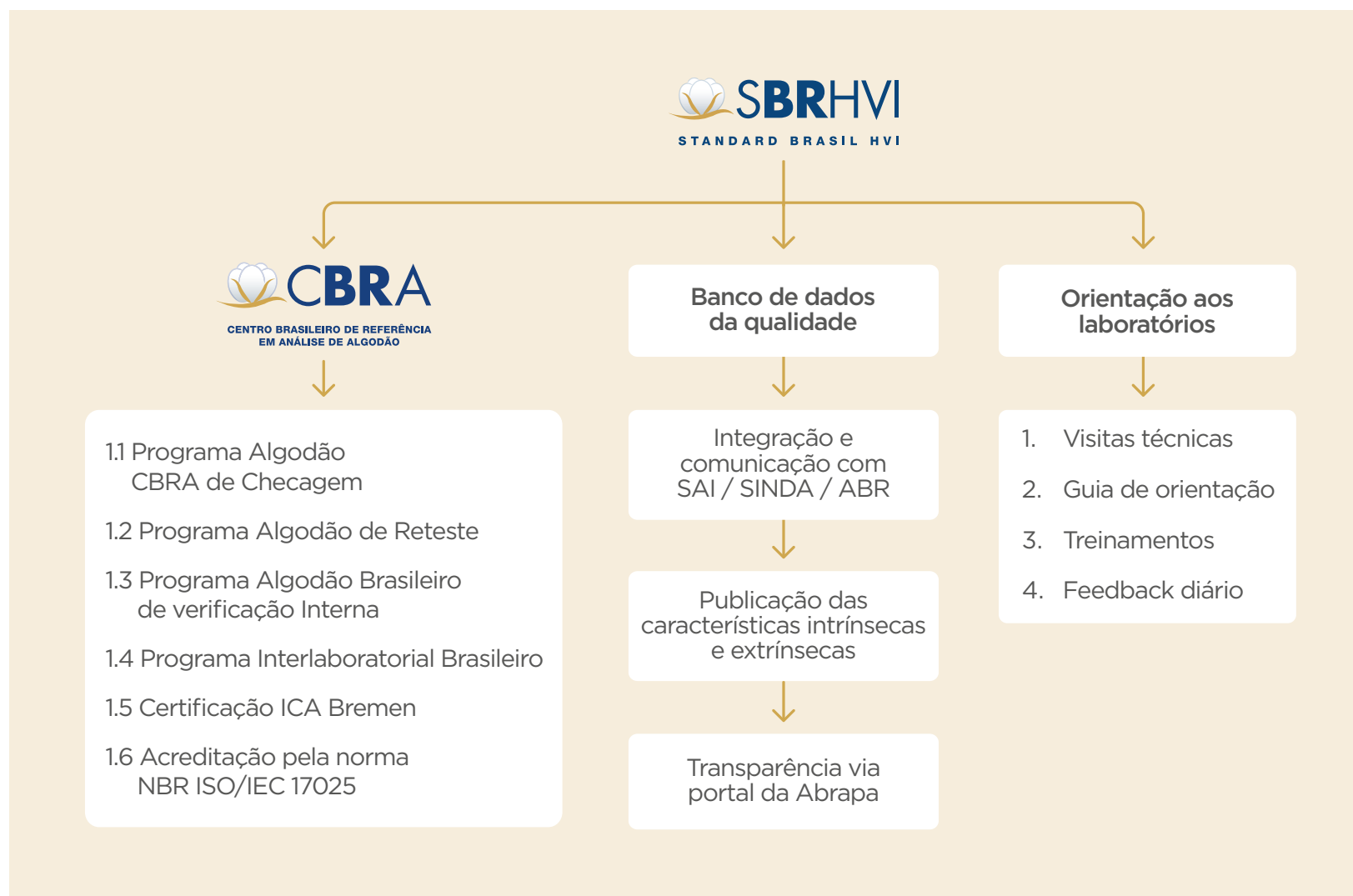
fim, estes laboratórios teriam que ser constantemente orientados para implantar e manter a padronização das operações e processos. Neste mesmo ano, estava criado o programa Standard Brasil HVI, com o objetivo de parametrizar e padronizar a classificação instrumental de algodão no Brasil, harmonizando os resultados de HVI no país.

O objetivo era, ao garantir o resultado de origem e, consequentemente, dar credibilidade e transparência para os resultados de análise de HVI pelos laboratórios de classificação instrumental que operam

no Brasil, criar um ambiente menos controverso nas transações com o algodão nacional, seja no mercado interno ou externo. As deliberações originais acerca da sua estruturação – laboratório central, banco de dados da qualidade e orientação aos laboratórios – acabaram por se tornar os Três Pilares do Programa.

“O programa Standard Brasil HVI é estratégico e se tornou fundamental. Com o crescimento da produção

brasileira de algodão, após a atividade se concentrar no Cerrado, o Brasil virou um grande *player* e os índices que referenciam as transações comerciais de pluma são aferidos por HVI. Portanto, os laudos expedidos precisam falar a mesma língua, em um comércio que é global e de grande diversidade”, afirma Arlindo Moura, que estava à frente da Abrapa quando o SBRHVI, inaugurado na gestão de João Carlos Jacobsen, rodou a safra-piloto.



Pilares do programa SBRHVI

## Longa gestação

O SBRHVI foi gestado por alguns anos, até ser apresentado ao mercado global, em 2016. Detalhe: naquele mesmo evento da ICA, onde, anos antes, os cotonicultores brasileiros haviam sido criticados. A Abrapa adotou como parâmetro para o seu funcionamento o *Manual para a Padronização da Classificação Instrumental do Algodão*, publicado pelo *International Cotton Advisory Committee (ICAC)* e pela *International Textile Manufacturers Federation (ITMF)*. Obviamente, a versão americana teve de ser ajustada e alinhada às normas do SBRHVI.

Da mesma forma, foi preciso adequar o programa às instruções normativas, à lei e ao decreto relativos à análise e classificação de fibra no Brasil. Contudo, alguns desses instrumentos legais já não davam conta das necessidades da cotonicultura, que evoluíra muito. Começou uma maratona de reuniões e argumentações para que as leis fossem atualizadas. Até que,

em abril de 2016, a Instrução Normativa 24 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), passando a vigorar em 2017. As normas são um dos pontos cruciais do programa SBRHVI. Elas definem as diretrizes de todas as atividades que envolvem a classificação de algodão e o processo de recheagem.



Inauguração do CBRA, em dezembro de 2016

## O primeiro pilar

O Centro Brasileiro de Referência em Análise de Algodão (CBRA) é o primeiro pilar do SBRHVI. Seu papel é estratégico, pois ele é o fiel da balança do sistema que parametriza, verifica e dá feedback aos laboratórios integrantes do programa. Sua inauguração foi em 6 de dezembro de 2016 – mesmo ano do lançamento internacional do SBRHVI – e está instalado em Brasília, no edifício sede da associação. O laboratório central é considerado um dos mais tecnológicos e completos no mundo, e é o resultado de um investimento inicial de R\$ 9 milhões, do total de R\$ 50 milhões aplicados pela Abrapa e suas associadas, até então, no Programa de Qualidade.

O CBRA é equipado com duas máquinas de HVI com a calibragem do algodão-padrão do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, o USDA. Cada um destes instrumentos tem capacidade de analisar 800 amostras por dia. Porém, neste caso, a produtividade dos equipamentos não é o que mais importa, pois, a função deles não é checar a safra brasileira, mas produzir amostras de recheagem, que são enviadas aos laboratórios que atendem aos produtores de algodão em todo o Brasil.



Centro Brasileiro de Referência em Análise de Algodão - CBRA

## Mudança de fluxo

De acordo com o gestor de Qualidade da Abrapa, Edson Mizoguchi, o *modus operandi* do CBRA é um ponto importante, que representou uma mudança nos planos iniciais. A princípio, a ideia era fazer uma espécie de “reescopagem” das amostras analisadas do produtor, que seriam enviadas para o Centro, o que daria, em média, 1% da produção brasileira de algodão, como acontece nos Estados Unidos.

“Só que, num país do tamanho do Brasil e com os problemas logísticos que enfrentamos, este modelo seria inviável, pois a expectativa era de que as amostras deveriam chegar em menos de 24 horas, mas a realidade é que levariam até 15 dias para tal”, considera Mizoguchi. Além disso, tantas amostras chegando ao Centro, exigiriam espaço e muito esforço de armazenagem.



*A solução foi inverter o fluxo: ao invés de receber as amostras, a solução foi preparar amostras-padrão e enviar aos laboratórios participantes. Estes, por sua vez, teriam de colocar o algodão do CBRA nos seus HVI a cada duzentas análises. Os números aferidos pelas máquinas teriam que bater com os do laboratório central, para checar a calibração. Assim foi feito e, hoje, essa recheagem acontece no equivalente a 0,5% da safra.*

Amostras do Programa CBRA de Checagem



CBRA recebe a certificação ICA Bremen, 2018

## Certificação internacional

O CBRA já foi idealizado para obter a certificação internacional do renomado ICA Bremen: uma meta bem alta, levando em conta a longa e difícil estrada que seria necessário vencer para isso. A meta foi cumprida no final de 2018, após o primeiro ano de operação e o cumprimento de um enorme passo a passo requisitado pela instituição.

A ICA Bremen é referência mundial e congrega o Bremen Fibre Institut (Fibre) e o Bremen Baumwollboerse (BBB). Ao conquistar a certificação pela instituição, o CBRA se tornou um dos membros no seletivo grupo, de apenas onze laboratórios, na época, a contar com a chancela do ICA Bremen em todo o mundo. Era a prova de que o recém-lançado programa não apenas foi bem-sucedido em um dos seus grandes desafios como estava no caminho certo.

Em uma das visitas ao CBRA, como parte do pro-

cesso de certificação, o expert mundial do ICA Bremen, Axel Drieling, um dos coautores do manual americano, não escondeu a admiração. “Confesso que fiquei muito impressionado com o que vi. Percebi que houve um grande planejamento por trás, com atenção aos detalhes técnicos, como isolamento térmico, dutos de ar condicionado e o isolamento da sala de equipamentos. Tudo foi concebido de maneira muito cuidadosa, fazendo com que o Centro se tornasse um exemplo para os outros laboratórios do Brasil e referência de boas práticas para aqueles interessados em comprar o algodão brasileiro, que tiverem a chance de conhecer o nível de excelência deste laboratório”, afirmou Drieling, em entrevista à assessoria de imprensa da Abrapa à época. Até conseguirem a chancela, muitas viagens foram realizadas pela associação para *benchmark* em laboratórios de outros países, como os Estados Unidos.



Certificado NBR ISO/IEC 17025:2017

## Acreditação

Em 2020, o CBRA obteve a acreditação na norma NBR ISO/IEC 17025:2017 para o escopo das principais características de análise (micro-naire, comprimento UHML, uniformidade, resistência, grau de reflexão e grau de amarelamento), atestando a sua competência técnica no monitoramento dos laboratórios, sendo considerado um dos poucos no mundo com esse nível de excelência.

## Os programas do CBRA

### O laboratório central da Abrapa desenvolve quatro programas internos

# 1

#### Programa Algodão CBRA de Checagem

O Programa Algodão CBRA de Checagem é o que prepara as amostras no padrão internacional e as envia para os laboratórios participantes no Brasil.

# 2

#### Programa Algodão de Reteste

O Programa Algodão de Reteste consiste em realizar a análise do produtor por escolha aleatória. O laboratório faz o ensaio e depois escolhe uma amostra ao acaso, que será enviada ao Centro, que então as submete à análise das duas máquinas e depois dá o feedback para o laboratório que a enviou, para que este verifique a conformidade dos resultados.

# 3

#### Programa Algodão de Verificação Interna

O Programa Algodão de Verificação Interna é o que prepara amostras para o laboratório tomar como referência nacional em verificações intermediárias obrigatórias, nas quais se usa o algodão do USDA, o Departamento de Agricultura Americano, para calibração.

# 4

#### Programa Interlaboratorial Brasileiro

O Programa Interlaboratorial Brasileiro conta com a participação do Senai de Blumenau e do Instituto Bremen (Fibre) e segue o modelo das rodadas de teste do International Cotton Advisory Committee, o ICAC Task Force on Commercial Standardization of Instrument Testing of Cotton (CSITC). Estas rodadas, tanto a nacional como a internacional, são ferramentas para que os laboratórios possam avaliar o desempenho de seus equipamentos e garantir que elas estejam dentro da mediana.



## O segundo pilar

O Banco de Dados da Qualidade do Algodão Brasileiro concentra todos os dados de análise e classificação da pluma nacional, integrando laboratórios, produtores, *tradings*, compradores e associações estaduais em uma plataforma acessível por chaves de acesso personalizadas. Ele está integrado aos demais sistemas da Abrapa, todos eles sob o guarda-chuva do Sistema Nacional de Dados do Algodão (Sinda). A implantação do Banco de Dados da Qualidade, funcionando em conjunto com SAI, Sinda e o ABR, permitiu colocar os laboratórios de análise em rede, a otimização das informações e o melhor gerenciamento dos dados.

Graças ao banco de dados, pode-se ter uma visão panorâmica da qualidade do algodão produzido nas fazendas (direcionada ao produtor), e em cada estado (direcionada à estadual). Os laboratórios podem acompanhar e monitorar o desempenho dos seus equipamentos de HVI *online* e, com a chave de acesso, o comprador final consulta os lotes que deseja adquirir. Essa chave possibilita informação e interação comercial entre produtores e *tradings*, permitindo a montagem, publicação, atualização e *download* de lotes de fardos. Tudo isso, de forma personalizada, com acessos exclusivos, intransferíveis e invioláveis.

Juntar as informações do SBHVI à rastreabilidade do Sistema Abrapa de Identificação (SAI), com a sustentabilidade do Programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR), somando isso à grande capacidade de argumentação e alcance na cadeia produtiva alcançados pelo movimento Sou de Algodão e à promoção da pluma no mercado internacional, do Cotton Brazil, de uma forma mapeável, por meio da Tecnologia da Informação, é ir muito além do básico. É pensar não apenas em melhorar o *basis* do algodão brasileiro em Nova Iorque, mas em elevar a pluma nacional da condição de *commodity* ao status de produto de alto valor, preferido e desejável pelo mercado, como uma verdadeira *grife*. Seja este mercado a indústria ou consumidor cheio de expectativas no ponto de venda.

## O terceiro pilar

De nada adiantaria todo o esforço na criação do programa SBRHVI e na preparação de um moderno e bem equipado laboratório central, se os conceitos-chave do programa e as melhorias propostas para cada etapa das operações de análise e classificação não fossem partilhados por todos os laboratórios que compõem o programa. Por isso, o terceiro pilar é a Orientação aos Laboratórios Participantes.

Ele compreende a transferência de conhecimentos e tecnologias com os times que trabalham nos centros de análise nos estados, sejam elas pertencentes a empresas particulares, cooperativas ou associações estaduais de produtores.

A orientação é feita por meio de atividades práticas e teóricas; da confecção e disponibilização de material informativo, como guia e manuais, além de treinamentos realizados com as equipes dos laboratórios, em suas próprias estruturas e no CBRA. Também fazem parte do terceiro pilar as visitas de acompanhamento, com aplicação de *checklist* de verificação.

Ano	Treinamento	Instrutor
2017	Workshop USDA	James Knowlton - USDA
2017	Melhores Práticas de Laboratório de HVI	Axel Drieling / ICA Bremen
2017	Estatística Aplicada na Análise do Algodão Programa SBRHVI	Inferir
2018	Treinamento de manutenção USTER HVI M1000	Jim Pope e Valmir /Uster
2019	Leitura e interpretação da norma NBR ISO/IEC 17025:2017	Sidney/SENAI
2019	Formação de Auditores	Sidney/SENAI
2019	II Workshop Manutenção Uster	Valmir /Uster e Edson
2019	Estimativa de incerteza de medição	Clécio Dambiski
2020	Treinamento Monitoramento e Controle de Centrais de Climatização	Altino - SENAI-BA
2021	Workshop Contemp (Controladores e Software de Monitoramento Temperatura e Umidade)	Bruno Marques Macedo
2021	Cálculo de Incerteza de Medição	Cesar Leopoldo de Souza
2022	Workshop de Boas Práticas - ICA ICA Bremen	Axel Drieling / ICA ICA Bremen
2022	Workshop Cálculo de Incerteza de Medição	Cesar Leopoldo de Souza
2022	Inspetor de algodão em pluma - Mapa	Rhudson, Edmilson, Edson, Silmara e Cid



Reunião com  
Axel Drieling, ICA  
Bremen, 2017



Workshop Jim Pope e  
Valmir, Treinamento de  
manutenção USTER  
HVI M1000, 2018



Workshop de Boas  
Práticas - ICA Bremen  
- Axel Drieling, 2022

Capítulo 43.4

# *Promoção*

## Com a base estruturada, algodão do Brasil coloca a cara na vitrine

Desde os primeiros anos da segunda fase da cotonicultura brasileira, após a criação da Abrapa, divulgar a pluma no mercado nacional e internacional era um compromisso. A indústria brasileira já era dada como certa. Tinha uma capacidade de absorção que as lavouras daqui supriam com grande excedente. Até hoje continua sendo, em volume, o maior cliente brasileiro. Já os compradores internacionais precisavam ser conquistados um a um, num esforço de rerepresentação de uma cotonicultura que mudara radicalmente.

Diversas visitas aos países compradores aconteceram, assim como o convite para que estes clientes viessem ao Brasil, para conhecer o modelo de produção que aqui se consolidava. No princípio, isso era feito tanto pela Abrapa quanto por iniciativas isoladas das suas associações estaduais, até que, por decisão estratégica, ficou conveniado que seria a própria entidade a assumir a liderança nas relações internacionais e, mesmo nas nacionais, quando o objetivo fosse promover o algodão brasileiro, que passou a ser tratado como um só produto, trabalhado numa só linguagem, fruto do trabalho de todos.

A Abrapa e as estaduais sempre estiveram presentes nos mais importantes eventos do setor, no Brasil e no mundo. Entretanto, as iniciativas aquém e além das fronteiras eram ainda tímidas, e tinham de ser, pois as bases desta nova cotonicultura estavam sendo formadas. Até chegar à Promoção, primeiro foi preciso traba-

lhar o compromisso da rastreabilidade, da sustentabilidade e da qualidade do algodão nacional. Afinal, nem o marketing e a propaganda mais arrojados são capazes de sustentar por muito tempo a imagem de um produto conceitualmente frágil.

O ano de 2016 foi emblemático para a promoção da pluma brasileira. Foi quando, em Liverpool, na Inglaterra, a Abrapa apresentou o programa SBRHVI, garantindo aos mercados que o que o Brasil diz sobre a sua pluma pode ser provado e aferido por meios inequívocos de mensuração, numa linguagem única. Foi também o período em que a entidade lançou, no mais importante evento de moda do Brasil, a São Paulo Fashion Week, o Movimento Sou de Algodão, uma iniciativa que uniria, pela primeira vez, as pontas da cadeia produtiva, da lavoura até o guarda-roupas.

Sem todo o alicerce construído, lançar-se em um projeto como o Sou de Algodão seria muito arriscado, já que o lastro principal do movimento é o programa ABR. Sem ele, e sem o suporte técnico da rastreabilidade, não haveria possibilidade de discurso franco com o consumidor final, e mesmo com aqueles que fazem e falam sobre a moda, como estilistas, designers e influenciadores.

Assim como o Sou de Algodão, as Missões Compradores e Vendedores, implementadas anos antes, também se calcam nos programas estruturantes da Abrapa, definidos como Compromissos. Os clientes visitantes que tanto se impressionam com as lavouras tendem a depositar confiança na cotonicultura nacional ao conhecer as engrenagens dos programas de qualidade, rastreabilidade e sustentabilidade.



## Um ousado passo chamado Sou de Algodão

Desde que o Brasil começou a produzir algodão em moldes comerciais e até hoje, as transações com a pluma se dão basicamente entre o elo que produz e o que transforma, com ou sem o intermédio de uma *trading*, o que, no jargão dos negócios, significa *business to business* (B2B). A figura do consumidor final não entrava nessa conta, e, por muito tempo, isso nem era considerado necessário, ainda que, ao fim e ao cabo, todo mundo, em algum momento, se utilize da fibra, e que a produção na indústria nada mais seja

do que a tradução dos anseios deste tão comum quanto desconhecido cidadão que vai às compras.

Com a revolução nos meios de comunicação, o crescimento das narrativas ambientalistas, a partir dos anos de 1980, e o incremento no grau de conscientização dos consumidores, as perguntas começaram a surgir. A última ponta da cadeia produtiva passou a querer saber de onde vem a matéria-prima e qual a história e as “pegadas” que são deixadas no planeta pelos produtos que consome, e avaliam se esse processo produtivo está de acordo com as suas próprias crenças e propósitos, para fundamentar suas decisões de compra. No caso das roupas, esta demanda é bem evidente, já que moda comunica, é o retrato de um tempo, e diz muito sobre quem usa e o porquê das suas escolhas.

No outro sentido, os produtores, que sempre ficaram alheios aos movimentos do consumidor final, também foram tomando consciência de que era preciso conhecer este cliente e até mesmo apresentar-se a ele, uma vez que o pouco de noção que o consumidor final possuía sobre a produção do algodão, não raramente, era equivocado.

Manifesto 1.0 - Se o mundo é cada vez mais sintético, por que não ser cada vez mais algodão?, 2016



“Na própria associação havia produtor que pensava: para que eu preciso me preocupar em conversar com o consumidor final, ou investir em marketing, se eu vendo com facilidade todo o algodão que produzo?”, rememora Silmara Ferraresi.

Segundo ela, o convencimento “dentro de casa” da necessidade de criação de uma estratégia para a abertura de diálogo com o cliente no ponto de venda foi o primeiro e um dos mais difíceis passos para tirar o projeto da inércia.

O paradoxo é que, a despeito do avanço da agenda ambientalista, as fibras sintéticas e artificiais vinham ganhando mais participação na indústria, nos últimos 40 anos. Então, como mostrar às pessoas, na cidade, que, nos campos do Brasil, era cultivada uma matéria-prima natural, biodegradável, reciclável, que depende quase que tão somente da água da chuva para se desenvolver, que gera milhares de empregos e ainda tem sustentabilidade certificada?

---

*“A Abrapa entendeu que, além dos esforços de conversar com os mercados compradores do outro lado do mundo, era preciso falar com o vizinho da porta ao lado. Hoje, cada vez mais, a gente sabe que a perspectiva do consumidor, principalmente das gerações mais novas, é de comprar por causa, propósito e engajamento”, explica Silmara.*



Desfile João Pimenta e Sou de Algodão - SPFW46, 2018

A primeira investida na direção de entender este e os demais públicos do algodão foi o mais básico do que qualquer estratégia que se pretenda bem-sucedida: perguntar. A quem? A quatro grupos distintos: influenciadores, varejo, confecções, tecelagem/malharia e fiação. O quê? Quais eram as suas impressões e perspectivas sobre o algodão?

## O plano

A partir das respostas alcançadas, a associação partiu para modelar o Plano de Incentivo ao Uso do Algodão, desenvolvido em 2015, com a *expertise* da empresa Markestrat. Este plano permitiria uma visão sistêmica da cadeia produtiva e a identificação dos seus eventuais “nós”. Com o envolvimento de agentes-chave à jusante da cadeia, seria possível construir o diagnóstico e propor as ações. O objetivo era aumentar o consumo da fibra no mercado interno e diminuir o ritmo – ou reverter – a perda de participação do produto ante os concorrentes.

## Um estranho muito fofo

O desconhecimento sobre o algodão, revelado na pesquisa, chegava mesmo aos profissionais que criam tendências de moda e desenham produtos, tendo a fibra como matéria-prima. A pesquisa também chegou a muitas respostas sobre o que explicava o crescimento da concorrência, em nichos diversos, e que impactava imediatamente nas demandas da indústria.

Por que as mulheres, por exemplo, vinham cada vez mais optando por tecidos como poliéster e viscose, mas não dispensavam a pluma na roupa dos seus bebês e crianças? Questões sobre praticidade, caimento e possibilidades variadas vieram à tona. Para a indústria, aspectos mais técnicos, como uniformidade da fibra sintética, e mercadológicos, como preço, foram evidenciados.

Nem tudo foram notícias preocupantes no universo desvelado pela pesquisa. Há muito mais do que celulose na pluma de algodão. Ela carrega, além dos diferenciais inerentes à sua natureza, atributos simbólicos de associação direta com bons sentimentos. Eles sugerem conforto, tranquilidade, “fofura” e leveza, como as sementes de dente-de-leão e as nuvens do céu. Segundo os entrevistados, se fosse uma cor, que não seu branco original, o algodão certamente seria azul claro ou rosa.



Créditos: Zé Takahashi - Ag Fotosite

Desfile Renata Buzzo, Casa de Criadores, 2018



## O benchmark

Com tantos dados em mãos, a Abrapa precisava transformar as informações em ação. Assim, tomou como referência uma antiga e bem-sucedida iniciativa americana, criada justamente para aumentar o consumo interno de algodão naquele país. Investimentos massivos foram feitos lá, desde então. O consumo médio da pluma que, nos anos de 1970, era em torno de 35%, tornou-se 60%, atualmente, cravando o algodão, definitivamente, na preferência dos americanos.

Inspirar-se na experiência americana para a pluma e criar um programa semelhante não foi suficiente. A Abrapa também fez *benchmarking* com outra campanha desenvolvida, para um produto do agro bem diverso, nos Estados Unidos: a carne de porco. Naquele

caso, a meta também era incrementar o consumo, por meio da educação do consumidor e da desmistificação das diversas ideias equivocadas associadas ao produto, a respeito da qualidade nutricional e da segurança, associando a carne do porco à imagem, muito mais aceita pela sociedade, como “a outra carne branca”.

Mas a verdade, segundo Silmara Ferraresi, é que, apesar de checar o que outras cadeias fora do Brasil vinham fazendo por aqui, a Abrapa teve de construir o seu próprio caminho, sem referências. “Não havia uma associação de produtores do agro conversando com o consumidor final. Fomos pioneiros em tudo o que fizemos, aprendendo à medida que íamos fazendo”, lembra.



Manifesto 4.0, 2022

## Linhas de ação

A Abrapa criou as diretrizes estratégicas para um plano que se tornaria, em breve, o movimento Sou de Algodão. Determinou quais seriam os alvos e o crescimento que esperavam no consumo, ao longo do tempo.

**O plano, de 2015, foi estruturado em três pilares, contemplando todos os públicos:**



### Promocional

Trata-se do conjunto de ações e projetos para comunicar e promover a cadeia do algodão.



### Negócios

Ações e projetos para tornar os integrantes da cadeia mais competitivos.



### Informacional

Conjunto de ações e projetos para educar e informar a população sobre os aspectos do algodão.

**Para cada pilar, há as ações estabelecidas:**

- **Iniciativas promocionais**  
Ações voltadas para redes sociais, relações públicas e publicidade e propaganda.
- **Iniciativas em negócios**  
Desenvolvimento de coleção anual, clube de negócios, workshops e facilitação de negócios.
- **Iniciativas informacionais**  
Criação de um website, de ações em ponto de venda e nas universidades.

Os públicos envolvidos estão tanto na cadeia produtiva quanto no universo da moda e na indústria têxtil. Em suma, o Sou de Algodão virou um movimento que, em prol de uma moda mais consciente, “costurou” os elos que antes mal se conheciam: homens e mulheres do campo, tecelões, artesãos, fiadores, designers de moda, estilistas, varejistas estudantes e consumidores. Claro que uma moda mais consciente também presume mais racionalidade no consumo. Por isso, informar e esclarecer são verbos tão caros a este movimento.

# Manifestos

A evolução do Sou de Algodão também implicou mudanças no discurso, sempre alinhado com os objetivos do plano. Desde a criação, em 2015, até 2022, o movimento editou três manifestos.

## Manifesto 1.0

*Se o mundo é cada vez mais sintético, por que não ser cada vez mais algodão?* Foi com este questionamento que, em 2016, a Abrapa apresentou o movimento no mais importante palco da moda do Brasil, a São Paulo Fashion Week (SPFW). Estava feito o compromisso, e não se poderia mais retroceder.

## Manifesto 2.0

Em uma campanha que falava diretamente com as novas agendas comportamentais do milênio, o Sou de Algodão dizia ao mercado e ao grande público, em 2018, que *o algodão é a fibra democrática e sustentável da moda brasileira*.

## Manifesto 3.0

Lançado em 2020, tirou um pouco o foco da matéria-prima e o colocou no próprio movimento. Quatro anos depois de lançado, o Sou de Algodão já havia ganhado a web, as páginas de revistas de moda, os desfiles e a academia. Já havia levado *designers* e estilistas para a lavoura e colocado homens e mulheres do campo nas passarelas. Já era mesmo hora de decretar: *o movimento que cultiva a moda responsável no Brasil*.

Manifesto 2.0 - O algodão é a fibra democrática, inclusiva e sustentável da moda brasileira, 2018



Manifesto 3.0 - O movimento que cultiva a moda responsável do Brasil, 2020



## As “trips”

Se é verdade que uma imagem vale por mil palavras, muito mais eficaz que produzir extensos conteúdos técnicos ou tentar explicar em palestras o que é e como se dá a produção de algodão no Brasil, é levar influenciadores-chave para ver de perto uma fazenda, uma usina de beneficiamento de algodão e o Centro Brasileiro de Referência em Análise de Algodão (CBRA), para entender melhor os processos, da mesma forma como a Abrapa já vinha fazendo com os mercados compradores.

Só que, ao invés de industriais de fiação, no caso do movimento Sou de Algodão, os convidados eram jornalistas especializados, influenciadores, estilistas e designers de moda. Gente que ensina, cria e executa tendências, e que usa uma matéria-prima sobre a qual sabem muito pouco. Além destes, outro grupo estratégico, o dos professores de moda das mais renomadas faculdades do país.

O depoimento do professor de *design* de moda, da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Marco Antonio Andreoni, dá uma dimensão do abismo – hoje menor – existente entre os elos de uma mesma cadeia.

“Ver o processo de produção da matéria-prima dá ao profissional de moda a dimensão real da viabilidade de uma ideia. Você adquire uma noção

das distâncias e está vendo as coisas acontecerem. Esse contato direto é muito mais esclarecedor e volta para o processo criativo porque você entende o encadeamento de aspectos que, geralmente, estão ausentes quando se tem uma ideia, tornando-a muito mais factível; as dúvidas ficam menores. Então, seu projeto vai precisar de menos ajustes, o que diminui os tempos e resulta em muitos ganhos”, ele explica. “A fazenda é uma indústria que cuida da matéria-prima. Nunca tinha visto igual. Ir até a origem faz toda a diferença”, complementa.

Cotton Trip, 2022



## Presente onde a moda está

O movimento esteve presente em diversas edições dos dois mais importantes eventos de moda do Brasil, a São Paulo Fashion Week (SPFW) e a Casa de Criadores. Este último, o espaço irrequeto e subversivo dos novos nomes da moda brasileira. Quando dissemos, um pouco antes neste capítulo, que o Sou de Algodão levou a passarela para o campo e o campo para a passarela, não fazíamos apenas uma frase de efeito. Além de levar os *fashion makers* e influenciadores para conhecer o processo produtivo da fibra, o movimento colocou para desfilarem, literalmente, homens e mulheres do campo, agricultores ou prestadores de serviços, cruzando o *catwalk* da 16ª Casa de Criadores e exibindo para uma plateia urbana e exótica o orgulho de se trabalhar com a fibra milenar.

### Semanas de moda

- 6 SPFW
- 1 Brasília Trends
- 2 Mega Moda Fashion/GO
- 8 Casa de Criadores
- 2 Brasil Eco Fashion Week
- 1 Amaré Fashion/GO



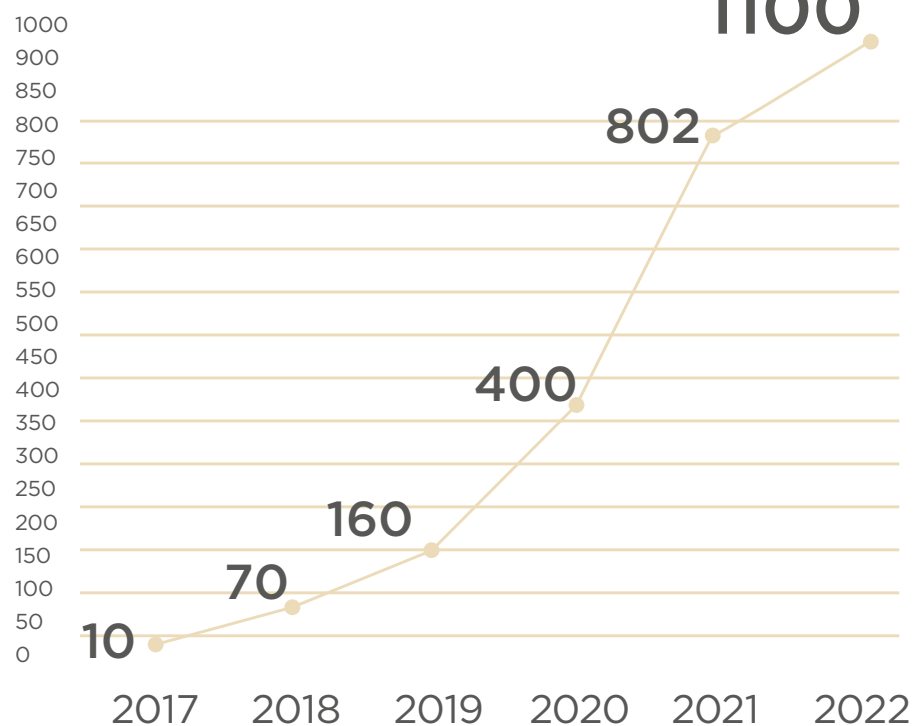
## Uma curva exponencial

“Lembro-me, ainda hoje, do quanto comemoramos nossa primeira adesão ao Sou de Algodão, com a Bordana, uma cooperativa de mulheres bordadeiras de Goiás. Hoje, já são 900 marcas parceiras, e até o final de 2022, devemos ultrapassar mil empresas aderidas ao movimento. Não mais, apenas, pequenas empresas, mas gigantes, como Pernambucanas, Marisa, Malwee, Renner, Riachuelo e muitas outras que acreditaram no projeto. É muito bom ver isso acontecer”, diz a gestora de Relações Institucionais do movimento Sou de Algodão, e consultora associada da Markestrat, Manami Torres.

De acordo com Manami, os primeiros anos foram os mais difíceis, pelo desafio de angariar a confiança do público para algo novo. “Fechamos 2017 com 11 marcas parceiras. No ano seguinte, já eram 76; depois, 160, e, em 2020, 397. Com o SouABR, a partir de 2021, o engajamento cresceu exponencialmente. Fechamos o ano com 802 marcas parceiras, e cada vez mais, as grandes marcas foram entrando”, explica a gestora.

A meta para 2022 era superar as 1.000 marcas e, até o fechamento desta publicação, já passavam de 1.100. “Mas o que é mais representativo nesta meta não é o número em si, mas o impacto do movimento junto a um público ampliado. Cada uma dessas empresas tem seus milhares ou milhões de seguidores, e fazer o posicionamento de uma marca que apoia um movimento como o nosso muda o olhar do consumidor em relação ao algodão. Assim, talvez estejamos cumprindo o nosso papel de esclarecer o consumidor. Sempre temos uma preocupação muito grande de levar transparência e sermos muito coerentes em nossos posicionamentos”, conclui Manami.

### Marcas Parceiras



Atualizado em setembro/2022

## Sou ABR: o sonho “rastreado da semente ao guarda-roupa”

Diferentemente do que acontece entre seus concorrentes sintéticos e artificiais, o algodão conta uma história feita por gente. Desde agricultores, técnicos e cientistas, até aqueles que nem mesmo têm noção de que fazem parte de uma cadeia produtiva tão longa; uma das maiores que há, antes e muito depois da porteira da fazenda.

Com o movimento Sou de Algodão, os elos desta cadeia começaram a conversar, para além da oferta e da demanda no mercado da *commodity*. Na fala de todos estes segmentos, havia, em comum, o desejo de trabalhar o conceito da sustentabilidade. Alguns já possuíam suas próprias certificações, ou aplicavam empiricamente as boas práticas, mas não as divulgavam. Outros pensavam em investir, mas não sabiam como começar. O elo da produção no campo já possuía um programa exemplar, o Algodão Brasileiro Responsável (ABR), desde 2013, operando em *benchmarking* com uma instituição internacional reconhecida, a *Better Cotton Initiative* (BCI), que detalhamos anteriormente, no capítulo sobre o compromisso da Sustentabilidade.

O programa ABR/BCI, que já certificava a maioria das fazendas brasileiras, evoluiu, em 2020, para as Unidades de Beneficiamento de Algodão (UBA). A “algo-doeira” era o elo que faltava para que, potencialmente, toda a cadeia pudesse ser rastreada. Era preciso, portanto, aproveitar este potencial para criar um *case* real e auditável.

Nasceu, então, em 2021, o SouABR, um programa que reúne o melhor de dois mundos, a sustentabilidade do ABR com a expertise e a capilaridade do movi-

mento Sou de Algodão para entregar sustentabilidade e rastreabilidade de ponta a ponta na cadeia produtiva têxtil, da lavoura até o consumidor final, de forma transparente e segura, com o reforço de uma tecnologia disruptiva, o *blockchain*. O SouABR foi o primeiro programa de rastreabilidade com esta tecnologia, e em larga escala, da indústria têxtil do Brasil.

“O armazenamento por *blockchain* assegura a rastreabilidade do algodão desde a propriedade de origem, com a garantia da certificação ABR, passando por toda cadeia têxtil até o produto na loja. A tecnologia proporciona digitalização que torna a informação acessível e auditável em todas as etapas do processo, garantindo confiabilidade”, disse à época à imprensa Flavio Redi, CEO da EcoTrace, consultoria responsável pelo desenvolvimento da plataforma de TI, especialista em rastreabilidade de commodities, com segurança e transparência para o mercado.

A primeira coleção totalmente rastreável foi desenvolvida pela marca carioca de roupas masculinas Reserva. Para o público feminino, a parceria foi fechada com uma gigante varejista nacional, as lojas Renner. A data escolhida para o seu lançamento não foi casual: o dia 7 de outubro de 2021, ocasião em que se comemora o Dia Internacional do Algodão.



## A cara de quem produz

Juntas, Abrapa, Reserva e Renner apresentaram ao público a iniciativa. A grande novidade foi permitir que o consumidor que comprasse uma peça daquela coleção tivesse acesso não só às informações sobre as certificações de sustentabilidade, mas pudesse saber onde, como e quem produziu aquele algodão, inclusive vendo o rosto das pessoas, e famílias inteiras, envolvidas no processo produtivo. Até chegar a esse ponto, cerca de um ano e meio de muito trabalho foi necessário.

“Para o mercado interno, o SouABR é como se fosse um fechamento de ciclo dos projetos da Abrapa relativos aos seus compromissos. Um ciclo que começa com o Primeiro Pilar, em 2004, com a criação do Sistema Abrapa de Identificação (SAI), entregando rastreabilidade. Mas a associação percebeu que, na chegada à fiação, todo o histórico de rastreabilidade, como por exemplo, as informações de sustentabilidade contidas nas etiquetas SAI, acabavam indo para a lata do lixo. Sem o SouABR, chegar ao consumidor final e fazer com que ele percebesse o valor agregado do algodão brasileiro não seria possível”, considera Silmara.



Vitrine Reserva & Abrapa, lançamento SouABR, 2021



## Composição

Para ser SouABR, a peça precisa ter no mínimo 70% de algodão em sua composição, e este algodão tem de, obrigatoriamente, ser 100% certificado para sustentabilidade pelo programa ABR.

*“Não estamos falando de uma estratégia de compensação de créditos, por exemplo. Trata-se de garantir que a matéria-prima, física, contida naquela camiseta, veio mesmo de fazendas certificadas ABR. Na experiência que tivemos com a Reserva, vimos peças com algodão com mais de seis, de 12 fazendas envolvidas, a depender do blend da fiação. O SouABR é capaz de monitorar e dizer que fazendas são estas, e elas aparecem no momento da consulta do QR Code pelo cliente”, ressalta Silmara.*

A experiência-piloto com a marca Reserva teve tiragem de 26 mil peças. A empresa já avalia uma segunda edição da iniciativa. “Aderir ao SouABR incluiu mudanças operacionais e de mentalidade, de cultura empresarial. Portanto, é uma coisa que leva tempo para implantar. A mudança de posicionamento requer compromisso com a verdade. Não estamos propondo uma campanha de marketing para produzir um certo número de itens numa situação controlada, divulgar e depois aquilo desaparecer”, exemplifica Silmara.



Alexandre Schenkel (cotonicultor e vice-presidente da Abrapa), Fernando Conti (gerente comercial da fiação Incofios), André Klein (diretor comercial da malharia Dalila Têxtil), Diogo Imhof (gerente nacional de vendas da tecelagem RenauxView), Savio Costa (gerente industrial da tecelagem Vicunha), Rosi Strazza (sócia e gerente de desenvolvimento de produto da confecção Lavinorte), Bruno Bittencourt (diretor comercial da confecção EGM) e Alan Abreu (especialista em sustentabilidade da varejista Reserva)

## Quais são as etapas rastreadas na rede?



## *O que vem por aí*

Em 2022, veio a esperada a coleção voltada ao público feminino, assinada pela Renner. A partir de 2023, o contrato de exclusividade com estas marcas termina, e, então, outras empresas de vestuário, também comprometidas com a sustentabilidade, poderão se habilitar a uma parceria SouABR.



Moda feminina, a partir de  
20 de maio de 2022



Moda feminina, a partir de  
julho de 2022

## Esse tal de blockchain

Se o nome ainda não faz parte do seu repertório, é melhor ir se acostumando. De uma maneira bem simplificada, *blockchain*, como a palavra em inglês sugere, é como se fosse uma “cadeia de blocos”. É um tipo de banco de dados que registra informações em blocos criptográficos. Ok. Continua sendo difícil de entender... o importante é saber que esses “blocos” estão atrelados, e eles não permitem alterações, o que dá ao usuário segurança de que ele pode confiar naqueles dados e que essa tecnologia é transparente no que tange aos processos e metodologias. Se, até o lançamento do SouABR, o *blockchain* era uma novidade na indústria têxtil, para o setor financeiro e o de alimentos, ele já era um velho conhecido.



QR-Code de calça jeans da marca YOUCOM

## Muito além da meta

O incremento da demanda era uma ideia muito presente à época da implementação, mas muito cedo deixou de ser uma meta em si, tamanhos foram os ganhos do movimento em outras frentes, nem sempre mensuráveis. A exposição proporcionada pelo Sou de Algodão e o SouABR deixou os produtores mais vulneráveis e expostos às críticas.

*“Já tínhamos noção de que isso poderia acontecer desde o lançamento do programa, em 2016. Saímos de uma posição confortável de nos comunicar por meio de veículos especializados em economia e agro. Hoje, falamos com meios de comunicação voltados para moda e negócios, grandes revistas como Vogue, Claudia, Bazaar, Pequenas Empresas, Grandes Negócios, entre outras. Viramos vidraça e respondemos às críticas com transparência e dados fidedignos. Ninguém disse que seria fácil”, conclui Silmara Ferraresi.*

Citações do Projeto Sou de Algodão em grandes veículos de comunicação



Marie Claire



Pequenas Empresas & Grandes Negócios

## O Congresso Brasileiro do Algodão (CBA)

Embora, em sua essência, o CBA seja um evento de difusão de tecnologia e conhecimento, é também uma ação de marketing e relações públicas para o fortalecimento da imagem da fibra e dos elos da produção. Desde a sua primeira edição, em 1997, em Fortaleza, no Ceará, o congresso se tornou o principal acontecimento da cadeia produtiva do algodão no Brasil. Em 2022, Salvador, a primeira capital do Brasil, foi a sua sede, pela segunda vez, marcando a retomada, após a pandemia da Covid-19, que suspendeu a edição de 2021.

Até o CBA de 2013, que teve lugar em Brasília, eram as estaduais que protagonizavam a organização do evento em suas áreas de circunscrição. A partir de 2015, ficou definido que a Abrapa assumiria os trabalhos de organização e execução do congresso, com o apoio das estaduais e o direcionamento da comissão científica.

O CBA é uma vitrine do que há de mais atual em soluções para o cultivo do algodão, apresentadas pelas empresas na área destinada à exposição. Neste espaço ficam os estandes das companhias de insumos agrícolas e tecnologias, às vezes lançadas no próprio evento. O estande da Abrapa, na área de exposições, representa também todos os estados produtores da fibra no país e é um ponto de convergência para o setor.

A programação científica do congresso traz sempre uma grade de plenárias, de interesse geral, que proporciona o acesso ao conhecimento de temas variados, desde econômicos, tecnológicos, tendências, negócios, dentre outros. Já as salas temáticas é o local para se aprofundar em assuntos técnico-científicos, especificamente voltados à lavoura.



Desde a edição de Goiânia, em 2019, o congresso vem intensificando os incentivos à submissão de trabalhos de estudantes e jovens cientistas, numa tentativa de suprir um vácuo ainda existente no país, resultante dos altos custos da cultura do algodão, que desestimulam os ensaios na academia.

De acordo com o coordenador da comissão científica do CBA em 2019, o engenheiro agrônomo e pesquisador do Instituto Mato-grossense do Algodão (IMAmt), Jean-Louis Bélot, a estratégia de dar mais ênfase aos trabalhos científicos e torná-los mais atrativos veio da constatação do comitê científico de que, a cada ano, as universidades se envolvem menos com a pesquisa no algodão.



Abertura do 13º CBA, 2022

*“O que ouvimos na comunidade científica é que, por ser uma cultura de implantação mais cara e complexa, o algodão acaba preterido em relação a outros cultivos”, argumenta Bélot.*

Bélot também cogita, entre outras explicações, a distância entre as áreas de cotonicultura e os centros de maior tradição em pesquisa como um dos fatores a desestimular a escolha do algodão como objeto de estudo.

Presidente do congresso em 2022, Julio César Busato acredita que este seja o caminho correto a ser seguido. “A cotonicultura, como o agro em geral, vive um momento de grande profusão tecnológica, e nossas metas são arrojadas. Queremos que o Brasil se torne o maior exportador mundial de algodão, em 2030. A pesquisa científica é o primeiro passo para isto”, explica. Busato lembra a cotonicultura no Cerrado do Brasil como um *case* de sucesso da ciência aplicada à produção agrícola.



Solenidade de abertura do 12º CBA, 2019

*“Sem a correção dos solos ácidos do Cerrado e a adaptação das tecnologias para este bioma, nada disso seria possível. Depois da liberação dos OGM no Brasil, pudemos dar passos ainda maiores e nos tornamos mais produtivos e sustentáveis, donos das maiores marcas de produtividade de algodão em sequeiro do mundo. Cada real, cada dólar investido em ciência para a lavoura retorna exponencialmente para a produção”, afirma.*



Sessão plenária do 13º CBA, 2022



Workshop durante 13º CBA, 2022



Evento de lançamento do Cotton Brazil, 2020

## *Cotton Brazil: “Crescendo para um futuro melhor”*

A meta é ousada: tornar-se o maior exportador mundial de algodão até 2030, tomando o posto de seu atual dono, os Estados Unidos. Não se trata de mera elucubração vinda de um pretendente que, há pouco mais de duas décadas, sequer tinha condições de abastecer a sua indústria nacional, mas de um plano: sedimentado, compromisso por compromisso, e aditivado por diferenciais que permitem ao país ousar implementá-lo e contar com o sucesso. Estes diferenciais vão muito além do produto, e este, sem dúvida, vem ficando cada dia melhor em qualidade, como confirmam os ganhos, ano a ano, nos índices aferidos em suas características intrínsecas.



O algodão brasileiro é rastreável, sustentável, seus laudos de análise são confiáveis e os seus produtores cumprem com rigor os contratos na comercialização, o que conta muito no mercado internacional. Tudo isto é resultado de um trabalho bem-feito pelos cotonicultores brasileiros, que tem a Abrapa na orientação e as associadas na gestão em campo dos programas nacionais. Este trabalho talvez possa até ser imitado pela concorrência, porém, os trunfos do algodão brasileiro rumo ao topo do pódio dos exportadores não param por aí.

O Brasil tem terras suficientes para expandir a produção, sem precisar derrubar uma árvore, e tudo isso sob a égide das mais completas e complexas legislações trabalhistas e ambientais do mundo. E a despeito de a agricultura tropical favorecer as pragas e as doenças da lavoura, nossas médias de produtividades são as maiores do globo, quando se considera o sistema de plantio

em sequeiro, baseado só em água de chuva. Esta capacidade de plantar quase sem irrigar, é quase exclusiva do Brasil, onde mais de 90% das lavouras são baseadas neste sistema. Situação bem diversa, por exemplo, do que acontece na Austrália. Lá, quando falta chuva, a prioridade é garantir alimentos. Por isso, a produção de algodão flutua ao sabor da disponibilidade do recurso hídrico.



Missão  
Vendedores  
Dubai, 2022

## Do Atlântico ao Pacífico, a melhor imagem

Todas as vantagens competitivas do algodão do Brasil, no que concerne às condições de clima e solo, são acrescidas de um muito bem fundamentado trabalho de base, sintetizado nos três compromissos, de Rastreabilidade, Sustentabilidade e Qualidade. Esta conversão de fatores positivos respaldou a decisão dos cotonicultores brasileiros de expandir suas ações de marketing para além das fronteiras.

O Cotton Brazil foi lançado para o mundo em 8 de dezembro de 2020, em uma cerimônia virtual, pois ainda se enfrentava uma fase muito crítica da pandemia da Covid-19. A iniciativa é o resultado do trabalho conjunto entre Abrapa, Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

(Apex-Brasil), e Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (Anea). Seu objetivo maior é, justamente, aquele mencionado no início deste capítulo, colocar o país no topo do ranking da exportação mundial de algodão até 2030, com foco na Ásia, continente que é destino de mais de 80% da produção brasileira de algodão. Foram estabelecidos nove países prioritários, nos quais a presença do algodão brasileiro deverá ser intensificada: China, Bangladesh, Vietnã, Turquia, Paquistão, Indonésia, Índia, Tailândia e Coreia do Sul.

Intensificar a presença poderia ser só mais um tópico, em uma apresentação de projeto, se o “como fazer” fosse algo simples. Os mercados-alvo do Cotton Brazil são países



Tereza Cristina, Ministra da Agricultura, no evento de lançamento do Cotton Brazil, 2020

de culturas totalmente diversas, não apenas da brasileira, mas, generalizando, da ocidental. O jeito de negociar, construído em milênios de tradição de comércio, a religião e suas especificidades, além da monumental diferença linguística, são só algumas das nuances que precisam ser consideradas dia a dia, em cada contato. E como a ideia é que este contato seja, literalmente, porta-a-porta, indústria a indústria, um ponto crucial do projeto foi a abertura de um escritório de representação em Singapura, local geograficamente vantajoso para a logística da iniciativa.

## *Presente onde o comprador está*

Com o Cotton Brazil, a Abrapa se tornou a primeira entidade privada de agronegócio brasileiro a se instalar na região. Desde então, o que se vê é uma interlocução direta entre o programa, as embaixadas do Brasil na Ásia, os adidos agrícolas e, claro, as indústrias, para quem a influência do governo federal, por meio do MRE e do Mapa, assim como da Anea, é fundamental. Esta união tem potencializado as rodadas de apresentação do projeto nos países prioritários, assim como as missões já realizadas na Ásia, nas quais os cotonicultores brasileiros visitam as indústrias locais. Outros eventos têm sido realizados, como os Cotton Brazil Days, de abordagem técnica e de marketing, em que o modelo brasileiro de produção é detalhado e os laços são estreitados com o mercado.



Júlio César Busato, Presidente da Abrapa, na Missão Vendedores Dubai, 2020

## Percepção

À frente do escritório local, está o diretor de Relações Internacionais da Abrapa, Marcelo Duarte, que se mudou para Singapura com a família. Segundo Duarte, logo de início, com a aplicação de uma pesquisa no mercado local, percebeu-se que um grave problema que o algodão do Brasil enfrenta diz respeito à sua percepção pelo mercado. Um problema que se traduz em desvalorização da pluma ante ao seu principal concorrente, os Estados Unidos.

---

*“É impressionante como o nosso algodão, apesar de estar cada vez melhor, de ser certificado ABR/BCI e de acumular ganhos nas suas características intrínsecas, ainda perde em preço na comparação com o produto americano”, diz. Em números, essa disparidade chegou a ser de 800 pontos no destino Ásia, o que representa perdas de US\$1 bilhão para os cotonicultores nacionais. “Mesmo quando o nosso produto é inequivocamente melhor que o deles”, argumenta Marcelo.*

Na batalha por um lugar de destaque no tabuleiro do mercado, os cotonicultores, os exportadores e o Governo do Brasil têm de negociar com critérios difíceis de serem tangibilizados, em que se embutem, em grande medida, as memórias de problemas do passado, já mencionados neste livro. Para ser o maior exportador mundial em 2030 e também – como garante o produtor e presidente da Abrapa no biênio 2021/2022, Julio Busato, – o maior produtor do globo mais alguns anos à frente, o país precisa tornar seu algodão conhecido, respeitado e desejado, e é nisto que trabalha o Cotton Brazil.

## Projeto Setorial de Promoção de Exportação do Algodão Brasileiro – Cotton Brazil

### META

Ser o maior exportador de algodão em pluma do mundo até 2030, reconhecido mundialmente pela qualidade, sustentabilidade e padrão tecnológico de seu produto.

#### 1. Mapeamento dos Mercados Prioritários

- Análises Quantitativa e Qualitativa
- Perfil de Públicos-alvo

#### 2. Definição de Macro-Estratégias

- Entrevistas em profundidade
- Estratégias customizadas por mercado
- Branding (marca e posicionamento)

#### 3. Abordagens Iniciais

- Reuniões com Embaixadas
- Reuniões com Entidades do Setor nos países
- Escritório Ásia

#### 4. Ações de Promoção Fase 1

- Cotton Days virtuais
- Site, redes sociais
- E-mail marketing
- Parcerias Internacionais
- Produção de conteúdo

#### 5. Ações de Promoção Fase 2

Inteligência Competitiva, Pesquisa e Fortalecimento dos Programas Abrapa

## Presença virtual

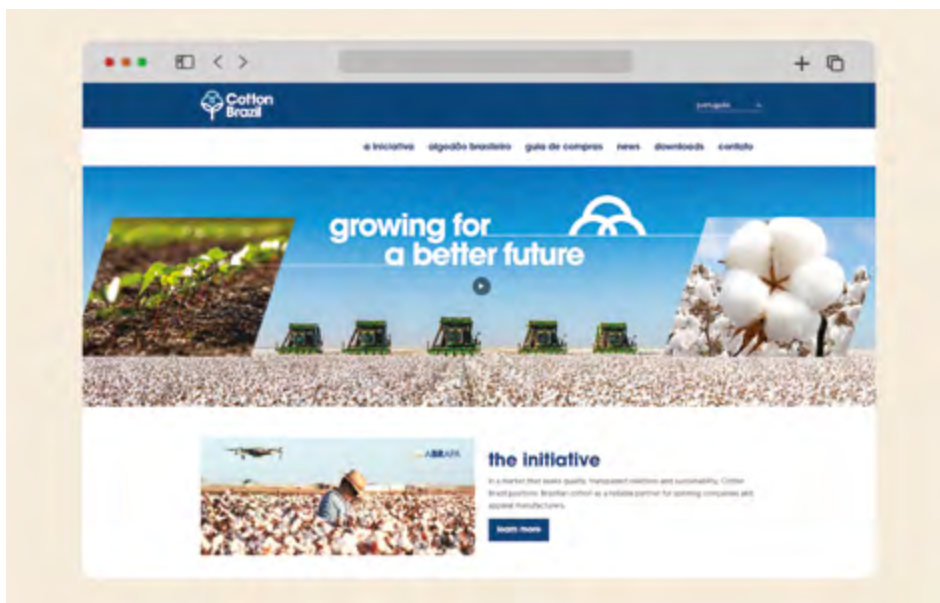
Se abrir um escritório e destacar um representante no destino da fibra brasileira foi importante, igualmente o foi investir numa marca e torná-la conhecida dos mercados, dentro e fora do país, por isso, os trabalhos em *branding* já estavam nas primeiras linhas do plano.

Conceito e marca trabalhados, o Cotton Brazil criou os seus canais de interação com o público, a plataforma [cottonbrazil.com](http://cottonbrazil.com), traduzida para os idiomas de todos os nove países envolvidos na estratégia, e ainda o Cotton Brazil BI (<http://cottonbi.com.br>). O website traz informações sobre o modo de produção brasileiro, as curiosidades, diferenciais e muitos outros aspectos, e o Cotton BI (*Cotton Business Intelligence*) que disponibiliza uma infinidade de dados que permitem a tomada de decisões, tanto por quem compra quanto por quem produz, exporta ou cria políticas para a fibra brasileira.

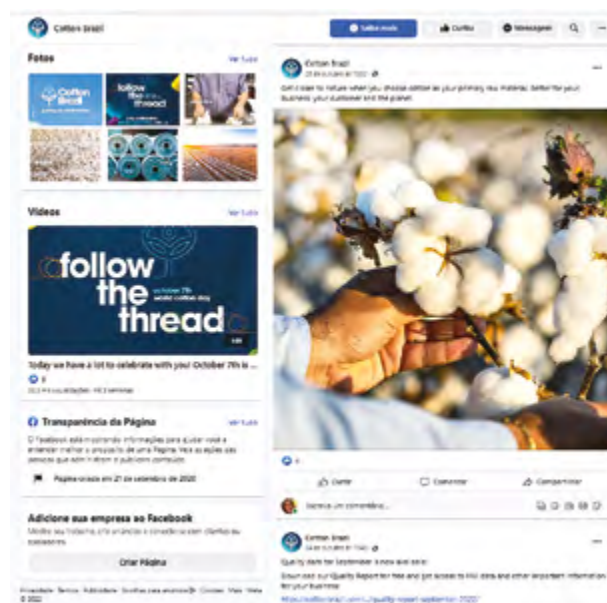
As redes sociais também têm lugar de destaque na estratégia, evidenciando detalhes, curiosidades e números da cotonicultura no Brasil, assim como do mercado, da cara e das histórias de quem produz.



O Cotton Brazil está presente nas redes sociais, Instagram, Facebook, LinkedIn e WeChat.



Website Cotton Brazil disponível em 9 idiomas



Facebook Cotton Brazil



WeChat Cotton Brazil



Bi Cotton Brazil

## Profissionalismo e qualidade

Mesmo sendo recente o lançamento do projeto, o diretor Marcelo Duarte diz já ser possível observar uma diferença de percepção do mercado. “Um ano depois do lançamento, aquela diferença que era de 800 pontos contra o algodão americano caiu para 300. São 500 pontos de diferença”, comemora.

Segundo Duarte, o Cotton Brazil é o último “P”, dentre os famosos 4Ps do Marketing, que abarcam o Produto, o Preço, o Ponto de Venda (ou Praça) e, só por fim, a Promoção. “Muitas cadeias produtivas veem a promoção como a solução para todos os problemas, mas isso não se sustenta sem um produto estruturado, sem ter os certificados que o produto conquistou e sem uma estratégia comercial forte, que no caso do Brasil, é feita por parceiros que comercializam e transportam o nosso produto, com excelência. Não chegamos até aqui por acaso”, afirma.

Dentre os parceiros de que fala Marcelo Duarte, está a Anea, entidade que reúne as tradings que comercializam e embarcam o algodão do Brasil.

---

*“A Anea sempre esteve com a Abrapa na promoção do algodão brasileiro, e claro que estaria também com o Cotton Brazil. Mas, devo confessar que, no início, cheguei a ser um pouco cético quanto aos resultados que um escritório em Singapura poderia trazer”, revela Miguel Faus, presidente da Anea.*



Missão Vendedores  
Indonésia, 2020

O passar do tempo o fez mudar, radicalmente, de ideia. “Dou o braço a torcer. Estou extremamente impressionado com o profissionalismo e a qualidade do trabalho que está sendo feito. As missões realizadas em 2022, para os públicos do Paquistão e da Turquia foram um sucesso”, celebra. Segundo Faus, a iniciativa brasileira é inovadora, mesmo quando comparada ao que fazem a Austrália e os Estados Unidos, concorrentes diretos do Brasil.

“A Austrália nunca fez nada parecido. Os Estados Unidos, sim. Têm um grande orçamento e visitam as fiações, mas, ainda assim, jamais com um grupo tão grande de produtores rurais. Estas missões são importantes, tanto para o cotonicultor entender os problemas que acontecem no destino, quanto para a fiação perceber o quanto a Abrapa e os cotonicultores brasileiros estão empenhados em aprimorar todos os processos. Isso diz muito sobre o Brasil”, pondera Faus, que elogia também a base de dados estatísticos criada para dar suporte ao projeto.

As missões que a Abrapa já realizava antes do Cotton Brasil, chamadas de Missão Compradores e Missão Vendedores, foram integradas ao escopo do Cotton Brasil. Respectivamente, essas missões consistem em visitas de representantes de indústrias internacionais ao Brasil para conhecer a produção de algodão nacional e de agricultores brasileiros que viajam para conhecer as plantas industriais em seus mercados no exterior.

Identidade Buyers  
Mission Cotton  
Brazil, 2022





## Receptividade

*“Podemos garantir a disponibilidade de mais algodão sustentável no mundo, apresentando nosso potencial e competitividade para os mercados mais exigentes, tendo ainda o reconhecimento da qualidade do nosso produto. Vamos continuar unindo esforços para o êxito nesse projeto”, destacou o diretor de Negócios da Apex-Brasil, Augusto Pestana, no dia do lançamento do Cotton Brasil.*



Missão Vendedores Dubai, 2022



Missão Vendedores Turquia, 2020

Quem também estava presente naquele dia foi o CEO da Better Cotton Initiative (BCI), Alan McClay, que disse que a Abrapa tem sido um dos parceiros mais dinâmicos, e que o Brasil se tornou o maior produtor Better Cotton no mundo. “Desde o início de sua atuação, em 2010, a Abrapa vem liderando a implementação dos padrões BCI no Brasil para, posteriormente, alinhar tudo isso ao padrão ABR, o que possibilitou um aumento de volume disponível no mercado e a ampliação de perspectivas para os produtores”, pontuou McClay.

A então ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à época do lançamento da estratégia, Tereza Cristina, parabenizou a Abrapa pela criação de um programa estruturado de posicionamento do algodão brasileiro no exterior. “Mostrar o que é a excelência dessa cadeia produtiva para o mundo todo, com suas qualificações e capacidade técnica, com qualidade e gerando emprego, é um grande desafio. Mas tenho certeza de que será um sucesso”, concluiu.



*Com a palavra,  
os presidentes*

## *Tecendo uma história sem fim*

Plantar algodão, para minha família, parece a história de uma vida. E olhe que só passamos a cultivar esta fibra em 1997, ano em que outros pioneiros começaram a escrever um novo capítulo na própria história da cotonicultura no Brasil. O fio que conduziu esta verdadeira saga, cujo brevíssimo resumo está registrado neste livro, vem de muito antes e está sendo fiado, tecido e costurado para chegar à vida das pessoas hoje, e ainda por muitos anos além.

Sem intenção de cometer qualquer heresia, ousou comparar a história do algodão, desde o Brasil Colônia até o final dos anos de 1990, como o “Antigo Testamento”, sendo o Novo, aquele que vai desde a última década do século XX até os dias atuais. E, deste novo momento, me orgulho de fazer parte, com tantos outros produtores, com a nossa associação, a Abrapa, e as suas Estaduais. E, conosco, todos os técnicos, cientistas, governos, instituições de pesquisa e de ensino públicas e privadas, bancos, e mais um sem-fim de agentes, sem os quais, nada disso seria possível. Menos ainda, colocar o Brasil como o quarto maior produtor mundial de algodão e o segundo maior exportador.

Tivemos que, no início, aprender fazendo. Criar as tecnologias para transformar o Cerrado em uma área propícia ao plantio de algodão. Nada veio pronto, não tivemos manual de instruções. Há pouco mais de quatro anos, dobramos a produção nacional e os desafios cresceram com a cotonicultura. Precisamos conquistar mercados, ganhando espaço sobre concorrentes muito competentes, os australianos e os americanos. Uma meta ousada assim só é factível porque os produtores de algodão do Brasil são, antes de tudo, unidos, e este espírito se reflete em associações fortes, com a Abrapa coordenando e desenvolvendo programas estratégicos, que são executados em campo pelas Estaduais.

Nosso Sistema Abrapa de Identificação (SAI) já existe há mais de 17 anos. O programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR) foi implantado há dez. Todo esse esforço, planejamento e visão de futuro, nos colocaram no alto patamar em que estamos. Mas, por que é importante crescer, con-



*Júlio César Busato*

*Presidente do biênio 2021/2022*

quitar mercados e valorizar mais a pluma brasileira? Se pensarmos só em faturamento bruto, o do algodão é três vezes maior do que o da soja, e a fibra emprega cinco vezes mais pessoas, com empregos de qualidade. Algodão é desenvolvimento sustentável para o país. Ajuda a mudar a realidade nacional para melhor. E, por falar em melhor, o plantio do algodão nos aprimora como agricultores. Trata-se de uma cultura muito exigente, que funciona como um fertilizador do solo e aumenta as produtividades dos cultivos subsequentes a ele, na rotação da matriz produtiva.

Atualmente, 96% da produção se dá no Cerrado; 70%, em segunda safra, e sem irrigação. Somente no Brasil isso é possível. Aliando essas condições naturais únicas com compromissos estratégicos em qualidade, sustentabilidade, rastreabilidade e promoção, fortalecemos a credibilidade da nossa pluma. Assim, dentro de pouco tempo, seremos os maiores exportadores mundiais e, um pouco mais adiante, os maiores produtores do mundo, como aconteceu com a soja. Isso é um processo natural.

Como disse anteriormente, o algodão nos ensinou a melhorar como produtores, mas, também, como pessoas. União e perseverança são duas das suas maiores lições. Hoje, meus filhos já estão trabalhando comigo e fazendo melhor do que eu fazia na idade deles. Torço para que, um dia, os netos também cheguem ao negócio, e os netos deles e todas as gerações que virão. Com essa saga se repetindo em cada fazenda produtora, a história da cotonicultura brasileira jamais terá fim. \_\_\_\_\_

## *Algodão brasileiro: uma história repleta de marcos*

Todo mundo gosta de marcos. Datas importantes, topos de rankings, números redondos, fatos inusitados e outros exemplos. Como uma dessas pessoas, vivenciei muitos acontecimentos notáveis quando fui presidente da Abrapa, em 2019 e 2020. Nossa entidade completava 20 anos, e a cotonicultura brasileira completava duas décadas de retomada, desde a migração da atividade para o Brasil Central. As duas primeiras décadas do século XXI, para nós, cotonicultores do Brasil, coincidiram com uma longa, trabalhosa e bem-sucedida trajetória, que nos transpôs de um tempo em que tínhamos de importar algodão para atender à nossa indústria doméstica, até nos tornarmos o que somos hoje, o segundo maior fornecedor de algodão do mundo. Apenas 20 anos foram necessários para esta grande guinada, e eu tive a chance de estar lá, segurando o bastão do associativismo, para testemunhar e ser parte deste marco histórico.

Quis o acaso, contudo, que um evento conjuntural fosse o que terrivelmente marcaria a história da humanidade, nos últimos cem anos, a pandemia da covid-19. O coronavírus pegou o mundo no contrapé, em março de 2020. Nós e o restante dos sete bilhões de pessoas do planeta mal tínhamos ideia do que se tratava e muito menos de quando aquilo acabaria. Para os cotonicultores, as perspectivas não eram nada boas. O protocolo básico era – além das medidas de higiene sanitária e distanciamento – manter a população global em casa. Com comércios, escritórios, escolas, academias de ginástica, praias, praças e transportes públicos fechados, quem pensaria em roupa nova? Do consumidor final até a lavoura, a cadeia produtiva do algodão e dos seus derivados estava em risco. A covid açoitaria com mais força a produção, na safra seguinte, cujo plantio começou ao final de 2020. Com a demanda reduzida, plantamos 15% menos, por conseguinte, produziríamos menos.

Tivemos que aprender a não parar, mesmo quando o mundo entrou em “pausa”. Acho até que trabalhamos mais, redobrando o cuidado com os nossos times. No campo e na cidade, havia o medo do desabastecimento. Os produtores se preocupavam em como fazer o produto chegar ao



*Milton Garbugio*

*Presidente do biênio 2019/2020*

mercado internacional, enfrentando problemas logísticos, como a falta de contêineres e até portos fechados e navios de quarentena. Assustando ainda mais o produtor, a pouca ou nenhuma certeza de que, mais a jusante da cadeia produtiva, os compradores iriam cumprir os contratos.

Na Abrapa, mesmo com adaptações, os planos saíram do papel. Lançamos o Cotton Brazil e abrimos o nosso escritório de representação em Singapura. Fizemos diversos eventos virtuais com os nossos mercados consumidores nacional e internacional. Criamos o ABR-UBA, uma evolução do programa de sustentabilidade, desta vez, voltado para as Unidades de Beneficiamento de Algodão. Consolidamos iniciativas muito importantes, como o programa SBRHVI e o movimento Sou de Algodão.

Quem quer que assuma o comando da Abrapa sabe que nada se faz sozinho, nem neste ou naquele biênio. Tudo o que fazemos tem origem nos nossos compromissos básicos, de sustentabilidade, rastreabilidade, qualidade e promoção. As ideias são compartilhadas, debatidas, gestadas e materializadas por muitas mãos e continuam evoluindo, com a contribuição de cada novo presidente e os membros do conselho de administração. Isto se torna mais relevante quando lembramos que, na Abrapa, não existe mais a possibilidade de reeleição. Assim sendo, a ideia de continuidade prospera, apesar da mudança de conselho cada dois anos.

Foi numa dessas trocas de ideias, com conselho e equipe, que surgiu a vontade de contar a história do algodão em livro e fazer isso de um jeito simples e fácil de ler, em que as pessoas pudessem reconhecer não só, eventualmente, a si mesmas, mas a época em que viveram. Hoje, eu e meus contemporâneos de algodão já estamos vendo as novas gerações assumirem o comando das operações nas fazendas. Eu ainda me lembro de plantar esta cultura com meu pai, no Paraná, de um jeito bem diferente. Como guardar esse conhecimento para as gerações que ainda vão chegar? Outro dia vi um palestrante, no 13º Congresso Brasileiro do Algodão, dizer que história nos permite aprender com o passado, solucionar problemas no presente e antecipar os do futuro. Eu espero que este livro, que é de todos nós, cumpra também um papel nesta missão. \_\_\_\_\_

## Rumo ao topo

O Brasil tem crescido na exportação de algodão e já saltou da quarta posição mundial para a segunda. Isso foi possível graças ao excedente produzido em nossas lavouras, não apenas em função do aumento de área, mas pelo incremento em produtividade e, claro, pelo fortalecimento da imagem do país como uma origem confiável, constante na oferta e de alta qualidade de fibra. No meu discurso de posse na presidência Abrapa, em dezembro de 2016, arrisquei uma projeção. Disse que o país poderia dobrar a produção de pluma em cinco anos. Errei. Isso aconteceu ao longo de três safras, em parte, graças à retomada na ocupação de áreas que haviam retraído em safras anteriores, principalmente em virtude de problemas climáticos.

Não tenho a menor dúvida de que, muito em breve, seremos os maiores fornecedores de algodão do planeta. E, isso, digo sempre, sem precisar derrubar uma única árvore, apenas ajustando a matriz produtiva e, obviamente, contando com um cenário remunerador de preços. Para se ter uma ideia da desproporção, o país planta em torno de 37 milhões de hectares de soja e, de algodão, apenas 1,5 milhão. Uma saída simples é aumentar a participação na matriz, avançando sobre áreas de culturas de segunda safra, como o milho.

O grande desafio, na minha gestão, foi tornar o Brasil uma opção relevante em suprimento de algodão, mas é claro que isso não depende apenas de vontade pessoal e de equipe, e sim, de conjuntura. Os Estados Unidos eram e ainda são majoritários. A Índia é a maior produtora, graças à grande extensão de lavouras, mas a produtividade que alcança é muito baixa, e tudo o que produz é praticamente consumido internamente. A mesma coisa acontece com a China, que também é gigantesca na produção, só que, mais ainda, no consumo, o que faz dela uma grande importadora.

Os Estados Unidos são maiores em área do que o Brasil, mas têm uma série de particularidades, dentre elas, o fato de que produzindo, bem ou não, no fim do dia, sempre serão remunerados. Quem precisa investir em produtividade, com esta certeza? Agora, em 2022, menos da metade da área de algodão do Texas foi colhida. Abandonar 65% das suas lavouras,



*Arlindo de  
Azevedo Moura*

*Presidente do biênio 2017/2018*



no Brasil, seria o fim da linha. A combinação de um mercado interno que consome menos de 800 mil toneladas de pluma com o grande potencial de expansão das lavouras e as limitações do nosso principal concorrente coloca o nosso país em um caminho natural em direção ao topo do ranking dos exportadores e o conduz a galgar novas posições dentre os maiores produtores globais de algodão.

Recebi, das gestões que me precederam, programas excelentes para a cotonicultura do Brasil, como o Standard Brasil HVI (SBRHVI), que tem como um dos pilares o CBRA, o Algodão Brasileiro Responsável (ABR), e o movimento *Sou de Algodão*. Já haviam sido lançados e implantados com sucesso nos biênios anteriores, cabendo a nós colocá-los em operação. Não foi fácil, como tudo que é bem-feito nessa vida, mas foi gratificante.

Devo dizer que encontrei uma conjuntura favorável, em todos os sentidos, nesta que foi a minha estreia na gestão de uma associação. Saíamos de uma das mais rigorosas secas em muitas décadas. O clima ajudou as lavouras, os preços remuneraram bem o produtor, que, animado, plantou mais. No plano político-econômico havia incertezas, mas, hoje, olhando para trás, depois da virada da segunda década, com a pandemia da Covid-19 e a guerra no Leste Europeu, creio que pegamos “céu de brigadeiro”. Muitos investimentos que foram feitos àquela época, talvez fossem adiados se pudéssemos prever o que aconteceria, após 2020. Às vezes, não ter o poder de adivinhar o futuro é uma grande sorte.

A Abrapa tem diversas frentes de trabalho, e mais intensivo ainda é o seu desempenho no cumprimento dessas tarefas, se considerarmos a sua equipe enxuta de colaboradores. Seus programas e bandeiras são sempre complexos, porque, ao longo dos seus pouco mais de 20 anos, a entidade sempre procurou “subir a régua”, de modo que cada conquista vem sempre seguida de uma nova peleja e isso, acreditem, é muito bom. Essa capacidade de ir além do óbvio, de querer sempre o melhor para o setor, faz da associação uma referência em associativismo no agro nacional. Receio que todos os outros que, assim como eu, já tiveram a honra de estar na presidência da entidade, já tenham dito o mesmo: seria impossível chegar tão longe se a base da Abrapa não fosse tão coesa. A união dos produtores sempre foi o primeiro passo para o acerto, e será ela a colocar o Brasil no topo, e a mantê-lo por lá.

---

## União que transforma

Em meados dos anos de 1990, quando decidi plantar algodão na região oeste da Bahia, incentivado pelo meu saudoso amigo Luiz Antonio Cansanção, parecia uma loucura. Embora muitos dissessem que éramos malucos, eu e mais meia dúzia de produtores resolvemos apostar na nova cultura e correremos atrás do conhecimento e tecnologia. Como comecei apenas com uma mala na mão e nunca tive medo de desafios, a coragem nunca faltou. Mesmo assim, confesso que não imaginávamos que a nossa “loucura” transformaria o Cerrado do estado num grande celeiro branco e mudaria a vida de tantas pessoas para melhor.

O tempo passou. Naturalmente, tornei-me um divulgador da cultura do algodão, tanto que, por muitos anos, os dias de campo foram realizados na nossa Fazenda Independência. Assim como eu, cada um de nós que tece a trama deste livro tem uma história de luta e trabalho. E ela é viva e acontece a cada dia, com velhos e novos personagens, grandes viradas e nenhum final à vista, porque é escrita em bases sustentáveis, feita para durar no tempo e no espaço, por muitas gerações.

Tive a honra de ser um dos protagonistas da história do algodão no Brasil, não apenas por haver empreendido em seu cultivo, quando tudo era ainda muito incerto, mas por ter dado o meu quinhão de contribuição como presidente e conselheiro da Abrapa e da estadual Abapa.

A primeira vez à frente da nacional foi de 2006 a 2008, e, a segunda, no biênio 2015/2016. Duas experiências, a mesma entidade e quanta diferença. O contraste entre esses dois recortes no tempo me faz lembrar a famosa frase atribuída ao filósofo Heráclito, que diz que nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio, pois, da segunda vez, nem o rio é o mesmo, nem o homem.

A Abrapa de 2006, decisivamente, não era a mesma de 2015. Nossos desafios iniciais eram enormes para os recursos que tínhamos, mas eram o básico. Lutávamos para provar para a Conab que o armazenamento a céu aberto não apenas era viável como era o mais seguro. Trabalhamos pela criação de instrumentos governamentais para a comercialização e



*João Carlos  
Jacobsen Rodrigues*

*Presidente de junho de 2006  
a março de 2008 e biênio  
2015/2016*

escoamento da fibra, o PEPRO e o PEP. Não tínhamos recursos nem mesmo para desenvolver e tocar os programas da entidade, para o que contamos com a contribuição direta dos estados de Mato Grosso, Bahia e Goiás, que eram, e continuam sendo, os maiores produtores nacionais.

Se faltava verba, jamais faltou disposição e, muito menos, união. Creio que esse senso colaborativo do produtor de algodão é a chave para explicar o sucesso desta atividade, a partir dos anos 2000. Foi a união que transformou a Abrapa, e que segue na base da sua evolução. Sem isso, jamais teríamos enfrentado os Estados Unidos na OMC. Cada um deu o que pôde: passamos o chapéu, rifamos máquinas, juntamos daqui e dali e empreendemos uma batalha que redefiniu os rumos da cotonicultura brasileira e marcou a história global da fibra pelo ineditismo e audácia.

Os louros da vitória do Contencioso do Algodão foram convertidos em qualidade, sustentabilidade, rastreabilidade e fortalecimento de imagem do produto brasileiro. Programas consistentes e inovadores foram implementados neste sentido. Pudemos ver, pela primeira vez, as duas pontas da cadeia produtiva conectadas, a lavoura chegando à passarela e a passarela na lavoura. A cara de quem planta e a fazenda indo para a casa do consumidor, com a camiseta. Levantamos a cabeça para dizer ao mundo que pode acreditar nos nossos laudos de HVI, que temos um modelo único de produção e que nossas produtividades são as maiores do planeta, quando se considera que, praticamente, só utilizamos água da chuva para produzir.

Hoje, ninguém duvida – e muito menos ri – quando dizemos que, em breve, seremos o maior exportador mundial de algodão. Não é blefe, é matemática. Temos terras disponíveis, água, clima, e, principalmente, *know-how* para isso. Este último, ninguém importou: foi desenvolvido aqui mesmo, safra a safra, com muita persistência e profissionalismo, por muitas mãos.

---

## Cotonicultura brasileira: fio que segue para o infinito... e além!

Estar à frente de uma entidade de representação coletiva, por mais simples que pareça, é uma experiência enriquecedora. É como o lápis, que deixa sua marca no papel, mas também é marcado por ele. No caso da Abrapa, até mesmo para o primeiro presidente, nunca houve uma folha em branco. A cada gestão, o esboço primordial, síntese dos nossos sonhos, ganha contornos e cores mais definidos e vibrantes. Cada diretoria vai completando esse quadro, que, como sabemos e esperamos, jamais estará finalizado.

Não sou do tipo que espera que algo caia do céu, sem muito trabalho e dedicação envolvidos. Portanto, assumi a tarefa que me coube, dando o máximo de mim, com o envolvimento intensivo de toda a minha diretoria e todo o meu conselho. Hoje, nos orgulhamos, todos, desta contribuição direta. E, mais ainda, por continuar fazendo a nossa parte, participando ativamente das discussões e deliberações da Abrapa.

Entre os anos de 2013 e 2014, pudemos iniciar ou dar continuidade a programas muito importantes para a entidade. Isso foi bem notável, no que se refere à sustentabilidade, compromisso que, naquele biênio, teve um grande marco, o *benchmark* do programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR) com a *Better Cotton Initiative* (BCI), em 2013. Esta última é uma ONG suíça de referência global em licenciamento de algodão produzido de forma responsável.

A sustentabilidade é um compromisso que já estava com a Abrapa desde a sua fundação. Tomamos emprestado o modelo implantado pela Ampa, quando fui presidente daquela associação, em Mato Grosso, com o Instituto Algodão Social (IAS), e o expandimos para todo o Brasil, com o Programa Socioambiental da Produção de Algodão (PSOAL), em 2009. A partir daí, veio o ABR – a junção dos protocolos do IAS e do PSOAL, em 2012. No ano seguinte, teve início a operação referenciada entre o ABR e a BCI, o que representou um grande salto de imagem do nosso algodão. Era uma exigência do mercado que não apenas produzíssemos de forma sustentável, mas que isso pudesse ser comprovado e auditado. Hoje, temos a maior participação sobre o algodão licenciado pela BCI em todo o mundo.



*Gilson Ferrúcio Pinesso*

*Presidente do biênio 2013/2014*

Vale ressaltar que hoje o Brasil é líder mundial na produção de algodão com certificação socioambiental, representando em torno de 42% de toda a oferta desse tipo da fibra no mercado global.

Outro programa basilar da Abrapa, que também evoluiu muito a partir daquele biênio, foi o Standard Brasil HIV (SBRHVI), que trata do compromisso da Qualidade. Ele se refere à análise instrumental de algodão no país. Este é mais um exemplo de como nossa entidade soube ouvir o mercado, adaptar-se às suas demandas e virar um caso de sucesso. De gestão em gestão, o programa SBRHVI ganhou corpo. Desde o princípio, já estava em seu escopo a criação de um laboratório central, o CBRA, que posteriormente deveria receber uma certificação internacional. Começamos a construí-lo em Brasília, e ele foi entregue em 2016. De fato, apenas um ano depois de entrar em funcionamento, o CBRA já era certificado pela ICA Bremen, do jeito que sempre planejamos.

Como se fosse um fio, sendo fiado de mão em mão, a história da cotonicultura brasileira e da Abrapa é construída. E se digo “a história”, no singular, é porque a história da fibra, depois dos anos 2000, e a da Abrapa, é uma coisa só. Se me perguntarem o que considero mais importante, entre todas as conquistas, no tempo em que este fio foi conduzido por mim e pelo meu conselho, não saberia estabelecer uma escala de valor. Sem dúvida, coube ao meu período como presidente a conclusão daquele que foi o “Antes e Depois” da nova cotonicultura nacional: o acordo final entre Brasil e Estados Unidos, sobre a ação movida pelo Governo do Brasil e cotonicultores brasileiros na Organização Mundial do Comércio (OMC). Este desfecho, na ação vitoriosa, resultou numa segunda indenização, que trouxe resultados importantes não só para o algodão brasileiro, mas para a cadeia mundial da fibra. O resultado do contencioso fortaleceu o consumo de algodão em nível internacional e serviu de referência para outras cadeias produtivas.

Gosto da sensação de ter feito a diferença numa cadeia produtiva que envolve tantas pessoas, a montante e a jusante. Agora, meu desejo, como alguém que, antes de tudo, é um produtor de algodão, e, sobretudo, um pai, é ver este fio continuar seguindo, de mão em mão. Que os meus filhos, também, um dia, possam lembrar da contribuição que deram e passar o fio para os filhos deles, com o mesmo entusiasmo. \_\_\_\_\_

## *A Abrapa aprimorou a arte do relacionamento em favor do algodão brasileiro*

É impressionante ver a escalada da Abrapa nessas pouco mais de duas décadas de existência. Uma trajetória que ascendeu paralelamente à cotonicultura brasileira, após a retomada, nos anos 2000. A Abrapa cresceu em capacidade de projetar, planejar e executar os programas necessários para consolidar as bases do desenvolvimento do setor que representa, assim como conquistou e vem ampliando o reconhecimento da sociedade, em suas diversas instâncias, e do mercado, dentro e fora do Brasil.

Ao longo do tempo e no acumulado de cada conquista, a instituição jamais se afastou do que é o cerne da sua própria natureza: a Abrapa é, antes de tudo, uma instituição política – apartidária, contudo – que existe como representação de uma classe que precisa ser defendida e ouvida. Afinal, a cadeia do algodão é a segunda maior empregadora do país e é a que paga os melhores salários.

Para chegar ao reconhecimento atual, a Abrapa congregou e organizou os produtores, dialoga frequentemente com os poderes públicos, com os demais elos da cadeia produtiva da fibra e com a sociedade. Muito recentemente, a associação abriu o canal de comunicação com aquele que parecia ser a última fronteira a ser transposta, o consumidor final, no Brasil, com o movimento *Sou de Algodão*, e com o mercado internacional, por meio do *Cotton Brazil*.

Considero que a grande capacidade de articulação e a forma transparente como conduz os seus projetos fez a diferença para o sucesso da entidade. Digo isso com a visão privilegiada de quem, além de produtor de algodão e ex-presidente da Abrapa e da Ampa, teve a oportunidade de, por dez anos, estar à frente da Câmara Setorial do Algodão e seus Derivados, do Mapa, e, mais recentemente, de atuar como assessor especial deste mesmo ministério, no qual coordenei as 37 Câmaras do agro brasileiro. Posso dizer que nenhuma outra cadeia produtiva no Brasil foi tão atuante.

A Câmara Setorial, da qual fui o primeiro presidente, tem um papel im-



*Sérgio De Marco*

*Presidente do biênio 2011/2012*

portante na história da nova cotonicultura brasileira. Já em seu início, foi por meio dela que trabalhamos para instituir o Programa de Garantia de Preço Mínimo do algodão e modelar, para o setor, dois instrumentos que já existiam à época, para o comércio e a indústria, que são o Prêmio pelo Escoamento do Produto (PEP) e o Prêmio de Equalização Pago ao Produtor (Pepro).

Nós defendíamos que, sem esse apoio emergencial, os cotonicultores dificilmente conseguiriam continuar em atividade, e a cotonicultura brasileira, mais uma vez, estaria em risco de sucumbir. Na administração da diretoria da qual fui presidente, implantamos o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), com todas as regras de governança, e revisamos o Estatuto e Regimento da Abrapa, o que resultou em um modelo de gestão que ainda hoje está na vanguarda, em relação às outras associações do agro, e preparou a associação para o que somos hoje.

Uma contribuição importante foi a criação do Instituto Pensar Agro (IPA). O IPA, do qual tive a honra de ser o primeiro presidente, é uma organização sem fins lucrativos que foi fundada pelas entidades do setor agropecuário, com destaque para a Abrapa e a Aprosoja, com o objetivo de defender os interesses do agro e assessorar a Frente Parlamentar da Agricultura. Hoje, o IPA congrega 48 entidades do agro brasileiro e atua em perfeita harmonia com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), composta por deputados federais e senadores comprometidos com a produção rural.

Caminhar com a indústria, por meio da Abit, com os exportadores, com a Anea, com os corretores, representados pela BBM, com os governos, o Congresso, a Frente Parlamentar da Agropecuária, o Instituto Pensar Agro, a CNA e as associações estaduais, além de privar do valioso apoio de figuras importantes da nossa política, permitiu que chegássemos até aqui. Os desafios vêm ficando cada vez mais complexos, mas nós, produtores, também vamos evoluindo em conhecimento e experiência para encontrar soluções para cada um deles. Lembro do quanto celebramos a marca de um milhão de toneladas de algodão brasileiro exportado e os 1,4 mil quilos por hectare de produtividade, naquele início da década de 2010. Hoje, com as novas tecnologias, superamos, em muito, estas marcas, e nossas metas são ainda mais audaciosas. Mas tenho certeza de que, organizados e unidos, como sempre fomos, nenhum obstáculo será grande demais para a cotonicultura brasileira.

---

## *Ninguém disse que ia ser fácil, mas valeu!*

É muito bom poder voltar no tempo e constatar o quanto fizemos e os resultados que conquistamos até aqui com a Abrapa. Cada um dos presidentes que passou pela entidade teve um papel importante para torná-la forte e respeitada, tal como é hoje. Tive a honra de ser presidente da associação, no período de 2008 a 2010. O Brasil era, então, o quinto maior produtor mundial de algodão e o quarto maior exportador. Havíamos colhido a maior safra da história da cotonicultura nacional, até então, com 1,6 milhão de toneladas de algodão em pluma. Estávamos nos tornando um grande *player*. O mundo também produziu muito algodão, e a grande oferta derrubou os preços. Para piorar, 2008 marcou o início da recessão nos Estados Unidos.

Essa conjuntura complicada exigiu apoio governamental para cobrir os custos de produção, o que aconteceu por meio dos leilões de PEPRO. Não que o mecanismo de subvenção estivesse já ali, só esperando para ser usado. Tivemos que trabalhar para conquistar este suporte para o setor. Isso exigiu muita articulação política e credibilidade para uma entidade que sequer possuía 10 anos de existência. Como em todas as frentes encampadas pela Abrapa na defesa dos produtores, a mobilização foi enorme, tanto na esfera Legislativa, quanto na Executiva.

A Abrapa vinha de anos de dedicação ao Contencioso do Algodão, destinando, para isto, recursos de todas as ordens. Com a vitória, a Associação ganhou prestígio e respeito no cenário nacional. Era o momento de focar em novos projetos, como a sustentabilidade da produção, que vinha sendo cada vez mais demandada pela sociedade. O Mato Grosso já possuía seu programa, o Instituto Algodão Social (IAS), e nós precisávamos de algo nesse sentido para os outros estados produtores. Em maio de 2009, foi lançado o PSOAL – Programa Socioambiental da Produção de Algodão. Neste mesmo período, estava se firmando, em nível mundial, a Better Cotton Initiative (BCI), criada em 2006. O Brasil foi um dos primeiros países sondados para implantar o projeto. Coube à Abrapa a tarefa de dar andamento às reuniões de trabalho e implantar o projeto-piloto. Era o início de um mo-



*Haroldo Rodrigues da Cunha*

*Presidente de abril de 2008 a dezembro de 2010*



vimento que deu ao Brasil grande visibilidade. Logo depois, os protocolos de IAS e PSOAL foram unificados, dando origem ao Algodão Brasileiro Responsável (ABR), um programa que serve de referência para o mundo, e, aliado ao *Sou de Algodão*, está ajudando a mudar a percepção do cidadão comum acerca do nosso produto, sobretudo nos centros urbanos.

Outra grande batalha daquele momento foi pela qualidade das análises no Brasil. No início de 2010, começou a ser formatado o Programa Standard Brasil HVI. Com a participação crescente do algodão brasileiro no mercado mundial, era imprescindível elevar a qualidade da classificação instrumental da pluma brasileira, garantindo resultados confiáveis e seguros aos compradores do nosso algodão. Para isso, formamos o Grupo de Trabalho, incentivando os laboratórios a participar dos *Roundtrials* do CSITC/ ICAC. A partir daí, seriam definidos padrões e estratégias para a melhoria dos laboratórios, tanto na parte de infraestrutura, quanto de processos. Ao final de 2010, este grupo já trabalhava com a ideia de estabelecer um laboratório central, o que se tornou realidade ao final de 2016. O SBRHVI foi um grande passo para fortalecer a imagem da fibra brasileira.

Ainda que grandes ações da associação junto ao governo e instituições privadas tenham impulsionado o desenvolvimento do algodão brasileiro, neste período de 2008 a 2010, não há como não destacar os alcances da vitória na OMC, com desdobramentos muito relevantes nestes três anos e que redefiniram o futuro da cotonicultura no Brasil.

Com a chegada da contenda aos momentos finais, adotamos estratégias importantes para que o caso não fosse menosprezado ou apropriado por outros setores para benefício próprio, às custas do processo do algodão. Mantivemos diálogo constante com o governo e com entidades relevantes no sentido de apoiar o setor do algodão. Além disso, foi traçada uma estratégia robusta de comunicação, por meio da assessoria de imprensa, para que a Abrapa sempre se manifestasse e deixasse evidente que o contencioso era importante, que o setor esperava a atuação firme do governo brasileiro e que qualquer benefício caberia ao setor produtivo cotonicultor.

O contencioso do algodão foi um dos mais longos da OMC e um dos mais emblemáticos, pela sua complexidade e pelo seu desfecho. Ao invés do mecanismo previsto, que seria a retaliação, o Brasil, por meio da sua diplomacia, conseguiu negociar uma compensação financeira a ser utilizada pelo segmento. Isso foi inédito, e a compensação financeira foi uma das maiores até então. Constituímos o IBA, elaboramos o seu estatuto, sem-

pre com a palavra final dos governos brasileiro e americano. Em junho de 2010, recebemos o primeiro aporte financeiro. A partir daí, os recursos vêm sendo aplicados estrategicamente, promovendo um crescimento constante e sustentável do setor.

Após mais de 10 anos desde a vitória, o algodão brasileiro se desenvolveu em diversos aspectos: cresceu em área, aumentou sua produtividade e melhorou sua qualidade. Se hoje somos o segundo maior exportador mundial de algodão, muito se deve às conquistas de uma classe que se organizou em associações e trabalhou com objetivos bem definidos e ousados. E não tenho a menor dúvida de que não muito distante, o Brasil chegará ao posto de maior exportador mundial de algodão. \_\_\_\_\_

## *Somos poucos, mas a união nos faz gigantes*

O que são 22 anos de história no curso de muitos milênios do algodão sobre a terra? Mesmo se comparando à secular tradição de cultivo da fibra no Brasil, esse recorte temporal seria irrelevante. Mas o que fizemos em 22 anos, nenhum outro país do mundo fez por uma cultura agrícola. E nada disso seria possível se não fosse a Abrapa, uma associação única, no contexto de todas as outras associações brasileiras voltadas ao agronegócio.

Quando os produtores se reuniram para criá-la, tinham clareza do que queriam: uma entidade nacional que realmente representasse os interesses dos cotonicultores, sem viés político-partidário ou objetivo de favorecer interesses de grupos específicos. A razão de existir da Abrapa é, desde o início, o algodão brasileiro, promover o desenvolvimento deste setor e buscar novos mercados, fora do Brasil, pois sabíamos que era possível ir muito além das demandas de um consumo interno que minguava e, há tempos, não superava a marca das 800 mil toneladas.

Quando a Abrapa foi criada, tudo era novo. Recomeçamos do zero, sem tecnologia ou manual, graças à audácia de pioneiros, a quem sempre seremos devedores. Reminiscente do modelo que imperou até meados dos anos de 1990, só tínhamos Jorge Maeda, cuja família produzia desde a década de 40 do século XX. Porém, mesmo ele era um iniciante nos novos paradigmas da produção de algodão que se estabeleceu nas áreas de Cerrado, do Centro-Oeste do país. Devo assinalar que um grande facilitador do sucesso que tivemos foi o fato de a cadeia da produção de algodão no Brasil ser formada por um grupo muito coeso. Somos poucos, mas unidos.

Sabíamos que, para prosperar, precisaríamos de tecnologias em sementes e defensivos e enfrentávamos diversas barreiras de entrada nos mercados emergentes da Ásia. Especialmente por conta da política de subsídios americana, que tornava a concorrência uma selva na qual nós, iniciantes, não tínhamos chances. Como chegamos até aqui, já é história. Já serve de espelho para outras cadeias produtivas e virou objeto de teses acadêmicas. Viver para lembrar como isso aconteceu é uma grande honra.

Fiquei apenas poucos meses na presidência da Abrapa, num mandato



*Eduardo Silva Logemann*

*Presidente de abril de 2006  
a maio de 2006*

provisório entre as gestões de Jorge Maeda e João Carlos Jacobsen. A entidade devia ter menos de dez funcionários, e seus programas, até então, eram bancados unicamente com os repasses de recursos das associações estaduais – que surgiam àquela época – e da boa vontade de produtores, que chegavam a tirar dinheiro do próprio bolso para impedir que a instituição sucumbisse. Essa mesma entidade recém-criada deu, dois anos antes, um passo muito, muito mesmo, maior que a perna. Um passo que muitos poderiam julgar insano. Afinal, embarcar numa contenda contra os gigantes Estados Unidos, mesmo com a retaguarda do governo brasileiro, e ainda mais com o suporte de um escritório de advocacia americano, parecia um ato suicida.

Lembro-me bem que o primeiro grande susto que levamos, no início desse processo, foi a conta dos advogados que contratamos nos Estados Unidos. Já era difícil imaginar o fato de um escritório americano estar defendendo brasileiros contra o seu próprio país. Mas eles foram de uma competência e de uma dedicação a toda prova. Os anos nos mostraram, com uma vitória emblemática contra os subsídios americanos, no âmbito da OMC, que o tal passo não foi gigantesco apenas para nós, produtores de algodão do Brasil, mas para todo o comércio mundial da fibra e de outras *commodities* agrícolas. A vitória marcou um “antes e depois” para a Abrapa. Não é segredo que os subsídios ainda existem, de maneira mais ou menos velada, mas eles estão longe de ser o que eram.

Quando, finalmente, fomos ressarcidos pelos prejuízos causados pelos subsídios, a preocupação da Abrapa foi fazer as melhores escolhas na gestão do montante de recursos, que era grande, mas finito. Precisávamos perenizar o dinheiro para melhorar nossa associação, dar mais visibilidade aos produtores e ao produto nacional e expandir o nosso alcance. Intensificamos as Missões Compradores e Vendedores, criamos e incrementamos o Congresso Brasileiro do Algodão (CBA) e implantamos ou fortalecemos os programas basilares da entidade, nos compromissos de qualidade, sustentabilidade, rastreabilidade e promoção.

Uma grande sacada que tivemos foi o foco nos mercados de exportação. O consumo interno estava encolhendo, enquanto o algodão crescia em área e produtividade. Era necessário encontrar um destino para o nosso excedente. Mas, antes, precisávamos convencer o mundo de que éramos confiáveis. Começamos programas de qualificação da nossa análise de fibra. Afinal de contas, no início dos anos 2000, nosso algodão era tido como

de terceira categoria, e os compradores não acreditavam em nós, inclusive no nosso respeito à santidade dos contratos. Hoje, somos reputados como um dos países que mais cumprem contratos em todo o mundo.

Definimos, na Abrapa, que queríamos ter uma fibra no padrão dos Estados Unidos e, até hoje, ainda brigamos para não sofrer os deságios que o mercado impunha e ainda impõe. Criamos o programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR), elegendo a sustentabilidade como o nosso farol. Também começamos a participar de todos os eventos importantes de algodão no exterior.

Recordo que, uma vez, chegamos ao evento da ICA, em Liverpool, com uma delegação de 70 cotonicultores brasileiros. Era um aviso para o mundo de que o Brasil estava disposto a competir e de que estávamos nos munindo de todas as ferramentas para isso. Hoje já temos até um escritório em Singapura, por meio do Programa Cotton Brazil, que cria estratégias de prospecção e manutenção de mercados globais.

Internamente, temos o Sou de Algodão, uma iniciativa maravilhosa da Abrapa, que abriu um canal de comunicação com o consumidor final brasileiro. No começo desta iniciativa, tínhamos que implorar para que as marcas do varejo aderissem ao nosso movimento. Atualmente, gigantes, médios e pequenos varejistas vestem com orgulho as camisetas Sou de Algodão. Já são mais de mil marcas participantes, e o crescimento do número de adesões é exponencial.

Foi muito esforço empreendido até aqui, assim como muitas foram as conquistas. Se me perguntarem, agora, qual o meu sonho, tenho certeza de que ele coincide com o de todos os outros produtores brasileiros de algodão. Quero ver o Brasil ser o “número um” do ranking, em qualidade, no reconhecimento da sua sustentabilidade e em participação no mercado mundial. Considerando a coragem do nosso produtor, acho até que este sonho é “bem modesto”.

---

## *Fomos, vimos e vencemos!*

Eu sempre acreditei que são nas crises que a gente cresce, como empresa e como pessoas. Ao longo dos anos, pude comprovar a veracidade desta tese. A cotonicultura brasileira só se tornou o que é – uma das maiores do mundo em produção e produtividade, o que permite ao país ser o segundo maior exportador de pluma do planeta – porque soube aprender com as dificuldades. Em especial, com aquela que, muitos acreditavam, colocaria de uma vez o Brasil fora do mapa da produção de algodão.

Não me refiro ao bicudo-do-algodoeiro. Pelo menos, não apenas a este inseto, com o qual os produtores peleiam desde 1983. A nova cotonicultura do Brasil erigiu suas colunas sobre um passado de incertezas econômicas, de inflação galopante, de juros de 20% ao mês (mais a TR), de disparidade absurda entre as tecnologias de que dispúnhamos e as que já imperavam no mercado mundial, e, pior do que tudo isso, sob o jugo de governos que, por décadas, naquele fim de milênio, acreditava que “o Brasil não precisava do agro”. Ninguém me contou. Ouvi esta frase de alguém à frente da pasta do Ministério da Economia, no apagar das luzes dos anos de 1990.

Minha família esteve intrinsecamente ligada ao algodão desde a década de 1940. Embora não tenhamos chegado do Japão no Kasato Maru, já que desembarcamos aqui em 1927, viemos, como todos os imigrantes japoneses, para trabalhar nas lavouras de café e, depois da derrocada deste, nas de algodão. Meu pai era uma criança de quatro anos quando chegou. Teve de deixar os estudos para ajudar meu avô na lavoura. Por volta de 1945, os Maeda juntaram ao arroz, que já produziam em terras próprias, o plantio de algodão.

Pelos anos de 1970, Takayuki Maeda se apaixonou pelo Cerrado, correndo por suas vastidões em busca de terras planas e pelas quais pudesse pagar. Era um homem de vanguarda, mesmo com pouca escolaridade. Gostava de tecnologia e de estar perto de pessoas de mente “arejada”, além, é claro, de instituições de pesquisa, como o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Desde então, até a conclusão das operações da Maeda na fibra, perto do fim da primeira década dos anos 2000, o algodão esteve sempre presente em nossas vidas.

Meu pai e seus irmãos, que, no passado, plantavam algodão com plan-



*Jorge Maeda*

*Presidente de abril de 2002  
a março de 2006*

tadeira de uma só linha e equipamentos movidos por tração animal, apostaram naquele novo jeito de produzir. Importaram tecnologia da maneira que podiam, copiaram sempre que preciso, e, assim, nós, da terceira geração, seguimos nosso rumo, olhando para o futuro, sem perder de vista o que a história nos ensinou.

A grande lição do algodão, para mim, contudo, viria entre os anos de 2002 e 2006, quando me tornei o segundo presidente da história da Abrapa. Esta lição é que sozinhos não fazemos nada. Isso eu aprendi de um jeito bem difícil, eu e meu amigo Olacyr de Moraes, pioneiro, a quem o algodão brasileiro será sempre devedor.

Em 1992, quando ainda não existia a Abrapa, a Maeda e o Grupo Itamarati moveram uma ação *antidumping* contra o governo americano por conta dos subsídios que eles concediam aos seus produtores. Um caso digno de ser lembrado porque a nossa audácia só não foi maior do que a nossa ingenuidade. Claro que não fomos bem-sucedidos, e, ainda por cima, protagonizamos uma situação para lá de desconfortável, num jantar em Washington, para o qual fui convidado a acompanhar o saudoso embaixador e amigo, Paulo Tarso Flecha de Lima, com o não menos saudoso Andrew Macdonald.

Era uma reunião com *tradings* e membros do USDA, o Departamento de Agricultura Americano. Mal tive tempo de me servir e fui convidado a deixar o recinto por ser uma *persona non grata*, já que era sabido, por todos ali, que nos insurgimos contra o que achávamos uma prática desleal. Sentindo o gosto da derrota me embrulhando o estômago, voltei para o Brasil, apesar dos pedidos em contrário do embaixador.

Dizem que um dia os “humilhados serão exaltados”. Bom, no nosso caso, isso aconteceu no início dos anos de 2000. A Abrapa era uma instituição jovem e já muito atuante, quando recebi a ligação do então ministro da Agricultura, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, que foi taxativo em nos dar 24 horas para pensar em recorrer à OMC novamente. Não havia tempo sequer de consultar os demais membros. Era uma decisão arriscada e quase solitária, que acabaria por se mostrar acertada. Aceitamos o desafio. Desta vez, porém, não iríamos sozinhos. Seria uma batalha mais simétrica, entre países. Os produtores brasileiros entrariam “apenas” com suporte institucional e recursos financeiros. Contudo, mesmo que estivéssemos muito mais preparados para a guerra, ainda eramos desproporcionalmente pequenos frente ao nosso oponente.

Fomos, vimos e vencemos. Cravamos nossa marca na história da própria OMC e, com isso, mudamos o rumo da produção de algodão no Brasil. Hoje eu não produzo mais algodão, mas gosto de estar perto desta cadeia produtiva e tenho um grande orgulho da entidade da qual eu tive a honra de dirigir, num momento tão significativo. Vibro a cada vitória e, assim como meu pai, me encanto ao ver a evolução tecnológica, que vai desde a semente até o maquinário e os sistemas, cada vez mais sofisticados, de monitoramento de lavouras e gestão. A julgar pelo que vejo, ainda serão necessários muitos outros livros para contar a saga do algodão brasileiro.

---



## Muitas estradas e um objetivo

Como o sopro que faz reacender a brasa numa fogueira aparentemente apagada, a mudança do algodão para o Centro-Oeste do Brasil redefiniu a cotonicultura nacional, e a Abrapa a consolidou. Não que a entidade tivesse, por si só, o condão de transformar a realidade, mas ela foi, e é, por essência, o canal de convergência e ideias, nem sempre homogêneas, mas que miram um único objetivo, o de fortalecer a produção brasileira de algodão. Foram essas ideias, ou melhor, estratégias, que permitiram guindar este setor do agro brasileiro da quase extinção até o patamar atual. Costumo dizer que cada cotonicultor e as estaduais apontam diferentes caminhos para um mesmo ponto de chegada, e a diversidade nos aprimora e desenvolve.

Fui eleito o primeiro presidente da Abrapa, no Clube da Fibra da FMC, em 7 de abril de 1999. A meu ver, minha primeira contribuição no cargo foi sugerir que aquela diretoria inicial fosse provisória, tendo seus membros, como principal tarefa, o incentivo à criação de associações estaduais nos demais estados produtores de algodão. Afinal, a Abrapa nascia com apenas uma associação estadual sob seu “guarda-chuva”, a Ampa. As futuras associações, sim, participariam da eleição da diretoria definitiva.

A Abrapa se estabeleceu como uma associação, exclusivamente, de produtores, ainda que houvesse sugestão de que agentes da cadeia produtiva e fornecedores também pudessem participar. Nos estados onde ainda não houvesse associação, os produtores poderiam se associar, individualmente, até que fosse criada sua associação. Quando um número significativo de estaduais foi atingido, fizemos uma eleição para a diretoria definitiva, em 23 de novembro de 1999, em Brasília, e fui confirmado presidente.

Muitos desafios sobrevieram, como o estabelecimento de mecanismos de apoio, por parte do governo, para incentivar a produção. Até então, o que tínhamos eram *traders*, agentes e representantes das indústrias têxteis propondo ações para ajudar os produtores. Entendemos as boas intenções, mas enfatizamos que quem representava os produtores era a Abrapa. Servimos de exemplo: os *traders*, para serem ouvidos como instituição,



*João Luiz Ribas Pessa*

*Presidente de abril de 1999  
a março de 2002*

criaram a Anea, e a veterana Abit passou a se fazer presente nas reuniões para representar a indústria têxtil.

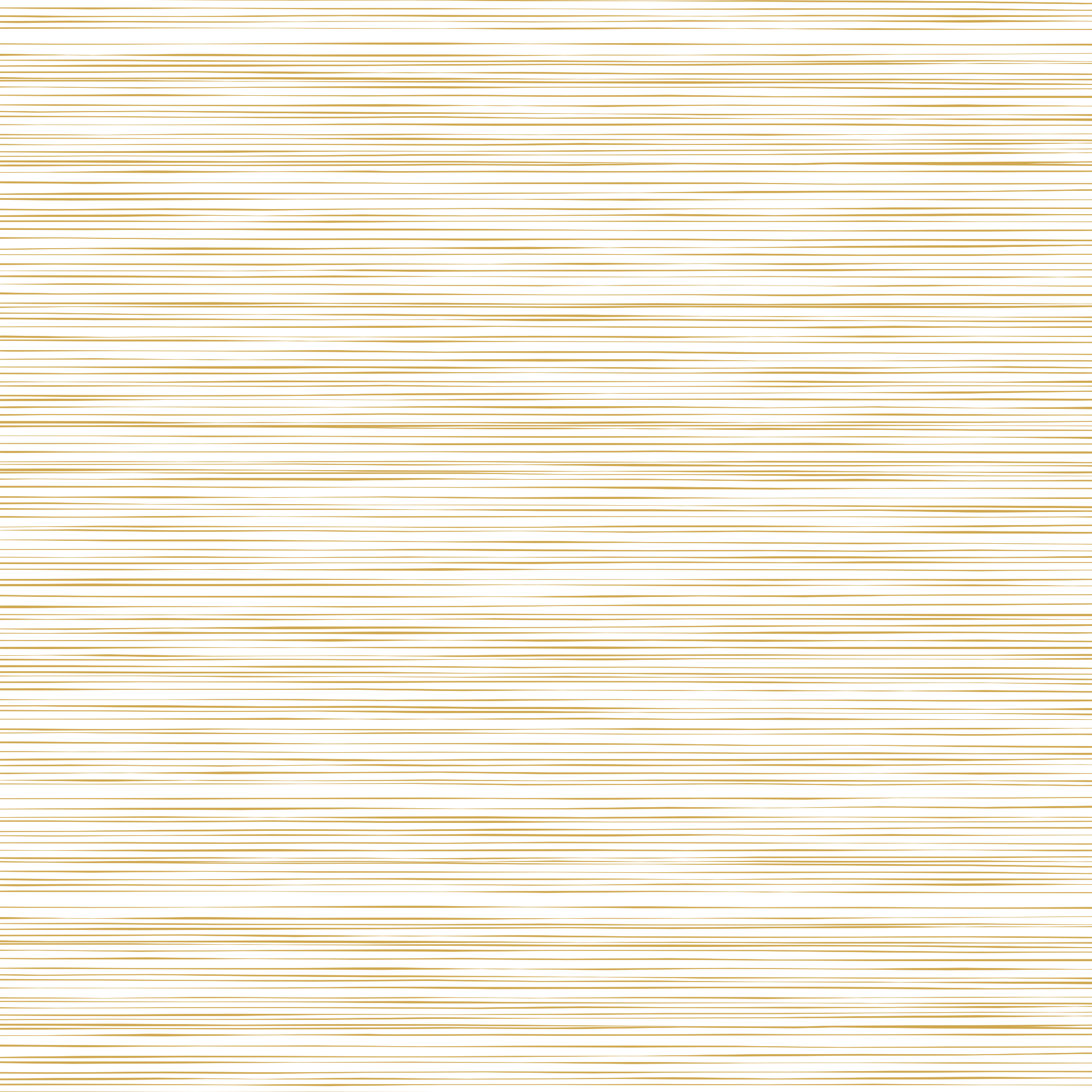
Uma conquista, já dos primórdios, foi a suspensão da classificação obrigatória do algodão pelo governo. Defendemos a armazenagem a céu aberto e a mudança da padronização do algodão, adotando os padrões de medição de qualidade aos do USDA e da Austrália. Propusemos o programa de substituição do algodão importado pelo nacional: nós assegurávamos a produção e eles, a compra. Conseguimos isso com o apoio da Abit, e, em especial, graças ao trabalho de Andrew Macdonald.

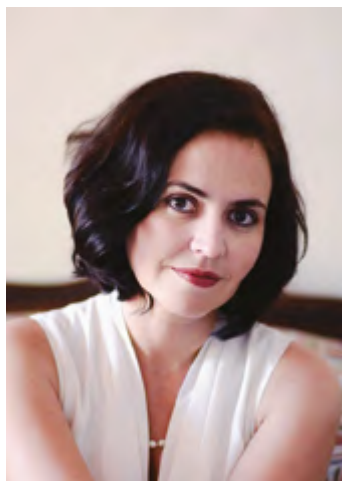
A Abrapa cresce e se fazia ouvir. No ano de 2001, o país se tornou autossuficiente em algodão e não demorou a produzir excedente. Fomos em busca do mercado internacional. Já àquela época, começamos a participar dos eventos globais, do ITMF, ICAC e Bremen. Participamos de congresso na China e, daí, a nos impor contra os subsídios americanos foi um passo natural, embora surpreendente e, sem dúvida, muito trabalhoso, mas que promoveu um salto extraordinário do nosso setor.

Dentre os muitos avanços em nosso próprio funcionamento como instituição, ressalto o sistema de eleição da diretoria da Abrapa, que sempre é indicação de consenso das Estaduais, e o fato de não termos reeleição. Isso aumenta a diversidade de pensamentos e estilos na gestão, e o tempo nos tem mostrado que, ainda assim, há uma continuidade nos projetos, e o constante aperfeiçoamento das iniciativas.

É muito bom saber que grande parte da saga do algodão brasileiro está sendo narrada neste livro. Sem qualquer nostalgia, mas com um sentimento de que há fôlego de sobra para ir além, espero que muitas edições se sucedam a esta, numa prova de que a cotonicultura brasileira é uma obra em construção: aberta, ampliada, revista, atualizada e sempre revisitada.

---





*Catarina Guedes*

*Autora*

Catarina Guedes é jornalista e escritora. Nasceu em Salvador, em 1974. Graduiu-se pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), tem MBA em Mídia e Comunicação Integrada, pela Faculdade Ruy Barbosa e especialização em Marketing para o Agronegócio, pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Ao longo da sua atuação profissional, trabalhou em redações diversas, em televisão, rádio e jornal, atuando, também, como *freelancer*, em revistas e sites nacionais. Foi assessora de imprensa na Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia e na *Ford Motor Company*, em Camaçari/BA. Em 2007, fundou a Agripres Comunicação Empresarial, com foco em “agro”. Em 2015, lançou-se como escritora, com o romance *road book* “Isadora, sua camisola La Perla e a BR”; em 2018, publicou “Sobre poeira e sol e uma certa calça floral”, continuação da série “Isadora e a BR”. Para crianças, criou e detém a patente do personagem “Alaor, o agricultor”, utilizado em ações educativas voltadas à conscientização para a importância do agro, em cartilhas, *cartoons* e *games*.

## *Agradecimentos*

Discorrer sobre a história do algodão no Brasil teria sido impossível, se tantos pesquisadores, jornalistas, historiadores e apaixonados pelo tema, antes de mim, não houvessem imortalizado em textos os seus conhecimentos. A eles, todo o meu respeito e o meu muito obrigada. Gostaria de agradecer, ainda, o privilégio de poder ligar tantas vezes para Dr. Eleusio Curvelo Freire, personagem e testemunha da trajetória do algodão no nosso país, antes mesmo da migração da cultura para o Cerrado.

Ao time da Embrapa Algodão, em Campina Grande, minha gratidão especial aos pesquisadores Luiz Paulo de Carvalho e Liv Severino, e à jornalista Edna Santos, que tanto me ajudou a dar os primeiros passos, num mundo de documentação a respeito da fibra. Ainda em Campina, uma saudação especial para Jônatas Rodrigues, do Instituto Histórico, cujos olhos brilhavam ao falar de algodão e ferrovias.

A cada fonte entrevistada, ao sempre solícito Marcio Portocarrero, a todos os presidentes da Abrapa, em todos os biênios, com ênfase ao que teve a ideia de lançar este livro, Milton Garbugio, e ao que finalizou o projeto, Júlio César Busato, os meus sinceros agradecimentos. Não poderia deixar de lembrar a generosidade de Dr. Mailson da Nobrega, que não apenas aceitou fazer o prefácio deste livro, como o fez lindamente, para a minha grande honra.

No plano pessoal e profissional, sou devedora eterna da atenção e do carinho de muitas pessoas neste processo, mas, a algumas, serei especialmente grata: a Danny Van Namen, pelo incentivo diário, carinho e dedicação. Ao amigo e conselheiro Walter Horita, pela leitura prévia do manuscrito. Por último, mas muito, muito importante, sou grata à minha amiga querida, Silmara Ferraresi, pelo apoio, pelo ombro e pelo teto, sempre que precisei. \_\_\_\_\_

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

### **A Economia: como evoluiu e como funciona: ideias que transformaram o mundo**

Mailson da Nóbrega, Alessandra Ribeiro. – São Paulo: Trevisan Editora, 2016.  
ISBN: 978 - 85 - 99519 - 96 - 7

### **A saga do algodão - das primeiras lavouras à ação na OMC**

Sérgio Rodrigues Costa e Miguel Garcia Bueno. Rio de Janeiro, Insight Engenharia, 2004.  
ISBN: 85 - 98831 - 01 - 8

### **Algodão no Cerrado do Brasil**

Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA; editor técnico, Eleusio de Curvelo Freire. - Edição revista e ampliada - Aparecida de Goiânia: Mundial Gráfica, 2011.  
SBN: 978 - 85 - 61960 - 04 - 9

### **Algodão: Os pioneiros que transformaram Mato Grosso em um grande produtor**

Martha Baptista - Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2016.  
ISBN: 978 - 85 - 7992 - 098 - 1

### **Breve História do Algodão no Brasil**

Napoleão Esberard Beltrão, Embrapa, Campina Grande/ Paraiba, dezembro de 2003.  
ISSN: 0193 - 0205

### **Economia Brasileira - Notas breves sobre as décadas de 1960 a 2020**

André Lara Resende, Armínio Fraga Neto, Edmar Bacha, Ilan Goldfajn, Marcos Lisboa, Mario Mesquita, Pedro S. Malan, Casa das Garças - Fevereiro de 2018.

### **Empire of Cotton - A New history of global capitalism**

Sven Beckhert, Penguin Book, UK, 2014.  
ISBN: 978 - 0 - 241-01171 - 3

### **O agronegócio do algodão no Brasil - Volume 1**

Editores técnicos Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão, Demóstenes Marcos Pedrosa de Azevedo - 2ª. ed. revista e ampliada - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.  
ISBN: 978 - 85 - 7383 - 424 - 6 v.1

### **O agronegócio do algodão no Brasil - Volume 2**

Editores técnicos Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão, Demóstenes Marcos Pedrosa de Azevedo - 2ª. ed. revista e ampliada - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.  
ISBN: 978 - 85 - 7383 - 425 - 3 v.2

### **O bicudo do algodoeiro**

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Departamento de Difusão de Tecnologia, Brasília, DF. O bicudo do algodoeiro / editores Sebastião Barbosa, Maurice J. Lukefahr, Raimundo Braga Sobrinho. - Brasília, 1986.  
CDD 595.76

### **Origem, crescimento e progresso da cotonicultura no Brasil**

José de Alencar Nunes Moreira & Robério Ferreira dos Santos. Embrapa-CNPA/SPI, Campina Grande; Brasília: 1994.  
ISBN: 85 - 85760 - 04 - 4

### **Sapiens - Uma breve história da humanidade**

Yuval Noah Harari; tradução Janaina Marcoantonio. -26. ed. - Porto Alegre, RS: L&PM, 2017. Tradução de: *Sapiens - A Brief History of Humankind*  
ISBN: 978 - 85 - 254 - 3218 - 6

### **The story of cotton**

A 175h Anniversary Portrait by the International Cotton Association. Vincent McKernan, Third Millennium Publishing, Great Britain, 2016.  
ISBN: 978 - 90899025 - 9

## SITES, DOCUMENTOS E ARTIGOS:

### **Algodoeiro mocó: uma lavoura ameaçada de extinção**

José de Alencar Nunes Moreira  
Eleusio Curvelo Freire  
Robério Ferreira dos Santos  
Miguel Barreiro Neto

### **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa**

Centro Nacional de Pesquisa do Algodão - CNPA  
Campina Grande, PB, 1989  
ISSN - 0103-0205 - Documentos Número 36

### **Campina Grande: algodão e linha férrea**

Jornal da Paraíba, 2014  
Fascículo 4 - Edição comemorativa pelos 150 anos de Campina Grande, Jornal da Paraíba.

### **Cotton Princes in the World Wars**

*Federal Reserve Bank of St. Louis Digitized for FRASER*  
[https://fraser.stlouisfed.org/files/docs/publications/frbrichreview/pages/65097\\_1940-1944.pdf](https://fraser.stlouisfed.org/files/docs/publications/frbrichreview/pages/65097_1940-1944.pdf)

### **Da origem à hegemonia e crise do algodão meridional brasileiro no século XX**

José Sidnei Gonçalves e Soraia de Fátima Ramos  
Informações Econômicas, SP, v. 38, n.2, fev 2008.  
Registrado no CCTC. IE-50/2007 <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2008/tec3-0208.pdf>

### **Production and Trade Subsidies Affecting the Cotton Industry**

*International Cotton Advisory Committee November 2018*

[http://www.icac.org/Content/PublicationsPdf%20Files/17437c72\\_0c50\\_4f3b\\_a7e1\\_bf7eb146402d/E\\_Subsidies\\_2018.pdf.pdf](http://www.icac.org/Content/PublicationsPdf%20Files/17437c72_0c50_4f3b_a7e1_bf7eb146402d/E_Subsidies_2018.pdf.pdf)

### **Relatório de Atividades ABRAPA - 2007**

**Relatórios de Gestão da Diretoria da ABRAPA - 2006-2008 / 2008-2010 / 2011-2010 / 2013-2014 / 2015-2016 / 2017-2018 /**

### **Some Effects of The World War on Cotton**

*By Maurice R. Cooper*

*United States Department of Agriculture*

*Bureau of Agricultural Economics*

*Washington, D.C., June 1937*

<https://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/lookupid?key=ha102408465>

### **The cotton trade and Brazilian foreign commerce during the Industrial Revolution**

10.11606/T.12.2017.tde-17082017-091648

Documento: Tese de Doutorado

Autor: Pereira, Thales Augusto Zamberlan (Catálogo USP)

Nome completo: Thales Augusto Zamberlan Pereira  
Unidade da USP: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Área do Conhecimento: Economia do Desenvolvimento

Data de Defesa: 2017-06-09

Imprensa: São Paulo, 2017

Orientador: Colistete, Renato Perim (Catálogo USP)

### **World Cotton Production, consumption, and trade**

*International Bank for Reconstruction and Development*

*Prepared by: Maurice F. Perkins - Economic Department*

*Agriculture, Forestry and Fisheries Section*

<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/645941468327007352/world-cotton-production-consumption-and-trade>



**ABRAPA**

ISBN: 978-65-999250-0-9



**CIL**

9 786599 925009

